UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

L I M I T E S D O C O N S E N S O :

TERRITÓRIOS POLISSÊMICOS NA MATA ATLÂNTICA E

A GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA

CARMEM LÚCIA RODRIGUES

**S ã o P a u l o
M a i o d e 2 0 0 1**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

L I M I T E S D O C O N S E N S O :

TERRITÓRIOS POLISSÊMICOS NA MATA ATLÂNTICA E

A GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA

CARMEM LÚCIA RODRIGUES

Tese apresentada à Banca Examinadora da
Universidade de São Paulo, para a obtenção do título
de Doutora em Geografia Humana, sob orientação
Do Prof. Antonio Carlos Robert Moraes.

**S ã o P a u l o
M a i o d e 2 0 0 1**

BANCA EXAMINADORA

RESUMO

A perspectiva discursiva nos ensina que não há uma verdade única, objetiva e monolítica a respeito da relação cultura/espço. Até hoje, poucas são as informações divulgadas a respeito de saberes e ideais de uso do espaço de povos tradicionais que vivem nas Unidades de Conservação (UCs) da Mata Atlântica – como é o caso dos caiçaras, quilombolas e de determinadas etnias indígenas. Essa lacuna leva-me a questionar o sentido do “caráter participativo” atribuído aos planos de manejo e de gestão ambiental conduzidos pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo no âmbito do *Projeto de Preservação da Mata Atlântica* (PPMA). Até hoje, é o imaginário de um grupo específico de profissionais – a maioria formada nas ciências naturais – que tem se expressado e, ao mesmo tempo, orientado a grande maioria dos programas de proteção da natureza no Brasil, desconsiderando-se saberes e práticas locais. Contudo, será que não haveria outro caminho possível?

A compreensão das relações dos moradores locais com o meio onde vivem – seu lugar – é fundamental para apontar pressupostos de um ordenamento territorial, efetivamente participativo. O diagnóstico e o planejamento ambiental não devem se restringir ao ponto de vista meramente instrumental. Assim, este trabalho ressalta a importância de se considerar o “conhecimento tradicional” quando da elaboração de planos de gestão ambiental das áreas protegidas, bem como os aspectos que fazem parte de uma dimensão mais subjetiva do ser humano nesse processo coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Mata Atlântica, ordenamento territorial participativo, conservação ambiental, territorialidade e identidade, ONGs.

ABSTRACT

A discursive perspective teaches us that there is no one, objective, monolithic truth about culture/space relationships. Little is the information so far divulged about knowledge and ideals of the use of space for traditional inhabitants who live at protected areas – such as the *caíçaras*, *quilombolas* and other indigenous groups. This gap leads me to me question about the real participatory character attributed to the environmental management and administration plans led by “Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo” (São Paulo State Environment Bureau) in the ambit of “Projeto de Preservação da Mata Atlântica”(Atlantic Rainforest Preservation Project). So far, the imaginary of a specific group of professionals – mostly majored in Natural Sciences – has been the one that has expressed itself and guides most of the nature protection programs, disregarding the local knowledge and know how. However, wouldn't there be any other possible way?

The comprehension of the relationship between the local inhabitants and the environment where they live – their *place* – is fundamental for pointing the presupposition of an effectively participatory territory management . The diagnosis and the environmental planning shall not be limited by the instrumental point of view. This way, the present work highlights the importance of regarding the “traditional knowledge” for the environmental and protected areas management, besides taking into account aspects that are part of a rather subjective dimension of the human being. in this collective process.

KEYWORDS: Atlantic Rainforest, environmental conservation, participatory territory management, territoriality and identity, NGOs.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, sinceramente, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho:

- ◆ Ao meu orientador, Antonio Carlos Robert Moraes, por suas leituras criteriosas de relatórios de pesquisa e esboços da tese, pelas extensivas recomendações bibliográficas, por seu característico bom humor e, principalmente, pelo respeito às nossas “diferenças”;
- ◆ À querida professora Maria Regina Sader, que me conduziu às diversas leituras da Geografia, e por me inteirar de outras dimensões da *realidade* ao convidar-me para participar do *Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e da Memória* (atual *Laboratório do Imaginário - LABI*);
- ◆ À professora Margarida Maria Moura, por ter participado do exame de qualificação e pelas sugestões da área antropológica de relevância para este trabalho;
- ◆ À professora Lúcia da Costa Ferreira, por suas indicações bibliográficas e incentivo intelectual, além da habitual atenção carinhosa;
- ◆ Ao professor Antonio Carlos Diegues, por ter-me colocado à par do *Projeto de Preservação da Mata Atlântica* - que acabou tornando-se o principal pano de fundo desta pesquisa - e por conceder apoio para a realização da pesquisa empírica através do NUPAUB (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP);
- ◆ Ao amigo e Mestre Carlos Rodrigues Brandão que iluminou as discussões mais delicadas da antropologia neste trabalho;

- ◆ Ao amigo Marcos Sorrentino, por ter sido a pessoa que me encorajou a ingressar no doutorado e por tantos projetos, sonhos compartilhados e utopias;
- ◆ Aos amigos do grupo de estudo *Autores Clássicos da Geografia* e do *Laboratório do Imaginário*, em especial, à Maria de Lourdes Alcântara (Lurdinha) e Maria Luiza Schmidt (Malu) por indicações de textos e inestimáveis sugestões teórico-metodológicas;
- ◆ Ao amigo Fábio Sanson, por nossos estudos de obras contemporâneas da Geografia, por sua companhia vivaz em campo, por nossos desapressados debates filosóficos a respeito do universo desta pesquisa, e principalmente, por sua presença constante e solidária em todas as fases deste trabalho;
- ◆ Ao diretor do *Parque Estadual da Ilha do Cardoso* (PEIC), Marcos Campolim, por seu apoio durante a pesquisa empírica, em especial, por ter-me concedido a autorização para acompanhar as reuniões do *Comitê de Apoio à Gestão Ambiental* e realizar consultas a documentos relacionados ao *Projeto de Preservação da Mata Atlântica*;
- ◆ Aos atuais e ex-funcionários do PEIC que colaboraram de diversas maneiras para a realização do trabalho de campo, em especial: Cida, Jorge, Doca, Marcelo e Selma.
- ◆ Aos membros do *Comitê de Apoio à Gestão Ambiental* do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, por permitirem que eu acompanhasse às reuniões ordinárias e extraordinárias, principalmente, Bini, Wilson, Karl, Ingrid, Beth, Ezequiel e Celestino, que me dedicaram atenção especial;
- ◆ Aos moradores caiçaras das diversas comunidades da Ilha do Cardoso que me acolheram, calorosamente, em suas casas, permitindo, assim, que eu conhecesse um pouco do universo “deles”, em especial: Ezequiel e Iracema, Atalino e Vanilde, Dona Augusta, Feliciano e Dona Almerinda, Tereza, Seu Malaquias e Dona Erci, Jorge e Terezinha.

- ◆ Aos amigos Marcelo e Daniela por terem me acolhido diversas vezes em Cananéia;
- ◆ À amiga Viviane Capezzuto F. da Silva pela hospitalidade no Marujá e por partilhar de seu conhecimento a respeito da cultura caiçara;
- ◆ Aos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e primeiros coordenadores dos *Planos de Gestão do Projeto de Preservação da Mata Atlântica*, Cláudio Maretti, Sidney Raimundo e Renato Sales, por documentos disponibilizados e gentileza durante as entrevistas concedidas e conversas informais sobre o PPMA;
- ◆ Aos estagiários do *Laboratório das Áreas Protegidas* do Departamento de Ciências Florestais da ESALQ/USP que me auxiliaram em campo no início do ano 2000: Fabrício (Jucela), Allan e Guilherme;
- ◆ A Maria Inês Ladeira, Adriana Felipim e demais membros da Ong CTI (Centro de Trabalho Indigenista) pela atenção concedida e pelo convite para participar do Seminário *Práticas de Subsistência e Condições de Sustentabilidade das Comunidades Guarani na Mata Atlântica*, realizado em setembro de 1997 na cidade de São Paulo;
- ◆ Aos colegas e amigos geógrafos do Grupo de Trabalho sobre a *História do Pensamento Geográfico*: Sílvia, Manoel, Sérgio, Rita, Alexandrina e Genilton, por me convidarem para reuniões de estudo;
- ◆ A Alecsandro Ratts por suas considerações significativas para a realização do trabalho de campo e pelas indicações bibliográficas;
- ◆ Aos amigos do *Laboratório de Educação e Políticas Ambientais* do Departamento de Ciências Florestais da ESALQ/USP, pela acolhida e pelo convite para participar de projetos de pesquisa num futuro próximo;

- ◆ Ao amigo Vitor Arai, por ter-me disponibilizado a sistematização dos *métodos participativos* de sua autoria – e, junto com Murilo, pela amizade sempre reavivada desde os tempos da agronomia;
- ◆ Às amigas Renata, Lina, Valquíria, Patrícia, Mônica, Gláucia; e aos amigos Maurício (Teresa), Márcio e Marcus Vinícius pelo companheirismo e afetosses últimos anos em Piracicaba;
- ◆ Aos amigos e companheiros de *Dharma*, em especial à querida Mestra Kelsang Palsang, e ao monge Tenpa, por estarem sempre muito próximos e solidários;
- ◆ Ao Klaus pela edição das fotografias e, à Denise, pela transcrição de fitas;
- ◆ A Inês Amorozo, pela revisão cuidadosa e edição final da tese caprichada; e Ana Trivellato, pela tradução do resumo para o inglês;
- ◆ À minha mãe, Adyr A.B. Rodrigues, por seu apoio generoso, incondicional, e constante estímulo profissional *desde que me entendo por gente*;
- ◆ Àquele que sempre esteve ao meu lado, paciente e amoroso, Fábio Midena Ramos (Ney);
- ◆ Agradeço, finalmente, à Fapesp, pela bolsa de doutorado concedida.

LIMITES DO CONSENSO:

TERRITÓRIOS POLISSÊMICOS NA MATA ATLÂNTICA E
A GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA

ÍNDICE

1 N o t a s I n t r o d u t ó r i a s

13 CAPÍTULO 1

A participação como discurso:

leituras sobre *participação* na conservação ambiental

17 **O** movimento da *pesquisa-participante* na América Latina:

20 *A participação* desde os anos 60: os vários significados

29 **O** que grupos organizados da sociedade civil entendem por participação

33 Participação em projetos governamentais de proteção ambiental

36 Eixos propostos para a análise de participação, metodologias participativas e processos participativos

39 CAPÍTULO 2

Unidades de Conservação na Mata Atlântica:

o território polissêmico (o caso da Ilha do Cardoso)

49 **A** “Ilha virou parque”...

53 **Por** que conservar a Mata Atlântica?

55 Território do “Ecoturismo”?

59 Território do Estado x Território Caiçara

67 Território Caiçara?

77 Território Indígena

82 CAPÍTULO 3

Territorialidade e Identidade: a natureza sob vários olhares

85 Universo caiçara

99 Identidade e Territorialidade

113 **CAPÍTULO 4** **Álbum de retratos**167 **CAPÍTULO 5** **Desafios de uma gestão ambiental participativa:**

o Projeto de Preservação da Mata Atlântica e a experiência do Comitê de Gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso Erro! Indicador não definido.

171 **O Projeto de Preservação da Mata Atlântica**177 **Principais obstáculos à participação nas UCs**168 **A) Obstáculos do ponto de vista político e metodológico**189 **B) Obstáculos do ponto de vista da representação**194 **As singularidades do processo participativo na Ilha do Cardoso**198 **CAPÍTULO 6** **Limites do Consenso**202 **As Diferenças**204 **A) Organização e representatividade locais em foco**211 **B) Discursos e silêncios**216 **CAPÍTULO 7** **Oficinas de corpo e alma:**

participação como aprendizado social

220 **I. Dissensos e contra-sensos: os dogmas da modernidade**222 **II. Diálogos pertinentes:**

Estabelecendo pontes entre o local e global, entre o universal e o particular

229 **III. Participação como processo de aprendizado social**237 **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**245 **ANEXOS**

NOTAS INTRODUTÓRIAS

P R I M E I R A C E N A

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de novembro do ano de mil novecentos e noventa e nove reúnem-se, na escola da comunidade de Pontal do Leste, os membros do Comitê de Apoio à Gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) para a realização da 26a. reunião mensal ordinária, sob coordenação do diretor do PEIC, com a presença dos seguintes personagens: um membro da Ong Gaia Ambiental; um técnico do IBAMA; um representante da prefeitura de Cananéia; um funcionário do Instituto de Pesca; uma técnica da Ong SOS Mata Atlântica; o padre da paróquia de Cananéia representando a Pastoral dos Pescadores; a secretária do PEIC e quatro representantes das seguintes comunidades caiçaras da Ilha: Itacuruçá, Cambriú, Marujá e Enseada da Baleia. Presentes, também, pessoas que não são membros efetivos do Comitê: três membros da AMOMAR (Associação dos Moradores do Marujá), um membro da ADEIC (Associação de Defesa Ecológica da Ilha do Cardoso), uma moradora local e uma pesquisadora da USP (autora deste texto).

A cena tem início com o coordenador alertando sobre o descrédito da comunidade do Pontal em relação ao Comitê, uma vez que “só está presente um único morador local à reunião”. Ao mesmo tempo, a pesquisadora integrante da cena pensa em voz alta a respeito das seguintes questões:

- O que leva as pessoas a se mobilizarem para participar de um processo coletivo de ordenamento do território?
- Qual é o papel das *metodologias participativas* atualmente muito difundidas nos projetos ambientais em andamento no Brasil? Seriam meros instrumentos de “convalidação social” de projetos que contemplam, na verdade, interesses de agentes externos às populações locais - como insinuam certos autores?
- Como levar em conta a correlação entre grupos étnicos e territórios em propostas de conservação ambiental das *áreas protegidas* no Brasil? Em outras palavras, como os valores culturais de povos tradicionais imprimem um *significado territorial* numa determinada área de interesse geral de proteção ambiental?

- Nas formas particulares de organização e de uso do espaço de povos tradicionais, que vivem até hoje em áreas remanescentes da Mata Atlântica, estariam contidas informações importantes quanto à conservação e preservação da natureza? Tais informações estão sendo contempladas pelos planos de gestão ambiental ora implantados?
- Como promover um consenso em busca da sustentabilidade ecológica da Mata Atlântica? Ou seja, como conciliar pontos de vista e interesses tão divergentes entre pessoas e grupos que pertencem a contextos socioculturais distintos ou que integram categorias profissionais diferentes?
- Quais os principais obstáculos à participação destes grupos locais nos projetos?
- E mais: quais seriam as contribuições da Geografia para pensar a relação territorialidade e identidade nesta área específica?

PAUSA

A cena até este momento transcorre num clima de estranhamento general.

Passado o constrangimento inicial, a secretária inicia a leitura da ata da reunião anterior para ser conferida e, depois das devidas correções, aprovada pelos membros oficiais do colegiado presentes na reunião.¹

C E N Á R I O P R I N C I P A L

A crise ambiental mundial encontra-se entre os principais desafios a serem enfrentados na contemporaneidade, tendo em vista um futuro melhor para todos. Todavia, ainda que as fronteiras das injustiças sociais alarguem-se assustadoramente, vezes sem fim, o limite da sustentabilidade ecológica em nível planetário pode, certamente, chegar a um ponto intransponível, ameaçando a própria sobrevivência da

¹ O texto acima foi baseado na Ata da 26a. reunião do Comitê de Apoio à Gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso – datada de 25/11/1999 - com inclusão de detalhes fictícios.

vida na Terra. Neste contexto, pergunta-se: o que leva as pessoas a se sentirem motivadas a participar de projetos de conservação ou de proteção ambiental?

No período da *Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (ou Rio 92), há quase dez anos, Paulo Freire Vieira discutia os desafios que deveriam ser enfrentados pelas estratégias de desenvolvimento sustentável nos anos então por vir:

“Vinte anos após Stockholm, a idéia-força do ecodesenvolvimento pode ser considerada como indutora de um processo de planejamento pensado como ‘espaço de aprendizado social’ para a arquitetura de um novo projeto de sociedade inspirado na democracia participativa. Contrasta nesse sentido com um estilo que se caracteriza pela insistência em manter uma concepção reducionista das finalidades da dinamização econômica e uma tecnoburocracia dos processos envolvidos no planejamento”²

Já naquela época, se evidenciava uma forte tendência mundial à implantação de estratégias voltadas à criação e ampliação dos espaços de participação da sociedade civil na melhoria da qualidade de vida. A *participação* continuou sendo evocada, tanto nas esferas públicas como privadas, até que nos dias de hoje o discurso participativo tornou-se aparentemente consensual, homogêneo e, pode-se até dizer, hegemônico.

Mas, o que se entende mesmo por *participação*? Quais as bases teórico-metodológicas das chamadas *metodologias participativas*, hoje intensamente propaladas em projetos ambientais em todo o Brasil? Qual seria o significado da *participação*, tomado do ponto de vista processual, em negociações coletivas entre sujeitos de diferentes áreas de conhecimento, ou mesmo, entre membros de diferentes culturas?

² Vieira (1992,p.30).

V E L H O S E N O V O S P E R S O N A G E N S

Desde a Rio 92 entidades civis, denominadas genericamente Ongs, adquirem grande visibilidade no Brasil e em todo mundo por sua atuação importante a favor da sustentabilidade da vida no planeta, seja através do questionamento do modelo de desenvolvimento vigente – seja buscando alternativas, tanto no plano técnico, quanto no político. Além disso, em países como o Brasil, caracterizado por uma longa história de autoritarismo e de injustiças sociais, determinadas entidades civis aglutinam nos últimos anos diferentes agentes sociais contribuindo para a dinamização do processo de democratização no país.

A sociedade civil brasileira, assim como em muitos outros países, organiza-se, no presente, em diversos movimentos e grupos supra-partidários e supra-classistas em torno de interesses comuns. Em muitos casos, esses diferentes atores buscam alianças com outros grupos nacionais ou internacionais para garantir seus espaços de autonomia e de cidadania ampla. Mais especificamente no setor ambiental, multiplicam-se as parcerias estabelecidas entre o poder público, as ONGs e as empresas privadas em várias regiões do país.³

Embora há poucos anos o lema dos ambientalistas fosse *‘pensar globalmente & agir localmente’*, somos agora, de certa forma, obrigados a *‘pensar e agir local e globalmente’*⁴ ao mesmo tempo. E nesse contexto, em que se percebe uma relação dialética entre local e global, certas Ongs nacionais, coligadas a suas parceiras internacionais, fazem exigências a respeito do direcionamento de recursos para a proteção de ecossistemas brasileiros, tais como o caso da Mata Atlântica.⁵

Também as agências bi, multi e translaterais impõem novas diretrizes. É o caso do BID e do BIRD, do Grupo dos Sete (G-7), da União Européia, e das instituições ligadas à ONU, todas responsáveis pelo financiamento de grandes projetos socioambientais no Brasil. Entre as atuais diretrizes/recomendações, destaca-se a de interesse central nesta

³ Silvio Caccia Bava, presidente da ABONG (Associação Brasileira de ONGs), apresenta vários exemplos no artigo: *O Terceiro Setor e os Desafios do Estado de São Paulo para o século XXI*. In: Abong (2000) Ongs, identidade e desafios atuais, cadernos da Abong, n.º. 27, maio 2000, Editora Autores Associados, São Paulo.

⁴ Conforme anunciado no *Tratado de Educação Ambiental* assinado por inúmeras entidades nacionais e internacionais durante o *Forum Global* em 1992.

⁵ Caso da inclusão da Mata Atlântica no *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*, implantado pelo Governo Brasileiro com recursos do PPG7, que resultou da pressão de Ongs internacionais sobre as nações centrais após a articulação com importantes Ongs brasileiras - tais como a SOS Mata Atlântica.

pesquisa: o incentivo à *participação comunitária* em projetos ambientais. Este trabalho mostra que a maioria dos projetos desenvolvidos nos últimos anos no Brasil vêm incorporando a diretriz participativa.

O fato é que a *participação* migra do universo das Ongs para os setores governamentais e empresariais que, embora utilizando o mesmo discurso, nem sempre compartilham dos mesmos objetivos emancipatórios que inspiravam as iniciativas participativas latinoamericanas dos anos 70.

O AMBIENTE SOB OUTROS OLHARES...

A crescente ampliação da participação cidadã no gerenciamento ambiental instiga a reflexão sobre quais seriam os principais atores, e onde se deveria iniciar o planejamento das intervenções ambientais. O *lugar* (Tuan, 1983) seria uma dimensão privilegiada, por representar a esfera da convivência cotidiana dos principais sujeitos atingidos pela crise ambiental. Neste estudo, se examina **o porquê** de se considerar o *lugar* um espaço prioritário de debate e de gestação de propostas alternativas ao modelo convencional de conservação ambiental no Brasil – modelo este que ainda vê a presença de moradores tradicionais nas unidades de conservação como uma ameaça à sustentabilidade ecológica.

CAMINHOS PERCORRIDOS E ESCOLHA DO UNIVERSO DE PESQUISA

Esta pesquisa enfoca, no início, o estudo de possíveis formas de participação de grupos da sociedade civil em projetos de conservação e de proteção ambiental. Tal escolha foi, certamente, influenciada por minha própria trajetória profissional, trilhada, exclusivamente, no “mundo das Ongs” até o ingresso no programa de pós-graduação em Geografia Humana. Assim, para situar as questões teóricas e metodológicas que surgiram ao longo do processo de elaboração da tese, além das mudanças de rumo que houve no decorrer da pesquisa, apresento, a seguir, um tipo de memorial deste estudo.

Trata-se da história da pesquisa, que quer queira, quer não, entrelaçada a minha própria história.⁶

Desde que me formei em Agronomia, em 1987, integrei várias equipes técnicas em projetos de desenvolvimento rural e de proteção ambiental conduzidos por Ongs. No *Esplar*, ONG no Ceará que assessora o movimento social no campo, pesquisávamos sistemas agrícolas sustentáveis adaptados à realidade social e ambiental da caatinga. Vivi durante três anos na região semi-árida do Ceará, no interior do município de Quixeramobim, trabalhando diretamente com grupos de pequenos agricultores e sindicatos de trabalhadores rurais em “pesquisas participativas”. O que buscávamos eram soluções tecnológicas simples e baratas de uso do solo, baseadas nos preceitos da agroecologia. Também promovíamos cursos de formação em agricultura alternativa para produtores rurais familiares, inspirados em algumas das idéias de Paulo Freire, ou seja, procurando estimular a troca de experiências e valorizando o conhecimento tradicional e prático dos agricultores. Foi no sertão cearense que me dei conta, pela primeira vez, de que nossos parceiros agricultores viam coisas que eu não via, escutavam coisas que não escutava, percebiam inúmeras conexões entre as plantas, os animais e o solo que meus colegas agrônomos, técnicos agrícolas e eu não captávamos.

Diretamente da caatinga de São José do Macaóca (CE) parti para estudar na Universidade de Flensburg no extremo norte da Alemanha, onde obtive uma bolsa de mestrado para cursar um programa de desenvolvimento rural voltado para “países do terceiro mundo”. Tendo como base o trabalho desenvolvido no Ceará, realizei um estudo comparativo sobre a contribuição dos sistemas agroflorestais utilizados por comunidades tradicionais no Brasil e na Índia na sustentabilidade socioeconômica da agricultura familiar. Este tipo de agricultura, erroneamente conhecido sob o nome de “agricultura itinerante”, é utilizado ainda hoje por indígenas e outros povos tradicionais em todo o mundo tropical.

E por que a Índia? A revisão bibliográfica realizada sobre o tema indicava aquele país como pioneiro em pesquisas sobre a agrofloresta. Contatei pesquisadores em várias instituições indianas e decidi realizar meu trabalho de campo no estado de Rajasthan, região vizinha ao Paquistão, onde estava sendo implantado um projeto

⁶ Convém esclarecer ao leitor que o tom pessoal utilizado aqui perpassa somente partes deste trabalho. Com excessão do *Álbum de Retratos*, produzido durante o trabalho de campo, no qual deixo emergir livremente minhas emoções e imaginário face à realidade vivenciada na Ilha do Cardoso, o caráter mais pessoal reaparece somente em alguns trechos da tese, nos quais abster-me de um claro posicionamento relativo às idéias que apresento seria, no mínimo, incoerente.

governamental de recuperação de áreas degradadas (*Wastelands Development*) coordenado por uma ONG em Udaipur: a *Sewa Mandir*. Durante três meses de trabalho de campo na área também semi-árida de Udaipur, as principais dificuldades enfrentadas pela equipe da Ong se distanciavam cada vez mais de soluções no âmbito técnico. Referiam-se, principalmente, à participação das comunidades tradicionais – e de determinadas castas dentro da mesma comunidade – no projeto governamental. Surgiram, então, perguntas para as quais não encontrei respostas possíveis na época. Eram elas: Por que algumas comunidades, ou castas, participavam mais ativamente do que outras? Qual a dinâmica de participação? Quais seus principais limites?

De volta ao Brasil, identifiquei-me com um determinado segmento do movimento ambientalista que propunha atividades de educação ambiental visando estimular o exercício da cidadania para a melhoria da qualidade de vida. Fiz parte de alguns projetos da ONG - *Instituto Ecoar para a Cidadania* - e passei a integrar a equipe inicial de coordenação do “Projeto de Educ-Ação Ambiental PROCAV”, financiado pela prefeitura de São Paulo para realizar atividades de educação ambiental em áreas de canalização de córregos nas Zonas Norte e Leste da cidade. Procurávamos desenvolver uma metodologia participativa baseada na *pesquisa-ação* para trabalhar com grupos de bairro e escolas visando criar uma rede de comunicação e alternativas de geração de renda para estas populações. Em virtude da crise da prefeitura, já instalada em 1997, os recursos foram suspensos e nossa equipe de trabalho, desmobilizada. Todavia, o PROCAV proporcionou uma experiência rica para pensar o papel das parcerias que fazem parte atualmente da grande maioria dos programas socioambientais. Além disso, fomentou uma série de questões especialmente a respeito das *metodologias participativas* e de formas locais de organização social, que, certo tempo depois, retomei na pesquisa empírica realizada para a elaboração desta tese.

Ao objetivo inicial do presente trabalho – analisar o discurso participativo em projetos ambientais contraposto à praxis das instituições proponentes – somaram-se novas questões relacionadas à problemática enfrentada por comunidades tradicionais que hoje habitam as chamadas unidades de conservação (UCs – parques, reservas, estações ecológicas...– Devo a Antonio Carlos Diegues, a quem conheci quando ministrava a disciplina *Sociedade e Meio Ambiente* no PROCAN (Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental) da USP, a perspectiva de incorporar outras visões de conservação da natureza neste estudo. Diegues também colocou-me a par do “Projeto de

Preservação da Mata Atlântica” (PPMA), coordenado pela Secretaria do Meio Ambiente, recém-iniciado na época, que teria uma proposta de envolver comunidades tradicionais na proteção ambiental em nove UCs em SP. O Projeto acabou se tornando o principal pano de fundo deste trabalho.

Já no curso de pós-graduação em Geografia Humana na USP, o universo das humanidades estimulou-me bastante e foi com evidente avidez que iniciei minha travessia para as “novas áreas de conhecimento”. Entre os grupos de estudo que passei a integrar na Universidade, devo destacar os dois coordenados pela profa. Regina Sader: o *Laboratório do Imaginário* (LABI) e o Grupo de Estudo de Autores Clássicos da Geografia. Nossas leituras coletivas trouxeram novas perspectivas para esta pesquisa. O estudo da relação territorialidade e identidade, parte desta tese, por exemplo, foi fruto daqueles encontros e incorporou contribuições de várias pessoas de ambos os grupos.

Após percorrer algumas das UCs que fazem parte do PPMA, decidi realizar o estudo de caso no Parque Estadual da Ilha do Cardoso, no litoral sul de SP. Observações empíricas durante o período em campo indicaram, no entanto, a necessidade de um certo redirecionamento da pesquisa: que das políticas públicas, a prioridade inicial, passou a focar, principalmente, o estudo do mundo simbólico e imaginário dos vários atores envolvidos na gestão ambiental da área escolhida.

A análise de representações espaciais da cultura caiçara, contrapostas àquelas comumente utilizadas pelas “ciências ambientais”, apontaram aspectos que considero relevantes para a reflexão sobre o ordenamento territorial da Mata Atlântica. Finalmente, após ter acompanhado durante um longo período o trabalho do *Comitê de Apoio à Gestão Ambiental* da Ilha do Cardoso, teço algumas considerações sobre aspectos que, na minha leitura, foram determinantes para o êxito daquela experiência de gestão ambiental participativa, hoje conhecida e muito elogiada em todo o Brasil.

O TRABALHO DE CAMPO E AS PRIMEIRAS LEITURAS

A pesquisa de campo na Ilha do Cardoso foi realizada no espaço de tempo compreendido entre a primeira reunião preparatória para a elaboração do Plano de Gestão Ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso – fase 1 do PPMA – realizada em abril de 1997 e a 38ª reunião ordinária do Comitê de Apoio à Gestão Ambiental de fevereiro de 2001. Neste período de quase quatro anos estive no campo em diversas ocasiões.

Nas primeiras viagens exercitei meu “olhar distraído”⁷ desfrutando da relativa liberdade que se tem no início de uma pesquisa. Foi durante aquelas conversas descompromissadas com alguns moradores locais – na cozinha, depois das refeições; à noite antes de se recolherem ou nos frequentes dias de chuva quando os homens não saíam para pescar – que foram criados nossos primeiros laços afetivos.

Durante os meses de janeiro e fevereiro de 1999, permaneci o maior período em campo convivendo com as famílias caiçaras nas comunidades do Marujá, Pontal do Leste, Enseada da Baleia, Foles e Cambriú. Naquela temporada foi possível realizar um grande número de entrevistas livres – algumas gravadas, outras lembradas e anotadas posteriormente –, além de solicitar a alguns de meus interlocutores que desenhassem mapas mentais e calendários, os quais me serviram, entre outras coisas, para elaborar a etnografia sobre os territórios da pesca (capítulo 3) e subsidiar alguns recortes que acabei tendo que fazer para delimitar melhor o principal universo desta pesquisa.

Em março de 2000 decidi aplicar cerca de cinquenta questionários e visitar, praticamente, todas as casas do Marujá para coletar dados quantitativos e qualitativos referentes à influência do turismo na vida daqueles moradores – tarefa na qual fui auxiliada por três estagiários da Esalq/USP.

Assim, minha presença na Ilha oscilou entre períodos muito curtos – quando lá estive somente para participar das reuniões mensais do Comitê – e temporadas mais

⁷ Imagem usada pelo professor Marcos Sorrentino, da Esalq/Usf, para explicar a seus orientandos como se se aproximar do objeto de estudo nas primeiras idas a campo.

longas, como a que relato detalhadamente no *Álbum de Retratos*. Em todas as viagens, carreguei comigo minha câmera fotográfica, o que me permite, agora, utilizar imagens para apresentar, neste trabalho, a *minha leitura* do que observei e vivi na Ilha do Cardoso. Com esse material também montei um pequeno audiovisual que tenho apresentado nas comunidades da Ilha como uma forma singela de retribuição à atenção que me dedicaram.

A proposta inicial da tese era realizar um estudo crítico que contribuísse com subsídios para o planejamento ambiental das UCs da Mata Atlântica. Cheguei ao final do trabalho de campo, consciente de que tal missão foi satisfatoriamente cumprida, mesmo tendo sido seduzida pelo convívio com as famílias caiçaras. Com as mulheres, com quem naturalmente tinha maior abertura, aprendi sobre os prazeres e as dificuldades da vida e do trabalho feminino naquelas famílias que, via de regra, são muito extensas e das quais os homens frequentemente se ausentam por longos períodos. Com alguns homens, tomei conhecimento de inúmeros detalhes sobre a pesca artesanal e da espacialização de hierarquias que envolvem tal atividade. Também ouvi as histórias dos mais velhos e apreciei, sobretudo, aquelas que contavam de seus antepassados indígenas. Junto às crianças, observei a vivacidade e criatividade de suas brincadeiras e jogos, o que não se nota mais nas crianças urbanas. Além disso, tive a oportunidade de participar de algumas de suas festas e tomei o cuidado para não me envolver nos conflitos internos, que logo percebi existirem nas comunidades visitadas.

No coroamento da pesquisa, dedico-me a analisar a importância da *convivência*. Da mesma forma que os laços intersubjetivos criados foi crucial durante todo o trabalho de campo, a convivência, vista numa dimensão muito mais ampla, foi fundamental para o êxito do processo coletivo de negociação, que envolveu sujeitos de diferentes culturas e profissionais de diversas áreas de conhecimento, comprometidos, como neste caso específico, com a gestão ambiental de uma área remanescente da Mata Atlântica.

CAPÍTULO 1

A PARTICIPAÇÃO COMO DISCURSO: LEITURAS SOBRE PARTICIPAÇÃO NA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

A *bordagens participativas* têm sido incorporadas por um número cada vez maior de atividades de ordenamento do espaço público em todo mundo, nos últimos anos. No Brasil, as várias questões que giram em torno do papel da *participação* da sociedade civil em programas de desenvolvimento e de proteção ambiental encabeçam as pautas do dia, tanto em órgãos governamentais, como em não governamentais.

Na universidade e em outras instituições de pesquisa, principalmente na área das ciências humanas, observa-se igualmente o resgate e a revisão de algumas das clássicas questões relacionadas à *pesquisa participante*. Tais propostas, que pretendiam unir investigação coletiva e intervenção social, teriam proliferado nos anos 70, na América Latina, a partir das idéias e métodos pedagógicos de alguns intelectuais de esquerda, tais como Paulo Freire e Orlando Fals Borda. A novidade é que hoje a *participação* extrapola o discurso e a práxis das esquerdas.

A ampliação dos espaços de *participação* da sociedade civil é apontada, nos últimos anos, como uma das diretrizes fundamentais em projetos de desenvolvimento sustentável e de conservação ambiental, constando entre as principais exigências do Banco Mundial e agências multilaterais de cooperação (Kfw, PP-G7, Comunidade Européia, etc.). Além disso, através da política de descentralização administrativa, legitimada pela Constituição Brasileira de 1988, a *participação* no gerenciamento ambiental de áreas naturais protegidas passa a ser incentivada por meio de mecanismos vários, como é o caso da criação do CONAMA (*Conselho Nacional do Meio Ambiente*), e outras normas constitucionais.

Mas, o que se entende por *participação*?

Participação é um conceito bastante genérico que costuma vir acompanhado por determinados adjetivos que procuram imprimir-lhe um significado mais ou menos particular: *participação comunitária*, *participação popular*, *participação cidadã*, *participação social*, *participação política*... Contudo, de forma geral, tal conceito quando utilizado hoje em dia, raramente, apresenta a mesma conotação que possuía nas décadas de 60 e 70 na América Latina. Assim como ocorre com *desenvolvimento*

sustentável, os vários significados atribuídos à *participação* – e seus derivados *participativo*, *participante*, etc... – expressa uma ambigüidade do conceito.

Procurando situar as bases teóricas e metodológicas das abordagens participativas, a história da *pesquisa-participante* na América Latina será brevemente revisitada. Além disso, serão contextualizadas a gestação e proliferação de propostas participativas nos países centrais. Também serão apresentadas as principais idéias de alguns dos defensores contemporâneos das *metodologias participativas*, bem como pontos de vista mais críticos deste tipo de abordagem.

Devo esclarecer, de antemão, que esta análise leva em consideração, sobretudo, o **discurso participativo** que se identifica em projetos e programas de proteção ambiental no Brasil, mais especificamente, nas falas dos vários atores envolvidos e nos documentos difundidos - através da mídia e dos meios eletrônicos - pelas instituições que coordenam ou financiam os projetos. Contudo, a noção de discurso utilizada neste capítulo não é aquela comumente empregada pela lingüística. Parte de um ponto de vista mais restrito, como o que foi sugerido por Kay Milton (1996: 167).⁸

Como o tema *participação* não se esgota aqui, ao contrário, permeia todo este trabalho, sugiro, ao final do presente capítulo, eixos de reflexão procurando ampliar as dimensões de análise do principal universo deste estudo: o processo participativo de gestão ambiental no *Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA)* e, em particular, a experiência do Comitê de Apoio à Gestão Ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

⁸ “Um discurso é uma área de comunicação definida puramente por seu tema. Neste sentido, o discurso ambiental é comunicação sobre o ambiente, e discurso ambientalista é comunicação sobre proteção do ambiente. Não há aqui nenhuma implicação do modo particular que o discurso está sendo usado, nem de uma forma particular de compreensão que está sendo gerada”. Milton, Kay (1996:166) *Environmentalism and Cultural Theory – exploring the role of anthropology in environmental discourse*. Routledge. London and New York, 1996. Em outros capítulos da tese lançarei mão de uma outra noção de discurso que tem um sentido um pouco mais amplo: discurso como um “processo através do qual o conhecimento é constituído através da comunicação”. Ambas dimensões do discurso mais utilizado pelas ciências sociais são levadas em conta por Milton para analisar a relação do discurso ambientalista com a globalização contemporânea.

O MOVIMENTO DA PESQUISA PARTICIPANTE NA AMÉRICA LATINA: UMA BREVE REVISITA

Estratégias participativas em pesquisa e em projetos de desenvolvimento não são recentes na região. Carlos Rodrigues Brandão considerou o questionário da enquete operária de Marx e o método de alfabetização de Paulo Freire como precursores das práticas político-pedagógicas, conhecidas por *pesquisa-participante*, que teriam proliferado na América Latina no início dos anos 70.⁹ Negando estilos de pesquisa de base positivista que teriam transformado as ciências sociais em meros instrumentos de controle social, intelectuais que propunham a pesquisa-participante não buscavam simplesmente conduzir uma pesquisa voltada para os interesses das classes populares. A nova proposta metodológica iria muito além disso...¹⁰

A exposição de Paulo Freire para educadores, na Tanzânia, em 1971, ilustraria bem alguns dos princípios gerais da *pesquisa-participante*:

“...Simplesmente não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles, um conhecimento de um conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento. Se me interessa conhecer os modos de pensar e os níveis de percepção do real dos grupos populares estes grupos não podem ser meras incidências de meu estudo.” Do ponto de vista pedagógico, Paulo Freire haveria reiterado: “...fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares”.¹¹

O sociólogo colombiano, Orlando Fals Borda, é sem dúvida uma das principais referências quando se procura analisar os fundamentos das atuais estratégias e

⁹ “O questionário da enquete de Marx entre operários que, mais do que coletar dados sobre a sua condição, era um exercício de fazê-los pensar, enquanto respondiam”. (Brandão, 1982: 223).

¹⁰ Uma experiência presenciada por Brandão exemplificaria bem o processo de transição de uma pesquisa social compromissada com as lutas populares para uma efetiva prática de pesquisa-participante. Trata-se da história da Diocese de Goiás, no início da década de 70, onde o antropólogo constata que a pesquisa-participante naquele contexto representaria, em termos gerais, um instrumento utilizado pelos agentes pastorais para a produção de conhecimentos que iriam servir de base para discussão e orientariam suas atividades ou programas de educação popular. Como salienta Brandão, aquele tipo de pesquisa estaria inserida em “trabalhos populares aos quais devia servir”, como por exemplo, na luta pelo uso e posse da terra, onde os trabalhadores continuavam sendo objeto da pesquisa, não seus agentes. Foi a partir daquela experiência que, dez anos após iniciado o trabalho pela Diocese, foi dado um passo decisivo naquela região para se fazer uma pesquisa com os trabalhadores, não sobre eles. A pesquisa em si passaria então a ser um instrumento de trabalho, não “para o trabalho, ou seja, separado dele. “... o que é diferente de convocar sujeitos do povo a virem participar de pesquisas sobre ele próprio e seu mundo, dentro de nossos padrões tradicionais apenas estrategicamente ‘popularizados’”. (Brandão, 1982:238)

¹¹ Freire, Paulo (1971) *Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação*, In: Brandão, Carlos Rodrigues (1981) *Pesquisa Participante*, Editora Brasiliense, São Paulo.

instrumentos participativos. Da mesma forma que Paulo Freire, critica o mito da neutralidade e da objetividade da ciência e propõe o que chama de uma “ciência popular”, que teria como base “*o conhecimento empírico, fundado no senso comum, que tem sido uma característica ancestral, cultural e ideológica dos que se acham na base da sociedade*”.¹²

Tendo como referencial o marxismo do ponto de vista metodológico, os idealizadores da pesquisa-participante teriam enfatizado o papel do cientista social (ou pesquisador) no processo. Este deveria assumir uma postura ativa e compromissada com as necessidades coletivas mais gerais, procurando incorporar, de forma gradativa e permanente, suas contribuições específicas ao saber popular.¹³ O fruto deste novo tipo de conhecimento, enriquecido e ampliado por uma constante reflexão e ação, sobretudo em campo, estaria a serviço dos interesses, motivações, aspirações e necessidades das classes populares e categorias sociais mais subjugadas na América Latina – entre as quais, Fals Borda destacaria em seus escritos os operários, camponeses e índios.

No estudo de Marcela Gajardo, datado de 1986, uma característica comum às experiências latino-americanas de *pesquisa-participante*, analisadas pela autora, seria a crítica ao modelo de desenvolvimento capitalista e às injustiças sociais subjacentes aos regimes ditatoriais em curso no subcontinente. As estratégias de *pesquisa-ativa*, *pesquisa temática*, *pesquisa na ação*, *pesquisa-militante* – modalidades genericamente conhecidas por *pesquisa-participante* e diferenciadas por Gajardo –, possuíam orientações diversas, muita vezes opostas. Por princípio geral, a *pesquisa-participante* procurava desenvolver um estilo de pesquisa que rompesse com a relação sujeito-objeto da pesquisa acadêmica tradicional, substituindo-a por uma relação sujeito-sujeito.¹⁴

¹² Fals Borda (1980) Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular, artigo publicado em Brandão (1981). Ver também o célebre livro de Fals Borda: *Campeño de los Andes*.

¹³ Inúmeros são os trabalhos nesta mesma linha da pesquisa-participante que discutem o papel e a postura do mediador (intelectual, agente pastoral, técnico de ONG ou qualquer indivíduo externo comprometido com o grupo popular). Aproxima-se da noção gramsciana de “intelectual orgânico”. Nos textos, em geral, reafirma-se a especificidade de seu papel e condena-se aqueles que pretenderam “disfarçar-se” de agricultor, índio ou operário assumindo uma postura basista, por melhores que tenham sido suas intenções. Nas palavras de Freire: “ao rejeitarmos a manipulação do educador autoritário, rejeitamos também a anulação do educador, contida em propostas ingenuamente libertadoras, segundo as quais o educador, em nome do respeito aos educandos, os deixaria entregues a si mesmos. Na verdade, não há por que devesse o educador democrático ter vergonha de ser educador” - trecho citado no texto de Rosiska e Miguel Dracy de Oliveira em BRANDÃO (1981: 28)

¹⁴ Algumas propostas de ONGs e de prefeituras do PT têm ainda como pano de fundo as mesmas orientações políticas que as analisadas na década de 80. Contudo, representam uma minoria entre as práticas participativas contemporâneas mais conhecidas.

Gajardo teria destacado duas principais vertentes da pesquisa-participante na época: uma vertente sociológica e uma educacional. A vertente sociológica reagiria “aos paradigmas dominantes de interpretação da realidade social”. A pesquisa deveria ser condizente com a realidade dos países latino-americanos, distanciando-se, desta maneira, dos modelos de pesquisa sociológica “importados” dos países centrais. A vertente educacional da pesquisa-participante espelharia os preceitos dos programas de educação popular “*possibilitando a aquisição dos conhecimentos, habilidades e aptidões para participar do poder social e da gestão coletiva dos meios de produção*” (Gajardo, p.14)¹⁵. Assim, não visava somente a produção e a comunicação de conhecimentos junto aos setores mais populares da sociedade. Pretendia estudar essa realidade, modificando-a, tendo como orientação principal: “*satisfazer os interesses e necessidades dos setores populares, incrementar sua capacidade de movimento e participação e apoiar o fortalecimento de suas organizações*” (p. 7).¹⁶ A autora, no entanto, colocaria várias interrogações a respeito da contribuição efetiva daquelas práticas, tanto nos processos de transformação social quanto no desenvolvimento teórico-metodológico (p. 78).

As bases teórico-metodológicas da *pesquisa-participante* clássica teriam, de certa forma, influenciado as chamadas *metodologias participativas* que proliferaram em inúmeros países do Sul, na década de 80.¹⁷ Atualmente, porém, o ideal de emancipação social que movia aquelas práticas não é mais observado na maioria das experiências de que se tem notícia. Se na década de 70, quase a totalidade dos exemplos agrupados por Carlos Rodrigues Brandão, em *Repensando a Pesquisa Participante*, estavam relacionados às pastorais da Igreja Católica que se colocariam “*a serviço de projetos de construção de bases sociais do poder popular*”, as *metodologias participativas*, salvo algumas raras exceções, têm hoje um caráter muito mais funcional, cumprindo o papel de instrumentalizar processos de planejamento.¹⁸

¹⁵ Gajardo, Marcela (1986) *Pesquisa Participante na América Latina*, Ed. Brasiliense, São Paulo.

¹⁶ Nas palavras de Carlos Rodrigues Brandão: “A participação não envolve uma atitude do cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político de grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir.” (Brandão, 1981:12)

¹⁷ Robert Chambers faz um inventário das metodologias participativas em um artigo que será comentado adiante. No Brasil, a ABONG em parceria com o SACTES publicaram, em 1995, textos de diferentes autores que relatam experiências recentes na utilização das metodologias participativas na América Latina.

¹⁸ Claro, deve-se levar em conta a influência das inúmeras transformações que ocorreram no mundo desde 1990, e suas consequências econômicas, políticas, sociais e comportamentais.

A PARTICIPAÇÃO DESDE OS ANOS 60: OS VÁRIOS SIGNIFICADOS

Além dos escritos dos precursores latino americanos citados, há de se destacar, a título de reflexão sobre o tema, o trabalho dos ingleses Nici Nelson, Susan Wright e Robert Chambers. Contudo, raros são os autores que assumem uma posição crítica frente à legitimidade das chamadas *metodologias participativas*. É o caso do iraniano Majid Rahnema, que faz uma espécie de arqueologia do ideal da *participação*, trazendo contribuições interessantes a esta reflexão. Voltarei a ele adiante.

Nici Nelson e Susan Wright fazem um paralelo entre a origem do movimento participativo e as diferentes correntes políticas presentes na Europa na década de sessenta. As orientações a favor da ampliação da *participação*, nos anos 60 e 70, eram bastante polarizadas na Inglaterra (e provavelmente na maioria dos países). De um lado, havia um intenso movimento nas universidades que propunha a *participação* como metodologia de pesquisa, procurando envolver as classes sociais populares na produção do conhecimento ao estimular sua emancipação¹⁹. Por outro lado, na mesma época, a *participação* também era uma estratégia utilizada naquele país como forma de legitimação dos planos nacionais de reforma estrutural através de instrumentos vários, tais como questionários, palestras e encontros públicos. Nesse sentido, segundo as autoras citadas, *participação* representava, antes de mais nada, cooptação pela órbita estatal.

Na década de 80, novos significados de *participação* migraram aos países centrais advindos de países periféricos, onde tiveram sua trajetória ligada à oposição aos regimes políticos ditatoriais – caso dos ideais de Paulo Freire que, segundo as autoras inspiraram significativamente boa parte dos autores que tratam do tema. Apesar das propostas de Freire e de Fals Borda de fazer da *participação* um “fim” e não um “meio”, a influência das esquerdas latino-americanas em âmbito mundial não foram tão impactantes, e teriam provocado uma simples revisão das estratégias convencionais de desenvolvimento de autoria de órgãos governamentais nos países centrais. A

¹⁹ De certa forma, houve uma retomada de temas, tais como alienação e emancipação, anteriormente desenvolvidos pela escola de Frankfurt. A grande efervescência da época foi fermentada também pelos escritos de Foucault (*Microfísica do Poder*) a respeito das formas de controle utilizadas pelo Estado que se oporiam ao poder do povo, este diluído em vários níveis e esferas da sociedade.

participação passou, então, a fazer parte dos programas de desenvolvimento, de forma a tornar as políticas desenvolvimentistas mais eficientes e mais econômicas.

No final dos anos 80, uma nova onda de discussão sobre o que passa a ser chamado de *desenvolvimento participativo* é iniciada. Na Conferência de Arusha, na África, organizada pela Comissão Econômica das Nações Unidas em 1990, organizações de países do Sul fazem pressões para que sejam incorporadas estratégias visando “*fazer do povo o ponto central no desenvolvimento através de crescimento econômico, equidade e ‘participação popular’*” (Nelson e Wright, 1995: 4).

No início dos anos 90, diversas agências multilaterais de cooperação passam a utilizar métodos participativos de gerenciamento em projetos na Ásia (exemplo da GTZ da Alemanha), o que acaba pressionando o próprio Banco Mundial a adotar postura semelhante.

Robert Chambers (1992) explica que o fenômeno de “renascimento da *participação*” nos anos 90 teria várias origens: *Primeiro*, pelo fato de grande parte do fracasso de políticas de desenvolvimento ser atribuído à imposição de “modelos prontos, do tipo de baixo para cima”, aplicados indiscriminadamente em realidades muito diferentes, não se adequando às reais necessidades locais; *Segundo*, por razões de ordem econômica, conforme a crença de que “quanto mais o povo do local participar, menores serão os custos dos projetos” (agências financiadoras afirmavam, na época, que a *participação* contribui para a sustentabilidade de grande parte dos projetos. Havia sido verificado que quanto maior é a *participação* local, maiores são as possibilidades de continuidade do projeto); *Terceiro*, a participação teria sido fomentada devido a posições ideológicas de muitos dos profissionais envolvidos em projetos de desenvolvimento “que acreditam que os pobres devem ser fortalecidos e devem tomar o comando de suas próprias vidas” (Chambers, 1995).

Sinais que comprovam a existência do que este autor chama de “boom da *participação*”, na década de 90 do século XX, são vários, dos quais teria destacado a proliferação das chamadas *metodologias participativas*. O autor identificou 29 tipos de metodologias desenvolvidas desde os anos 70, que classificou em três grupos:

metodologias participativas de extensão e pesquisa agronômica, de manejo local de recursos naturais, e de diagnóstico local²⁰.

Como um dos principais difusores desse tipo de abordagem, Chambers conclui:

“A participação possui uma forte conotação de mudanças, não somente para um local ou povo específico. Trata-se de um paradigma - um modelo de idéias, valores, métodos e comportamentos - que podem ser aplicados em quase toda atividade social e expandir-se em todas as direções”.²¹

O fato que considero mais relevante é nunca ter havido, ao longo da história, um significado único atribuído à *participação*. Em certos casos, *participação* é vista como *autogestão*, um corolário questionando a onipresença do Estado. Em outros, políticas de reformas estruturais são acompanhadas pela ênfase dada à *participação* das comunidades e da família – sendo que na década de 80 valorizou-se em especial a *participação* das mulheres. De forma geral, a *participação* que nos anos 60 e 70 havia se espelhado nos ideais de emancipação popular é “desenraizada” de suas bases sócio-culturais originais. No contexto mais contemporâneo, segundo Majid Rahnema, “*participar se reduz ao ato de compartilhar de mesmos objetivos de mercado e dos arranjos sociais necessários ao desenvolvimento econômico*” (Rahnema, 1992:120).

²⁰ Na listagem abaixo sistematizada por Vitor Arai são apontadas as “metodologias participativas” inventariadas por Chambers e outros defensores das abordagens participativas desde a década de 70: CHAMBERS, Robert (1995) Paradigm shifts and the practice of participatory research and development. IN: NELSON, Nici and WRIGHT, Susan. Power and Participatory Development. Theory and practice. London. Intermediate Technology Publications. P. 30-42, 1995.

AAP	Aprendizagem Rural Participativa
CEFE	Competency Based Economies Through Formation Of Entrepreneurs
DELTA	Development Education Leadership Teams
DPP	Diagnóstico Participativo da Pobreza
DRP	Diagnóstico Rural Rápido
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
ER	Estimativa Rápida
FSR	Farming Systems Research
GRAAP	Groupe de recherche et d'appui pour l'auto-promotion paysanne
ITOG	Investimento, Tecnologia, Organização e Gestão
MAC	Mudança de Atitudes e Comportamentos
MAIP	Método Acelerado de Investigación Participativa
PAR	Participatory Action Research
REA	Rapid Ethnographic Assessment
REFLECT	Regenerated Freirian Literacy Through Empowering Community Techniques
SEP	Seguimiento y Evaluación Participativa
TFD	Theatre for Development
TFT	Training for Transformation

²¹ Chambers, Robert (1995, p.42).

O antropólogo Carlos Rodrigues Brandão, em 1982, faria várias ressalvas às estratégias participativas que, naquela época, eram entendidas como sinônimo de apoio às classes trabalhadoras. Questionaria os sentidos atribuídos à *participação*:

“Um dos atributos mais usuais das estratégias autoritárias é justamente o de convocar todos à participação. Conclamar as classes populares a ‘um amplo processo de participação’ para, depois, exercer sobre ‘povo participante’ projetos tutelares de controle e manipulação (...) Uma coisa é criar estratégias de participação popular e transformá-la em um exercício de manipulação populista, e outra coisa é fazer com que as práticas de mediação sejam, elas sim, participantes de situações e processos de produção e fortalecimento do poder popular.”²²

Brandão reconhece que, na maioria dos casos, há sempre uma relação desigual entre os agentes de mediação e os membros participantes que representam determinado setor popular da sociedade.²³ Ao mesmo tempo, mostra-se mais otimista quanto ao papel do “agente de fora” que conduz ou se encontra, de alguma forma, envolvido no *processo participativo*:

“... o trabalho do agente é útil ao povo porque é conjunturalmente desigual, ainda que no seu horizonte exista, na bruma da manhã, a aurora de um mundo onde a diferença que faz a liberdade não se estabeleça sobre a desigualdade que gera e preserva opressão. A questão fundamental é a de saber colocar a desigualdade a serviço”.²⁴

Outro aspecto a se considerar quando se debruça sobre o tema *participação* é o fato de o Banco Mundial ter priorizado, na última década, o financiamento de projetos que envolvam segmentos sociais mais pobres. Nesta instituição existe um grupo de profissionais denominado *Participation Learning Group*, que se dedica exclusivamente a pesquisar o tema *participação*. Em um de seus relatórios, é apontado o que se entende por *participação*:

“participação é um processo através do qual os marginalizados influenciam e dividem o controle de iniciativas de desenvolvimento, decisões e recursos que os afetam”²⁵

²² Brandão, Carlos Rodrigues (1982:249-250).

²³ “...Esta é uma ilusão que atrapalha porque mente. Supor que a participação está baseada em uma relação de troca constituída sobre uma suposta igualdade de poder e saber oculta o fato real de que, entre o agente de mediação (um intelectual não raro de ‘nível superior’) e a ‘comunidade’(lavradores, subempregados, operários) há sempre uma desigualdade antecedente. Tal desigualdade não se resolve metodologicamente nem na relação de compromisso entre os dois lados, nem de modo específico, no interior de uma pesquisa participante. Constituída por relações desiguais da estrutura social de saber e poder, tal desigualdade é constitutiva da própria ação mediadora do agente a quem, não raro, gostamos de dar o nome de intelectual orgânico a serviço das classes populares..” (Brandão, 1982: 252).

²⁴ Brandão (1982), op.cit.

²⁵ The World Bank Participation Sourcebook, 1997.

Também o banco alemão Kfw, responsável pelo financiamento de inúmeros projetos ambientais no Brasil (caso do *Projeto de Preservação da Mata Atlântica* em foco no presente trabalho), tem estimulado a utilização de um *método participativo* desenvolvido pela agência de cooperação internacional alemã GTZ, o Zopp.²⁶

O papel de “*regulador de conflitos e supressão da subjetividade e dos interesses individuais em prol do bem comum*” que seus idealizadores conferem ao “método” Zopp lembra muito o papel do Estado na sociedade contemporânea. Este poder, no caso, personificado na figura do mediador ou facilitador do processo participativo, substituiria o poder do Estado em uma escala local. Poder-se-ia aferir que as funções atribuídas ao moderador do Zopp equivaleriam às que são de competência do Estado, ou até as extrapolam.²⁷

De fato, esta semelhança não é casual. O conhecido mau uso das verbas públicas, no Brasil, é uma das principais razões que levaram as agências multilaterais de cooperação a exigir, de forma explícita, a inclusão da diretriz “participativa” entre seus principais requisitos para a aprovação dos projetos. As atuais políticas de cooperação internacionais para o Brasil têm priorizado financiamento de projetos não governamentais ou onde exista comprovada parceria entre governo e entidades da sociedade civil (Ongs e entidades de base popular) que promoveriam o controle do Estado de maneira a evitar eventuais problemas de corrupção existentes nos órgãos públicos. Além disso, o fortalecimento das Ongs ambientalistas transnacionais, nas últimas duas décadas, resultou na inclusão destas organizações civis nos principais fóruns de debate e de tomada de decisão sobre o meio ambiente em âmbito mundial (Princen & Finger, 1996: 6).²⁸

²⁶ O Zopp será analisado adiante. A principal referência sobre este instrumento de planejamento é o artigo de Markus Brose in *Introdução às Metodologias Participativas – um guia prático* publicado pelo SACTES e ABONG em 1995: 21-22).

²⁷ Marilena Chauí analisa as funções do Estado no texto *Representação ou Participação*: “Na versão hegeliana, o Estado não é mero regulador dos conflitos da sociedade civil (como o é na versão liberal), mas supressor objetivo e racional dos conflitos por sua finalidade interna que efetua a negação-superação das particularidades conflitantes na universalidade do bem comum”. (Chauí, Marilena - *Cultura e Democracia*, Cortez, 1997: 279)

²⁸ Matthias Finger traz inúmeras contribuições para se pensar no papel das Ongs ambientalistas transnacionais quanto ao delineamento de políticas ambientais para o contexto global em PRINCEN & FINGER (1996) *Environmental NGOs in World Politics*. Routledge, London. Um dos exemplos citados pelos autores (p. 6) teria sido a pressão das ONGs sobre o Banco Mundial em 1983 para que fossem estabelecidos critérios de sustentabilidade nos projetos financiados pela instituição. O tema ONGs será discutido adiante.

Resta ainda uma questão um tanto quanto perturbadora que se encontra apenas na esfera das especulações. A transferência da responsabilidade do ordenamento do espaço público do Estado-Nação para entidades civis parte de uma estratégia neoliberal mundial? Nesse caso, a proposta originada na esquerda teria sido apropriada pela direita!

PARA ALÉM DA IDEOLOGIA PARTICIPATIVA...

Majid Rahnema assume uma posição bastante crítica com relação aos métodos participativos. Segundo o autor, os conceitos *participação* e *participativo* teriam surgido pela primeira vez no jargão do desenvolvimento no final dos anos 50. Naquela época, um dos principais porta-vozes da ideologia do desenvolvimento, Daniel Lerner, teria dito que “uma sociedade tradicional é não participante, enquanto que a sociedade moderna o é”. Baseado nesse princípio, passou-se a relacionar os insucessos dos projetos de desenvolvimento ao fato de que os povos eram mantidos fora do processo, desde o planejamento até a implementação. Tais projetos foram considerados inviáveis por serem realizados “de baixo para cima”, e severamente criticados os próprios *experts* envolvidos nas organizações de desenvolvimento da época.

Várias são as evidências de que a *participação* é percebida atualmente como um instrumento para melhorar a eficiência de projetos econômicos nos quais os pobres surgiriam como uma nova fonte de investimento. O próprio Banco Mundial conclui em 1973 que “A sustentabilidade a longo prazo dos projetos é diretamente ligada à participação ativa e informal dos pobres”. Segundo Sheldon Annis, citado por Rahnema (p.119), “vários projetos provaram que os pobres são clientes mais confiáveis do que muitos ricos, especialmente quando são enquadrados em organizações locais e participativas”.

Rahnema concorda que esteja havendo um interesse sem precedentes pelas abordagens participativas por parte de governos e instituições ligadas ao desenvolvimento. Um dos principais aspectos para se explicar o fenômeno seria o fato de a *participação* não representar mais um perigo para a política vigente, como nos anos 60 e 70. Muito pelo contrário, termos como “participação” e “participativo” tornaram-se

um *slogam* politicamente atraente, podendo ser usado de forma arbitrária por não possuir conteúdo próprio. E mais, alerta para o fato de que o conceito pode facilmente ser utilizado em processos de manipulação social.

A crítica do autor às abordagens participativas é ainda mais profunda. Ele discorda dos defensores da ideologia participativa em seus princípios primordiais:

“Quando A considera essencial B ter mais poder, A acredita não somente que B não tem poder - ou não tem o tipo certo de poder - mas, admite que A tem uma fórmula secreta de poder no qual B deve ser iniciado. Na atual ideologia participativa essa fórmula é, de fato, nada mais do que uma revisão da versão do tipo de poder exercido pelo Estado...”

29

Para Rahnema existiriam *outras formas de poder* entre o povo, além de *outras formas de resistência* ao poder dominante, muitas vezes, imperceptíveis aos agentes de fora. Critica, sobretudo, o pouco resultado das metodologias participativas ao longo de todos esses anos, e mais, condena seus agentes por contribuírem com a desvalorização das formas tradicionais de poder. Conclui que a mudança da qual esses atores (principalmente membros de Ongs) se dizem agentes, freqüentemente é só uma projeção de um ideal de mudança predefinida, geralmente influenciada pelas suas próprias percepções do mundo e inclinações ideológicas. Nenhum tipo de panacéia participativa ou democrática teria o poder de trazer a um grupo social oprimido ou pessoas condicionadas o que elas individualmente não possuem: a liberdade. (p.127).³⁰

Sob tais considerações, uma pergunta a se fazer é se o fortalecimento do poder local, paradoxalmente, não representaria de alguma forma uma ameaça à democracia. Especialmente no Brasil, onde se tem uma sociedade historicamente marcada pela tradição conservadora de elites oligárquicas e do clientelismo político (Martins, 1994)³¹, há que se refletir a respeito da relação entre descentralização da gestão ambiental e o poder local. Se por um lado o município representa a esfera de governo mais próxima

²⁹ Rahnema, Majid. (1992, p. 123) *Participation*. In.: The Development Dictionary, Org. Wolfgang Sachs, Zed books Ltd. Londres.

³⁰ Segundo Mathias Finger (1996:56), Rahnema seria um dos defensores da teoria do terceiro setor que será analisada nos capítulos finais da tese. Ref.: FINGER (1996) “NGOs and Transformation: beyond social movement theory”. In: PRINCEN & FINGER (1996) *Environmental NGOs in World Politics*. Routledge, London.

Observação: Justiça seja feita aos principais idealizadores da pesquisa-participante na América Latina, que ao contrário do que afirma Rahnema, se diziam contrários a qualquer tipo de manipulação por parte do pesquisador/educador. Os companheiros de Paulo Freire teriam escrito que: “...A pesquisa como itinerário político-didático não deve ser a oportunidade para o pesquisador fazer o seu discurso, impor suas idéias, conduzir o grupo à posição que ele estima correta. Em primeiro lugar, porque isso seria inútil, além de autoritário e mistificador. Pretender persuadir ou convencer alguém de que sua consciência da realidade é uma atitude não só ingênua, como também paternalista e deve ser mudada.”(Darcy de Oliveira in BRANDÃO, 1982: 33).

³¹ Martins, José de Souza (1994) *O Poder do Atraso*. Hucitec, São Paulo.

do cidadão, por outro, a descentralização do poder, no Brasil, mostra-se como uma “faca de dois gumes”. Antonio Carlos Robert Moraes (1996) aponta uma enorme diversidade entre os vários estados e municípios do país, sobretudo, em relação às disparidades demográficas, contrastantes na capacidade produtiva e na capacidade gerencial-administrativa. Assim, assinala que a municipalização instituída através da Constituição Federal de 1988 não significa necessariamente democratização, já que pode vir a fortalecer oligarquias locais e, conseqüentemente, gerar redes de base local socialmente excludentes.

Kay Milton (1996) também teria questionado a *participação* dos “beneficiários” em projetos ambientais:

“Participação enquanto tomada de decisão ‘em todos os níveis’ não confere a oportunidade para optar por algo fora do projeto, ou mudar sua direção. Confere pouco mais do que a chance de decidir como ir ao encontro de objetivos pré-estabelecidos pelo centro, sob condições dadas pelo centro.”³²

Grupos locais costumam ser os interlocutores prioritários da instituição responsável pelo projeto dito participativo – governamental ou não – em diferentes fases. Dependendo da fase em que novos atores são incluídos, é conferido um grau maior ou menor de *participação*. Raramente, no entanto, a sociedade civil é convocada para contribuir na escolha dos objetivos gerais desde o início de um projeto.

Outro pesquisador que pondera o papel das metodologias participativas utilizadas indiscriminadamente pelo Estado, nesse caso, em áreas onde vivem comunidades tradicionais é Antônio Carlos Diegues. O antropólogo pesquisou, durante anos, o modo de vida de povos tradicionais, que vivem até hoje nas áreas protegidas da Amazônia e da Mata Atlântica – parques nacionais e estaduais, reservas ecológicas e outras áreas genericamente denominadas “unidades de conservação” (UCs):

“... um dos problemas é que as autoridades responsáveis pelas unidades de conservação percebem as populações tradicionais como destruidoras da vida selvagem, desprezando oportunidades de incorporá-las no projeto de conservação. A Chamada participação das populações tradicionais no estabelecimento de parques e reservas, muitas vezes, não passa de cortinas de fumaça, para responder a certas demandas internacionais que

³² Milton (1996:p.195).

consideram o envolvimento dessas populações fator positivo para o êxito do empreendimento. Na realidade, geralmente, as autoridades governamentais nem sempre vêm com bons olhos a organização das populações que ainda se encontram em áreas de parques ou que foram reassentadas nos arredores.”³³

Diegues propõe, em alguns de seus trabalhos, a etnoconservação como importante fonte de conhecimentos na busca de soluções dos principais problemas enfrentados nas áreas protegidas – sobretudo, aqueles relativos à diversidade biológica e sociocultural. Nesse caso, segundo o autor, propostas de etnoconservação agregariam cientistas, populações tradicionais e Ongs nas investigações e ações coletivas em que se pretende combinar saberes e fazeres tradicionais com a ciência e tecnologia modernas. No entanto, ao envolver esta abordagem participativa na pesquisa, o desafio residiria, uma vez mais, em alguns aspectos subjacentes ao processo coletivo de construção do conhecimento, como por exemplo:

- 1] Como incorporar o etnoconhecimento “às *necessidades coletivas mais gerais, sem ocasionar a perda de sua identidade e seu teor específico*?”³⁴
- 2] Quais as qualidades exigidas por parte do pesquisador que conduz o processo de pesquisa coletiva?
- 3] Qual o uso que se fará das informações? Como garantir que não se faça “mau uso”, ou se aproprie indevidamente desse tipo de conhecimento? (Como por exemplo, patenteando informações baseadas no saber tradicional)
- 4] Qual o interesse que moveria comunidades ou indivíduos a participar?
- 5] *Como articular o conhecimento teórico e a práxis numa base permanente?*³⁵

³³ Diegues, Antonio Carlos (1998:20) O Mito Moderno da Sociedade Sustentada. Hucitec, São Paulo.

³⁴ Trata-se de um dos dilemas levantados por Orlando Fals Borda em seu texto clássico *Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante* (In: Brandão, 1981) quando se pretende resgatar e valorizar o que o autor chama de ciência popular.

³⁵ Outra indagação clássica de Fals Borda quando se realiza um trabalho participativo.

Todas estas são questões que continuam em aberto...³⁶

O QUE GRUPOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE CIVIL ENTENDEM POR PARTICIPAÇÃO?

Grupos organizados da sociedade civil, sobretudo aqueles que convencionalmente são denominados organizações não governamentais (Ongs)³⁷, vêm desempenhando um papel determinante no delineamento de políticas ambientais nacionais e internacionais, nas duas últimas décadas.

No período em torno da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), ou Rio-92, ocorre uma proliferação sem precedentes das chamadas ONGs ambientalistas no Brasil. Parte dessas entidades, que já vinha há um certo tempo desempenhando um papel significativo no cenário ambiental nacional e internacional, passa a ter grande proeminência, ocupando um espaço privilegiado na mídia. A crescente legitimidade das Ongs como porta-vozes do emergente movimento ambientalista brasileiro é evidenciada na ocasião do *Fórum Global 92*, megaevento que ocorreu paralelamente à conferência oficial da ONU e reuniu centenas de ONGs nacionais e transnacionais.

Não há como negar que o movimento ambientalista brasileiro (ONGs e movimentos sociais) passou por uma fase de amadurecimento nos últimos anos. É bom deixar claro que tal movimento agrega ONGs muito diferenciadas³⁸, que se distribuem em um amplo leque extremamente heterogêneo e, muitas vezes,

³⁶ Diegues e outros autores de várias áreas de conhecimento contribuem para a reflexão do papel das chamadas populações tradicionais na conservação e proteção ambiental da natureza na coletânea: Diegues, A.C. (org.) (2000) *Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*, Hucitec, São Paulo. A temática será retomada adiante.

³⁷ Utilizo genericamente o termo Ong para referir-me às entidades sem fins lucrativos, privadas, porém com interesses públicos, tais com as conhecemos hoje, excluindo do grupo associações tradicionais de assistência, que desenvolvem trabalhos de caráter mais voluntarista, orientados para fins filantrópicos nos moldes das Santas Casas da Misericórdia, que chegaram ao Brasil com os primeiros portugueses. Os dois conjuntos de entidades, segundo Simone de Castro Tavares Coelho (2000) compõem o Terceiro Setor brasileiro.

³⁸ Eduardo Viola dedicou-se a realizar uma tipologia das várias Ongs que fazem parte do movimento ambientalista brasileiro em um estudo sobre a política ambiental no Brasil no período de 1989 a 1995.

In: Viola, Eduardo & Ferreira, Leila da Costa (1996) *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*, Editora Unicamp, Campinas.

defendem posições antagônicas, além de apresentarem níveis contrastantes de profissionalização e de capacidade administrativa-gerencial. Vale ainda dizer que, algumas poucas conquistaram considerável inserção nos diferentes órgãos de governo e se projetaram internacionalmente. No extremo oposto, encontram-se pequenas ONGs intimamente ligadas a movimentos populares. Certos autores as denominam *as socioambientais*, entidades que defendem causas específicas, como o caso de movimentos contra barragens, de seringueiros, de moradores em unidades de conservação – caícaras, agricultores tradicionais, índios –, de grupos comunitários de bairros em áreas urbanas, entre outras (Rodrigues, 1997). Para Samyra Crespo, “as ONGs hoje são o reflexo de todo o fenômeno associativo latino-americano e brasileiro e as células vitais do chamado terceiro setor, em alusão ao setor-estado e ao setor-mercado”. (Crespo, 1997: 290).

Como mencionado anteriormente, hoje, as agências financiadoras internacionais consideram as Ongs parceiras mais confiáveis do que determinados governos nacionais, delegando-lhes o papel de coordenar grande parte dos projetos de desenvolvimento. Tal medida contribuiu ainda mais para o fortalecimento institucional e assegurou a legitimidade das “não governamentais” em fóruns transnacionais de negociação, como por exemplo na ONU, onde a participação das Ongs é garantida.³⁹

No Brasil, a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais), constituída em 1991, reúne atualmente 210 Ongs com destacada atuação na esfera pública. A concepção de *participação* da ABONG foi registrada em uma edição especial de seu periódico intitulado: ‘*O que esperamos dos Governos Municipais*’. Trata-se de propostas dessas Ongs para a administração dos municípios,

³⁹ Diversos são os autores que analisam a diversidade de Ongs e de suas ações ambientalistas em nível global e local. Lúcia Ferreira, em um recente artigo, destaca o livro já mencionado de PRINCEN & FINGER, o qual apresenta um instigante quadro quanto à abrangência da atuação das Ongs na área ambiental: “Milhares de Ongs emergiram em todos os continentes; algumas delas movimentam milhões de dólares e contam com contribuições pelo mundo afora. O European Environmental Bureau, por exemplo, congrega 120 Ongs ambientalistas; tem 20 milhões de sócios distribuídos em 12 países europeus e dispõe de acesso à Comissão da Comunidade Européia. Na América Latina e Caribe há cerca de 6 mil Ongs e na Índia são mais de 12 mil Ongs que se ocupam com temas ligados ao desenvolvimento. Entre 1983 e 1991 a renda da World Wildlife Found (WWF) cresceu de 9 milhões de dólares para 53 milhões de dólares e seus membros aumentaram de 94 mil para mais de um milhão. Hoje a WWF tem 4,7 milhões de filiados em todo o mundo e dispõe de orçamento anual de 293 milhões de dólares. No período de 1985 a 1990, o Greenpeace aumentou o número de seus membros de 1.4 milhões para 6,75 milhões e os rendimentos aumentaram de 24 milhões para 100 milhões de dólares. Em 1992 o Greenpeace tinha escritório em 24 países. A Friends of the Earth começou suas atividades em 1969 em São Francisco (USA) e em 1992 já contava com 51 membros espalhados pelo mundo. O Natural Resources Defense Council, fundada em 1972 com 6 mil membros, conta agora com 170 mil e um orçamento anual de 16 milhões de dólares” (Ferreira, Lúcia da Costa Conflitos Sociais Contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro, Ambiente e Sociedade, ano II – nº 5, 1999).

elaboradas no bojo das eleições municipais de 1996. Da sessão referente à *participação social* na definição de políticas públicas municipais, destaca-se o seguinte trecho:

“A construção de uma nova cultura política democrática, que supere os vícios do autoritarismo, do paternalismo e do clientelismo na relação entre estado e sociedade pressupõe a participação – entendida como ampliação do controle social sobre a gestão pública – como direito fundamental da cidadania, não se confundindo com eventuais discursos demagógicos de participação ou com o acobertamento de interesses corporativos de determinados grupos sociais”⁴⁰

Outra publicação da ABONG, desta vez em parceria com o SACTES (Serviço Alemão de cooperação Técnica e Social) sob o título *Introdução a metodologias participativas – um guia prático*, analisa experiências recentes de Ongs e de movimentos populares em que são utilizados diversos tipos de instrumental participativo de planejamento, hoje mais conhecidos por suas siglas: MAPP, PES, ZOPP, METAPLAN, CEFE... Os princípios gerais que orientariam o uso das metodologias participativas neste trabalho seriam os seguintes:

“... estamos falando de métodos no contexto de processos de transformação social e nos referindo tanto a métodos de trabalho internos a uma instituição quanto a métodos de intervenção social (...) O adendo participativo pretende diferenciar os métodos de trabalho aqui apresentados de outros, “autoritários” ou “tecnocráticos”.⁴¹

Segundo os autores, o conceito de *participação*, subentendido nas práticas relatadas, se diferenciaria, em princípio, dos objetivos das instituições internacionais que haviam introduzido abordagens participativas no início dos anos 70 nos países centrais. O *participativo* teria sido aplicado em programas e modelos de desenvolvimento como um instrumento para melhorar e aprimorar a eficiência e eficácia ao se *garantir a “sustentabilidade”* do projeto. Planejamentos que não “incluíam” a população, o “grupo alvo”, os “beneficiários”, geralmente não “funcionavam”. Portanto, a *participação*, do ponto de vista das agências desenvolvimentistas da época, teria um mero caráter instrumental e funcional.⁴²

⁴⁰ ABONG (1996,p.24) O que esperamos dos Governos Municipais, edição especial do jornal da Abong, São Paulo, agosto de 1996.

⁴¹ ABONG/SACTES (1995) *Introdução a Metodologias Participativas – um guia prático*, org. Klausmeyer e Ramalho, Recife.

⁴² Cabe lembrar aqui que na mesma época, na América Latina, proliferavam experiências de pesquisa-participante, analisadas anteriormente neste texto, que buscavam desencadear profundas mudanças sociais e políticas profundas junto aos setores populares das sociedades. Os dois processos são, portanto, simultâneos.

Segundo o *Manual*, os métodos apresentados partiriam de um conceito de participação mais amplo:

“os atores analisam em conjunto, determinam os planos de ação, definem as suas funções e fortalecem as organizações locais. Isto ocorre através de um processo de aprendizagem recíproco, sistemático e estruturado, sendo que os grupos controlam as decisões ao seu nível específico de atuação, local, regional ou nacional. O ‘participativo’ portanto ao qual nos referimos, remete a uma concepção de sociedade baseada na plena democracia.”⁴³

Algumas características que nortearam as chamadas “metodologias participativas” desenvolvidas no âmbito da cooperação internacional em países do Sul foram apresentadas na referida publicação da ABONG/SACTES, a saber:

1. Garantir a flexibilidade do processo
2. Praticar a transparência acerca do intento
3. Promover a interdisciplinaridade
4. Aprender reciprocamente e estimular comunicação nas duas direções
5. Unir qualidade e quantidade
6. Orientar de acordo com o grupo
7. Promover o deslocamento do poder de decisão
(*“from extracting to empowerment”*)
8. Priorizar a presença em loco
9. Estimular procedimento interativo
10. Promover a democratização
11. Realizar a documentação do processo (sistematização)
12. Esclarecer o papel do assessor

A bem da verdade, os preceitos acima transcritos representam um conjunto de metas ou intenções a serem alcançadas. Na prática, raras são as experiências de que se tem notícia que conseguem responder a boa parte desses princípios. Há que se destacar, contudo, que um dos pontos fortes de tais metodologias seria a sistematização/registro do processo que vem sendo realizado. Lamentavelmente, por melhor que seja a intenção das instituições que utilizam tais metodologias participativas, os documentos produzidos na forma de extensos relatórios, planilhas de planejamento e quadro síntese

⁴³ ABONG/SACTES (1995)

complexos vêm sendo de difícil compreensão pelos chamados “beneficiários”, sobretudo quando se trata de populações tradicionais.⁴⁴

Exceção deve ser feita às experiências das Ongs que compõem a Rede Projeto Tecnologias Alternativas (Rede PTA) no desenvolvimento de *diagnósticos participativos* em áreas rurais, bem como na condução de *pesquisas-participativas de sistemas agrícolas sustentáveis*.⁴⁵

PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS GOVERNAMENTAIS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

Quando se consulta a lista dos projetos aprovados na área ambiental por agências nacionais e internacionais nos últimos anos no Brasil⁴⁶, fica evidente que a maioria delas incorpora a diretriz participativa. Um dos exemplos é o *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil*, implantado pelo Governo brasileiro com recursos dos sete países mais ricos do mundo, o chamado PPG-7.

O PPG-7 destinava-se exclusivamente à Amazônia, porém, um dos seus sub-programas, intitulado *Programa Demonstrativo Categoria A (PD/A)*, abriu espaço para incluir a área da Mata Atlântica⁴⁷. Nas orientações técnicas para a elaboração de projetos do PD/A, está claro que os recursos têm determinadas finalidades, das quais destaca-se: “ampliar e fortalecer as bases de entidades e comunidades das regiões da Amazônia e da Mata Atlântica para a elaboração e gestão de projetos”.⁴⁸

⁴⁴ Análise no capítulo 5 – Desafios de uma gestão ambiental participativa – o que considero os principais limitadores da participação comunitária relacionados às metodologias participativas mais usadas no Brasil.

⁴⁵ Há mais de quinze anos, determinadas Ongs da Rede PTA empenham-se em criar métodos participativos que respondam a uma estratégia de intervenção junto a agricultores familiares em todo o país, visando contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. A experiência acumulada por várias destas Ongs através de um longo e estreito contato com as comunidades rurais e suas organizações – tais como sindicatos rurais, pequenas cooperativas, grupos de jovens agricultores, etc. – resultou em propostas de políticas públicas municipais e regionais que vão ao encontro de interesses deste grupo. Além disso, sistemas agrícolas sustentáveis – como é o caso da agroflorestação – têm sido difundidos, obtendo resultados bastante satisfatórios em várias regiões do país, comprovando a validade de técnicas agrícolas criadas a partir da combinação do conhecimento técnico-científico ao conhecimento tradicional.

⁴⁶ Tais dados foram apresentados e analisados na tese de doutorado defendida recentemente no departamento de Geografia da Usp por Maria Cristina Rosa (2000) *Conservação da Natureza, políticas públicas e reordenamento territorial: contribuição ao estudo das políticas ambientais no Paraná*.

⁴⁷ Como já se comentou antes.

⁴⁸ Das orientações técnicas durante o seminário sobre elaboração de projetos, organizado pela Secretaria Técnica do PD/A para a região Sudeste em maio de 1995, no Rio de Janeiro.

Nesta linha de projetos ambientais governamentais pode-se citar ainda a proposta do *Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro* coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. No capítulo relativo aos aspectos estratégicos gerenciais, é ressaltado o seguinte:

“Com relação à estratégia de efetiva participação pública no processo de gestão ambiental, a sua relevância deve ser considerada não somente pela necessidade de uma gestão transparente e democrática, mas sobretudo, pelo necessário reconhecimento de que a gestão do ambiente não é uma atribuição exclusiva do Poder Público e deve legitimar-se no consenso social. Nesse sentido, deve-se buscar o aperfeiçoamento dos canais existentes e a criação de novas alternativas concretas e objetivas de participação. Neste aspecto, o sistema de informações estabelecido para as ações de monitoramento deverá tornar-se um instrumento valioso de suporte à população no exercício de controle direto dos resultados de gestão do ambiente”.⁴⁹

Como se pode observar, o discurso do *participativo* permeia grande parte dos projetos ambientais no Brasil, governamentais ou não. No entanto, o sentido do *participativo* em cada um deles é bastante particular.

Na relação entre Estado, sociedade civil organizada e moradores locais há diversas formas de interlocução no âmbito dos projetos de proteção ambiental mais conhecidos no Brasil. A participação da comunidade local também se dá em diversos níveis, muitas vezes sendo intermediada pelas Ongs. Os vários estilos de participação diferem em níveis maior ou menor de organização popular e em diferentes tipos de parcerias entre Estado, Ongs e movimento social. Poder-se-ia distinguir três estilos diferentes de *participação* em projetos ambientais no país⁵⁰:

O *primeiro* acontece quando o projeto é conduzido exclusivamente pelo Estado. Neste caso, há certo grau de inclusão popular em determinada fase do projeto, mas, o grau de envolvimento comunitário é pouco expressivo. Talvez seja este estilo o qual, na prática, mais ocorra no Brasil, ainda que o discurso do participativo, que marca a maioria das políticas ambientais no presente, represente uma maquiagem convincente para a maioria das pessoas.

⁴⁹ AGRA FILHO, Severino Soares. (1995, p.16) Planos de gestão e programas de monitoramento costeiro: diretrizes de elaboração. Consultoria realizada por Severino Soares Agra Filho e Oswaldo Viégas, Programa Nacional do Meio Ambiente, Brasília.

⁵⁰ A tipologia que segue foi esboçada por Carlos Rodrigues Brandão durante uma de nossas reuniões de estudos.

O *segundo* refere-se a um estilo de participação *consorciado*, em que Estado e Ong evocam a participação da comunidade local em determinados momentos. Próximo a este, há a *participação associada*, na qual Ong e entidade popular atuam em conjunto em todo o projeto ou em determinadas fases. Nestes dois casos, a Ong tem papel central exercendo controle das ações do Estado e criando canais de interlocução com a comunidade local. Aqui também se localiza grande parte dos projetos ambientais aprovados pelas agências de cooperação internacional.

O *terceiro* estilo envolve o maior grau de participação popular. Ocorre nos projetos em que a entidade popular (como por exemplo, um sindicato ou grupo comunitário) elabora o desenho do projeto e também é responsável por sua implantação sem a intermediação do Estado ou de Ongs. Este estilo de participação foi muito expressiva há cerca de duas décadas no Brasil (embora, muitas vezes, contasse com a intermediação da Igreja). No momento são poucas as entidades de base popular que atuam de forma independente. Algumas vezes, recebem apoio de Ongs que lhes prestam assessoria em uma determinada fase do projeto, ou em algum tema específico. Assim, cada vez mais se evidencia a importância das parcerias nos projetos ambientais, tanto no nível local, como em projetos de âmbito nacional ou transnacional. Contudo, algumas dificuldades que, de modo geral, envolvem as parcerias, ao invés de colaborar com a autonomia dos grupos locais, podem impor-lhes interesses setoriais dos parceiros – tais como agências multilaterais de cooperação (tanto as governamentais, como as civis e fundações empresariais), igrejas e mesmos certas Ongs, além do próprio Estado.

Nas palavras de Sílvio Caccia Bava (2000), atual diretor da Abong, “as relações horizontais e de respeito à autonomia de seus integrantes não são fáceis de conquistar” (p. 59), principalmente em uma sociedade marcada por uma longa história de desigualdades sociais como a brasileira. Somente um acordo pactuado entre os vários atores sociais participantes poderia contornar os inúmeros desafios que envolvem as parcerias:

“O exercício da parceria é um aprendizado democrático em que a riqueza das contribuições de cada instituição está justamente no aporte diferenciado que cada parceiro pode trazer ao conjunto. Neste sentido, o aprendizado democrático vai além de reconhecer que as intuições associadas são diferentes; ele requer o reconhecimento por

parte de todos de que justamente porque são diferentes é que se potencializam; ele requer o respeito à multiculturalidade, à autonomia e independência de cada um de seus integrantes”.⁵¹

Pode-se evidenciar nos vários discursos presentes em projetos e políticas ambientais ora em curso, assim como em discursos das iniciativas empresariais, científicas e até do senso comum, que a *participação* tornou-se um “conceito fashion”. De maneira consensual, tanto na esfera pública como na privada – comunidade, família e intimidade – somos todos estimulados a *participar* (Bader Sawaia, 2000).⁵²

Assim, a polissemia que envolve a noção de *participação* contrasta com um discurso homogêneo, repetitivo e aparentemente consensual, veiculado pelos mais variados meios de comunicação de massa no momento⁵³.

EIXOS PROPOSTOS PARA A ANÁLISE DE *PARTICIPAÇÃO*, METODOLOGIAS *PARTICIPATIVAS* E PROCESSOS *PARTICIPATIVOS*

Questionamentos a respeito da participação da sociedade civil em projetos de proteção ambiental no país foram levantados ao longo deste capítulo. Não se pretende esgotar aqui a análise sobre o discurso participativo, muito pelo contrário: os aspectos até agora discutidos servem de porta de entrada para uma análise que, daqui em diante enfocará dados empíricos do estudo de caso realizado em uma unidade de conservação (UC) do Estado de São Paulo. Já que recortes são necessários para análise teórica de um tema tão amplo como a *participação*, foram selecionados alguns eixos preferenciais para a discussão que segue nos próximos capítulos:

1]

As chamadas *metodologias participativas*, que hoje são parte integrante da maioria dos projetos ambientais em andamento no Brasil, referem-se a um

⁵¹ Caccia Bava, Silvio (2000) *O Terceiro Setor e os Desafios do Estado de São Paulo para o século XXI*. In: Abong (2000) *Ongs, identidade e desafios atuais*, cadernos da Abong, no. 27, maio 2000, Editora Autores Associados, São Paulo (p.60).

⁵² Sawaia, Bader (2000) *Participação social e subjetividade* (mimeo).

⁵³ Os ícones *participação* e *participativo* apresentaram mais de 6000 referências numa consulta recente na internet.

conjunto de técnicas e instrumentos de planejamento. De modo geral, as instituições que delas fazem uso (órgãos do Estado, Ongs, em parceria ou não) raramente têm como objetivo promover a emancipação ou fortalecimento organizacional dos grupos locais – como era o caso da pesquisa participante nas décadas de 60 e 70.

As *metodologias participativas* mais utilizadas estimulam o envolvimento da comunidade local de forma parcial e fragmentada, apresentando uma série de limitantes quando pretendem envolver populações tradicionais.

(Este tema será discutido, especialmente, no capítulo 5 - *Principais desafios da gestão ambiental participativa*).

2]

O papel do agente mediador/animador do processo participativo apresenta-se como uma questão relevante nas experiências em curso no Brasil. Os atributos que se requer do mediador, seja ele de uma Ong, do Estado ou da comunidade local – tais como capacidade de gerenciar conflitos, flexibilidade, sensibilidade, humildade, compromisso, entre outras tantas – dificilmente são encontrados em um mesmo profissional. Há casos em que esta relação entre facilitador e grupo é bastante problemática pondo em risco todo o projeto. Para solucionar esse dilema, já existe uma série de cursos de capacitação de mediadores disponível no mercado. Assim, a *participação* torna-se um produto vendável e altamente lucrativo para a iniciativa privada.⁵⁴

3]

Alguns autores, entre os quais se pode destacar Pedro Demo, atentam que abordagens participativas têm sido utilizadas como instrumentos de “convalidação social” de projetos e programas previamente elaborados por agentes externos às comunidades e não contemplam interesses locais.⁵⁵ Essa é uma das hipóteses que também será considerada neste trabalho.

⁵⁴ Na internet foram identificados inúmeros cursos de formação de mediadores e capacitação para promover processos participativos.

⁵⁵ DEMO, Pedro (2000) *Participação e Avaliação – Projetos de intervenção e ação* (mimeo) elaborado para o ciclo de seminários “Ambientalismo e Participação”, do Projeto “Avaliação de Processos Participativos em Programas de Educação Ambiental”, financiado pela Fapesp e organizado coletivamente pelos palestrantes no primeiro semestre de 2000, na Faculdade de Saúde Pública da USP.

4]

O significado do *não participar*, do silêncio, do *não-dito* – comportamentos característicos em comunidades tradicionais – não são levados em conta nos processos participativos de que se tem notícia. Como enfrentar tal lacuna no caso da gestão ambiental participativa em áreas protegidas?

(determinados aspectos socioculturais dos atores envolvidos nos processos participativos de gestão ambiental, que serviram de pano de fundo para esta pesquisa, serão analisados, sobretudo, no capítulo 3).

5]

Quando se analisa as ações tomadas coletivamente e seus inúmeros desdobramentos locais e globais numa escala de tempo bem maior que a duração das chamadas *oficinas de planejamento*, observa-se, em alguns dos projetos, claros avanços no envolvimento efetivo de novos atores sociais da sociedade civil. Pensando na dimensão processual da participação, conclui-se que determinadas parcerias entre Estado, Ongs e organizações comunitárias têm estimulado a organização local, além de possibilitar o “descobrimento” de novas formas de manejo local dos recursos naturais, voltadas à promoção da sustentabilidade. Neste caso, a participação pensada como processo coletivo, contínuo e em longo prazo é construída na trama entre os parceiros. Ou seja, há que se analisar *de que maneira* se dá a participação e não, se há ou não participação. É deste ponto de vista que, ao final da tese, analiso o trabalho de apoio à gestão ambiental do Comitê da Ilha do Cardoso, no qual alguns obstáculos inerentes à comunicação transcultural vêm sendo satisfatoriamente transpostos. A *participação*, neste sentido, tem importância relevante como processo de aprendizado social.

CAPÍTULO 2

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA MATA ATLÂNTICA: O TERRITÓRIO POLISSÊMICO (O CASO DA ILHA DO CARDOSO)

A Ilha do Cardoso localiza-se a 272 km da cidade de São Paulo, no extremo sul do estado de S.P. Faz parte do município de Cananéia e está inserida no complexo estuarino-lagunar de Iguape/Cananéia na região do Baixo Vale do Ribeira, caracterizado por uma forte presença de cobertura vegetal típica da Mata Atlântica.

O complexo estuarino-lagunar Iguape/Cananéia foi reconhecido pela UNESCO, em 1992, zona núcleo da *Reserva da Biosfera*, tornando-se patrimônio da humanidade. A mesma área também foi considerada região prioritária para o início do plano estadual de gerenciamento costeiro, além de ser incluída na *APA Cananéia-Iguape-Peruíbe* gerenciada pelo IBAMA e parceiro. Assim a Ilha do Cardoso encontra-se em uma área

PLANO ESTADUAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO

SETORIZAÇÃO DO LITORAL PAULISTA

geográfica onde há uma superposição de quatro diferentes projetos governamentais de proteção ambiental, entre os quais, o *Projeto de Preservação da Mata Atlântica*, objeto deste estudo.

Desde a época do Brasil-Colônia, a Ilha do Cardoso tem sido o palco de inúmeras disputas territoriais.⁵⁶

Quando a área foi decretada parque estadual, em 1962, viviam no local famílias de caiçaras que ocupavam as terras da restinga, ao sul, e as margens litorâneas, ao norte da Ilha. Um pequeno número de antigos moradores não caiçaras teria vindo da capital paulista na década de 50, quando se instalava um loteamento de luxo na atual comunidade do Marujá.

Poucos são os que se mudaram para o Parque nos últimos dez anos. Os mais recentes moradores são os índios da etnia Guarani Mybia que alojaram sua aldeia, há cerca de oito anos, em uma área de mata fechada à beira do canal que separa a Ilha do continente. Teriam vindo em busca *da terra sem mal* que, segundo cosmologia dos Mybia, encontra-se em algum lugar na Mata Atlântica à beira do Atlântico.

Em 1971, o Supremo Tribunal Federal atribuiu à Ilha do Cardoso o status de “bem da União”, apropriando-se deste território antes estadual. A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo solicita, na época, a cessão da Ilha junto à Delegacia do Patrimônio da União (DPU). A disputa territorial entre a União e o Estado de S.P. estende-se até o início da década de 90. Por intermédio do CONSEMA, as terras foram finalmente cedidas ao Estado de São Paulo em 1994, ainda que o pedido de cessão não tenha sido assinado até os dias de hoje.

As recentes negociações que ocorreram no processo de planejamento ambiental no âmbito do *Projeto de Preservação da Mata Atlântica* conferiram à Ilha do Cardoso um tipo específico de territorialidade⁵⁷. O direito dos “moradores tradicionais” de

⁵⁶ Segundo Capistrano de Abreu, naquela época esta área geográfica teria sido disputada pelas capitâneas de São Vicente e Santana. ABREU, J.C. (1963).

⁵⁷ A noção de território utilizada neste caso é a de Raffestin: “O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação de um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator territorializa o espaço”. RAFFESTIN, C. (1980:143).

permanecer na área foi assegurado no atual Plano de Gestão Ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC), tendo sido legitimado em várias esferas do Poder Público e junto à sociedade civil organizada. Direito de uso dos recursos naturais pelos caiçaras também foi regulamentado pela Promotoria Pública do Vale do Ribeira após reivindicações do Comitê de Gestão Ambiental do PEIC, do qual fazem parte representantes das comunidades locais. A consolidação do território caiçara na Ilha é, portanto, resultado de uma série de alianças estabelecidas entre diversos atores que participaram desde as primeiras reuniões do Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA) na Ilha.

Há poucos meses, alguns dos “moradores não tradicionais” articulados com pessoas que construíram casas de veraneio no Marujá – os chamados “veranistas” – criaram uma ONG para defender seus interesses assim que foram informados de que, segundo o atual Plano de Gestão Ambiental, estariam sujeitos a desapropriação. Outros grupos também possuem diversos interesses no local e, de forma organizada ou não, procuram garanti-los: ambientalistas, turistas, pescadores de fim-de-semana, agências de ecoturismo, pesquisadores e técnicos do Estado ou ligados à Universidade, dentre outros. Todavia, a disputa territorial não pára por aí... Recentemente, a União sinalizou que estaria reavaliando o pedido de cessão da Ilha, feito pelo Estado de S.P., pelo fato de haver indígenas vivendo atualmente no local. Assim, além da sobreposição de projetos governamentais, observa-se na área a sobreposição de diversos *territórios*. Qual seria, portanto, o significado da Ilha do Cardoso para os diferentes atores do ponto de vista espacial?

- Santuário Ecológico?
- Território caiçara?
- Terra de índio?
- Paraíso da vida marinha no Atlântico Sul?
- Recurso do ecoturismo?
- Patrimônio da humanidade?
- Território do Estado de São Paulo?
- Bem da União?

A Ilha do Cardoso reúne uma série de atributos que a colocam numa posição central de disputas entre diferentes atores sociais e uma vasta rede de alianças que se estende para além das fronteiras nacionais.

A ÁREA

Todos os tipos de vegetação característicos da Mata Atlântica costeira encontram-se presentes na Ilha do Cardoso em alto nível de conservação. A variedade paisagística é notória agrupando praias de grande beleza cênica, dunas, costões rochosos, cachoeiras, mangue, restinga e uma densa floresta. O relevo é predominantemente montanhoso na sua porção central, com altitudes variando de 0 a 814 metros. Soma-se a esses atributos uma diversidade biológica riquíssima, na qual agrupam-se cerca de 986 espécies vegetais além de diversos animais ameaçados de extinção. A Ilha do Cardoso é conhecida mundialmente como importante refúgio de aves migratórias.⁵⁸

Os primeiros habitantes locais de que se tem notícia foram os índios Carijó, que presenciaram a chegada dos primeiros europeus no Brasil. No final do século XIX, migrantes dos estados do Paraná e de Santa Catarina, descendentes de açorianos, chegam à Ilha e alguns se casam com indígenas que aí viviam. Na década de 50, um grupo da capital paulista inicia as obras para a instalação de um loteamento sofisticado na praia do Meio (atual comunidade do Marujá), expressão da fase de especulação imobiliária e das políticas de colonização do Vale do Ribeira que marcaram a época.⁵⁹

Atualmente há na Ilha do Cardoso seis bairros, ou comunidades, onde a cultura tradicional caiçara é marcante. Nos últimos dez anos vem aumentando, consideravelmente, o fluxo de turistas para o local durante o verão, sobretudo, rumo à comunidade do Marujá.

⁵⁸ SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, "Planos de Manejo das Unidades de Conservação", 1998:9.

⁵⁹ Um relato de Ezequiel de Oliveira sobre a ocupação da Ilha do ponto de vista dos caiçaras pode ser consultado no artigo de Oliveira & Rodrigues: "*A Cultura Caiçara e Turismo no Bairro do Marujá, Ilha do Cardoso*". In : DIEGUES & VIANA (orgs.) *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica*. NUPAUB/ESALQ, São Paulo, 2000.

Pelo fato de a Ilha “virar Parque” em 1962 e, a partir deste momento ter que se submeter à legislação ambiental brasileira que regulamenta as unidades de conservação (UCs), inúmeros desafios surgem para que sejam garantidas a subsistência, a sustentabilidade econômica e a diversidade cultural dos moradores locais bem como a biodiversidade, que caracteriza esse ambiente singular.

UM POUCO DA HISTÓRIA ...

Os sambaquis são numerosos em toda faixa litorânea ao sul do Estado de São Paulo, sobretudo, em torno de Cananéia e Ilha Comprida, testemunhando a presença humana na região muito antes da chegada dos europeus. Segundo PETRONE (1966), na época do Brasil-Colônia, a Baixada do Ribeira era ocupada pelos índios Guaianá. Ao sul de Cananéia viviam os Carijó. A região estuarina-lagunar teria sido uma “zona de passagem dos índios, que no inverno desciam do planalto para o litoral em busca de áreas onde pudessem praticar a pesca”.

“Em 1531, Martim Afonso de Souza tendo aportado na Ilha do Bom Abrigo (...) avistou o promontório de Itacuruçá, na Ilha do Cardoso, onde foi colocado um marco de pedra com as quinas de Portugal. Lá encontrou um homem conhecido como bacharel⁶⁰, Mestre Cosme Fernandes, o qual chefiava uma população de 200 mamelucos juntamente com outro português, Francisco Chaves, e mais cinco castelhanos de náufragos degradados. (...) A Ilha do Cardoso foi palco das primeiras investidas dos colonizadores portugueses que tinham a missão, no século XVI, de demarcar as fronteiras estabelecidas no Tratado de Tordesilhas. Um desses marcos foi instalado na Ponta do Itacuruçá, sendo posteriormente transferido para o museu Nacional do Rio de Janeiro (no local pode ser avistado uma réplica) (...) De Cananéia partiu a primeira bandeira chefiada por Pero Lobo em busca de ouro e pedras preciosas, rumo ao interior. Foram todos dizimados pelos índios Carijó, guerreiros e muito numerosos na Região. Os Carijó praticavam o extrativismo vegetal, a pesca e a caça.”⁶¹

A história da Ilha do Cardoso, da mesma forma que a vida do legendário Bacharel, é entremeada com uma série de mistérios. A versão apresentada acima se

⁶⁰ O “Bacharel” tornou-se uma figura mítica na região de Cananéia. Existem diversas versões sobre sua identidade e história. Consta que se casou com uma índia chamada Caniné, de onde teria derivado o nome de Cananéia.

⁶¹ Antônio Paulino de Almeida, s/d.

baseia no trabalho de Pasquale Petrone *A Baixada do Ribeira – Estudo de Geografia Humana*, datado de 1966, que por sua vez cita Antônio Paulino de Almeida, o célebre historiador de Cananéia.

A região de Cananéia/Iguape teria vivenciado diversos ciclos econômicos e atingiu seu apogeu logo no início da colonização brasileira em função do ouro escoado para Portugal pelo porto de Iguape⁶². Com o esgotamento das reservas auríferas locais e a decadência das atividades mineradoras no fim do século XVIII, a agricultura foi revigorada, sobretudo, o cultivo do arroz. Entre os séculos XVIII e XIX, o comércio de arroz atingiu seu auge, ao qual soma-se a produção de farinha de mandioca e cana de açúcar. No início do século XX, ocorreu um declínio da rizicultura escravista, fazendo com que a região regredisse à agricultura de subsistência, até que na década de 30 (do século XX), foram implantadas as culturas de banana e erva mate, dando início um lento processo de recuperação da agricultura regional.

Uma hipótese que explicaria o declínio da agricultura foi a desativação do porto de Iguape e a cultura cafeeira que deslocou grande parte dos investimentos para outras regiões do Estado.⁶³ Segundo Albuquerque Mourão, no início do século XX a pesca adquire expressão na região:

“Os pequenos agricultores descendentes de portugueses, índios e negros denominados “caiçaras” passaram a priorizar a atividade pesqueira em decorrência da crise na agricultura. Naquela época o número de habitantes da Ilha do Cardoso superava o de Cananéia”.

É interessante notar que, originalmente, os caiçaras não priorizavam a pesca, mas a agricultura de subsistência.⁶⁴ O sistema agrícola tradicional baseava-se no cultivo do arroz e da mandioca. A tecnologia utilizada aproximava-se bastante da agricultura indígena praticada na região.⁶⁵

⁶² Sobre o início da exploração aurífera nesta região do Brasil ver: Moraes, Antonio Carlos Robert (1991) Bases da formação territorial do Brasil, FFLCH/USP (tese de doutorado).

⁶³ Mourão, Fernando Augusto Albuquerque. 1971. *Os Pescadores do Litoral Sul de São Paulo - um estudo de sociologia diferencial*. São Paulo, FFLCH-USP (tese de doutorado).

⁶⁴ MOURÃO, idem ibid.

⁶⁵ Este tipo de agricultura tem sido equivocadamente denominado “agricultura itinerante” ou, “slash and burn” pelo fato de contar com as seguintes etapas: corte da mata, queima e rotação das áreas agrícolas após a colheita. Ainda que a agricultura indígena continue sendo criticada por aqueles que acreditam ser tal manejo responsável pela degradação dos solos e das matas, recentes estudos sobre sistemas agroflorestais tradicionais realizados em vários países tropicais, especialmente na Índia, demonstram o contrário. Após alguns anos, a vegetação nativa regenera-se segundo processo natural de sucessão vegetal. A mata atinge novamente sua exuberância e rica biodiversidade após cerca de vinte anos. Este tipo de policultivo tradicional na maioria das vezes envolve de rotação de culturas e de pousio de áreas.

Mourão pesquisou na década de 60 as consequências sociais e culturais da mudança da atividade agrícola para a pesca e/ou para o extrativismo florestal junto à população tradicional na região de Iguape e Cananéia. Segundo o autor, os ciclos econômicos que nortearam a vida de Cananéia teriam contribuído para a emergência de situações de marginalidade mais ou menos profundas, mais ou menos passageiras. Concluiu que a população local sempre viveu “ao sabor dos ciclos de produção”. O desenvolvimento da construção naval, por exemplo, teria determinado uma enorme necessidade de madeiras, levando parte da população a abandonar provisoriamente a agricultura para se dedicar ao desmatamento.”⁶⁶

A revigoração da agricultura, por volta dos anos 30 do século XX, na região é um indício da entrada da agricultura capitalista no Vale. Para Zan, a expansão da bananicultura e da teicultura :

“...marca uma nova fase na organização da estrutura agrária regional, em que a produção passa a ter como base os sítios, as fazendas e as empresas. Ao mesmo tempo, essa nova estrutura apóia-se em meios de transporte mais eficientes e em novos sistemas de intermediação comercial e financeira que vão se redefinindo no bojo da incorporação”⁶⁷

Por outro lado, a idéia do Vale do Ribeira ser caracterizado por um grande vazio demográfico até o início do século XX norteou projetos e ações governamentais de colonização.⁶⁸ Na década de 30, do mesmo século, ocorreu uma das primeiras iniciativas governamentais visando uma reordenação fundiária para conter a livre ocupação das terras em todo Vale. Tal dinâmica fundiária envolveu uma série de grilagens para a instalação de latifúndios em áreas anteriormente ocupadas por descendentes de escravos e mestiços de índios e brancos.

Além disso, a fertilidade do solo é recomposta sem a necessidade de adubos químicos. Na região úmida, como na Mata Atlântica, áreas submetidas a esse tipo de manejo têm sido reutilizadas para fins agrícolas após cerca de cinco anos de pousio demonstrando ser um manejo altamente sustentável. Ademais, já existem tecnologias que comprovadamente aceleram este processo de recuperação vegetal de maneira significativa - como o caso dos sistemas agroflorestais de Ernst Götsch, pesquisador-agricultor que vive no sul da Bahia e é reconhecido, mundialmente, por suas contribuições para a criação de um modelo sustentável de agricultura familiar nos trópicos.

⁶⁶ MOURÃO, idem ibid.

⁶⁷ Zan, José Roberto (1986) Conflito de Terra no Vale do Ribeira. Estudo sobre pequenos posseiros em luta pela terra no município de Sete Barras, FFLCH/USP (dissertação de mestrado).

⁶⁸ CARRIL, Lourdes Bezerra (1995:87).

A construção da BR-116, em 1956, que liga a capital paulista a Curitiba, refletiu imediatamente no processo de urbanização do Vale do Ribeira e de especulação imobiliária, agravando os conflitos de terra na região. Assim como em todo o litoral paulista, os ambientes planos da Ilha do Cardoso, até a década de 60, encontravam-se divididos em loteamentos, os quais após a decretação do parque em 1962, foram desativados.⁶⁹

A “ILHA VIROU PARQUE” ...⁷⁰

O Estado de São Paulo decreta o *Parque Estadual da Ilha do Cardoso* no dia 03 de julho de 1962, com base no Código Florestal de 1934.⁷¹ O loteamento de luxo que estava sendo construído na época, na praia do Marujá, foi desativado após a institucionalização do parque.

Segundo legislação federal⁷², os parques estaduais estão incluídos numa categoria genérica, as *Unidades de Conservação* (UCs), que representam áreas de proteção ambiental de uso indireto e restrito dos recursos naturais.

No Brasil, as primeiras discussões visando criar um Sistema de Unidades de Conservação foram coordenadas pelo então IBDF, na década de 70. Em 1989, o recém-criado IBAMA solicitou à ONG Funatura que reavaliasse o antigo sistema e elaborasse uma nova proposta. Foi então criado o *Sistema de Unidades de Conservação* (SNUC) naquele mesmo ano, que basicamente previa a criação de “ilhas de conservação” e não contemplava o uso sustentado dos recursos naturais, muito menos a existência de comunidades tradicionais naquelas áreas.⁷³ Em 1992 o *SNUC* foi enviado ao Congresso Nacional (projeto de lei nº 2.892). Diversas modificações do projeto de lei foram debatidas pelo Poder Executivo, tendo à frente, inicialmente, o então deputado federal Fábio Feldmann, e depois, Fernando Gabeira. Após um longo período de debates entre organizações não-governamentais, comunidade científica, governos estaduais e municipais, setor produtivo e outros segmentos da sociedade, o Projeto de Lei da

⁶⁹ SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, idem ibid.p.12.

⁷⁰ *Parafraseando o título do trabalho de Diegues*, A.C. & Nogara, P. : O Nosso Lugar Virou Parque (1994), NUPAUB, USP, São Paulo.

⁷¹ Decreto Estadual no. 40.319/62.

⁷² Código Florestal, lei federal no. 4.771/65 modificado recentemente pela medida provisória nº **1.956-50 (de 26 de maio de 2000)**.

⁷³ DIEGUES, op.cit., p. 106.

Câmara nº 27/99 chega ao Senado Federal. Finalmente, o *SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO* foi aprovado pelo Senado em 21 de junho de 2000.

Segundo artigo nº2 desta lei, a definição de *Unidade de Conservação* (UC) é a seguinte:

“Art. 2º:

Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”.⁷⁴

De acordo com um documento oficial da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, a área geográfica total inserida na categoria “unidades de conservação” soma quase 10% do território paulista. Todas são administradas por diferentes órgãos ligados à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA).⁷⁵

⁷⁴ Por “conservação da natureza” subentende-se no mesmo artigo da lei o seguinte:

“II - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo o seu potencial de satisfazer às necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral”. Os parques, as reservas biológicas e estações ecológicas são unidades de conservação de uso restrito. Decidi não me estender, aqui, na análise da legislação específica (o SNUC) e na tipologia das UCs contida no Código Florestal por implicar em uma discussão extremamente longa que fugiria ao escopo deste trabalho.

⁷⁵ Fonte: Programa Estadual de Conservação da Biodiversidade (PROBIO/SP) citado por Marette & Raimundo, no texto *A Participação em Planos de Gestão Ambiental* (mimeo).

APA CANANEIA - IGUAPE - PERUIBÉ - Unidades de Gestão

POR QUE CONSERVAR A MATA ATLÂNTICA ?

“À época do descobrimento do Brasil, a cobertura florestal da Mata Atlântica era praticamente contínua e muito diversificada em fisionomia e composição. Estendia-se ao longo da costa atlântica, desde o Rio Grande do Sul até o Rio Grande do Norte, com amplas extensões para o interior, cobrindo quase que a totalidade dos Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, parte de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. (...) No entanto, este fantástico conjunto de florestas cuja riqueza nem sequer ainda é totalmente conhecida, tem sido por séculos um dos ecossistemas mais devastados do Planeta. Cobrindo originalmente cerca de 1.085.544 km², hoje apresenta somente 8,81% de remanescentes florestais, ou seja, 95.641 km².”⁷⁶

“O estado de São Paulo originalmente possuía 81,8% de sua área coberta por florestas (20.450.00 ha). A análise da evolução histórica da cobertura vegetal da Mata Atlântica no Estado indica que em 1990 havia uma área remanescente de 7,16% (1.731.472 ha). (...) A vegetação remanescente no litoral paulista (cerca de 8% do Estado, em área) representa 83,6% da ainda existente no Estado, sendo que esta região apresenta um índice de cobertura de cerca de 70%. (...)”

Além de concentrar tamanha exuberância de biodiversidade, com enorme potencial de uso, a Mata Atlântica possui condições próprias à formação e manutenção de 250 km² de mangue, conferindo ao litoral paulista uma das maiores formações de manguezais da costa brasileira.

O Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá é responsável pela manutenção de grande parte do estoque pesqueiro da região sul brasileira, sendo considerado um dos ecossistemas mais produtivos do mundo.

Do ponto de vista cultural, sobrevivem em algumas dessas áreas comunidades tradicionais da Mata Atlântica na região sudeste, como caiçaras, caboclos e índios Guarani. Ocorrem ainda na região inúmeros sítios arqueológicos (sambaquis marinhos e fluviais, sítios líticos e cerâmicos) que remontam a 10 mil anos da história da ocupação humana no sudeste brasileiro. Quanto à vocação das florestas para atividades científicas, educacionais e de lazer, a região litorânea do Estado de São Paulo representa para a sociedade uma fonte inesgotável de possibilidade, proporcionando um verdadeiro universo para a expansão do conhecimento e da consciência ambiental.

⁷⁶ Documento SOS Mata Atlântica e INPE/IBAMA citado no *Documento Síntese* do Projeto de Preservação da Mata Atlântica, Secretaria do Meio Ambiente e Kfw (mimeo de jul 96).

A continuidade do processo de devastação desses remanescentes florestais irá resultar grave consequência para as populações que dependem desses recursos naturais para sobreviver(...).⁷⁷

No texto acima de autoria da Secretaria do Estado de Meio Ambiente em parceria com a agência financiadora do *Projeto de Preservação da Mata Atlântica*, a Kfw, são ressaltados os aspectos naturais da Mata Atlântica, o que justificaria a necessidade de sua preservação. A existência das populações tradicionais que aí “sobrevivem” é lembrada brevemente.

Desde a criação das UCs na Mata Atlântica, um número significativo de moradores caiçaras abandonou aquelas áreas onde já não podiam desempenhar suas atividades tradicionais – tais como plantar a roça de mandioca, coletar material para as construções locais, para a confecção de “petrechos da pesca”, etc. Moradores da Ilha do Cardoso não fugiram dessa regra... No “Cadastro dos Ocupantes do Parque Estadual da Ilha do Cardoso”, realizado em 1998, consta que a população local na época era de 391 pessoas, ou 169 famílias. Entre essas, 63% foram consideradas “ocupantes efetivos” e os 37% restantes são “indivíduos que freqüentam ou ocupam ocasionalmente a Ilha do Cardoso, mantendo ranchos de pesca, antigas moradias ou casas de veraneio”. Grande parte desses 37% trata-se de ex-moradores caiçaras que, devido às inúmeras restrições impostas pela legislação ambiental, abandonaram a Ilha em busca de outras alternativas de “sobrevivência”.⁷⁸

Para Antônio Carlos Diegues (1998), a decretação de diversas áreas de proteção ambiental no Vale do Ribeira contribuiu ainda mais para o agravamento da marginalização das comunidades tradicionais:

“(...) em muitos casos, a criação dessas áreas protegeu os moradores tradicionais contra a especulação imobiliária galopante e a expropriação de suas terras, fenômeno que já ocorria antes do estabelecimento das unidades de conservação. Entretanto, foram severamente tolhidos de exercer, no interior dessas áreas, sua atividades habituais, como a agricultura, o extrativismo e a pesca. Impossibilitados de continuar em seu modo de

⁷⁷ SMA/ KFW ibid, 34.

⁷⁸ No *Cadastro dos Moradores do Parque* consta que a população residente na Ilha é de 391 pessoas. Contudo, não foram aí incluídos os índios Guarani que vivem no local há oito anos (em 1998 somavam 23 pessoas). No que se refere ao tempo de ocupação, segundo o documento: “Pode-se dizer que, de modo geral, o tempo de ocupação para a maioria dos chefes de família e/ou responsáveis é alto, isto é, acima de 12 anos.”(Cadastro dos ocupantes do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, 1998, p. 14, mimeo).

vida tradicional, parte considerável deles foi obrigada a emigrar, engrossando as favelas de inúmeras cidades costeiras (Bairro do Carijo, em Cananéia-SP; Estufa, em Ubatuba-SP; Bairro dos Sapos, em Paraty-RJ)".⁷⁹

Assim, a partir do momento em que a Ilha do Cardoso se tornou um *Parque Estadual* em 1962, observam-se inúmeras transformações na apropriação e na organização espaciais por parte daqueles que já viviam na Ilha: "moradores tradicionais" e "não-tradicionais".⁸⁰ Além disso, na condição de uma reserva ambiental, a Ilha começa a exercer uma forte atração de novos personagens para a área: turistas, pesquisadores da universidade, veranistas, técnicos estaduais, pequenos comerciantes, entre outros.

TERRITÓRIO DO "ECOTURISMO" ?

"Que tal conhecer a região que é um dos mais importantes criadouros de espécies marinhas do Atlântico Sul? E ainda contemplar e sentir, de perto, toda a exuberância e diversidade de uma floresta tropical?

O endereço desse paraíso: Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananéia-Paranaguá, no litoral sul de São Paulo. Mais precisamente: Parque Estadual da Ilha do Cardoso..."⁸¹

O PÓLO ECOTURÍSTICO DO LAGAMAR

"O Pólo Ecoturístico do Lagamar é um projeto desenvolvido pela Fundação SOS Mata Atlântica nos municípios de Iguape, Cananéia, Pariqueira-Açú e Ilha Comprida, no Vale do Ribeira, em São Paulo, desde 1995.

O Vale do Ribeira abriga a maior parcela contínua da Mata Atlântica do país. Apesar disso, a riqueza biológica dessa área tem sido constantemente ameaçada pela exploração predatória de seus recursos naturais. O ecoturismo, portanto, é uma opção econômica sustentável de incentivo à conservação de patrimônios naturais, históricos e culturais.

⁷⁹ DIEGUES, (1998:132).

⁸⁰ "Morador tradicional" refere-se ao morador caiçara na terminologia local (ver documentos analisados à frente, nos quais se faz uma caracterização desta categoria). "Morador não tradicional" refere-se às poucas pessoas que vivem na Ilha de forma permanente mas que não fazem parte da cultura caiçara. Algumas chegaram à Ilha antes dela ser decretada parque, outras vieram depois. O tema é aprofundado adiante.

⁸¹ Trecho inicial do folder organizado e publicado pela parceria Secretaria do Meio Ambiente S. Paulo e Cooperação Financeira Brasil-Alemanha, responsável pelo *Projeto de Preservação da Mata Atlântica*.

Com o patrocínio da Embratur (Instituto Brasileiro de Turismo) e a colaboração de dezenas de agências de viagens, hotéis, restaurantes, associações comerciais, barcos, guias, prefeituras, instituições como a Fundação Florestal, entre outros, o desenvolvimento do pólo incluiu um levantamento ecoturístico da região, cursos de capacitação e educação ambiental para a comunidade local e a implantação do Centro de Interpretação Ambiental e Informação Turística na Base Urbana da Fundação SOS Mata Atlântica, em Iguape. (...)

Em 1999, a revista norte-americana Condé Nast Traveler concedeu ao projeto o prêmio de melhor destino ecoturístico do mundo do ano. A premiação considerava a criatividade dos trabalhos, a sustentabilidade da atividade turística e a manutenção das tradições locais. O prêmio foi cedido ao pólo em consequência da integração entre a riqueza biológica da Mata Atlântica e o patrimônio histórico-cultural local.

Diversas agências de ecoturismo podem levá-lo ao Pólo Ecoturístico do Lagamar. Geralmente, realizam pacotes de quatro dias, com transporte, hospedagem, pensão completa na Ilha do Cardoso, guias, seguro-viagem, passeios de barco e caminhadas por trilhas.”⁸²

Mediante diversas formas de incentivo para transformar a região do Lagamar em atração turística – como se pode verificar acima no material de divulgação do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e da Fundação SOS Mata Atlântica, há cerca de dez anos um tipo particular de turista passa a freqüentar este “paraíso natural”⁸³.

O Marujá é atualmente a comunidade da Ilha que recebe o maior número de visitantes e onde as transformações do espaço e da cultura locais são bastante perceptíveis. A vila do Marujá localiza-se à margem do canal que liga a ilha de Cananéia ao Ariri – povoado situado no continente próximo à divisa com o Paraná. Um canal sinuoso e largo constitui-se na via principal de acesso ao local e corta a densa área de mangue que separa a Ilha do Cardoso do continente.

A demanda de infraestrutura “pelos que vem de fora” estimulou caiçaras e também moradores não tradicionais a criarem alternativas de hospedagem e de alimentação para os visitantes. Atualmente, grande parte dos moradores do Marujá

⁸² Home-page da Fundação SOS Mata Atlântica consultada na internet no ano de 2000.

⁸³ A visão da Ilha como um paraíso é reforçada pela própria Secretaria do Meio Ambiente. Os folders e cartazes do Parque anunciam o local como “Paraíso da vida Marinha no Atlântico Sul”. No cartaz esse título também vem escrito em inglês.

possuem quartos extras, banheiros e muitas vezes refeitórios para um número de hóspedes que chega a mil na época do carnaval. Áreas de camping foram organizadas nos espaços entre as casas; bares e pequenos restaurantes distribuem-se ao longo da margem do canal de água salobra. Os períodos de maior visitação são Natal e Carnaval. Durante o restante do ano, o fluxo turístico costuma diminuir muito, embora haja procura esporádica por agências de ecoturismo que promovem excursões de escolas.

Moradores tradicionais do Marujá admitem que parte da renda anual da maioria das famílias provém do turismo. Contudo, depois do verão voltam a pescar - como pude verificar durante trabalho de campo.

Diante desse contexto, a primeira pergunta que se pode fazer é: Como estas transformações são vistas pelos caiçaras? Na opinião do saudoso Paulo Mendonça durante uma de nossas conversas:

“ Antes era melhor. Agora é mais farto, bem mais farto pra todo mundo, sabe por que, porque vem muito turista (...). Mas antes era melhor, mais peixe, caça matava aí pela beira, bem mais farto, era bem melhor, só que o pessoal aqui não tinha nada. Quando eu cheguei aqui [no Marujá] ninguém tinha nada.

(...)Tempo de pescaria da tainha, quando vendia tainha, só esse tempo que eles [os moradores do Marujá] viam dinheiro, e algum outro que plantava por aí, era sem dinheiro”.

(...) Se fazia mutirão de roça, trabaiava e depois dançava à noite, aquilo tinha que ter fartura, mutirão pra plantá mandioca, pra plantá arroz,... a comida era caça do mato. Tocava viola, dois, de manhã tinha gemada, meu pai tinha 60, 80 galinhas, ovo era coisa demais...Trabalhava o dia inteiro e saía alegre, tinha janta, tinha o café, café da manhã, passava bem, aquilo tudo acabou, faz mais de 40 anos, eu era moço, tô com 74 anos... Naquele tempo era fandango, ...aquilo era coisa que a gente ia com prazer (...)

(fala de Seu Paulo Mendonça, que nasceu na praia de Ipanema ao norte da Ilha e faleceu recentemente).

Nota-se que a atividade agrícola representava, antes de mais nada, um importante fator de sociabilidade, principalmente durante os mutirões. Haveria outros aspectos importantes no modo de vida tradicional caiçara que teriam sido modificados com a decretação do parque e a chegada dos turistas?

Para moradores de outras comunidades da Ilha, a comunidade do Marujá é sempre a mais privilegiada em termos de benfeitorias por abrigar um grande número de turistas em época de temporada:

“Todo mundo, todo mundo fez abaixo-assinado pedindo esgoto, água e telefone e melhora dos painéis solares, tudo. Quem priorizou primeiro foi o Marujá. Até aí tudo bem, desde que saía pra todo mundo(...). Eles começaram a fazer pela comunidade mais populosa, que tem mais gente, mais turista, tem influência de turismo”(…)

Marujá é por onde lá se batalham mais, é pelo Marujá, por que? Porque lá tem turismo. A água chegou, vai chegar o esgoto primeiro que todos, se chegar um dia vai ser lá. Quer dizer, o esgoto é uma coisa básica, hoje. Mas não é eles que deviam ser beneficiados até porque eles tem água encanada e poderia tá fazendo fossa séptica, eles não tão puxando água do solo, água tá descendo da cachoeira. Agora nós [da Enseada] ainda não, o esgoto devia ser uma prioridade aqui, porque nós tamo tirando água daqui do subsolo pra atender nossa demanda. E a fossa tá pertinho. Quer dizer, ninguém sabe se a nossa água tá contaminada ou não, ninguém veio fazer um trabalho aí”.

(opinião de um morador tradicional da comunidade Enseada da Baleia, mais ao sul no trecho da restinga).

De fato, nos últimos anos, há um interesse crescente em transformar as áreas protegidas em sítios destinados à visitação e ao desenvolvimento de atividades de educação ambiental por parte da administração dos parques estaduais paulistas, como forma de torná-las economicamente auto-suficientes. Ao mesmo tempo, o ecoturismo passa a ser uma alternativa de sustentabilidade sócio-econômica e cultural promissora para as comunidades tradicionais⁸⁴. É quase unânime entre os caiçaras da Ilha do Cardoso reconhecer a importância crescente das atividades ligadas ao turismo como uma importante alternativa de renda: “O futuro da Ilha do Cardoso vai ser turismo, embora tenha todas essas restrições de não poder construir, de não poder fazer nada...” diz o morador da Enseada, citado acima.

Durante a pesquisa de campo observei que, mesmo entre aqueles moradores caiçaras que não trabalham com o turismo no momento (cerca de 50% das famílias,

⁸⁴ Sobre a relação entre cultura caiçara e ecoturismo ver artigo de OLIVEIRA & RODRIGUES citado antes.

segundo dados coletados em campo)⁸⁵, a idéia de virem no futuro próximo a realizar alguma atividade relacionada com o turismo é bastante atraente:

“Queria poder alojar turista. Recebemos turista e fomos denunciados.”
(comenta morador do “Sossego”, parte do Marujá localizado ao sul da comunidade, onde o turismo ainda não havia sido regulamentado)

“Era bom que repartisse um pouco de gente com a gente (do Sossego). Foi o turismo que fez o Marujá!”.

Porém, mesmo no Marujá, há também moradores caiçaras que relativizam as vantagens do turismo:

“Aqui não tem infraestrutura para suportar mais gente e acaba virando bagunça”.

“Quando vem só homem, não é bom. Mas quando vem homem com mulher, tudo bem”.

“Muita gente, pra mim, atrapalha”

TERRITÓRIO DO ESTADO X TERRITÓRIO CAIÇARA

O Plano de Gestão Ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, em 1996, estabeleceu uma parceria com o governo alemão para implantação do *Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA)*. O PPMA tem como principais objetivos a melhoria do controle ambiental e conservação florestal na região do Vale do Ribeira e Litoral Paulista, além da consolidação de nove unidades de conservação (entre elas está o Parque da Ilha do Cardoso). Os planos de manejo foram coordenados pela Fundação Florestal e,

⁸⁵ Ver síntese dos questionários realizados no Marujá em fevereiro de 2000 em *Anexos*.

posteriormente, pelo Instituto Florestal. Ambos são órgãos ligados à Secretaria do Meio Ambiente.⁸⁶

Os planos de manejo desdobram-se em dois momentos. O *Plano de Gestão Ambiental* (fase 1) visa a realização do diagnóstico e análise da área a partir de dados secundários. A fase 2, ou *Plano de Manejo* propriamente dito, corresponde à implantação da fase 1. Para a realização do *Plano de Manejo*, a participação dos vários segmentos do Poder Público e da sociedade civil organizada foi uma das principais exigências do banco alemão KfW, que financia boa parte do Projeto:

“Sua elaboração... bem como sua implantação são abertas também à participação das prefeituras e comunidades envolvidas, assim como de outras instituições, governamentais ou não, universidades, organizações internacionais, entre outras, de modo a promover o envolvimento dos diversos interessados, bem como a integração das UCs nos processos sócio-econômicos regionais (...). Os seus objetivos são, de forma geral: melhorar a gestão das UCs; avaliar os impactos possíveis de qualquer intervenção, interna ou externa; utilizar a unidade para fins educativos e para o ecoturismo; elaborar o seu zoneamento; e registrar as decisões para normatização de uso dos recursos naturais e estruturas. “(O Plano de Gestão) Procura, de forma participativa, a identificação e hierarquização das necessidades, a definição de estratégias adequadas para a minimização dos conflitos e a formulação de propostas para solucionar seus problemas urgentes (...).”⁸⁷

Procurei analisar as várias faces da participação durante minhas viagens a campo, desde o início de 1997. A título de reflexão inicial, gostaria de ressaltar, na página seguinte, a composição da Oficina na qual foi elaborada a *Matriz de Planejamento Ambiental* do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC).⁸⁸ O evento foi

⁸⁶ No capítulo Desafios de uma gestão ambiental participativa se fará uma análise mais detalhada do Projeto de Preservação da Mata Atlântica e da experiência do comitê de Gestão da Ilha do Cardoso.

⁸⁷ SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, Planos de manejo das Unidades de Conservação, 1998. (A parte grifada é de minha responsabilidade).

⁸⁸ A “matriz de planejamento” é parte de um dos instrumentos de planejamento que foi utilizado nos fóruns do PPMA, o Zopp. A inclusão do Zopp segundo a coordenação do Projeto teria sido uma exigência do banco alemão KfW, responsável por grande parte do financiamento do PPMA. O Zopp aborda todas as etapas do planejamento tais como objetivos, meios, recursos, cronograma, indicadores de sucesso, etc. Vários questionamentos relacionados ao Zopp serão apresentados ao longo deste trabalho.

realizado no Parque Estadual da Fazenda Intervalles, no período de 07 a 11 de julho de 1997.

Participantes da Oficina de Planejamento do P.E.I.C –

O Plano de Gestão Ambiental Fase 1 ⁸⁹

NOME	INSTITUIÇÃO
1. Ana Lúcia	Instituto Florestal/Socr.Meio Ambiente(SMA)
2. Antônio Bini	Prefeitura Municipal de Cananéia
3. Carmem Lúcia	FFLCH/USP Depto. Geografia
4. Cristina	Assessora PPMA
5. Dalton Novais	Depto. Zoologia USP
6. Débora Stucchi	Ministério Público Federal
7. Doca Alcides	Instituto Florestal/PEIC
8. Elisabeth Gomes Cordeiro	Comunidade Itacuruçá
9. Ezequiel	Agente de Saúde, morador do Maruja
10. Fábio Sason	Nupaub/USP
11. Gregori	Cacique da tribo Guarani
12. João Soares	Polícia Florestal
13. Jorge A M Cardoso	Comunidade Enseada da Baleia
14. Karl Beitler	ONG Gaia Ambiental
15. Lucila	Próbio/Socr. Meio Ambiente
16. Luzineti	Monitora Ambiental de Cananéia, agência. Ecotur
17. Marcos Aidar	Instituto Botânico/SMA
18. Mariê	Instituto Botânico/SMA
19. Marilena	IBAMA
20. Ocimar Bim	Fundação Florestal/IF/Socr. Meio Ambiente
21. Paulo Martuscelli	PPMA-PGAs
22. Rinaldo Campanhã	SMA/P.E. Ilha do Cardoso
23. Rogério Cossovany	Professor Estadual
24. Rosely A Sanches	PPMA-PGAs
25. Sidnei Raimundo	Inst.Florestal/FF/PPMA-PGAs
26. Ziajob	Sta. Cruz Ilha do Cardoso', índio Guarani

Os seis nomes em negrito correspondem aos participantes que representam a sociedade civil: 1 representante de ONG, 3 moradores das comunidades caiçaras da Ilha e 2 chefes da aldeia indígena Guarani – que, diga-se de passagem, não falavam português. O restante dos participantes representa os seguintes setores:

13 do Poder Público

6 da universidade, órgãos de pesquisa e educação (também ligados ao Estado)

1 do setor mercado (agência de ecoturismo)

⁸⁹ SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, *ibid*, p. 43.

O Plano de Gestão do PEIC foi publicado no Diário Oficial da União no dia 27 de março de 1998. Nesta publicação, constam também os quadros “*Resultado da deliberação da Oficina de Planejamento para o Uso e Ocupação do Solo no P.E.I.C*” e “*Conceituação dos temas tratados na Oficina de Planejamento – Direitos da População Local*”, consecutivamente na forma dos *anexo 01 e anexo 03* (apresentados nas próximas páginas).

Ambos documentos são fruto de uma reunião paralela às plenárias oficiais e, do meu ponto de vista, representam um marco histórico e político importante porque sinalizam a legitimação da categoria “moradores tradicionais”. A categoria passa a ser instrumentalizada para a questão identitária, estando diretamente ligada ao direito de permanência na Ilha e de uso dos recursos naturais.

RESULTADO DA DELIBERAÇÃO DA OFICINA DE PLANEJAMENTO
PARA O USO E OCUPAÇÃO DO SOLO NO P.E.I.C.

Relação com a moradia	PESSOA QUE MORA NO PARQUE ININTERRUPTAMENTE*	MOROU NO PARQUE E MUDOU-SE, MAS POSSUI RANCHO, POMAR, MANTENDO O VÍNCULO	MANTÉM DOMICÍLIO MAS AUSENTA-SE TEMPORARIAMENTE POR MOTIVO DE TRABALHO/ EDUCAÇÃO	NÃO MORA MAIS NO PARQUE	NÃO MORA, MAS EXPLORA COMERCIALMENTE A MORADIA
Tipo de morador					
TRADICIONAL	<ul style="list-style-type: none"> - Pode construir p/ descendentes - Pode ficar no Parque - Pode explorar lavoura, extrativismo, turismo - Pode reformar ou melhorar a residência - Não pode vender - Pode ampliar (casos especiais *) 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode reformar ou melhorar - Pode manter o que tem - Não pode ampliar 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode construir p/ descendentes - Pode ficar no Parque - Pode explorar lavoura, extrativismo, turismo - Pode reformar ou melhorar a residência - Não pode vender - Pode ampliar (casos especiais *) 	<ul style="list-style-type: none"> - Deve sair 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode explorar comercialmente com contrato temporário de concessão
NÃO TRADICIONAL CONSTRUÇÃO : antes de 1962 UTILIZAÇÃO: início antes de 1962	<ul style="list-style-type: none"> - Pode construir p/ descendentes - Pode ficar - Pode explorar lavoura, extrativismo, turismo - Pode reformar ou melhorar a residência - Não pode vender - Pode ampliar (casos especiais *) 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode reformar ou melhorar - Pode manter o que tem - Não pode ampliar 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode construir p/ descendentes - Pode ficar - Pode explorar lavoura, extrativismo, turismo - Pode reformar ou melhorar a residência - Não pode vender - Pode ampliar (casos especiais *) 	<ul style="list-style-type: none"> - Deve sair 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode explorar comercialmente com contrato temporário de concessão
CONSTRUÇÃO: de 1962 a 1986 UTILIZAÇÃO: início de 1962 a 1986	<ul style="list-style-type: none"> - Pode ficar (submetendo-se a apreciação da comunidade) estendendo-se aos descendentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode ficar (submetendo-se a apreciação da comunidade) estendendo-se aos descendentes (se > 10 anos) 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode ficar (submetendo-se a apreciação da comunidade) estendendo-se aos descendentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Deve sair 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode explorar comercialmente com contrato temporário de concessão
CONSTRUÇÃO: antes de 1962 UTILIZAÇÃO: início depois de 1986	<ul style="list-style-type: none"> - Deve sair (com recomendação) 	<ul style="list-style-type: none"> - Deve sair (com recomendação) 	<ul style="list-style-type: none"> - Deve sair (com recomendação) 	<ul style="list-style-type: none"> - Deve sair 	<ul style="list-style-type: none"> - Deve sair (com recomendação)
CONSTRUÇÃO: antes de 1962 UTILIZAÇÃO: início de 1962 a 1986	<ul style="list-style-type: none"> - Pode ficar (submetendo-se a apreciação da comunidade) estendendo-se 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode reformar / melhorar sem ampliar 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode ficar com o que mora 	<ul style="list-style-type: none"> - Deve sair 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode explorar comercialmente com contrato

aos descendentes					
CONSTRUÇÃO: de 1962 a 1986 UTILIZAÇÃO: início depois de 1986	- Deve sair	- Deve sair	- Deve sair	- Deve sair	- Deve sair
CONSTRUÇÃO: depois de 1986 UTILIZAÇÃO: início depois de 1986	- Deve sair	- Deve sair	- Deve sair	- Deve sair	- Deve sair

ANEXO 03

Conceituação dos temas tratados na Oficina de Planejamento
Direitos da População Local

Como se pode observar no primeiro quadro da Matriz de Planejamento ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (**anexo 01** - “*Resultado da deliberação da Oficina de Planejamento para o Uso e Ocupação do Solo no P.E.I.C*”), moradores tradicionais que sempre moraram no local ou que “mantêm domicílio mas ausentam-se temporariamente por motivo de trabalho/educação”; bem como “moradores não tradicionais” que vivem na Ilha ou que “mantém domicílio mas ausenta-se temporariamente...” há mais de 38 anos – ou seja, desde antes de 1962 quando ocorreu a decretação do parque –, possuem direitos assegurados de permanecer na Ilha, reformar, ampliar e melhorar a residência; explorar lavoura, extrativismo e turismo. Todos os demais estariam sujeitos à desapropriação.

Os “não tradicionais” que construíram suas casas depois de 1962 e que passaram a utilizar a moradia depois de 1986 estariam sujeitos a desapropriação. É o caso da maioria dos chamados “veranistas”: cerca de 27 pessoas no Marujá e 15 na Enseada da Baleia, as comunidades mais turísticas da Ilha.

Já no **anexo 03** da Matriz, no item “critérios e conceitos para diferenciação da população local tradicional”, vê-se que os direitos do morador da Ilha estão vinculados, de alguma forma, ao seu “grau de tradicionalidade” ou, em outros termos, é diretamente proporcional à sua ligação com a cultura caiçara.⁹⁰ Além disso, no mesmo documento é explicitado um critério importante para a permanência dos moradores não tradicionais que já moravam na Ilha antes da criação do Parque: “poderá ficar, desde que respeite a comunidade e a conservação ambiental”.

Portanto, pode-se concluir que apesar de todos os limites do instrumento de planejamento utilizado (o Zopp), os poucos caiçaras presentes na Oficina em que se elaborou a *Matriz de Planejamento Ambiental* do Parque Estadual da Ilha do Cardoso saíram vitoriosos na disputa por seus direitos. Para isso contaram com a colaboração de alguns aliados presentes na reunião como, por exemplo, o membro de uma Ong local e mesmo alguns técnicos da SEMA.

⁹⁰ “Morador tradicional” é caracterizado a partir de três aspectos: “por auto-identificação pela comunidade, ou “com conhecimento e domínio de técnicas de produção (pesca, agricultura, construção, etc.) tradicionais”, ou “com gerações na Ilha ou região próxima”. Note que os três critérios são igualmente válidos, não sendo portanto necessário acumular os três atributos para que um indivíduo pertença à categoria “morador tradicional”.

TERRITÓRIO CAIÇARA?

“...Os moradores nativos da Ilha do Cardoso era basicamente índio com portugueses que foram colocado no tempo das capitania hereditária, né, que era pra povoar esses lugares estratégicos na beira do mar. Podiam explorar ouro, madeira e tal. Em troca cuidavam da terra para que outros invasores não chegassem.

Algumas família que eram tradicionais daqui, né, que eram dessa mistura de índio com portugueses, que é a família Mendes, Barbosa, Neves, Pereira, Cardoso e, posteriormente, Rodrigues que é a nossa família né, que veio pra cá. Migraram de Santa Catarina mais ou menos no ano de 1850. Por causa daquelas enchentes que dá lá, né, e certamente já conheciam aqui porque sempre aconteceu uma migração catarinense, acontece até hoje. (...) em todo o litoral paulista tem catarinense que migraram e que moram lá e que influenciaram também na questão da melhoria do equipamento de pesca, porque sem dúvida essas comunidades pesqueiras do Rio Grande e de Santa Catarina evoluíram muito, né.

“...Aqui era chamado Praia do Meio (...) a população fazia naquele tempo pesca e lavoura. Tinha um intercâmbio entre os moradores do continente com a Praia do Meio, que era o seguinte, né: o pessoal que morava no Açupeva, Araçáuba, Rio Vermelho, Rio Turvo, Morro da Palha, Varodouro, tinha muita gente de lá que vinha pescá tainha na Praia do Meio e tinha muita gente também que daqui fazia lavoura no continente, em alguns lugares do continente. Então existia esse intercâmbio desses moradores da parte mais do interior com a Praia do Meio.

(...)Em 1954 dois herdeiros da terra da praia do Meio venderam uma parte, uma gleba de terra prum tal de Roberto Rodrigo Botelho. Era um italiano que já trabalhava na Peixeira Grande, que tinha serraria, ele fez uma canalização de água com roda d'água, virava serraria, virava moinho de ostra (...). Tinha um contingente grande de operário, gente da Lage, do Camburiú, de Foles, do Marujá e até do Ariri que iam trabalhá lá. Trabalhavam mais na entresafra quando não tinha pesca, não tinha lavoura eles faziam o que a gente faz hoje no turismo, né. Ocorreu que por ordem de questão conjugal mesmo desse Roberto, né, e porque também ele era idade bem avançada ele vendeu em 56 essa parte de terra que ele comprou desse pessoal para a família Lipi, e aí essa família Lipi já eram loteadores de terra e já tinham loteamento no jardim Penha lá em São Paulo - chamava-se Companhia Três Coroas Ltda. Aí eles compraram desse Roberto Rodrigo e começaram a lotear aqui, né. De 56 a 58 venderam muitas terra, muitos lote, né, e nós tivemos sorte, e isso é o meu ponto de

vista, porque eles venderam pra um pessoal operário, pessoal de baixa renda em São Paulo, e por conta disso era um pessoal que pagava em longo prazo, não pagavam à vista, e também não construíram, né. Então eles foram pagando e em 62 com a decretação do Parque, eles deixaram de pagar, quem não tinha recibo de quitação, quem não tinha terminado de pagá, deixaram de pagá e largaram mão, né. Mas aí, algumas pessoa já tinham construído, tinha construído nesse tempo, no bairro do Marujá – que daí eles batizaram com o nome de Marujá aí nessa época, em 56 (...)”⁹¹

“...lá era lindo, fartura de mantimentos, fartura de água, tem cachoeiras que saem na praia... Só era ruim pra nós era fazer compra, quando faltava as coisa, sabe aquela baía de Cananéia, tinha atravessá com canoíinha a remo, duas vezes por semana...uma hora e meia de viagem. Minha família vem dali mesmo, de Ipanema (praia ao norte da Ilha do Cardoso) desde bisavô, o ...Mendonça era meu bisavô, era português mas constituiu família lá, o José Muniz, a senhora vai ouvir falar dos Muniz de Iguape, é daquele Muniz, residiu ali, tinha tudo ali, ...ali unia os Muniz com os Mendonça, minha avó era Muniz, Ana, filha do José, meu avô era Mendonça.

(...) Mas nós é de sangue diferente dos índios, meu avô era português, e do lado da nossa vó era italiano. Eu me criei ali, Ipanema, não aprendi a ler, caçava, pescava, tudo quanto era serviço do sítio eu fazia, plantava arroz, colhia arroz, tirava mandioca, fazia farinha, tudo pra vendê pela praia, não tinha outra condução...”.

(fala do Seu Paulo Mendonça)

Muitos dos caiçaras que hoje vivem na Ilha são descendentes dos primeiros habitantes indígenas que se casaram com migrantes vindos do Paraná e de Santa Catarina. Os mais idosos que conheci contam várias histórias a respeito de seus antepassados indígenas:

“ Sobre a história da bisavó índia de Antônio, Seu Tenório contou-me que certa vez, Antônio Mendes e seus companheiros ouviram um barulho de conversa no milharal. Quando chegaram perto, viram que era um bando de índios, todos nus, que correram com a chegada dos caiçaras. Ficou uma índia. Cobriram seu corpo com panos e levaram-na para casa... deram banho, vestiram e alimentaram a índia. Disse que ela gostou do lugar e foi ficando. Antônio Mendes tomou-a como mulher. Tiveram alguns filhos. Um deles, João Máximo, contam ter sido um homem muito forte e corajoso. Seu Tenório disse que ninguém tinha tanta força para trabalhar na roça quanto ele...”.

⁹¹ Ver este testemunho em: Oliveira, E. & Rodrigues, C.L. (2000) op.cit.

“Num determinado ponto de nossa conversa, Dona Julieta fala num tom solene: ‘Nós somos de família de índio’. Seu Jerônimo é filho de João Máximo, o lendário caçara que foi picado de cobra nove vezes”.

(os depoimentos acima fazem parte do *Álbum de Retratos*, apresentado adiante)

O COMITÊ DE GESTÃO AMBIENTAL

A gestão das unidades de conservação no estado de São Paulo, até pouco tempo, era centralizada na figura do chefe da unidade, o diretor do parque, na maior parte das áreas. A criação dos *Comitês de Apoio à Gestão*, ou simplesmente, *Comitês Gestores*, representou uma tentativa de um grupo de técnicos da Fundação Florestal de democratizar a administração dos parques estaduais paulistas inseridos no *Projeto de Preservação da Mata Atlântica*. O que se pretendia era estender à sociedade civil organizada a responsabilidade de gerenciamento da reserva. Tal política foi, no entanto, contestada em várias esferas do Poder Público e aos comitês concedeu-se um tipo de poder mais restrito, o de consultor.⁹²

Segundo o modelo para elaboração de estatutos dos comitês encaminhado pelo então diretor do Instituto Florestal aos responsáveis pelas UCs, em 25 de março de 1998:

“O Comitê de Apoio à Gestão ...é um órgão colegiado, de caráter consultivo, que deverá apoiar as ações de implantação e consolidação dos Programas de gestão da Unidade de conservação, consolidando o processo participativo iniciado durante a elaboração da fase 1 do Plano de manejo (Plano de Gestão Ambiental)”⁹³

Apesar dessas restrições, o Comitê de Apoio à Gestão da Ilha do Cardoso, ao longo de seus quase três anos de existência, é responsável por uma série de avanços na democratização do gerenciamento ambiental do parque em questão. O processo participativo singular desse Comitê e as ações concretas ligadas à gestão ambiental da

⁹² Conforme nos informou a coordenação dos planos de manejo, há dois anos – este grupo, mais favorável à presença das comunidades tradicionais no interior dos parques –, haveria setores da Secretaria do Meio Ambiente de SP, sobretudo na instância do *Conselho Técnico*, contrários à presença de moradores no parque e, também, contrários à abordagem participativa proposta pelo PPMA.

⁹³ Carta Circular DG no. 041/98 assinada por Oswaldo Poffo Ferreira, na época, diretor geral do IF (com grifo meu).

Ilha que vêm sendo realizadas por intermédio deste colegiado serão detalhados no capítulo 5 – Desafios da gestão ambiental participativa.

A DINÂMICA IDENTITÁRIA

O termo “morador tradicional” é utilizado por certos caiçaras, na Ilha, para diferenciar daqueles que chamam de “veranistas” e “turistas”, pessoas que moram na Ilha, mas não fazem parte da cultura caiçara.⁹⁴

É possível que o uso do termo “tradicional” para auto se designar tenha migrado da esfera acadêmica para o universo caiçara local, através de inúmeros pesquisadores que visitam a região estuarina-lagunar há muitos anos.⁹⁵ De qualquer maneira, o importante é ressaltar que “morador tradicional” passa a integrar um quadro referencial sobre os direitos dos moradores da Ilha a partir de julho de 1997.⁹⁶

⁹⁴ Terminologia tal como “cultura tradicional” é empregada por Antônio Cândido em sua obra clássica *Os Parceiros do Rio Bonito*, resultado de sua pesquisa sobre a cultura caipira nas décadas de 40 e 50 no município de Bofete (S.P.)

⁹⁵ A.C.Diegues é um deles. O antropólogo realizou uma série de pesquisas nesta área geográfica pelo NUPAUB (Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras) da USP. Para Diegues, a definição de cultura tradicional é a seguinte: “*Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com pouca ou nenhuma acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (petty mode of production) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse “know-how” tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação (...)*”. DIEGUES, *ibid*, p. 78.

⁹⁶ Data em que foi realizada a Oficina de Planejamento do Plano de Gestão Ambiental do PEIC na Fazenda Intervalles.

Além disso, a Ilha do Cardoso é palco de uma dinâmica simbólica por parte dos moradores tradicionais, que vivem há cerca de quatro gerações no lugar. Entrevistas pré-estruturadas, mapas mentais e calendários realizados junto às diversas categorias de moradores da Ilha trouxeram à tona mecanismos de rearticulação da identidade caiçara. No Marujá, por exemplo, praticamente nenhum morador vive durante o ano todo exclusivamente da pesca.⁹⁷ Contudo, poucos são os que não pescam mais. Na maior parte dos casos, nota-se, apenas, uma mudança sazonal da atividade pesqueira durante o período do verão – época que coincide com o declínio da pesca da tainha e, ao mesmo tempo, quando aumenta consideravelmente o fluxo turístico para a Ilha – como se pode observar no calendário apresentado na página seguinte.

⁹⁷ Ver documentos-síntese dos questionários realizados em fevereiro de 2000 sobre a relação dos moradores tradicionais e o turismo no Marujá nos *Anexos* da tese.

NA SAFRA DO TURISMO

“A maioria está indo pro turismo, mas nós temos a entresafra do turismo, que é depois de março até dezembro, ... nesse tempo o pessoal faz mais pesca”. (morador tradicional do Marujá que aloja turistas em sua casa e campistas em seu quintal)

“... Trabalhei muito aí fazendo os quartos, deixar em ordem, pintar, tem nove quartos, tem 24 camas, cabe o total de 27 pessoas ...Começo do ano e carnaval dá muita gente. É que tem muita pousada e espalha. Vem gente de muitos lugares.... A renda da gente vem mais disso aí, pesca dá muito pouco”.

(outro morador tradicional no Marujá que aloja turistas).

O próprio termo utilizado pelo caiçara (“entresafra do turismo”) denota a importância que é dada ao turismo, que cumpre o papel de suplementar a renda da pesca durante o verão.⁹⁸

É evidente que no Marujá ocorre uma mudança sazonal do trabalho: durante o verão, metade dos caiçaras passa da condição de pescador para a condição de gerente de pousada, restaurante, bar... Mesmo assim, o núcleo identitário continua relacionado à pesca e à roça, conforme se salienta no próximo capítulo. Deve-se lembrar, ainda, que a causa principal do suposto “abandono” das atividades tradicionais, por parte dos antigos moradores de áreas protegidas no estado de S.P., está ligada à atual legislação ambiental que lhes impõe inúmeras restrições quanto ao uso dos recursos naturais. Tais proibições foram seguidas à risca e até extrapoladas pelos administradores das UCs, até passado recente.

“...Antigamente com aquele R. não se podia fazer nada. (meu interlocutor refere-se ao antigo diretor do parque) Aconteceu com ele mesmo (aponta para o senhor ao seu lado) que fez uma roça de mandioca, que é da cultura e tradição do caiçara. O R. aplicou multa de mil e poucos reais. Falou que eu não podia roçá um metro de mata sem a autorização da Florestal de lá”. (morador do Marujá)

⁹⁸ A atividade pesqueira tem o pico no período de maio a julho, época de pesca da tainha.

“(...) O que o pessoal plantava era mandioca pra fazê farinha, mas hoje em dia não pode mais. Plantavam na restinga, mandioca, bata doce, melancia.... Sempre abeirando o canal. Faz três anos que não planta. Plantava em agosto, setembro, outubro. Plantava todo ano...”. (um morador caiçara que possui uma velha casa de farinha, atualmente desativada, no Marujá)

Uma das principais reivindicações dos representantes das comunidades locais, durante as reuniões do Comitê de Gestão da Ilha, teria sido a regulamentação das roças caiçaras:

“Tá começando a entrar na discussão [do Comitê de Gestão]. Eu não tenho dúvida que já no ano que vem a gente já possa fazer a roça. Por enquanto tá parado, faz uns três anos que o pessoal não planta . . . A gente tá pescando, mas a cultura caiçara está alterada, e isso é uma alteração séria, as roças de mandioca, a gente vê as casa de farinha, tá tudo parado, é muito ruim né ...”

(membro do comitê de gestão).⁹⁹

“Não dá pra plantá por causa do florestal, que fica em cima, florestamento, essas coisa... Lá em Ipanema eu podia plantá, pode fazê o que quisé, a gente do sítio tem direito de fazer o que quisé...Agora, se quisé plantá, tem que plantá escondido no meio do mato”. (Seu Paulo Mendonça)

Além da roça tradicional, a pesca artesanal, praticada por grande parte dos moradores caiçaras nas seis comunidades que visitei na Ilha, parece ter um importante papel na reconstrução do núcleo identitário caiçara. No inverno, especialmente, observei que a pesca torna-se a atividade principal também no Marujá. São reconstruídos os cercos, são organizados os grupos de pesca na costa atlântica, alguns saem de barco para pescar no mar ou no canal. Mas, este não é um fenômeno exclusivo da área em questão. Situação semelhante foi observada por outros autores que retratam a cultura caiçara (Maldonado, 1993; Kant de Lima, 1997). Nas ocasiões de intensificação da pesca, “*essa identidade encontra condições de afirmação*”.¹⁰⁰

⁹⁹ O plantio das chamadas “roças caiçaras” foi autorizado no ano de 1999 na Ilha do Cardoso, a partir das discussões no Comitê de Gestão e da regulamentação da atividade pela Promotoria do Meio Ambiente do Vale do Ribeira.

¹⁰⁰ KANT DE LIMA, R.(1997) Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro, EDUFF, Rio de Janeiro.

Diante do quadro apresentado, os seguintes questionamentos podem ser levantados:

- 1] O espaço surgiria como um dos elementos para a rearticulação identitária, no caso da cultura caiçara ser continuamente reelaborada em determinados períodos do ano, na comunidade do Marujá?
- 2] De que forma a identidade está relacionada com territorialidade?

No Marujá, das 33 famílias entrevistadas, 21 admitem desenvolver alguma atividade ligada ao turismo, em parte do ano. As outras 12, principalmente aquelas situadas ao sul da comunidade, no local denominado Sossego, dizem não trabalhar com turismo; contudo, informam que coletam e vendem iscas para os turistas nas épocas de temporada. Das 33 famílias, 22, ou seja, dois terços dos moradores tradicionais afirmam que continuam a pescar, sendo que 14 deles informaram pescar durante o ano todo – e 9 dizem pescar mais no inverno. Entretanto, quando se visita o Marujá na “entresafra do turismo”, ou seja, nos meses de inverno, é impossível não notar o constante vai-e-vem dos pequenos barcos no canal e a agitação durante todo o dia de um grande número de homens envolvidos nas seguintes atividades: montagem e instalação dos cercos no canal, conserto de malhas das redes, excursões noturnas de pequenos grupos à praia para “caloar” na costa; despesca nos cercos já montados, pesca de vara nas pedras... Essa é a razão que me leva a perguntar: Até que ponto o turismo se torna mera alegoria da identidade caiçara?

TERRITÓRIO INDÍGENA?

“... índio tem aqui na Lage, a mulher do Ezequiel, a sogra do Celestino, são neta de índio. Eu falei praquela casal... , sua mulher é descendente de índio! Tinha índio puro aqui na praia da Lage, conheci alguns.

(...) Do lado de cá tem um bocado. Hoje em dia tem do lado de lá, meteram umas famílias de índio do Jaraguá do Sul, os índios foram despachados ...isso já deu processo, a pessoa não devia pôr índio na Ilhacardoso porque é uma reserva! Um dizia que era um, outro dizia que era outro...”

(Seu Paulo Mendonça)

Conforme documento publicado pelo Instituto Florestal sobre a “Caracterização do Meio Antrópico” da Ilha do Cardoso, elaborado para subsidiar o atual Plano de Gestão Ambiental: *“a aldeia guarani m’bia vive nas proximidades do sítio Santa Cruz e é formada por grupos cujos antepassados migraram do Mato Grosso, do leste paraguaio e da Argentina, chegando na região no ano de 1992”*¹⁰¹.

O comentário a respeito da presença dos índios Guarani do grupo Mbya na Ilha resume-se a somente estas três linhas em todo o documento, que compreende 146 páginas, além dos extensivos anexos. Paradoxalmente, houve inúmeras discussões bastante acirradas sobre a chamada “questão indígena”, aparentemente a mais delicada entre as que vêm sendo tratadas no Plano de Gestão Ambiental da Ilha. Em primeiro lugar, os fatos que giram em torno da chegada dos Guarani na Ilha, em 1992, deram margem a muitas interpretações...

Segundo uma das versões, os índios teriam sido “introduzidos” propositadamente por um membro de uma ONG local, que desenvolve atividades turísticas na região de Cananéia. Porém, a pessoa acusada provou judicialmente que havia transportado os índios de Cananéia até a Ilha para ajudá-los a cumprir sua missão sagrada: instalar a aldeia na Ilha do Cardoso, seguindo as designações do chefe religioso da tribo.

¹⁰¹ SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE, série: Projeto de Preservação da Mata Atlântica, 1998:78.

A Ilha do Cardoso havia sido indicada como “a terra sonhada” pelo pajé, quando ainda estavam no estado do Paraná. Segundo tradição dos Guarani Mbya¹⁰², os índios costumam deslocar-se de tempos em tempos rumo à terra que é sonhada pelo chefe religioso, onde instalam a aldeia por tempo indeterminado.

Egon Schaden, em seu livro *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani* (1954), esclarece que o *Mito do Paraíso* desempenha papel fundamental na cultura dos Mbya. A busca do paraíso seria responsável pelos fluxos migratórios rumo ao Leste, mais precisamente, rumo ao mar, local onde supõem “encontrar *yvydjúporã*, a “bonita e santa terra situada no longínquo oriente”.¹⁰³

Para a ONG Centro de Trabalho Indigenista CTI:

“As aldeias Guarani do litoral estão distribuídas numa longa faixa geográfica que se estende do Rio Grande do sul ao Espírito Santo. Seu contingente populacional é composto por grupos familiares que, historicamente, procuram formar seus assentamentos junto à Mata Atlântica sob a perspectiva político-religiosa de alcançar a “Terra sem Mal”, que se encontra além do oceano. Dentre os três grupos de Guarani são os Mbya que vem dando continuidade ao processo de migração ao litoral a partir do leste paraguaio, nordeste da Argentina e sul do Brasil.

Apesar do constante processo migratório e da miscigenação entre os vários grupos guarani, com experiência ou não nas reduções, os Mbya mantêm uma unidade cultural e lingüística bem determinada, o que lhes permite reconhecer seus iguais, mesmo vivendo em aldeias separadas por grandes distâncias geográficas e envoltos por distintas sociedades nacionais (Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai).”¹⁰⁴

No período que antecedeu as reuniões preparatórias para a elaboração do Plano de Gestão Ambiental da Ilha do Cardoso, em meados de 1997, algumas pessoas teriam sido favoráveis à retirada dos índios da área. Nesse grupo, estavam participando certos pesquisadores e técnicos ligados à Secretaria do Meio Ambiente e à Universidade, que desenvolvem estudos sobre fauna e flora na Ilha – a maioria,

¹⁰² EGON SCHADEN, 1954, utiliza o grafismo *Mbũá*, enquanto na CTI (*Centro de Trabalho Indigenista*), ONG que apoia os Guarani na Ilha do Cardoso, escrevem *Mbya*. Optei pela segunda forma de escrita.

¹⁰³ EGON SCHADEN, *idem* *ibid.* p. 172.

¹⁰⁴ CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA (CTI), documento base do seminário “*Práticas de subsistência e Condições de Sustentabilidade das Comunidades Guarani na Mata Atlântica*” organizado pela Ong CTI, em setembro de 1997, na cidade de São Paulo.

biólogos.¹⁰⁵ Durante a Oficina de Planejamento em Intervalos, na qual se elaborou a primeira versão do atual Plano de Gestão Ambiental, tive a oportunidade de presenciar ao que chamo de “a revolta dos biólogos contra os indígenas”.¹⁰⁶ Até aquela data, alguns pesquisadores, técnicos estaduais e alguns poucos moradores de Cananéia ainda investiam esforços visando à retirada dos indígenas da Ilha. Somente após a intervenção do Ministério Público e da FUNAI, tal objetivo tornou-se praticamente inatingível.¹⁰⁷

Os Guarani Mbya que vivem na Ilha encontram-se, atualmente, sob tutela da FUNAI, e contam com o apoio e assessoria da ONG *CTI (Centro de Trabalho Indigenista)*. Foi criado um grupo interinstitucional paralelo ao Comitê de Gestão para discutir os encaminhamentos relativos à aldeia indígena.

As discussões a respeito dos direitos de uso das terras e dos recursos naturais pelos índios, segundo suas tradições culturais particulares, remete a uma das temáticas deste trabalho: a relação entre territorialidade e Identidade – que será abordada a seguir. O fato da etnia em questão ocupar um território abstrato, difuso e muito extenso, englobando praticamente toda a Mata Atlântica remanescente no Brasil, impõe maior complexidade para a análise desse tema, que vem sendo investigado por Maria Inês Ladeira (2000):

“Os Guarani mantêm um vasto território – que compreende partes do Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai – através de suas inúmeras aldeias. E embora não o ocupem de forma contígua e exclusiva, a apreensão de seu território acontece através de dinâmicas sociais e políticas, das redes de parentesco, que implicam em permanente mobilidade e dos movimentos migratórios realizados ainda hoje por famílias do subgrupo Mbya. Para os Guarani, o “conceito de território” supera os limites físicos

¹⁰⁵ Ver o que o indiano Ramachandra Guha diz a respeito do “imperialismo verde”, defendido, especialmente, por biólogos em: Guha (2000) *O Biólogo Autoritário e a Arrogância do Anti-Humanismo*. In: Diegues(org.) (2000) *Etnoconservação – Novos Rumos para a Conservação da Natureza*. Hucitec/Nupaub-USP, São Paulo.

¹⁰⁶ De certa forma, também participei dessa “disputa territorial” acirrada na oficina de planejamento, no momento em que me coloquei contra a inclusão em tal Plano de uma monção de repúdio à presença dos índios na Ilha, declaração esta esboçada pelo grupo de pesquisadores presentes. O mais exaltado de todos, um biólogo que desenvolve estudos sobre onças na Ilha, teria alegado que os Guarani estragavam suas armadilhas, o que considerava inadmissível.

¹⁰⁷ É interessante notar que alguns dos principais protagonistas no conflito relatado são hoje membros efetivos do Comitê Gestor da Ilha do Cardoso. O primeiro é representante da Pastoral dos Pescadores e o segundo, representa a ONG Gaia Ambiental que atua na região de Cananéia há muitos anos.

das aldeias e trilhas e está associado a uma noção de “mundo” que implica na redefinição constante das relações multiétnicas, em compartilhar e dividir espaços...

Nos últimos anos, os índios Guarani vêm conquistando direitos territoriais, fazendo valer o preceito constitucional contido no artigo 231 da CF, que reconhece aos índios “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”, cabendo à União a sua proteção e demarcação(...).”¹⁰⁸

Quanto à questão indígena na Ilha do Cardoso, valeria ainda indagar o seguinte: Poderiam os índios, vivendo atualmente na Ilha, representar os “verdadeiros moradores tradicionais” com amplos direitos de permanência e de uso da terra? E mais: Qual a contribuição do território dos Guarani para a discussão sobre a territorialidade, na Geografia? ¹⁰⁹

Durante vários anos, a presença Guarani na Ilha do Cardoso não foi reconhecida pelo Estado de SP. A antiga disputa territorial entre Nação e o Estado de SP é uma das hipóteses, aqui apresentadas, para explicar porque se procurou manter os indígenas na invisibilidade por tanto tempo.

MATA ATLÂNTICA: O TERRITÓRIO POLISSÊMICO

Os vários territórios identificados nessa pequena área da Mata Atlântica, isolada do continente, – a Ilha do Cardoso – evidencia a complexidade que envolve ações de ordenamento territorial quando também se pretende levar em conta as perspectivas dos povos tradicionais que aí vivem.

Além disso, as irregularidades fundiárias que marcam a história do Baixo Vale do Ribeira¹¹⁰ imprimem um tipo de territorialidade que, muitas vezes, antagoniza com

¹⁰⁸ Do resumo do trabalho de Ladeira apresentado no 3º Simpósio Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, Piracicaba, julho de 2000, consultado no CD Room do evento, produzido pela Sociedade Brasileira de Etnoecologia e Etnobiologia (SBEE).

¹⁰⁹ Esse é um dos temas que vem sendo pesquisado pela antropóloga citada acima, doutoranda no Departamento de Geografia da FFLCH/USP. A temática é bastante complexa e, aqui, foi brevemente apresentada no caso específico da Ilha do Cardoso.

¹¹⁰ Sobre este tema ver: Paoliello, Renata M. (1992) Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: a Posse como Direito e Estratégia de Apropriação, PPGAS/UNICAMP, Campinas (dissertação de mestrado).

os territórios caiçara, indígena e quilombola, constituídos com base em uma outra lógica.

Alecsandro Ratts analisa a correlação entre grupos étnicos e territórios, procurando integrar as contribuições teóricas, tanto dos geógrafos como de antropólogos, e levanta uma questão importante:

“...as demarcações de identidade e a elaboração da auto-imagem sugerem uma ‘problemática territorial’ que não se reduz a uma questão de terra – de posse e de propriedade – pois remete a apropriação do espaço no sentido amplo...”¹¹¹

É sob esse viés que “parte de um conhecimento que incorpora a idéia de singularidade” (Ratts,p.18) que, no próximo capítulo, discuto a relação territorialidade e identidade.

¹¹¹ Ratts, Alecsandro J.P.(1996) Fronteiras Invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará. Departamento de Geografia - FFLCH/USP (dissertação de mestrado).

CAPÍTULO 3

TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE: A NATUREZA SOB VÁRIOS OLHARES

“...O homem não pode escapar à sua própria conquista. Não pode deixar de adotar as condições da sua própria vida. Não já num universo meramente físico, o homem vive num universo simbólico. A linguagem, o mito, a arte e a religião constituem partes deste universo. São os fios variados que tecem a rede simbólica, a emaranhada teia da experiência humana. (...) o homem não vive num mundo de fatos brutos, ou segundo as suas necessidades e desejos imediatos. Vive antes entre emoções imaginárias, em esperanças e temores, em ilusões e decepções, nas suas fantasias e sonhos”.¹¹²

O estudo da problemática ambiental contemporânea dificilmente permite delimitações das várias áreas de conhecimento. Neste trabalho, tenho feito uso de várias fontes extra-geográficas por apostar que o diálogo interdisciplinar pode trazer novas contribuições, quando se pensa na relação entre cultura e ordenamento do território. Além disso, as diversas abordagens teóricas existentes no campo disciplinar da geografia permitem analisar a espacialidade humana sob diferentes ângulos.

Ainda que uma lógica economicista predomine na sociedade contemporânea ocidental, o estudo das diferentes formas de percepção e de representação espaciais, baseados em valores não materiais, apontam que as relações econômicas e sociais não constituem o único parâmetro válido para se entender a relação sociedade e natureza.¹¹³ No caso dos povos tradicionais que habitam as chamadas “áreas protegidas” da Mata Atlântica, seus valores, crenças, ideais, expectativas, modos de fazer e de conhecer o mundo resultam de um tipo particular de percepção e de apropriação do espaço. Tais olhares, subjacentes a um mundo simbólico particular, até hoje foram pouco desvelados.

¹¹² Cassirer, Ernst (1995) Ensaio sobre o Homem, Guimarães Editores, Lisboa, p. 33.

¹¹³ Devo acrescentar que é frequente se observar, nessa mesma sociedade, o aumento do número e da diversidade de grupos humanos que estabelecem relações míticas e transcendentais com o meio ambiente natural. A Umbanda, o Candomblé, o Santo-Daíme e a União Vegetal são alguns dos exemplos mais conhecidos.

Sabe-se que a leitura do espaço, feita por diferentes culturas, é consequência das diferentes cosmologias e símbolos, ou seja, depende dos “discursos” particulares a cada grupo.¹¹⁴

Certamente, temos algo a aprender com os povos nativos que há muito vivem nestas áreas. Como defendem alguns autores, também acredito ser nas diferenças entre as culturas que se encontram, em gestação, as principais soluções para nossos problemas contemporâneos mais agudos.¹¹⁵

Nesta pesquisa, enfoco alguns aspectos relacionados à espacialidade dos povos tradicionais não indígenas como um dos objetos de estudo. Neste capítulo, uma das questões a que me proponho analisar é como os valores culturais dos caiçaras e sua identidade imprimem um caráter territorial na área compreendida pela Ilha do Cardoso.

U N I V E R S O C A I Ç A R A

Gioconda Mussolini (1980), Fernando Augusto Albuquerque Mourão (1971), Ary França (1951), Antonio Carlos Diegues (1983;1995;1998), Maria Luiza Marcílio (1986), Roberto Kant de Lima (1997), entre outros autores, desenvolveram pesquisas sobre a cultura caiçara. Alguns desses trabalhos foram realizados há mais de quarenta anos, antecedendo grandes transformações que ocorreram no litoral paulista.¹¹⁶ Além da grande expansão de atividades ligadas ao turismo, a especulação imobiliária, mais acentuada no litoral norte, e a implantação de grandes reservas naturais no litoral sul modificaram sensivelmente a área costeira, nas últimas décadas.

Para se pensar a relação destas culturas tradicionais com a forma de perceber e se apropriar do espaço nessa área geográfica, onde hoje se situam os mais

¹¹⁴ Discurso, neste contexto, é entendido como “processo por meio do qual o conhecimento é constituído através da comunicação” ou seja, tal como cultura, “é uma parte da experiência humana”. Nesse sentido, mais amplo, utilizado especialmente na lingüística, discurso refere-se a um “modo particular de comunicação; um campo caracterizado por convenções lingüísticas próprias que é, ao mesmo tempo, causa e consequência de um modo particular de entender o mundo” (MILTON, 1996: 166-167).

¹¹⁵ Estas são idéias de Michel Serres e Edgar Morin já de domínio público. Neste trabalho, discuto adiante a proximidade do pensamento dos consagrados filósofos franceses das proposições de Homi Bhabha e Kay Milton.

¹¹⁶ Caso dos trabalhos já clássicos de Gioconda Mussolini, Mourão e Ary França citados antes.

preservados trechos remanescentes da Mata Atlântica, uma pergunta deve ser feita: Qual foi a influência dessas mudanças no modo de vida das populações nativas?

Mourão aponta, em seu trabalho de 1971, *Os Pescadores do Litoral Sul de São Paulo*, que teria havido uma mudança drástica na cultura caiçara do Vale do Ribeira, em meados do século XX. Os caiçaras do Baixo Vale passaram a priorizar a pesca e o extrativismo madeireiro, substituindo sua principal atividade comercial: a agricultura.¹¹⁷ Nota-se, hoje, os sinais de um novo ciclo de mudanças na cultura caiçara, provavelmente, bem mais avassaladora que a anterior. A maioria das comunidades está substituindo suas atividades pesqueiras por atividades relacionadas ao turismo, ainda que sazonalmente.

O caiçara encontra-se, hoje, numa zona intermediária entre o modo de vida tradicional e o contemporâneo. Circula entre esses dois universos, articulando-se intensamente em certos períodos com o “mundo externo”, o das grandes cidades, com desenvoltura surpreendente. No entanto, mantém vínculos estreitos com a sua cultura particular, com a sua identidade, que parece reconstruir sob certas condições particulares. O tempo e o espaço caiçara são exemplificações da “ambigüidade” que marca essa cultura.¹¹⁸

Como procurei mostrar anteriormente, pelo fato de moradores da comunidade do Marujá na Ilha do Cardoso mudarem sazonalmente de condição – da condição de pescadores para a condição de pequenos comerciantes, gerentes de pousadas e restaurantes –, mecanismos de construção/afirmação identitária são engendrados em determinados períodos do ano. Muda-se de condição, mas a identidade permanece.¹¹⁹ Viu-se que vários agentes locais e externos contribuem para essa dinâmica.

¹¹⁷ Mourão, Fernando augusto Albuquerque (1971) *Os pescadores do Litoral Sul de São paulo – um estudo de sociologia diferencial*. Tese de doutoramento na FFLCH/USP, São Paulo.

¹¹⁸ Roberto Kant de Lima estudou esse fenômeno da ambigüidade caiçara em sua tese de doutorado, publicada recentemente: Kant de Lima, Roberto (1997) *Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*, EDUFF, Rio de Janeiro (p. 257). Também Simone Maldonado (1993) desenvolve análises a respeito do território da pesca, de particular interesse para esta pesquisa, em *Mestre e Mares*, Editora Annalume, São Paulo.

¹¹⁹ Segundo a Profa. Margarida Maria Moura, que contribuiu com este trabalho no exame de qualificação, a noção de *condição* (condição de pescador, condição camponesa...) é sobretudo estrutural. Esclarece que pode haver pessoas numa mesma condição, mas com identidades diferentes. A *identidade*, ao contrário, envolve o simbólico, o imaginário, encontra-se no plano da representação. Assim, nesta pesquisa, será utilizada identidade, já que são mais os aspectos simbólicos da espacialidade humana que aqui se pretende analisar para se estabelecer uma relação com territorialidade.

A identidade caiçara, portanto, parece ser recriada, ou rearticulada, temporariamente em determinadas épocas do ano, sob certas condições específicas. É o que também verificou Kant de Lima em seu estudo sobre os pescadores de Itaipu, litoral do município de Niterói (RJ):

“Apenas em um lugar e em um momento de seu tempo estrutural essa identidade encontra condições de afirmação: na pescaria do cerco da tainha, conjunto de procedimentos ritualizados que se destinam a produzir, para o mercado, o “bem” mais valioso do local, não só em termos financeiros, mas do ponto de vista de uma definição interna, a qual como que recompõe e restaura as hierarquias... incorporando, através de mecanismos rituais, todos os grupos cujas relações se atualizam em Itaipu.”¹²⁰

O mesmo ocorre no Marujá durante o inverno. Todos os anos, nessa mesma época, a identidade caiçara é reconstruída. Os grupos de pesca se organizam para “lancear” na costa e para realizar a “despesca” da tainha nos cercos.

Assim, o território caiçara, do ponto de vista simbólico, pode ser identificado no discurso dos moradores tradicionais, em seus mapas mentais (o “pesqueiro no Pontal do Leste”, a “divisão da costa”, no Marujá e “os pontos de cerco”, na Enseada da Baleia) e através de outras formas de representação, que se apresenta a seguir. Certos detalhes da organização social da pesca e de sua relação com o território são apontados nessa etnografia.

T E R R I T Ó R I O S C A I Ç A R A

OPESQUEIRO DE FIRMINO DO PONTAL DO LESTE¹²¹

No Pontal do Leste, pequena vila situada no extremo sul da longa e estreita restinga da Ilha à frente do Parque Nacional de Superagüi (PR), os moradores vivem, essencialmente, da pesca em mar aberto.

¹²⁰ Kant de Lima, Roberto (1997) Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro, EDUFF, Rio de Janeiro.

¹²¹ Por respeito ao anonimato de meus interlocutores caiçaras, informo que troquei seus nomes a partir daqui.

Conversando com um dos principais pescadores do local, Aldamir, filho de Firmino, aproximei-me lentamente de seu território de pesca, o “pesqueiro”. Além disso, tomei conhecimento sobre a sazonalidade das espécies de peixes e inúmeros detalhes relacionados à técnica que utilizam: tipos de rede, disposição das redes em relação à linha da costa, tipos de embarcação utilizados, etc. Depois de uma longa conversa sobre malha de redes, canoas, qualidade de peixes..., aproximei-me do assunto que me interessava:

Calú: *Você pode desenhar, onde é a costa, fazer assim, como um mapa?*

Aldamir: *Como assim, você fala?*

C: *Um mapa daqui, pra eu ter idéia de onde que é aqui onde vocês vivem e trabalham.*

A.: *Ah, tá...No caso daqui, é a ilha do Cardoso, a praia [desenhou umas ondinhas no pé da página, quase saindo do papel...]*

Aqui é o sul, né, a barra, a barra de Superagüi, a barra do sul, né. Aqui é a costa no norte, aonde a gente trabalha, né (...) No caso a gente pesca aqui [fez gestos com as mãos indicando a vastidão da área de pesca, gesto que repetiu várias vezes durante nossa conversa] até o costão do Marujá, aquele morro lá do Marujá. A gente sai da barra aqui e vai até aqui no Superagüi, né (...).

C: *Onde vocês costumam colocar a rede, tem um lugar certo, de acordo com o tipo de rede? [aponto para o mapa sendo desenhado]*

A : *Não, não, não tem lugar nenhum pra largá [a rede] Quem tem lugar é o peixe. Onde o peixe tá, a gente vai. Se o peixe tá lá fora, no norte, a gente vai largá a rede lá, né.*

C : *Como você sabe onde o peixe tá?*

A : *A gente procura, né? Hoje nós trabalhamos aqui no sul, hoje. Não deu nada. Amanhã vou lá perto do Marujá (ao norte)... Mas o peixe pode amontoar aqui no sul...*

C : *Mas, é só de sorte?*

A : *Ah, é sorte. Pescaria tem que dá sorte e tem que tê vontade, né. Tem que jogá com a sorte. Por exemplo, corri aqui, não deu nada. Depois fui na linha do camaroeiro e chapei, matei bastante. Pescaria é procurar sorte. Outro cara tava aqui fora, aí matô bastante...você não tem um pesqueiro certo, você tem que procurá da parte do peixe. Essa parte aqui do sul, é melhor do que aqui do norte. É melhor, costa boa, né.*

C : Por que será?

A : Não sei, depende do pesqueiro da costa, né. Aqui (no norte) é mais fundo né, dá mais peixe, dá com água clara, dá com água turva.... Aqui não (ao sul) , aqui é água mais suja, água turva (...)

C : Vocês não pescam na beira da praia?

A : A gente não. A turma do Rui aí pesca na beira da praia. Eu não. No começo, a gente pescava, robalão... Mas faltou camarada, né. Depende de gente, de seis, de cinco...Cabou-se, a turma não qué trabalhá mais, né. De canoa duas pessoa vai, uma pessoa só vai também, né.

O território do pescador que trabalha em alto mar é, portanto, determinado pela localização do cardume: “onde o peixe amontoa”. É abstrato e fluído. Ainda que algumas áreas costumem ser mais piscosas, cabe ao pescador “descobrir” onde o peixe está, naquele determinado momento. Pescar é uma questão de sorte, trata-se de ir em busca do peixe. Estes pescadores possuem um território bastante diferente dos pescadores da costa, mais fixos, maiores conhecedores dos cardumes que vivem próximo à praia.

O pesqueiro “da turma do Firmino” estende-se por uma área muito ampla da costa atlântica da Ilha do Cardoso, “desde o costão do Marujá até a barra de Superagüi”. Mas esses limites variam dia a dia, dependendo da localização do cardume:

“Não, não, não tem lugar nenhum pra largá [*a rede*]. Quem tem lugar é o peixe. Onde o peixe tá, a gente vai”.

Um detalhe que meu interlocutor ressaltou, em vários momentos, foi a “linha do camaroeiro”. Seria uma linha imaginária por onde transitam os grandes barcos da pesca do camarão. Fazem um tipo de arrastão no fundo do mar. Para tanto, dois barcos navegam paralelamente à costa, puxando uma rede grande, revolvendo tudo até o fundo.¹²² A “linha do camaroeiro”, que parece tão concreta para o pescador como as bandeiras que deixa para localizar sua rede, é uma área a ser evitada,

¹²² Como a malha da pescaria é muito pequena e arrasta junto filhotes de outros peixes, os caiçaras costumam dizer que esses barcos - como os demais de grande porte, pertencentes à pesca comercial de larga escala - são os principais responsáveis pela diminuição generalizada do volume dos peixes na costa brasileira.

sobretudo, à noite. Localizada exatamente no ponto central de seu pesqueiro, não faz parte de seu território. Faz parte do território da grande pesca comercial.

Ainda em relação à espacialidade caiçara, percebe-se que as diferenças começam na própria unidade que utilizam para medir o comprimento das redes, a distância das embarcações com relação à costa, etc...: a “braça”:

Aldamir: A gente que é bastante pequeno [que tem canoa pequena], eu trabalho com 320 braça [de rede], 8 pano de comprido, né.

Calú : Eu não sei quanto que é uma braça

A : Uma braça eu não sei também, nós não medimo por metro, só por braça.

Indica em seu corpo a distância entre os extremos dos braços: “braça é essa minha aqui, ó”.

C : Mais de um metro, né?

Parece utilizarem, também, o *tempo* como delimitação do pesqueiro. Trabalham até “uma hora e quarenta minutos pro sul”... No entanto, percebe-se que a vastidão do mar, obviamente delimitado segundo seus referenciais simbólicos particulares, está ligado ao amor à liberdade, que caracteriza a vida caiçara. Os limites de seu território vasto são definidos de acordo com a localização dos cardumes.

Logo que comecei minha conversa com o pescador, percebi que ele repetia certos movimentos de mãos, indicando a dimensão de seu pesqueiro: “aqui é onde a gente trabalha”, os movimentos continuavam para os lados, escapando da superfície do papel onde havia desenhado o mapa. Parecia que seu pesqueiro não tinha fim... Nada é fixo, o pescador tem total liberdade de ir em busca do peixe aonde bem quiser, mesmo que não esteja do lado da sorte. A liberdade parece ser valorizada acima de qualquer coisa.¹²³

Para os moradores de outras comunidades da Ilha, que não vivem exclusivamente da pesca em mar aberto, as principais referências espaciais são outras. Já não é o mar o centro desse universo simbólico, mas sim o emaranhado de pequenos canais e o canal principal, o canal de Ararapira, que separa a Ilha do continente. A

¹²³ A liberdade, a sorte e a indivisibilidade espacial são noções relevantes no estudo de comunidades pescadoras, como salienta Maldonado (1993).

área da restinga e da mata, de onde tiram o material para a construção dos cercos e para a confecção do artesanato, pertencem ao universo simbólico desses caiçaras (como se pode observar no mapa de Laurindo, apresentado a seguir). Ao longo desse canal, são distribuídos os cercos, tanto os de inverno (para a pesca da tainha), como os de verão (para a pesca de outros peixes que não são “de safra”).

OS PONTOS DE CERCO NA ENSEADA DA BALEIA

O cerco é uma espécie de armadilha para os peixes, construído em taquara, com mourões de madeira grossa, dispostas perpendicularmente à margem do mangue, na parte estuarina da Ilha do Cardoso. Os pontos do canal onde estão localizados os cercos dependem de uma série de fatores. Um deles é o poder dentro da comunidade, exercido pelos *donos dos cercos*. A localização dos cercos parece representar a espacialização da hierarquia que marca esse agrupamento caiçara. Alguns pontos do canal são bem mais piscosos. Via de regra, os melhores pontos pertencem aos grupos, ou indivíduos, que por alguma razão detêm maior poder local. Contudo, delimitar as redes de poder entre os caiçaras não é tarefa fácil. Tal como o território de pesca, os laços entre as pessoas são fluídos, mudam sazonalmente dependendo do tipo de atividade realizada, segundo a situação enfrentada.

Na Enseada da Baleia, pequena vila localizada na parte central da restinga, vive um dos maiores comerciantes da Ilha: Seu Manoel. Ele é dono de pousada e do único bar/restaurante da vila onde vive, praticamente, só sua família (extensa). A “tainha escalada”¹²⁴ que o comerciante vende para São Paulo e para Curitiba representa sua principal fonte de renda. Durante o restante do ano o bar/restaurante garante uma pequena renda mensal para a família.

No inverno de 1999, a despesca¹²⁵ da tainha nos sete cercos de Seu Manoel superou todas as expectativas. Presenciei o mutirão para limpar e salgar o pescado. Todos os membros da família participaram. O depósito ficou repleto de mercadoria: tainha e ovas secas ao sol e salgadas (ver as fotografias no *Álbum de Retratos*, adiante).

Mas, nem todos os moradores da Enseada tiveram a mesma sorte na despesca daquele ano. Seu Tenório, que vive com sua família a uns quinhentos metros da vila, é um exemplo. Dizem que o local de seu cerco “não é tão bom de peixe”. Claro, Seu Manoel detêm os melhores pontos. A territorialidade, neste caso específico, portanto, refere-se ao espaço do poder determinado, principalmente, por uma condição econômica dominante. A comunidade caiçara é, portanto, heterogênea do ponto de vista sócio-econômico.

¹²⁴ “Tainha escalada”: tainha cortada longitudinalmente, descamada, salgada e seca ao sol.

¹²⁵ “Despesca do cerco”: captura por dois ou três homens dos peixes presos no cerco por intermédio de uma rede apropriada.

A “DIVISÃO DA COSTA” NO MARUJÁ

As relações sociais são bem mais emaranhadas na Vila do Marujá. Trata-se da maior comunidade da Ilha, onde é grande o fluxo de turistas durante certos períodos do ano. Lá, muitos dos moradores tradicionais desenvolvem sazonalmente atividades ligadas ao turismo (na “safra do turismo”, como dizem alguns). São estes que mais ascenderam economicamente e acabaram diferenciando-se dos demais pescadores da Ilha. Chamo-os de “os notáveis” do Marujá, tipo de “chefes de clã”.¹²⁶ Encontram-se dentre aqueles que detêm algum tipo de poder local, fazendo-os se destacarem da maioria. A “divisão da costa”, onde se pratica a *pesca de calôa*¹²⁷, é um exemplo de como as redes que compõem a organização social tradicional são ordenadas espacialmente, ou seja, territorializam-se.

A praia do Marujá é dividida, mentalmente, em três partes: a parte das pedras, a do meio, a “rabela” (ou “rabada”, ou ainda, “beirada”). A parte das pedras é assim chamada pois situa-se próximo ao costão de pedras, que divide a praia do Marujá da praia da Lages. É o local mais piscoso e disputado pelos pescadores. Há um acordo entre os pescadores do Marujá para distribuir e regulamentar o uso comum das melhores áreas de pesca. Três grupos de pescadores revezam-se diariamente nos meses de inverno nas três partes, de maneira que cada um dos grupos possa pescar no melhor local a cada três dias.

Viviane Capezzuto da Silva (2000) faz as seguintes considerações a respeito da divisão da costa do Marujá:

“A pesca de calôa de costa pode ser interpretada como uma permanência de formas associativas tradicionais numa comunidade que hoje sofre tanto dos impactos do turismo quanto da transformação de seu lugar em área natural protegida.

(...) Nesse sentido, a divisão da costa é, na verdade, a divisão dos homens, mesmo porque pertencem a famílias e grupos diferentes e muitas vezes rivais. Ela garante a

¹²⁶ Durante a época mais longa que permaneci na comunidade do Marujá, observei que as alianças entre os diferentes grupos constroem-se em determinadas ocasiões e logo depois se desfazem, quando se vive uma outra situação. Algumas vezes chamei esses agrupamentos de “clãs”, no *Álbum de Retratos* já que alguns dos moradores utilizam essa mesma terminologia. O tipo de vínculo mais forte entre as pessoas é, sem dúvida, o familiar.

¹²⁷ Tipo de pesca realizada com rede, à noite, na costa atlântica da Ilha, que alguns também chamam de “lancear” ou “pegar picaré”. Quando se trata da pesca da tainha, é feita nos meses de inverno.

distribuição de espaços e recursos naturais escassos, abrandando conflitos e contribuindo para a manutenção das diferenças”.¹²⁸

Os limites das três partes da costa é feita de acordo com marcos singulares quase imperceptíveis para quem é de “fora”. Segundo um dos pescadores locais, a parte “das pedras” é limitada, de um lado, pelo costão e de outro, por um minúsculo canal que desagüa no mar. A parte “do meio” é limitada pelo mesmo canal e por uma linha de árvores localizada ao lado da escola da comunidade. A “rabeira” é limitada, ao sul, por um mastro de taquara.

O mapa mental de Laurindo (ver página seguinte) mostra bem esses marcos que dividem a costa do Marujá. Curioso é que a linha de árvores não está localizada na praia, mas à margem do canal de Ararapira, ou seja, no lado oposto da restinga a mais de 300 metros da praia. O pescador explicou-me que se deve mirar as árvores da praia para saber onde termina a parte do meio e começa a “rabeira”.¹²⁹

A divisão dos três grupos acompanha uma divisão social e política que parece existir na comunidade. Os cercos localizados na margem oposta do canal, à frente da comunidade – minuciosamente desenhados no mapa do pescador – parece seguir a mesma lógica do que ocorre na Enseada da Baleia. Os melhores pontos são apropriados por determinados grupos ou indivíduos que detêm maior poder local. No entanto, como já comentei, desvelar o emaranhado da rede de poder no Marujá não é nada fácil.

Vê-se que o território caiçara no Marujá expressa e embaralha inúmeros aspectos simbólicos de sua cultura. Em primeiro lugar, destaca-se a divisão da costa e os pontos de cerco que refletem a territorialização do

poder político e econômico entre os moradores locais. Todavia, há aspectos mais sutis da cultura caiçara – por exemplo, o caso do domínio da arte da pescaria –, que também marcam o tipo de apropriação espacial daquela área.

¹²⁸ Silva, V.C.F. (2000) *Pesca e Uso Comunitário do Espaço Costeiro na Ilha do Cardoso – Litoral Sul de São Paulo – Brasil* in: Diegues, A. C. & Viana, V. M. (orgs) Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica, Nupaub/ Esalq – USP (p.28).

¹²⁹ Devem ter suas próprias razões para escolher tal marco que me pareceu difícil de localizar à noite, horário em que se faz este tipo de pesca, na beira da praia.

Seu João Antônio vai todo dia à praia para “espiar” o mar. Permanece alguns minutos imóvel, observando atentamente o movimento das ondas, dos ventos... parece que “cheira o mar”, levantando o nariz na direção do horizonte.¹³⁰ Trata-se de um dos “notáveis” do Marujá, mas seu prestígio parece estar ligado, antes de mais nada, ao seu conhecimento profundo de todos os detalhes envolvidos na pescaria.

Um outro “notável”, morador tradicional do Marujá, chamado pelos de fora “a maior liderança caiçara da Ilha”, esteve presente na delimitação do quadro referencial dos direitos de cada categoria de morador da Ilha, durante a oficina de planejamento ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Sem dúvida, foi um dos atores principais na legitimação do território caiçara na Ilha.

Durante o processo de negociações que houve no decorrer do PPMA, e no caso específico da Ilha do Cardoso, a identidade caiçara passa a ser um critério de garantia do direito de permanência e de uso dos recursos naturais pela população nativa. A articulação e reafirmação identitária que se observa na Ilha imprimem um caráter territorial naquela área geográfica. No entanto, vê-se que o território caiçara pode ser observado sob diferentes ângulos...

Diferentes tipos de território caiçara foram identificados. Há um território mais fluído e móvel do caiçara que vive da pesca em alto-mar – como é o caso do Pontal do Leste e do Cambriú. Há também o território da pesca nos cercos, que implica em uma relação mais estreita com a “terra firme” – caso da Enseada da Baleia e do Marujá. Para a confecção dos cercos é necessário se retirar a taquara e os mourões, que implica num maior conhecimento da vegetação nativa: época de corte de cada espécie e a localização das plantas na mata densa das encostas da Ilha.¹³¹

No mapa de Laurindo, o pescador-artesão indicou com precisão o local de onde retira as plantas que utiliza para a confecção de artesanato (cestos, estreiras...).

¹³⁰ Luiz Ferri de Barros menciona, em seu artigo sobre os moradores da ilha Monte de Trigo, a capacidade sensorial aguçadíssima dos pescadores: *“Visão, audição, olfato, sentido de equilíbrio e capacidade de perceber o tipo de balanço do mar são sentidos extraordinariamente desenvolvidos nos monteiros. Todas as percepções que estes sentidos lhes proporcionam geram sinais que permitem interpretar o tempo, o mar e os peixes”*. Barros, Luiz Ferri (1996) *A Ilha do Monte de Trigo: impressões de viagens*. In : *Ilhas e Sociedades Insulares* coordenado por A.C. Diegues NUPAUB/USP, São Paulo.

¹³¹ É bom que se esclareça que o uso deste tipo de material vegetal para a construção dos cercos, até recentemente, não havia sido regulamentado. Os moradores da Ilha diziam retirar as plantas do continente, na margem oposta do canal de Arapira.

A mata densa, do lado norte do Marujá, foi ressaltada com uma cor mais escura. Talvez seja o local de onde os caiçaras retirem as plantas de que necessitam para fazer cercos, artesanato e cobertura dos telhados de palha. O território dos pescadores do Marujá e da Enseada da Baleia é, portanto, mais fixo do que o do Pontal do Leste e engloba, além do canal no mangue, a praia (caso dos que “lanceiam” na costa), a restinga - onde até pouco tempo plantavam mandioca - e a mata atlântica.

Todas as deliberações relacionadas à gestão ambiental, no âmbito do PPMA, influenciam diretamente o uso que se pode fazer nos vários ambientes da Ilha. Além disso, o turismo parece reforçar a ligação dessas pessoas com o seu lugar, principalmente no Marujá. Por dependerem da renda do turismo em parte do ano, os caiçaras do Marujá são estimulados a comparecer nas reuniões do Comitê de Apoio à Gestão Ambiental. É neste fórum que decidem todos os detalhes da organização do turismo no Marujá, principalmente, para a época do verão. Talvez seja esta a razão de os moradores do Marujá e da Enseada da Baleia (além do Itacuruçá) serem os participantes mais assíduos nas reuniões do Comitê de apoio à Gestão Ambiental.

Os pescadores do Pontal do Leste, Cambriú e Foles, ao contrário de seus vizinhos, estão ligados antes de mais nada ao mar, à vastidão do mar, onde têm toda a liberdade de ir em busca do peixe, sem se submeterem aos limites espaciais das terras da Ilha. São as comunidades mais ausentes nas reuniões do Comitê de Gestão e nos demais fóruns do PPMA. Seria um mero acaso?¹³²

¹³² Não quero dizer com isso que o mar aberto influencie o caráter dessas pessoas... Esse seria um típico exemplo do determinismo geográfico que simplifica de forma grosseira as relações desses grupos sociais com o ambiente. Mas, gostaria de chamar a atenção para os interesses desses caiçaras que são muito diferentes dos outros. Seu tipo de relação com o espaço, suas percepções, suas ligações com o mar e com outros grupos de pescadores...(no Pontal estão muito ligados ao povo que vive no Parque Nacional de Superagüi...). Percebe-se que são mais independentes da relação com o Estado, não se submetem ao seu poder, são mais livres e contestadores...

IDENTIDADE E TERRITORIALIDADE

Os vários sentidos atribuídos a *território* e *lugar*, tanto na geografia como na antropologia, colocam tais categorias como elos de comunicação entre as duas áreas de conhecimento ao estudar as várias formas de representação da espacialidade humana. Ambas as categorias são chave nesta pesquisa.

Em um capítulo anterior apontei que há uma sobreposição dos vários territórios e de várias identidades na mesma área geográfica estudada, a Ilha do Cardoso. Como território do Estado, a Ilha constitui-se um parque estadual, uma reserva da biodiversidade de uso público e restrito. Ao mesmo tempo, a área representa parte do território caiçara, já que os direitos de permanência e de uso dos recursos naturais – ainda que limitados – foram legitimados durante o processo do PPMA e, posteriormente, regulamentados pela Procuradoria do Meio Ambiente do Vale do Ribeira. Também se discutiu os “outros tipos” de território caiçara, onde é a cultura – não tanto os aspectos sociais e políticos – que representa o principal constituinte a delimitar, concreta ou abstratamente, uma porção do espaço. Alguns ainda defendem que a área pertence ao território indígena Guarani. Finalmente, para a grande maioria dos visitantes, a Ilha do Cardoso é, antes de mais nada, uma espécie de santuário natural que deve permanecer intocado¹³³, desacralizado só eventualmente por atividades do ecoturismo.

Quais seriam as contribuições da geografia para pensar a relação *territorialidade e identidade*? Haveria outras categorias relevantes para analisar a relação espaço e cultura?

¹³³ É o que discute Diegues em seu livro publicado em 1996 *O Mito Moderno da Natureza Intocada* pela Hucitec.

Maria de Lourdes Alcântara e Regina Sader elaboram uma instigante análise sobre *paisagem*, outro conceito-chave do estudo sobre a espacialidade humana.¹³⁴ As autoras consideram que paisagem contém uma realidade material: contudo, a ela antecede uma realidade subjetiva do observador, que assim como um fotógrafo, “enquadra” uma parte do espaço, a paisagem. Mas quais são os fatores que levariam o observador a fazer determinado recorte em detrimento de tantos outros? Quais os aspectos da cultura que retrataria a paisagem?

FOTOGRAFIA E A ESPACIALIDADE HUMANA

“ I’m always looking outside, trying to look inside.
 Trying to say something that’s true.
 But maybe, nothing is really true.
 Except what’s out there.
 And what’s there is always changing.”¹³⁵

¹³⁴ Alcântara, Maria de Lourdes B. e Sader, Regina (1999) *Paisagem e Cultura*, Revista Imaginário, NIME/LABI, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, No. 5, São Paulo.

¹³⁵ Robert Frank, da introdução de seu livro de fotografias, *Flamingo*, publicado em 1996.

É freqüente recorrer à iconografia no estudo da paisagem. Optei pela fotografia. Desde seus primórdios, há mais de 150 anos, a fotografia suscitou uma série de questionamentos filosóficos a respeito da representação do espaço e, principalmente, do tempo.

Walter Benjamin teria questionado se a invenção da fotografia não havia alterado a própria natureza da arte. Sendo um tipo de criação facilmente reproduzível – ao contrário dos objetos de arte clássicos como pinturas e esculturas – teria emancipado os fundamentos de culto que possuía a arte até então. Mas uma possível contradição entre técnica e arte, implícita na fotografia, cairia por terra quando Benjamin entende que sua singularidade está no momento em que “transforma a vivência em objeto apropriado pela câmara”.¹³⁶

Para elaborar algumas considerações sobre a relação entre paisagem e cultura, selecionei fotografias de Cartier-Bresson e Robert Frank, dois dos maiores fotógrafos do século passado. Quando se compara a fotografia de Bresson à de Robert Frank, é possível estabelecer uma série de relações entre as imagens que representam e suas respectivas classes sociais e momentos históricos em que viveram, bem como diferenças culturais e individuais que caracterizam os artistas.

Cartier-Bresson, representante da aristocracia francesa do começo do século, reflete, em seu trabalho, o rigor e perfeição de formas característica da pintura renascentista. A composição em seu trabalho é impecável, através da qual Bresson busca realizar um exercício intelectual e filosófico. O enquadramento, segundo os moldes da pintura clássica, seria um recurso utilizado em sua tentativa de unir tempo e espaço, procurando alcançar a totalidade, a beleza perfeita, o ideal.

Robert Frank, ligado ao grupo dos chamados *beatnics* da década de 50, que questionavam “the american way of life”, direciona seu olhar para a vida de pessoas humildes nas ruas, nos bares, nas estradas, sem o glamour como qual se costumava retratar a realidade norte-americana na época. Busca retratar o efêmero, o inacabado, o incompleto.¹³⁷

¹³⁶ Benjamin, Walter. Obras Escolhidas v.1 – Magia e Técnica, Arte e Política, ed. Brasiliense, 1994, p. 104.

¹³⁷ O livro *Os Americanos*, de Robert Frank, publicado no final da década de 50 foi repudiado pela crítica mundial.

Robert Frank não se preocupa em obter belas fotografias – muitas são desfocadas ou borradas propositalmente –, seus enquadramentos não seguem nenhuma regra, refletem uma inquietude. Seus modelos preferidos são os membros de sua própria família. Enfoca o ambiente doméstico, o cotidiano. Revolucionou, mundialmente, a fotografia transformando, definitivamente, o ato de fotografar em arte, ou seja, uma maneira de expressão das sensações mais profundas e subjetivas do espírito humano. A objetiva da câmera é apontada na direção do fotógrafo.

Parece não haver algo mais “concreto” do que uma fotografia como forma de retratar uma paisagem. No entanto, assim como revelam as fotografias de Cartier-Bresson e de Robert Frank, a paisagem expressa, antes de mais nada, o universo simbólico particular do observador.

“A paisagem é portanto, a percepção de uma porção do espaço. Ora, todo suporte para a percepção já é percebido, não existe nenhuma realidade que não seja interpretada. O esquema conceitual que faz da colina uma paisagem é apenas um, entre outros possíveis.

(...) a paisagem é um dado reconstruído por uma percepção que informa esquemas conceituais, incluindo não só a representação da paisagem, mas também a representação do que deve ser uma paisagem nas diversas circunstâncias, tornando-se julgamento de valor, portanto, cultural.

(...) Assim o espaço torna-se social, não uma categoria vazia de conteúdo, mas preenchida pela identidade cultural”.¹³⁸

Se a paisagem é a representação de uma porção do espaço influenciada pelo olhar de um observador, necessariamente, “estranho ao lugar” – segundo apontam as autoras citadas acima –, qual seria o conceito que se aproximaria do olhar não estranho ao lugar, ou seja, o olhar daqueles que nascem, vivem ou se relacionam freqüentemente com uma determinada área? Seria *lugar*, aqui entendido como espaço da vida cotidiana? Ou, nas palavras das autoras, o “espaço preenchido de identidade”?

¹³⁸ Alcântara & Sader, 1999, Ibid.p.78.

T E R R I T O R I A L I D A D E

Sabe-se que os diferentes sentidos atribuídos aos conceitos-chave da Geografia – tais como espaço, território, lugar, paisagem... – resultam de orientações metodológicas distintas, às quais se filiam os geógrafos. Até aqui, se utilizou a noção de território de Raffestin por ser a que mais se aproxima da noção de território usada comumente pela antropologia. No entanto, quando se leva em consideração as diferentes leituras de determinados autores clássicos da geografia – Friedrich Ratzel, por exemplo –, multiplica-se ainda mais os possíveis referenciais teóricos para a análise da espacialidade humana.

A seguir, procuro apontar alguns dos inúmeros caminhos possíveis para a análise da noção de *território* dentro do campo disciplinar da geografia.

1] A noção clássica de território em Ratzel está diretamente ligada ao domínio do espaço, modernamente, à apropriação do espaço por parte do Estado-Nação. Segundo Antônio Carlos Robert Moraes, a geografia de Ratzel visava justificar e legitimar a política expansionista do Estado alemão, que na época havia sido recentemente constituído.

“Quando a sociedade se organiza para defender o território,
transforma-se em Estado”
(Ratzel, citado por Moraes)¹³⁹

2] Algumas idéias de Ratzel, relacionadas à territorialidade, bem menos difundidas, foram mencionadas por Marcel Mauss em *Ensaio sobre As Variações Sazonais das Sociedades do Esquimós* (1974, p.287).

“O volume geográfico refere-se à extensão espacial realmente ocupada por uma determinada sociedade. O volume mental é a área geográfica que chega a abarcar o pensamento”¹⁴⁰

¹³⁹ Moraes, A.C.R. (1990:) *Ratzel*, Ed. Ática, São Paulo.

¹⁴⁰ Ratzel, *Politische Räume*, geogr. Zeitschr., I, p.163ss.: cf. *Antropogeogr.*, I, 217ss.: *Pol. Geogr.*, pp.263-267; cf. *An Sociol.*, III, 565 in Mauss, Marcel (1974) *Ensaio sobre As Variações Sazonais das Sociedades do Esquimós*, in *Sociologia e Antropologia*, EPU/EDUSP, São Paulo.

Nesse caso, ao levar em conta o *espaço mental* de determinados grupos humanos, teria Ratzel indicado novas possibilidades para a análise do território que extrapolariam a sua noção clássica de território? Mesmo em sua *Antropogeografia*, algumas das preposições de Ratzel parecem referir-se a uma noção de território que transcende a mediação com o Estado:

“As mais sentidas diferenças que se manifestam hoje em relação às habitações são representadas, por um lado, pela mobilidade da moradia dos chamados nômades, que acompanha a mobilidade pastoril, e por outro lado, pelo aglomerado de habitações que se observa nos prédios elevadíssimos das nossas grandes cidades. Mesmo os nômades estão ligados ao seu território, embora seus vínculos sejam mais tênues que os vínculos das sociedades sedentárias”.¹⁴¹

Ratzel admite acima existirem “vínculos tênues” entre território e certos grupos humanos na busca de subsistência material. Estas idéias, no meu entender, abrem a possibilidade para se analisar o território de determinadas culturas que se deslocam periodicamente, seja em busca de alimento para seus animais – caso dos nômades –, seja em busca da “terra sem mal” – caso dos Guarani, que percorrem uma vasta área geográfica próxima à costa brasileira¹⁴². Haveria alguma diferença entre os dois casos, sendo que os primeiros se deslocam na busca de subsistência material, enquanto que os outros buscam sua subsistência simbólica?

Ratzel não se esquivava, no mesmo trabalho, de fazer considerações a respeito do caráter territorial das idéias e das religiões:

“As conquistas intelectuais são as que mais se difundem graças à capacidade de propagação que é própria das idéias, e vão se afirmar também em territórios que não teriam sido de modo algum favoráveis ao seu desenvolvimento inicial. Poucas idéias têm caráter tão territorial quanto as idéias religiosas, e no entanto poucas idéias tiveram uma propagação tão ampla.”¹⁴³

¹⁴¹ In: Moraes, A.C.R. (1990: 74) *Ratzel*, Ed. Ática, São Paulo, obra traduzida da língua italiana para o português, com grifo meu.

¹⁴² No capítulo anterior, iniciei uma discussão sobre o território Guarani na Ilha do Cardoso. Os indígenas da etnia Mybia encontram-se instalados na Ilha desde 1995. A presença dos índios no interior do parque estadual deu margem a inúmeros conflitos entre as diversas “tribos” (Maffesoli) interessadas nos rumos da Ilha.

¹⁴³ *Ibid*, p.82.

Território refere-se, portanto, a uma porção de espaço – tanto do ponto de vista concreto, como abstrato –, onde vários aspectos distintos seriam seus possíveis constituintes, tais como as várias formas de poder¹⁴⁴, a reprodução material, construção e reafirmação identitárias, legitimação ideológica, entre tantos outros.

A Ilha do Cardoso, pano de fundo das reflexões aqui apresentadas, seria um exemplo de apropriação do espaço simbólica e/ou materialmente por diversos grupos e atores sociais. Do ponto de vista político, a área geográfica apresenta-se como o centro de inúmeras disputas territoriais desde muito tempo. Quando a Ilha foi decretada Parque Estadual, em 1962, já viviam na época caiçaras descendentes dos primeiros habitantes indígenas e de migrantes do Paraná ou de Santa Catarina, além de um pequeno número de moradores não caiçaras, vindos da capital, na década de 50. Desde meados do século XX, agravaram-se as disputas territoriais entre o Estado e os moradores tradicionais das chamadas “áreas protegidas” ou, “unidades de conservação”, em várias regiões do Brasil. Assim, o caso da Ilha do Cardoso não é único. No Vale do Ribeira, as singularidades que caracterizam sua história tiveram grande influência no isolamento e na marginalização da população tradicional que aí vive até hoje: grupos remanescentes de quilombos (quilombolas), pescadores e agricultores tradicionais, indígenas. Na década de 50, durante o governo de JK, a presença do Estado foi mais marcante na região, época em que foram instalados os grandes projetos de barragens e teve início a criação de reservas florestais. Segundo Lourdes de Fátima B. Carril:

“A presença da vegetação da Mata Atlântica, ainda que em muitas partes, secundária, favoreceu a criação no Vale do Ribeira de parques e unidades de conservação. O governo interveio nessa área, com fins preservacionistas, desde fins da década de 50 deste século. As restrições legais, hoje, impedem o uso de 75% das terras do Vale ”.¹⁴⁵

¹⁴⁴ Como as “formas de poder” propostas por Pierre Bourdieu em *O Poder Simbólico* (1989) Difel/Bertrand, Rio de Janeiro e, Foucault em *Microfísica do poder*.

¹⁴⁵ CARRIL, L. F. B (1995) Terras de negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência (dissertação de mestrado no depto. de História, FFLCH/USP. Idem, p. 116: A construção da BR-116, em 1956, que liga São Paulo a Curitiba refletiu imediatamente no processo de urbanização do Vale do Ribeira e de especulação imobiliária, agravando os conflitos de terra na região. Assim como em todo o litoral paulista, os ambientes planos da Ilha do Cardoso, até a década de 60, encontravam-se divididos em loteamentos, os quais, após a decretação do parque em 1962, foram desativados.

As ações governamentais que se sucederam no bojo do processo de planejamento ambiental do *Projeto de Preservação da Mata Atlântica*, desde 1997, imprimiram uma territorialidade particular às nove áreas geográficas incluídas na categoria de parques estaduais paulistas.

AS CARTAS DE ZONEAMENTO AMBIENTAL DO PPMA

Técnicos envolvidos no PPMA utilizaram as *Cartas de Zoneamento*¹⁴⁶, que determinam o uso do espaço de acordo com preceitos da ecologia, como ponto de partida nas discussões junto aos moradores locais, durante fóruns de planejamento ambiental. Os planos de manejo ambiental foram construídos de forma “participativa” *a partir* das *Cartas de Zoneamento*, previamente elaboradas por “especialistas”. Ora, de certa forma já estavam definidas as medidas a serem tomadas visando a conservação e preservação, de cada parcela da área total do Parque. Na prática, as cartas de zoneamento representam uma instrumentação ideológica de um grupo de profissionais específicos e contêm ideais de uso e de preservação, que dificilmente coincidem com os dos moradores locais. Assim como ocorre em qualquer mapa, são formas de representação de um universo simbólico de um grupo particular.

¹⁴⁶ Nesse instrumento foram delimitadas diversas “zonas” – zona de preservação, zona de uso intensivo, zona de uso extensivo, zona de recuperação, zona tampão – que na forma de um mosaico, expressam as recomendações técnicas dos assessores da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo para aquele território. (Consultar a carta de zoneamento da Ilha do Cardoso, em anexo).

PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA PLANOS DE MANEJO - FASE 1 PLANOS DE GESTÃO AMBIENTAL				Nº FOLHA ÚNICA
PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO				
CARTA DE ZONEAMENTO				
DATA DA CARTA: PLANO DE ZONEAMENTO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO				
ELABORADO POR: MARCO CAMPOS RONALDO A. CAMARÁ	ELABORADO POR: CLAUDIO C. BARETTI SIMONE RAMALHO	REVISÃO: ALAN R. G. NOBRE MAGALI SANTOS	DATA: 1998	

No trabalho de Simielli (1986)¹⁴⁷, a autora analisa a visão de geógrafos russos que defendiam a chamada *Teoria Cognitiva*, tais como Salichtchev, que considera a cartografia “a ciência da retratação e do estudo da distribuição espacial dos fenômenos naturais e culturais, suas relações e suas mudanças ao longo do tempo, por meio das representações cartográficas – modelos, imagens, símbolos – que reproduzem este ou aquele aspecto da realidade de forma gráfica e generalizada”.¹⁴⁸

Para esses autores (Robinson e Petchenik, 1976; Aslanikashvili e Salichtchev, Ratajski, 1970 apud Simielli), os mapas retratariam uma visão particular da realidade, sendo que aspectos filosóficos, ideológicos e cognitivos daquele que faz os mapas, inevitavelmente, encontram-se neles embutidos.

Assim, pode-se dizer que as *cartas de zoneamento*, utilizadas como ponto de partida para a elaboração dos planos de gestão no PPMA, representaram uma injunção dos técnicos do Estado e de seus ideais de uso do espaço para todos os demais atores envolvidos nas oficinas de planejamento das UCs. Longe de ser um instrumento neutro, as *cartas de zoneamento*, utilizando de um discurso técnico-científico e símbolos desconhecidos pela maioria dos participantes das oficinas de planejamento ambiental, indicavam *à priori* quais deveriam ser: *zona de preservação*, *zona de uso intensivo*, *zona de uso extensivo*, *zona de recuperação* e *zona tampão*, para cada UC. Em nenhum momento se colocou em discussão a legitimidade do zoneamento, que já veio “pronto” do gabinete dos técnicos e assessores da Secretaria do Meio Ambiente para ser aplicado em cada área pertencente ao PPMA, de maneira impositiva, como se fosse a única alternativa de uso daquele espaço.

Por outro lado, parece ter havido um certo paradoxo no processo de gestão ambiental, no caso específico da Ilha do Cardoso:

Em primeiro lugar, ocorreu a convalidação (Pedro Demo) do *zoneamento ambiental* no momento em que as *cartas* não foram questionadas, mas tomadas como medidas necessárias para a preservação da área, durante as reuniões preparatórias – nas quais estavam presentes a maioria dos moradores locais –, e durante a *oficina de*

¹⁴⁷ Simielli, Maria Elena Ramos (1986) O mapa como meio de comunicação (tese de doutorado), Departamento de Geografia da FFLCH/USP, São Paulo, S.P.

¹⁴⁸ Ibid, p. 149.

planejamento – restrita a um número bem menor de participantes. Pode-se concluir que foi assim legitimado, através destas ações, o território do Estado, mesmo que as recomendações técnicas não estejam em concordância com os interesses da maioria da população local. Curiosamente, nesse mesmo processo houve a diferenciação dos direitos dos “moradores tradicionais” e dos “não tradicionais” através dos documentos *Crerios para a Permanência como Moradores tradicionais e Direitos da População Local*, elaborados na mesma oficina de planejamento.¹⁴⁹ Portanto, com a regulamentação e aprovação destes direitos pela Promotoria Pública do Vale do Ribeira, no ano de 1999, o território caiçara é legitimado. Ambas ações, que contaram com a colaboração de representantes de moradores locais, delimitam territórios distintos que, como já foi dito, sobrepõem-se.

Ocorre, porém, que existem ainda outras formas de apropriação do espaço por moradores locais, que acabaram não sendo consideradas em nenhum momento no PPMA. Analisei, a título de exemplificação, o território da pesca, a principal atividade produtiva da maioria dos moradores tradicionais, durante boa parte do ano. As várias modalidades da pesca artesanal apresentadas indicam diferentes formas de representação do território caiçara. Nesse caso, há uma associação íntima entre identidade e território, entre saber e natureza. Esse conhecimento tradicional foi sendo construído ao longo dos séculos, na medida em que estas comunidades vivem em função da reprodução desses ecossistemas naturais (Diegues).

Sabe-se que a identidade não é resultado da localização espacial de um determinado grupo (esse seria o erro clássico do chamado *determinismo geográfico*, atribuído a alguns autores do início do século XX, que simplificaram demasiadamente as idéias de Ratzel)¹⁵⁰. Ainda que identidade possa, em alguns casos, se referir a uma base espacial¹⁵¹, ela é, antes de mais nada, uma construção coletiva dinâmica que se renova constantemente, rearticulando-se com um passado e se recriando no presente.

¹⁴⁹ Ver ambos documentos no capítulo 2.

¹⁵⁰ Antonio Carlos Robert Moraes cita os trabalhos de Ellen Semple e Elsworth Huntington, que teriam influenciado autores de várias áreas das humanidades atribuindo um caráter naturalista à história humana (Moraes, A.C.Robert (1981) *Geografia – Pequena História Crítica*. Hucitec, São Paulo, p. 57-59).

¹⁵¹ Ver a discussão sobre território e identidade na formação brasileira em *Ideologias Geográficas* de Antônio Carlos Robert Moraes, Ed. Hucitec, 1988.

O território caiçara na Ilha do Cardoso é construído de diferentes formas dependendo da modalidade pesqueira utilizada (pesca em mar aberto, “lanceando” na costa, “despesca” nos cercos...). É nesse território fluído, em que o caiçara transita periodicamente, que ele reafirma sua identidade. O território então passa a ser *lugar* quando esse espaço físico é constituído através de representações locais, ou seja, “preenchido pela identidade” (Alcântara & Sader). Partindo-se do ponto de vista do *lugar*, a identidade não é mais atribuída, mas vivenciada. Pode-se dizer, então, que *lugar* se trata de uma categoria nativa, diferenciada de *território*, onde a identidade é atribuída por agentes externos.

Nas formas de organização e de uso do espaço das populações tradicionais que vivem nas “áreas protegidas”, certamente, estão contidas informações importantes quanto aos ideais de uso e de proteção ambiental. Essas informações não estão sendo contempladas pelos atuais planos de gestão ambiental ora sendo implantados. Trata-se, portanto, de um território atribuído externamente, e não do território vivido – ou seja, do ponto de vista do lugar –, o que está sendo levado em conta no ordenamento territorial, proposto pelo Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA).

CAPÍTULO 4

ÁLBUM DE RETRATOS

Inúmeras correntes de pensamento das mais variadas áreas de conhecimento questionaram a neutralidade da ciência. No campo disciplinar da Geografia,

determinados autores, no início do séc. XX, influenciados pela teoria de Kant, diziam que o pesquisador seria o responsável pela construção da realidade ou de seu objeto de estudo, através de um ou mais recortes teóricos possíveis. Com o relativismo que marca o século, se coloca em cheque a relação sujeito e objeto clássica (de base positivista) na pesquisa acadêmica. Tais questionamentos deram origem, na geografia, a um leque de diversas orientações metodológicas. Contudo, as novas correntes geográficas de certa forma convivem, até hoje, com algumas posições provenientes do período de hegemonia do positivismo.

Já na antropologia, a discussão a respeito do envolvimento do pesquisador com seu objeto teve início com a própria legitimação da disciplina e serviu de base para reflexões desde seus autores clássicos, que teriam questionado a separação entre “eu” e “eles” quando estudavam comunidades distantes e isoladas. Uma vertente da antropologia americana contemporânea, na qual se inclui Clifford Geertz, sustenta que durante o trabalho de campo ocorre sempre uma interpretação pessoal por parte do pesquisador, já que: *“we listen to some voices and ignore others”*.¹⁵²

Bruno Latour, em sua “antropologia da ciência”, leva a visão interpretativa até as últimas conseqüências. Investigando minuciosamente atividades de determinados cientistas no laboratório – por exemplo, como se deu a “descoberta” da forma helicoidal do DNA – traz inúmeras indicações de que mesmo biólogos e engenheiros estão, o tempo todo, interpretando e lançando mão de inúmeras estratégias para legitimar suas descobertas. Não haveria imparcialidade nem mesmo quando se observa uma partícula pelo microscópio eletrônico.¹⁵³

Colocando-me ao lado daqueles que consideram inevitável o envolvimento do pesquisador com seu objeto de estudo, apresento aqui meu *Álbum de Retratos*, elaborado durante as várias visitas à Ilha do Cardoso. Esse tipo de “representações do autor”, como comenta Geertz, costuma ser colocado em prefácios, notas ou apêndices. Decidi expressar deliberadamente o meu olhar na forma de um capítulo da tese, não somente para evidenciar minhas agruras e alegrias, dilemas, surpresas e reflexões

¹⁵² Geertz, Clifford (1988) *Works and Lives. The Anthropologist as Author*. Atanford University Press, Stanford.

¹⁵³ Latour, Bruno. *Ciência em Ação – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*, Editora da UNESP, 1998.

durante o trabalho de campo, mas como testemunho de ter “penetrado e ter sido penetrada por um outro tipo de vida”...¹⁵⁴ Além disso, a idéia de incluir no meio da reflexão um intervalo no qual se apresenta uma espécie de “novelinha” – como denominou este diário um jovem estagiário que me auxiliou em campo –, pareceu-me ser um recurso alternativo para aproximar ainda mais as idéias até aqui apresentadas à vida cotidiana, ao universo concreto e abstrato, à realidade sensível dos principais sujeitos desta pesquisa.

Este *Álbum de Retratos* reflete uma leitura pessoal da realidade com a qual me deparei, não somente durante os períodos de trabalho de campo, mas também durante os fóruns do PPMA nos quais, várias vezes, me posicionei e me manifestei. Assim, passo agora para a posição de ator. As fotos incluídas são parte fundamental deste trabalho. A idéia é estabelecer um diálogo permanente entre os dois textos: o escrito e o visual.

Em notas de rodapé, foram inseridas histórias de vida de personagens que considero chaves para se entender um pouco da imbricada e dinâmica teia de relações sociais nas comunidades dos ilhéus. Ainda que muitos “de fora” considerem tais pessoas as principais “lideranças” da Ilha, chamo-os simplesmente de “os notáveis”. Isso porque percebi que o que convencionalmente chamamos de *líderes* ou, *representantes da comunidade* tem um outro sentido na cultura caiçara... Espero que o próprio texto revele essa e outras peculiaridades do modo de vida tradicional na Ilha.

155

¹⁵⁴ Geertz (1988). Ibidem p.1.

¹⁵⁵ Por respeito à privacidade de meus interlocutores, decidi trocar seus nomes, mantendo, no entanto, o nome real da comunidade onde vivem. A maioria dessas pessoas é morador tradicional da Ilha do Cardoso. Alguns se tornaram meus amigos ao longo de nossa convivência.

T R A V E S S I A : O R I T O D E P A S S A G E M A O M U N D O C A I Ç A R A

“Há mulheres que dizem:
Meu marido, se quiser pescar, pesque,
mas que limpe os peixes.
Eu não. A qualquer hora da noite
me levanto, ajudo a escamar, abrir, retalhar e salgar.
É tão bom, só a gente sozinhos na cozinha,
de vez em quando os cotovelos se esbarram,
ele fala coisas como
‘esse foi difícil, ‘prateou no ar dando rabanadas’
e faz o gesto com a mão.

O silêncio de quando nos vimos a primeira vez
atravessa a cozinha como um rio profundo.
Por fim, os peixes na travessa,
vamos dormir.
Coisas prateadas espocam:
somos noivo e noiva.”

Adélia Prado¹⁵⁶

V E R ã O

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JANEIRO DE 1999

Navegar pelo canal que liga Cananéia à comunidade do Marujá pode ser arriscado em certas épocas do ano. Dizem que o transporte mais seguro é um barco grande mantido pela Dersa, que faz a linha Cananéia-Ariri. Os homens atravessam a

¹⁵⁶ Poema *Casamento*, transcrito de *Poesia reunida* de Adélia Prado.

barra de baleeira ou nas pequenas lanchas, aqui chamadas “avoadeira”. Todavia, as mulheres preferem a segurança do “barcão”.

Pretendia dar início ao trabalho de campo pela comunidade de Foles. Cambriú e Foles são as duas comunidades mais isoladas da Ilha do Cardoso. Situam-se em praias vizinhas na costa atlântica, ao nordeste da Ilha. Dizem que lá, até hoje, os moradores vivem essencialmente da pesca. O acesso até o lugar, segundo os próprios caiçaras, é muito perigoso por ter de se atravessar um trecho de mar aberto entre a Ilha Comprida e a Ilha do Cardoso: a “boca da barra”.

Antônio, representante da comunidade de Foles no Comitê de Gestão Ambiental da Ilha do Cardoso, não compareceu à reunião da semana passada. Não sabia muito bem como localizá-lo. Decidi ir até o Marujá, a comunidade mais populosa da Ilha do Cardoso, para onde há transporte diário de Cananéia através do canal de águas salobras, conhecido localmente como o canal do Ariri. Do Marujá pretendia caminhar até a comunidade de Foles. Assim, também aproveitaria para conhecer as praias que ligam Foles e Cambriú ao Marujá. Trata-se dos caminhos que utilizam normalmente os moradores locais, principalmente, as mulheres. Estas preferem evitar a travessia da “boca da barra” quando vão fazer compras em Cananéia.

A primeira etapa da minha travessia durou cerca de três horas. O barco da Dersa saiu às 13:00 horas de Cananéia. O dia está ensolarado, céu completamente sem nuvens, coisa rara aqui no Baixo Vale do Ribeira. Embarcação lotada, além das mulheres e crianças da região, viajavam alguns poucos “turistas” jovens¹⁵⁷, que certamente iriam acampar no Marujá. Pela primeira vez, paguei a passagem cobrada aos *moradores da região* – turistas pagam dez vezes esse valor.

Chegando ao Marujá, encontrei alguns turistas caminhando pela praia. Havia poucas barracas espalhadas pela comunidade nesse período de recesso entre o fim-de-ano e o carnaval. Haviam, certamente, recolhido o lixo acumulado durante as últimas

¹⁵⁷ “Turista” é o termo utilizado pelos caiçaras para se referirem aos de fora. Para os pesquisadores, ou aqueles que de alguma forma desenvolvem algum trabalho na Ilha, dizem “os da Secretaria”, “os do Florestal”, “os do Meio Ambiente”, “do Ibama”, etc.

festas.¹⁵⁸ Informaram-me que os moradores locais e estagiários do Parque, contratados para a “Operação Verão”, haviam feito vários mutirões de limpeza. Nunca vi a praia tão limpa! Possivelmente haviam coletado também o lixo que a maré traz do alto mar: garrafas de plástico, latas, pedaços de pau, todo tipo de entulho que, periodicamente, se acumula nas praias da Ilha.

Caminhei em direção ao norte cerca de uma hora até o costão de pedras, que separa as praias de Marujá e de Lajes. Pude observar de perto o senhor que montou uma barraca na praia para vender bebidas aos turistas durante a temporada, o Seu Paulinho. A permissão para esse tipo de comércio foi concedida pelo Comitê em uma das reuniões que participei. Constatei o que haviam me informado: não havia lixo perto da barraca, tudo teria sido recolhido e depositado no cesto grande que se avistava no local.

Como de costume, hospedei-me na pousada do Seu Eliseu. Uma de suas filhas preparou o jantar. Rubens, o filho mais velho, acertou com o cunhado, Marcelino, de me levar de avoadeira na manhã seguinte até o porto da tapera. Diziam que, partindo do porto da tapera rumo a Foles se economiza um bom tempo de caminhada. No meu caso, evitaria passar com a mochila pesada pelo costão de pedras. Tudo acertado, decidi dormir cedo. No dia seguinte sairíamos às 7 horas da manhã.¹⁵⁹

* * *

TERÇA-FEIRA, 19 DE JANEIRO

A CAMINHADA DE MARUJÁ A FOLES

¹⁵⁸ Informaram-me que havia cerca de 800 turistas no Marujá na época do reveillon.

¹⁵⁹ Conheci Seu Eliseu há mais de três anos. Informaram-me que representava uma das principais lideranças caiçara na Ilha do Cardoso. Como tem uma atuação política antiga ligada ao movimento das CEBs e participa de inúmeros eventos que tratam do meio ambiente e das culturas tradicionais em unidades de conservação, representa um tipo de interprete de sua cultura caiçara para as pessoas de fora como eu. Ao longo dos vários contatos, acabei ficando muito amiga dele e de sua família.

Choveu muito durante toda noite, mas o dia amanheceu claro, prometendo muito sol. No café-da-manhã, na casa de Seu Eliseu, ao contrário da tradição caiçara, tem sempre café bem forte e pão caseiro assado no dia por Dona Jurema, sua esposa – o típico nas famílias caiçaras é café ralo bem doce e biscoito de água e sal com margarina, pela manhã.

Marcelino me conduziu de avoadeira até o porto da tapera. As águas do canal estavam completamente paradas refletindo feito um espelho o mangue e as matas densas da encosta. Para chegar ao pequeno porto é preciso atravessar um bom trecho do manguezal. A pequena avoadeira deslizava mansa através de ilhotas que se sucediam formando uma espécie de labirinto. Pela primeira vez, me deixei levar pelos encantos da Ilha...

A partir de um determinado ponto, a avoadeira não deslizava mais sobre o espelho d'água, parecia voar através do céu coalhado de nuvens claras. Quanto mais se afunilava o canal através do mangue, maior minha sensação de sobrevoar aquela vegetação de raízes emaranhadas e escuras. Perto do nosso local de destino,

Marcelino reduziu a marcha. Mal passava o barco entre a vegetação. Deslizamos silenciosamente através das raízes-serpentes que então pareciam suspensas no ar. Chegamos à margem de uma pequena trilha que seguia mata adentro. A tapera de palha havia sido destruída pelo tempo. No local se avistava apenas seus destroços.

A próxima etapa da travessia seria feita sozinha seguindo a trilha que conduz à praia de Lajes, durante cerca de quinze minutos. O encanto intensificou-se. O caminho é largo e atravessa um trecho de mata atlântica bem preservada. A floresta é muito fechada no trecho inicial da trilha. Escuridão total, parecia noite. Alguns raios de sol mal conseguiam penetrar através das copas. Feito holofotes, projetavam delicados feixes de luz branca em alguns trechos do caminho. Raios formavam tufos, alguns isolados iluminando pequenas faixas da mata. Cipós, bromélias floridas, folhas de todas matizes de verde e de diversos formatos. Vegetação alta e exuberante. A cada trinta metros se escutava um tipo de pássaro diferente. Pequenas flores vermelhas – ou frutinhas? – cobriam o chão. Atravessei dois riachos de água gelada e logo as árvores tornaram-se mais baixas, mais adensadas. Um tipo de planta que parece espuma acizentada forrava o chão. A mata atlântica transformou-se em uma vegetação cada vez mais atarracada, fechada e espinhosa: a restinga. Já se escutava o mar. Em seguida, avistei no final da trilha a praia de Lajes. Foi a segunda parte de minha travessia, e, confesso, a mais mágica.

Tirei algumas fotos, maravilhada pela beleza do lugar. Às 8h30 continuei a caminhada pela praia rumo a Foles. Depois de uma hora de andança, parei perto de um riacho para descansar e mergulhar no mar. Água gelada, transparente. Mais quinze minutos de caminhada e se chega ao morro desmatado, que divide as praias de Lajes e Foles. No total, levei cerca de duas horas até chegar a Foles. Todavia, carregava uma mochila pesadíssima. Talvez seja possível fazer o percurso em apenas uma hora.

Descendo as pedras que se encontram no início da praia, encontrei duas mulheres lavando roupa em uma espécie de tanque natural, formado pela queda d'água à beira da mata. Tratava-se da mãe e a da irmã de Antônio. Informaram-me que ele e sua mulher haviam viajado de barco, naquela manhã, para buscar um casal de turistas em Cananéia.

Apresentei-me e disse que havia já um certo tempo que estava para vir visitar a família de Antônio. Só não tinha vindo depois da última reunião do Comitê no dia 14 de dezembro, como havia combinado – porque Antônio passou mal durante aquela reunião. De fato, haviam escutado algum comentário a meu respeito. No entanto, notei que a mãe ficou ressabiada quando falei que pretendia ficar na casa do Antônio e mostrei-me disposta a esperar que chegassem de Cananéia. Expliquei que vinha a trabalho, que participava das reuniões junto com seu filho. Perguntei onde poderia deixar minha mochila e esperar pela chegada do casal. Ao contrário do que havia imaginado – que ao menos um das mulheres iria abrigar-me em sua casa – a senhora disse que eu poderia esperar no rancho dos barcos. “E almoçar?”, perguntei. Havia algum lugar onde eu poderia comer algo? As duas mulheres silenciaram, desviaram o olhar e continuaram seu serviço. Depois de outros assuntos triviais que introduzi para quebrar um certo clima de constrangimento que acabou crescendo entre nós, Heloísa, a irmã, disse que se eu quisesse ela poderia cozinhar algo. Mas, alertou, iria ainda demorar ali. Não tinha escolha, levei minhas coisas para o rancho dos barcos. (Será que havia sido direta demais quando perguntei onde poderia almoçar?).

Esperei das 11 até as 16 horas no rancho dos barcos. A situação era, ao mesmo tempo, engraçada e desconfortável. Recebi alguns visitantes nesse meio tempo: primeiro, o cunhado do Antônio veio pintar os bancos de sua canoa; depois, três meninas curiosas vieram me conhecer: Alice, Juliana e Cristiane.

Ajeitei-me como pude para descansar e fugir do sol escaldante. Escrevi, li um pouco, sentada dentro de uma canoa, no meio das redes de pescar. Encontrei uma velha rede de balanço e armei no rancho. Finalmente, depois de umas duas horas, Heloísa chamou-me para almoçar: arroz, feijão e peixe frito, como de costume por aqui. Acabei dando 5 reais em retribuição pela refeição. Heloísa ficou meio sem jeito, não queria aceitar de forma alguma. Também fiquei sem graça de oferecer dinheiro, talvez não devesse, mas a pobreza da casa deixou-me tocada. Aquele dinheirinho poderia ajudar em algo, pensei. Agradei e voltei ao rancho.

Por volta das 16 horas as meninas voltaram e sugeri que entrássemos no mar. Nadamos um pouco até uma tempestade aproximar-se. Fiquei com medo dos raios. Disse às meninas que deveríamos sair do mar. Fomos tomar um banho de água doce na bica, que fica no quintal de Antônio. Aos poucos fui me aproximando das duas

principais personagens de minha breve história na comunidade de Foles: as meninas, Juliana (10 anos) e sua prima, Alice (12 anos), sobrinhas de Antônio. Foram minhas guias ao penetrar pela primeira vez no mundo caiçara.

* * *

As casas de Foles são feitas de tábuas de madeira, elevadas do chão como palafitas do Norte do país – talvez porque fiquem numa área baixa bastante alagadiça. Os telhados das casas de Foles e Cambriú são de telhas de amianto. Percebe-se logo que o poder aquisitivo dos moradores deve ser bem menor do que o dos caiçaras do Marujá – onde quase todas as casas são amplas e bonitas, de alvenaria e com telhado de telha de cerâmica.

Antônio tem a casa maior e mais confortável da comunidade, não sei se pelo fato de receber turistas. Não havia perguntado quanto iria cobrar pela minha estadia. Só soube, depois de alguns dias por lá, que o sistema de hospedagem era completamente diferente do da comunidade do Marujá. Esse fato trouxe-me alguns constrangimentos memoráveis...¹⁶⁰

No fim da tarde formou uma tempestade. Juliana sugeriu que fosse abrigar-me em sua casa, pois no rancho dos barcos choveria. Apanhei minha bagagem e, não tive dúvida: fui até sua casa, onde já havia almoçado. Heloísa, mãe de Juliana, foi paciente, ainda que um pouco distante. Ofereceu-me café com bolacha de sal. Disse que Antônio talvez não voltasse naquele dia. Comecei a me preocupar. Sabia que a mulher daria algum jeito para me acomodar durante a noite, mas, certamente, seria um grande constrangimento tanto para sua família, como para mim. A casa era extremamente pobre e pequena.

Heloísa e seu marido, Wilson, são crentes. Têm quatro filhos: Juliana (10), Jaime (cerca de 8), Ana (3) e Edinho (1). O marido pesca na canoa de Antônio. Heloísa, como todas as mulheres que conheci na Ilha, ocupa-se da criação dos filhos e da casa.

No final da tarde, para meu alívio, Antônio e Marilda chegaram.

¹⁶⁰ Até aquele momento, o único local onde havia me hospedado era no Marujá. Nas demais comunidades da Ilha raramente existe alguma infra-estrutura para hospedar visitantes. As poucas pessoas que pretendem dormir no local costumam pedir pouso em uma das casas dos caiçaras e devem trazer mantimentos para o preparo das refeições.

Depois do costumeiro café ralo com bolacha, decidi caminhar um pouco dando tempo à família de Antônio para descansar e ajeitar as coisas depois da viagem.

Durante minha primeira conversa com Antônio Cubas e sua esposa, Marilda, soube que vivem praticamente duas famílias em Foles, bem como na comunidade vizinha, Cambriú: os Cubas e os Neves. Em Foles há sete casas, sendo uma desocupada.

Sobre as roças, disseram que há muito tempo não plantam mais. Antônio explicou-me que o sistema de plantio era o seguinte: plantavam 1 ano numa determinada área e seguiam plantando mais 3 anos no mesmo local, até que no quarto ano deixavam aquela área entrar em pousio e iniciavam o plantio em outra. Disse que faziam mutirão quando ele tinha 13 a 14 anos, portanto, há cerca de 30 anos. Sobre as casas, relatou que antigamente eram cobertas de palha – da palmeira güaricana – e as paredes eram feitas de tronco de palmito lascado. As canoas usadas por lá, dizem, são feitas das seguintes madeiras: guapuruvú, canela e cedro. São construídas no sul do país. O tio de Antônio parece que sabe construir as canoas de um ronco só, como faziam os índios na região. (Perguntei se ainda teriam o interesse de construir canoas. Antônio respondeu afirmativamente).

Quanto à relação deles com os índios guarani, que vivem atualmente na Ilha, contaram a seguinte história: Há cerca de um ano os índios vieram ao Cambriú com um porco-do-mato amarrado numa corda para trocar por farinha, pão, etc. Ninguém quis fazer negócio com eles, fechavam suas casas, fugiam do contato. Dizem que os índios dormiram na praia e “só andam pelos matos”. Marilda comprou umas esculturinhas de animais nativos feitos de “caixeta” – uma madeira abundante na região –, que costumam vender como artesanato. Não sei se na mesma ocasião, chovia muito e os índios pediram pouso em várias casas. Ninguém lhes deu abrigo. Marilda ficou com pena das crianças e os hospedou em sua casa. Ofereceram comida e roupas quentes para as crianças. Dormiram todos na sala, “mas ficaram conversando na língua deles um tempão, fazendo barulho...”.

Sobre a religião, dizem ser católicos. Os cunhados Admilson e Heloísa são crentes. Marilda vai à igreja em Cananéia de vez em quando. Nas paredes da casa havia observado retratos dos santos católicos.

Finalmente, perguntei a respeito da relação deles com o atual diretor do Parque e com a Secretaria do Meio Ambiente. Pareceu-me que Antônio “gosta do Marquinhos”. Por outro lado, tenho observado que foge das reuniões e “da Secretaria”, como ele diz. Resta saber o porquê.

* * *

A janta saiu tarde, por volta das 10h30 da noite: arroz, feijão e bife¹⁶¹. Como não há energia elétrica no local, Antônio tem um freezer a gás em casa. Ofereceu-me uma cerveja. Aceitei. Antônio fala pouco, menos ainda do que Eliseu, o primeiro caçara que conheci na Ilha.¹⁶² O filho menor, Joel, é bastante tímido. Tímidos e reservados, assim me parecem esses primeiros moradores com os quais tive contato em Foles. Nunca me perguntam nada: o que faço, de onde venho, muito menos da minha vida pessoal. Momentos de profundo silêncio entrecortavam nosso diálogo. Deduzi que se tratava do “jeito caçara”.

Às 23h30, disse que iria dormir. O quarto foi ajeitado às pressas para mim: havia uma cama de ferro nova e um beliche, uma cortina de pano dividia o quarto do corredor. Tudo bem simples.

Naquela noite, Antônio fez as seguintes perguntas a mim: “Se puder voltar a construir canoa, será que cada pessoa terá o direito de ter uma canoa? Que tipo de madeira poderá se cortar?”; “Será que vou poder reformar minha casa?” (Antônio diz que pediu autorização ao Comitê). Tais perguntas indicam que Antônio vê o Comitê de Gestão de forma distanciada. Talvez, o entenda como parte da Secretaria do Meio

¹⁶¹ Havia mais de quinze anos que não comia carne vermelha, mas, achei que seria uma terrível desfeita não comer o que me ofereciam.

¹⁶² História de vida 1

Antônio Cubas, morador de Foles, membro do Comitê de Gestão do PEIC. Antônio é pescador. Tem 41 anos, é neto do famoso João Máximo, que, por sua vez, era filho de uma índia. A mãe de Antônio, Dona Madalena, casou-se, pela segunda vez, com Sr. Tenório, morador mais idoso de Foles e único lavrador atualmente na Ilha do Cardoso. O pai de Antônio, também pescador, morreu na “boca do canal da barra”. Casou-se com Marilda, uma prima distante, quando tinha 17 anos. Têm cinco filhos. Os dois mais jovens moram com o casal em Foles. Os dois mais velhos, casados, vivem em Cananéia. Mirian, a filha do meio, mora no Marujá, é casada com um dos filhos de Eliseu. A família hospeda turistas com certa frequência. A maioria vem para pescar, geralmente da cidade de São Paulo. Trazem suas famílias e ficam vários dias convivendo com a família nativa (Tive a oportunidade de presenciar esse tipo de contato, que relatei anteriormente neste diário). Gabriel, o filho adolescente, ficou em São Paulo durante uma temporada na casa de Maurício, que também conheci por lá. Segundo a esposa, Antônio gosta muito de ler. Indicando-me a pilha de livros no quarto – trata-se da coleção completa de Jorge Amado –, disse que o marido teria lido cada livro mais de três vezes.

Ambiente. Como vêm o Comitê? Tais questões centrais para esta pesquisa são abordadas ao longo deste álbum.

* * *

QUARTA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 1999

EM FOLES

Não dormi muito bem. O barulho altíssimo dos grilos incomodou-me no início do sono. Demorei a levantar-me de manhã. Além do sono, queria esperar que as pessoas usassem o único banheiro da casa. Procurava sempre que possível evitar atrapalhar o ritmo dos moradores.

Antônio saiu cedo para Cananéia. Foi buscar um pessoal que se hospedaria uns dias em sua casa. Viriam para pescar. Tratava-se de dois grupos diferentes de São Paulo: o grupo de Seu Lyra e a família de Maurício.

Depois do parco café da manhã – café preto ralo e açucarado com bolacha de sal – fui dar um passeio pela praia. O dia estava claríssimo e muito ensolarado. Fui até as pedras que dividem Foles de Folezinho tirar algumas fotos. Aos poucos, me deixei levar pelo encantamento diante da beleza daquela paisagem.

A praia de Folezinho (Folinho, como dizem aqui) é pequena – tem cerca de 500 metros. É margeada, de um lado, por um costão rochoso, do outro, por um morro alto que termina numa espécie de falésia. Pedras cobertas por crustáceas, pedras verdes onde nascem algas, pedras de todo tamanho e formatos. O mar cristalino reflete a floresta da encosta íngreme. Ondas quebram formando rendas branquíssimas. Que lugar encantado! Entreguei-me à beleza do local, maravilhada.

Após uma hora e meia de caminhada, voltei para conversar com Marilda. Aproveitei para observar melhor a casa: quatro quartos (dois com cama de casal e outros dois com beliches, perfazendo um total de onze leitos), uma sala ampla com dois televisores, rádio amador, toca-fitas portátil, antena parabólica, pôsteres de desenhos infantis, santos católicos e paisagens paradisíacas, todos misturados cobrindo as paredes. O banheiro tem chuveiro a gás, a cozinha é ampla com chão de cimento queimado. Tudo muito simples, paredes de tábua sem pintura nem verniz,

com muitas frestas. Com exceção da cozinha construída em alvenaria, o restante da casa é todo de tábuas, suspenso da superfície do solo.

Às 12 horas chegaram os primeiros turistas. Via-se que os três homens pertenciam à classe média. O mais jovem, Walter, é médico (tem cerca de 30 anos), seu pai, também chamado Walter (60 anos) e Seu Lyra, um senhor de 70 anos, escritor e jornalista aposentado, que frequenta o lugar há alguns anos. Trouxeram suas próprias provisões: verduras, frutas, caixas de cerveja e cachaça. Aos poucos vai caindo por água abaixo a idéia que tinha: que em Foles só se vive da pesca. (Aliás, perguntava-me porque Antônio não estava pescando naquela época).

* * *

Hoje conheci Seu Tenório, o mais idoso da comunidade, padraсто de Antônio. Segundo o Padre de Cananéia, é o único lavrador na Ilha, no presente.¹⁶³

¹⁶³ Havia conversado com o padre de Cananéia antes de iniciar o trabalho de campo. Sugeriu-me algumas pessoas para entrevistar. Nosso contato foi amistoso, mas muito breve.

História de vida 2

Seu Tenório, morador mais idoso de Foles.

Seu Tenório é padraсто de Antônio. Fui visitá-lo em sua casa. No local, encontrei seus dois filhos. Deixaram-me a sós com ele. O velhinho escuta muito mal. Não é possível dialogar com ele, no entanto, o senhor me contou várias histórias...

Seu Tenório nasceu na praia de Lajes e seus pais morreram cedo. Tem 95 anos. É famoso por trabalhar na roça até hoje, indiferente às leis ambientais.

"Minha profissão é lavrador. Pescar, pescava só para mantimento"

Foi criado pelos irmãos (?) e começou a trabalhar na roça bem cedo. Sempre trabalhou pesado:

"Trabalhei para morrer não para viver. Quem quiser criar seus filhos, tem que trabalhar menos!" Ainda rapaz, passou um tempo no sul do país (Guaraqueçaba...). Trabalhou durante um ano numa serraria. Sua irmã escreveu-lhe uma carta pedindo que voltasse para a Ilha, caso estivesse ainda solteiro. Teve duas mulheres. Com a segunda que vive até hoje, Dona Madalena, diz que casou no papel. Contou a história do bisavô de Antônio, que se casou com uma índia encontrada no milharal. Desse casamento nasceu o lendário João Máximo, pai de Madalena.

Seu Tenório teve 3 filhos com a primeira mulher: Antônio, Durval e Maria da Graça. Com Madalena tem 4 filhos. Em sua casa mora a neta, Alice de 12 anos.

Contou-me que pescava só para o consumo. Já os produtos da roça, vendia: arroz, farinha de mandioca...Desde que foi operado nunca mais pescou, não consegue andar muito bem, mas ainda diz fazer sua rocinha. Não quis mostrar-me a área da roça. Argumentou que o caminho estava muito embrejado devido às últimas chuvas. (Fiquei pensando se o senhor estava com medo de eu ser da fiscalização do parque.) Mostrou-me alguns pés de mandioca em seu quintal, explicando que era de uma qualidade do Ceará. Disse que sendo ele o único que planta por lá, todo mundo lhe traz mudas de diversas qualidades de planta, de diferentes lugares do Brasil, para ele cultivar em seu quintal.

Levou-me para conhecer a casa de farinha. É um ranchinho pequeno, de uns 5 m² coberto de palha de gūaricana e parede de tábua. O forno tem um tacho de cobre, do qual Seu Tenório muito se orgulha. Em seu quintal avistei alguns pés de bananeira, além de mandioca.

Sobre a história da bisavó índia de Antônio, Seu Tenório contou-me que, certa vez, Antônio Mendes e seus companheiros ouviram um barulho de conversa no milharal. Quando chegaram perto, viram que era um bando de índios, todos nus, que correram com a chegada dos caixaras. Ficou uma índia. Cobriram seu corpo com panos e levaram-na para casa (Deram banho, vestiram e alimentaram a índia. Disse que ela gostou do lugar e foi ficando. Antônio Mendes tomou-a como mulher. Tiveram alguns

* * *

Vários turistas chegaram hoje à casa de Antônio. Além dos três senhores que já descrevi (Walter pai, Walter filho e Seu Lyra), chegou a família de Maurício: ele e a esposa, Sheila, a cunhada Sônia e seus três filhos – dois rapazinhos e uma menina de 6 anos. Portanto, os hóspedes somaram 10, contando comigo.

Tinha cama e colchões suficientes para todos. Os dois grupos trouxeram suas compras, Maurício trouxe duas caixas enormes de isopor. Fartura!

Fiquei observando a relação dos “de fora” com família nativa. Maurício já parece da casa. Diga-se de passagem, é ele que financia as reformas da casa de Antônio. Foi ele mesmo quem me disse que trouxe as tábuas para a sala e agora iria começar a reformar a cozinha. Além disso, traz muitos presentes para os caiçaras.

O ritmo da casa mudou totalmente. O gerador passou a funcionar até tarde da noite suprimindo a casa de energia elétrica. (Até o dia anterior a iluminação era feita por lampião). No café da manhã, passou a ter leite, queijo, bolo, vários tipos de biscoito, achocolatado. Nas refeições, comia-se carne todos os dias – um certo contra-senso para família de pescador.

Se é boa ou não essa situação para a família, ainda não posso julgar, mas sem dúvida os hábitos dos moradores locais vão aos poucos mudando... (Marilda disse que não tomava bebida alcoólica. Agora bebe cerveja e caipirinha. Disse que aprendeu “com as mulheres de fora”) . Maurício trouxe litros de refrigerante, leite longa-vida, e outras “maravilhas da cidade”. Fiquei surpresa ao ver Antônio matando a sua sede durante o dia com “Fanta”.

Antônio, por outro lado, ficava o dia inteiro à disposição de Maurício. Saiu em sua avoadeira cedo para pescar com Maurício e Walter. Marilda contou-me que seu filho Gabriel, o adolescente, estava passando uns dias na casa de Maurício em São Paulo. Disse que Antônio estivera várias vezes na Capital.

filhos (quantos? quem?). Um deles, João Máximo, contam ter sido um homem muito forte e corajoso. Seu Tenório disse que ninguém tinha tanta força para trabalhar na roça quanto ele. João Máximo é pai de Madalena, portanto, avô de Antônio. Seu Jerônimo que conheci alguns dias depois, sogro de Seu Eliseu, também é filho de João Máximo.

Perguntava-me nestes últimos dias: Até que ponto o contato com esse tipo de turista altera os valores dos moradores locais? O impacto na cultura poderia ser positivo? Em que aspectos? Se é negativo, em que aspectos? A solução para melhorar a qualidade de vida dos moradores de Foles estaria ligada ao turismo, aqui ainda bastante incipiente?

Nessa altura do trabalho de campo, começo a perceber uma dura realidade local: pobreza, alcoolismo generalizado, falta de perspectiva para os jovens, velhice desamparada, submissão e subserviência aos turistas e aos seus valores. Além disso, há uma espécie de apatia em relação ao autoritarismo que, até então, marcou as ações dos órgãos públicos de fiscalização. A maior contradição, porém, fica por conta de se encontrar, neste mesmo local, exuberantes paisagens naturais lado a lado à evidente pobreza material de seus moradores.

* * *

QUINTA-FEIRA, 21 DE JANEIRO

EM FOLES

Presenciei uma cena intrigante quando caminhava pela praia por volta das 11 horas. Um aglomerado de gente encontrava-se em torno da avoadeira na beira da praia. Cheguei mais perto e percebi se tratar de uma filmagem. Interessante é que as pessoas pareciam daqui mesmo. Usavam uma câmara simples, pequena e percebi que estavam gravando uma espécie de propaganda do lugar:

“Olhem os peixes que pescamos!

Olhem que maravilha este lugar!”

Tirei fotos da cena, por acaso estava com minha máquina à mão. Perguntei ao rapaz com a câmara de vídeo do que se tratava a filmagem. Eles eram do Clube dos pescadores de Iguape e organizavam grupos de turistas para conhecer a região. Disse que tinham um jornalzinho, etc. Como quem não quer nada, perguntei se tinha muita gente que vinha ao lugar.

“Ainda não”, respondeu. O tal jovem é irmão de Wilson, cunhado de Antônio – e suplente no Comitê representando Foles.

Perguntava-me: Que tipo de turista irá freqüentar essa praia no futuro breve? Qual será o impacto no ambiente e na cultura local do turismo? Como é possível organizar-se um tipo de turismo que não seja impactante e que beneficie os moradores locais? De fato, o turismo organizado parece-me a única alternativa para melhorar a qualidade de vida desses moradores. Talvez seja possível se quebrar o paradoxo local: paraíso natural X pobreza (econômica e social) e desvalorização cultural dos caiçaras. Não pensava assim antes de conhecer essa comunidade.

Aproveitei o final da tarde para conversar com Seu Lyra, outro hóspede na casa de Antônio. Seu Lyra é jornalista aposentado e autor de alguns livros de romance. Tivemos uma conversa informal e agradável. Percebi que estava incomodado com a relação de certos hóspedes de Antônio com os caiçaras. Decidi entrevistá-lo. Ao final, declarou, mais ou menos, o seguinte: “Esse é um lugar maravilhoso...onde as pessoas são pobres e humilhadas pela ausência do Governo, e por essa ausência não tem perspectivas, nem há sonhos”.

* * *

SEXTA-FEIRA, 22 DE JANEIRO

EM FOLES

Como de costume, saí para caminhar bem cedo. É o melhor momento para refletir sobre o que estou vivendo e anotar as observações feitas no dia anterior na minha caderneta de campo. Nessa meditação matinal, costumo levantar perguntas para orientar minhas observações em campo. O trabalho de campo é também um mergulho para dentro de mim mesma...

Transcrevo algumas frases recolhidas nos últimos dias:

“Queriam tirar palmito para fazer uma salada pra gente, mas disseram que era melhor não, tinham medo que você fosse do IBAMA...” – Walter, o jovem médico que se hospedou na casa de Antônio ao mesmo tempo que eu.

“Aqui a gente não pode construir...” – Sheila, esposa de Maurício, lamentando o fato de o marido não poder construir uma casa no local.

“Estou reformando esta casa. Trouxe estas tábuas (referindo-se às tábuas da parede da sala), agora vamos reformar a cozinha...” – Maurício, comerciante de São Paulo, hóspede preferencial de Antônio.

A chegada de certos turistas irritou-me. Tive a impressão de que são pouco sensíveis ao ritmo e modo de vida dos moradores locais e dos demais hóspedes da casa. Fazem da casa de Antônio sua própria casa. Por exemplo: o gerador passou a ficar ligado até tarde, fazendo um barulho terrível até tarde da noite. Não se mostram tocados pela beleza do lugar e demonstram total indiferença à história, aos problemas e à cultura no local. O que procuram então aqui? Por que vêm? Essas pessoas que encontrei em Foles me fazem ficar preocupada com o futuro desses caiçaras. Os turistas que freqüentam a comunidade do Marujá seriam diferentes? Inúmeras questões que giram em torno do tema turismo me instigam, pela primeira vez.

* * *

Ontem à tarde, caminhei até a comunidade do Cambriú, vizinha de Foles. Com a desculpa de ir visitar Dona Julieta, sogra do Eliseu, pretendia ter um primeiro contato com a comunidade, onde os moradores são famosos pela valentia. Poucos técnicos do Estado atrevem-se a visitá-los sem uma prévia e longa preparação...

A montanha alta e imponente, que se vê desde Lajes, debruça-se sobre a praia de Cambriú. É o local mais bonito onde estive até agora na Ilha. O paredão de montanhas íngremes cobertas pela densa mata atlântica termina na costa. A declividade é suavizada nas encostas até chegar ao nível do mar. As águas do rio Cambriú são azuis e límpidas. Um grupo de gaivotões repousavam por perto.

Três casinhas coloridas dão um charme especial no início do povoamento. A de Dona Julieta fica rodeada por árvores frondosas, no meio de um terreiro florido.

Na casa, encontrei o marido de Dona Julieta, Seu Jerônimo. Sisudo e muito econômico nas palavras, pareceu-me incomodado com minha visita. Disse que conheci sua esposa no Marujá, na casa de sua filha, Jurema. A cada dia me deparo com a principal característica dos caiçaras desses bairros isolados no extremo norte da Ilha: são extremamente arredios.

* * *

23 DE JANEIRO

EM FOLES

Pretendia entrevistar várias pessoas em Foles, mas acabei achando que não era o momento. Desde a chegada dos turistas, o contato com os moradores locais tem sido quase impossível. A maioria dos que pretendia entrevistar são homens, e com a chegada de Maurício, dividiu-se o mundo dos homens e o das mulheres. Ficou ainda mais difícil penetrar no universo deles. Desisti.

Decidi me recolher e, simplesmente, observar tudo à minha volta. Hoje de manhã, encontrei Ditão, irmão de Marilda e representante da comunidade do Cambriú no Comitê de Gestão. Ditão é um caçara forte, de traços indígenas marcantes que contrastam com os olhos azuis. Estava na casa de Antônio, e perguntei se poderíamos conversar sobre a comunidade do Cambriú. Respondeu-me que melhor seria depois que Maurício fosse embora.

* * *

24 JANEIRO, DOMINGO

ÚLTIMO DIA EM FOLES

Resisti à minha quinta noite na casa de Antônio Cubas. A convivência com Maurício e sua família tem sido, de certa forma, penosa para mim. Hoje, é meu sexto dia de trabalho de campo, último em Foles. Amanhã iremos todos para Cananéia: os turistas, Antônio e Marilda. O casal vai visitar a filha e a neta recém-nascida.

Não tem sido nada fácil enfrentar a desconfiança desse povo e o olhar de desagrado de Maurício – que mais me parece o dono da casa. O pior é que seu tipo de

postura, que julgo muito assistencialista e autoritária com a família dos caiçaras, deve influenciá-los de alguma forma. Como?

Seu Lyra disse ter pago 100 reais para Antônio, além das compras, para ficar cerca de quatro dias em sua casa. Ao contrário do importuno que representou a chegada de Maurício, a convivência com o senhor e seus dois amigos, os Walter, foi muito agradável.

Antônio diz: “*Agora que tá bom no Marujá, né?*” O que quer dizer?

* * *

Passei alguns dias em Cananéia pesquisando documentos na Base do Parque Estadual da Ilha do Cardoso e no Museu Municipal. Necessitava de uma trégua depois do período em Foles.

O diretor do Parque providenciou um barco para transportar-me até as comunidades da restinga, o extremo sul da Ilha: Pontal do Leste e a Enseada da Baleia. Contudo, ele aproveitou o transporte para encaminhar uma funcionária do DEPRN¹⁶⁴, que deveria fazer inspeção de possíveis infrações ambientais no local. Joel, guarda-parque e meu antigo conhecido das reuniões do Comitê de Gestão Ambiental, foi designado para fazer nosso transporte.

Confesso que a idéia de viajar junto com a fiscal e o guarda-parque não me agradou. Os caiçaras certamente iriam me confundir com os funcionários da fiscalização... Por outro lado, sabia que Joel era uma pessoa ponderada e havia nascido em uma das comunidades que visitaria: a Enseada da Baleia. Além disso, não tinha muita escolha. O trajeto até as duas comunidades, localizadas no extremo sul da Ilha, só era feito uma vez por semana pelo barco da DERSA.

* * *

SÁBADO, 30 DE JANEIRO,

¹⁶⁴ O DEPRN (Divisão Estadual de Proteção dos Recursos Naturais) é o órgão público que fiscaliza as áreas de proteção natural no Estado de São Paulo.

EM PONTAL DO LESTE, NA CASA DE FIRMINO

Joel atracou no porto do Pontal do Leste, perto de um velho rancho de tábuas, à beira do canal. Mais tarde soube tratar-se do bar do Firmino, meu principal interlocutor naquela comunidade.

Do porto se avistava alguns homens agrupados perto de uma construção. Joel informou-me que Firmino estava lá – eu mesma nunca o havia visto – e foi ao seu encontro. Pedi a Joel que me apresentasse e explicasse a razão da minha vinda, além de tratar com Firmino a respeito de minha hospedagem. Os dois homens conversaram rapidamente e vieram até mim.

Firmino é um homem claro de olhos azuis. Tem cerca de cinquenta anos. Vê-se que trabalha pesado, pela sua constituição corporal. Meio seco, no primeiro contato, conduziu-me até sua casa. Para minha surpresa, não me ajudou a carregar minha mochila. Levou-me até a sala de sua casa, onde fiquei esperando, sozinha, um tempo que me pareceu longo.

Sua esposa, Dona Adelaide, apareceu e perguntou-me se queria almoçar. Senhora de ar severo, acentuados traços indígenas.

Resolvi dar uma volta pela comunidade, dando tempo para que a senhora preparasse a refeição. Esta mandou uma menina, que estava por perto, acompanhar-me. Era sua sobrinha de oito anos, Pricila, minha acompanhante oficial durante todo o período em que estive na comunidade.

Desde o primeiro dia, percebo que, nesse local, os moradores vivem mais unidos do que em Foles. As mulheres jogam vôlei todas as tardes com os homens. Adultos, adolescentes e crianças, todos se divertem juntos. Reúnem-se nas horas quentes do dia debaixo do pé de jamelão (“agapê”, como dizem aqui), tomam o tradicional café da tarde na cozinha da Dona Adelaide. É um clima de festa! Riem e brincam uns com os outros o tempo todo.

Os moços são bonitos e musculosos em virtude do trabalho diário na pesca. Moças e rapazes de traços harmoniosos, mistura dos loiros do Paraná e de seus

ancestrais indígenas. (A família de Firmino é um bom exemplo. Sua irmã parece uma índia; ele, loiro de olhos azuis).

Diferente do que observei em Foles, os homens bebem pouco. Estive no fim de semana na comunidade e só os vi bebendo um pouco de cerveja na chegada das canoas. Logo no primeiro dia, tive impressão de estar numa comunidade feliz. Além disso, aqui fui aceita bem mais rapidamente pelos moradores. Me senti logo à vontade no “clã de Firmino”.

Conversei com Firmino e seu filho, Aldamir, naquela primeira noite, depois do jantar. Falaram abertamente sobre a relação deles com a Secretaria do Meio Ambiente. Fizeram várias críticas ao Comitê de Gestão:

Firmino: *“a gente não sabe falar direito, são sempre os mesmos que falam, os que se dão bem...”* *“Aqui (Ilha do Cardoso) é um parque, mas tudo é feito para os turistas. Aqui (em Pontal) não vem ninguém tirar o lixo, não tem telefone...”*.

Firmino diz ter entregue um abaixo-assinado solicitando a instalação de um telefone comunitário no mesmo dia que Seu Eliseu do Marujá. O telefone já foi instalado por lá.

Perguntei se mudou algo na vida deles com a nova direção do Parque:

“Não cheira, nem fede, não mudou nada” responde Firmino irreverente. “Deixei de ir na reunião porque o que a gente dizia era como se não dizia. Ninguém faz nada. Eles sempre vem com um projeto novo, mas nunca se resolve nada”.

Sobre o turismo, comenta: *“Não queremos tanto turista como no Marujá. Não queremos problema com maconha... Depois das 12hs, queremos sossego! Também não queremos essa gente de barraca.”*

“Mas aqui (na Ilha do Cardoso) tudo é pro turismo. A lei é diferente pra cada comunidade. Só fazem as coisas até a Enseada. (comunidade vizinha ao Norte do Pontal). O cálculo d’água foi feito em cima de quantos turistas vão vir...”

Quanto à idéia recente das reuniões do Comitê passarem a ser realizadas nas comunidades, diz: “*Agora com as reuniões aqui, aí vamos falar...*”¹⁶⁵.

Os moradores do Pontal do Leste vivem, até hoje, só da pesca. Dizem que nunca dependeram da Secretaria do Meio Ambiente e da administração do Parque para nada. O turismo não representa uma fonte de renda para eles, pelo menos, até o momento. Auto-suficientes, não vêem o menor sentido em envolverem-se nas reuniões. Talvez, por essas características peculiares do lugar, identificam-se com a comunidade do Cambriú, no extremo norte da Ilha, onde também se vive da pesca.

Firmino contou-me com certa ironia e irreverência – características de sua personalidade – um fato recente ocorrido no Cambriú: A administração do parque teria demorado demasiadamente para aprovar uma picada na mata por onde passaria a tubulação de transporte d’água da cachoeira para a comunidade. Os moradores não tiveram dúvidas, abriram uma “enorme estrada, desmatando tudo que viam pelo caminho”. O desmatamento de uma área muito maior do que a necessária teria sido um tipo de provocação, ou protesto, pela morosidade da administração do parque. Este tipo de atitude, não só é apoiada por Firmino, como estimulada:

“*Quero ver eles (os fiscais do Estado) irem lá autuar...!*”.

E, acrescenta: “*O problema é que a gente não é unido. Se todos fossem pra cadeia, mulher, criança..., queria ver se eles prendiam a gente*”.

Nota-se que a idéia que os caiçaras têm do Estado é invariavelmente negativa, independe se este é representado pelo IBAMA, pela Secretaria do Meio Ambiente ou pela administração local do Parque. É o Estado que vem para autuar, prender, ditar as regras. As legislações federal e estadual são bastante restritivas. Caçar ou tirar palmito da mata são crimes inafiançáveis. Caiçaras passaram a ser considerados criminosos segundo tais leis. Suas atividades tradicionais de subsistência, proibidas – por exemplo, as roças de mandioca.

Firmino está ciente de todas estas restrições impostas pelo Estado. Todavia, essas regras vêm sendo modificadas no âmbito do Parque pelo Comitê de Gestão.

¹⁶⁵ As reuniões mensais do Comitê, em meados do ano de 1999, passaram a ser realizadas nas comunidades da Ilha, ao invés de acontecer na sede do Parque em Cananéia como era até então o costume.

Essa é a novidade da qual algumas pessoas como Firmino talvez ainda não tenham se dado conta: agora existe uma possibilidade real de que as leis ambientais sejam modificadas na Ilha do Cardoso e em seu entorno. Será? E mais, os caiçaras talvez tenham chance de participar efetivamente da elaboração das novas leis, através de seus representantes no Comitê de Gestão. Mas, o fato é que é mesmo muito difícil para os caiçaras acreditarem que agora eles próprios têm o poder de atuar na elaboração das leis ambientais que regulamentam suas atividades tradicionais. É ao que se propõe, pelo menos teoricamente, o Comitê de Gestão: o detalhamento e a implantação do “Plano de Gestão Ambiental”. Tal Plano foi elaborado conjuntamente entre o Estado, representantes da sociedade civil organizada e moradores locais. Esse processo está em andamento na Ilha do Cardoso desde as primeiras reuniões preparatórias, que se deram há quase três anos.

Há um porém: alguns caiçaras da Ilha, caso de Firmino, consideram inaceitável pedir autorização para o Comitê para o que quer que seja. (Por exemplo, para reformar ou construir um rancho de pesca, os pescadores devem encaminhar um pedido de autorização para o comitê, antes de iniciar a obra). Parece-me que a visão de Firmino de tal Comitê é a mesma que o pescador tem do Estado: trata-se de mais um colegiado que só serve para fiscalizar, penalizar, fazer cumprir as regras. O fato de ser membro formal do Comitê como representante de “sua” comunidade, para ele não faz a menor diferença “lá quem fala são sempre os mesmos e o que se diz, não ouvem”... Nesse caso, mesmo que ele esteja ciente do poder que está em suas mãos, Firmino parece não concordar que suas ações sejam submetidas ao julgamento de outros. Afinal de contas, sempre viveu neste lugar e nunca dependeu do Estado para quase nada.

* * *

DOMINGO, 31 DE JANEIRO

PONTAL DO LESTE

Hoje chegou um casal de turistas que pretendia acampar no local durante o carnaval. Chegaram de barco e encontraram Firmino em seu rancho, à beira do canal.

Provavelmente, despachou-os para a esposa resolver o problema. Arredia como sempre a estranhos, Dona Adelaide não deu muita atenção e disse: “acampar, não dá”. No entanto, mostrou a casa onde eu estava hospedada.

Fiquei atenta à chegada dos turistas, observando de longe como lidam com estranhos. De fato, mostram-se desinteressados à demanda dos turistas. A forma que lidam com “os de fora”, inicialmente beira a hostilidade.

No Pontal, uma preocupação: os filhos de Firmino não querem mais pescar. Um deles mudou-se para Cananéia, comprou uma avoadeira e faz passeios com os turistas. O único que pesca é Aldamir, o mais velho. Qual será o futuro dessa geração? Talvez só exista mesmo um caminho: o turismo.

* * *

Neste mesmo dia de domingo, acompanhei algumas mulheres e crianças da família de Firmino que atravessaram o canal de barco para visitar seus parentes no “lado do Paraná”. A comunidade do Pontal do Leste, é separada pelo estreito canal de Ararapira de uma outra comunidade caiçara, situada ao norte do Paraná, no continente. Aquele povoamento encontra-se também em uma área de reserva ambiental: o Parque Nacional de Superagüi.

Do “lado do Paraná”, como dizem, a infraestrutura me pareceu bem melhor. As casas bem construídas e coloridas, todas com banheiro. Terreiros limpos, vê-se muitas rocinhas de mandioca e árvores de fruta. Toda casa tem energia solar, água encanada de boa qualidade. Segundo me informaram, os moradores não pagam nada

pela infraestrutura instalada pelo governo federal. Também tem um posto telefônico e uma escola, onde a educação é voltada para a realidade local.¹⁶⁶

Logo que chegamos à casa dos parentes do povo do Pontal, presenciei um ritual de benção dos mais velhos, executado com grande cerimonia. O visitante pede benção aos parentes mais idosos com as duas mãos juntas. Os que recebem a visita falam algo baixo – não entendi o que diziam – e depois dá um “cheiro” caprichado no parente. (Curiosamente esse é o mesmo costume do povo do interior do Nordeste). Todo o rito é executado com muito respeito e de forma lenta, solene.

As mulheres falaram exaltadas sobre as últimas tempestades. Todos têm muito medo das “trevoadas”. Até o horário da pesca foi antecipado nos últimos dias para dar tempo das canoas chegarem na comunidade antes das fortes chuvas que costumam cair à tarde. Na semana passada, o vento arrancou as telhas das casas e raios caíram sobre árvores. Tive notícias de que várias pessoas já morreram atingidas por raios na região. Foi o tema da conversa durante toda a tarde. Às vezes tive dificuldade de entendê-los. Falam rápido, utilizam palavras que não conheço e a melodia da fala é também estranha. O povo daqui parece manter seus fortes laços culturais, talvez por estarem isolados por imensas áreas de mata atlântica destinadas à preservação ambiental. O acesso por terra, até aqui, é quase impossível. Também não vi televisores em nenhuma casa. Parece que o único contato que têm com o mundo exterior é o rádio.

* * *

Percebo que Firmino tem uma posição de destaque no Pontal. Todos são seus parentes. Mas, seu poder estende-se realmente a toda comunidade? Andando pelo local, percebi que em algumas casas mais afastadas de Firmino, moradores desconhecidos me olhavam de forma quase hostil. Queria saber quem morava naquelas casas...

Conversei à tarde com Júnior, rapazinho de 12 anos, sobrinho de Firmino. Mostrei o mapa da comunidade elaborado no recente cadastramento dos moradores e pedi que ele me dissesse quem morava em cada casa. Analisando uma por uma no

¹⁶⁶ Conheci um dos professores. Disse que a educação nesta comunidade é conduzida por uma ONG (AMPRODEC) em parceria com o governo do Paraná. As aulas dividem-se em módulos e são voltadas para a realidade local. Além disso, há um curso especial de alfabetização de adultos.

desenho que apresentava, disse-me que em todas casas moravam seus parentes – com exceção de André Beer, comerciante de Cananéia, e o caseiro deste, Antônio Cavica. Não percebi nenhuma reticência no menino enquanto me esclarecia quem eram os moradores.

* * *

SEGUNDA-FEIRA, 1º DE FEVEREIRO

TERCEIRO DIA NO PONTAL DO LESTE

Conversei longamente, ontem à noite, com Firmino e seu filho mais velho, Aldamir. Ao contrário da costumeira discrição e reserva dos caiçaras que havia conhecido até então, ambos são falantes, diretos e bastante críticos. Firmino deixa claro que não depende de nenhum órgão público para viver como vive no Pontal: só da pesca. Critica os órgãos públicos, sempre com argumentos bastante sólidos. O filho segue seus passos.

Acompanhei as mulheres até o porto para esperar a chegada das canoas. Esclareceram-me que todas as embarcações pertencem a Firmino. No total saem seis homens para pescar em alto-mar todos os dias, mesmo aos domingos. “Tem dias que matam bastante peixe, outros dias, não dá nada”, diz uma das mulheres. Ontem chegaram a pescar 600 quilos de cação. Vendem a 4 reais o quilo no Ceagesp de Cananéia.

Não sei como dividem os lucros nem como é feita a partilha dos peixes para o uso das famílias. Quando as canoas chegam, as mulheres vão para a beira do canal, escolhem os peixes que vão preparar no dia, os limpam ali mesmo. Creio que todas as mulheres, que se servem à vontade dos peixes, são esposas ou parentes próximas dos pescadores.

Ainda que não se mostrem muito receptivos ao turismo, por outro lado, aqui no Pontal já existe um certo tipo de infra-estrutura para receber turista. Firmino construiu uma casinha – simples, mas confortável, para alugar eventualmente quando

algun turista chega. Casa forrada e mobiliada que permite alojar cerca de oito pessoas com certo conforto. Ampla e arejada, com piso de cimento queimado vermelho, paredes rebocadas e recentemente pintadas, a casa é agradável e muito superior ao padrão das casas dos pescadores que visitei no Pontal.

Um problema sério nesta comunidade é o lixo. Tem muito lixo espalhado e observei as crianças jogando papéis de bala e cascas de frutas em qualquer lugar. Certamente, por esta razão há tanta mosca no local.

Notei que os homens estavam construindo o barracão para os freezers a gás. Trata-se do “Projeto PED” da prefeitura de Cananéia. Revezavam-se, cada um trabalhando algumas horas por dia. Mas, não seguem o modelo de barracão, orientado pelos técnicos. Firmino comenta, ironicamente, que vão fazer uma construção bem maior, “porque se o freezer não vier, a gente usa o galpão pra fazer forró”.

Esta parece ser uma comunidade que, ao meu ver, expressa um “espírito realmente comunitário”: todos trabalham e se divertem juntos. Como nas outras comunidades da Ilha que conheci, aqui vive praticamente só uma família bastante extensa. Senti, em vários momentos, alegria no ar...

Como havia previsto, tive minha última conversa com Firmino à noite. Usando uma linguagem que sabia que entenderia, tentei deixar claro, mais uma vez, que eu não tinha nenhum tipo de ligação profissional com a Secretaria do Meio Ambiente e que vinha para fazer um estudo pessoal.¹⁶⁷

Durante os três dias no Pontal, procurei criar um clima de amizade com todos. Aproximei-me principalmente das mulheres, com quem troquei todo tipo de conversa do “universo feminino”. Obedecendo à esposa de Firmino, Dona Adelaide, sua sobrinha Pricila sempre me acompanhou por todo canto. A menina de oito anos era minha guia. Dormia comigo todas as noites na casa de hóspedes. Muito falante, contou-me histórias sobre a vida que levava por lá. Com homens, procurei ser sempre

¹⁶⁷ A maioria dos caiçaras tinha dificuldade de entender quais eram meus verdadeiros objetivos visitando as comunidades. Teve gente que pensou que eu fosse fiscal do IBAMA, outros, que era técnica da Secretaria. Só depois de uma convivência de dias é que começavam a perceber “de que lado eu estava”. Por esta razão, passei a deixar claro, durante as conversas travadas posteriormente à visita no Pontal, que eu não estava interessada em fiscalização, que eu era ligada à Universidade, mas que procurava apoiar os caiçaras no Comitê: conhecer os problemas deles e levar essas informações para o Comitê. Também procurava deixar claro que, por mais que eu estivesse do lado deles, (e creio que realmente sempre estive) não sabia se poderia ajudá-los, de alguma forma, a melhorar a qualidade de vida no local.

amigável, mas reservada. Minha vivência de três anos no sertão do Ceará ensinou-me, na prática, que esta postura era a mais adequada para evitar qualquer tipo de problema com os homens ao aproximar-me demasiadamente da vida cotidiana deles. Antes de partir, despedi-me de Teresa, mãe de Pricila e cunhada de Firmino. Esta me tratou calorosamente desde minha chegada. Ficamos amigas. Deixei meu telefone e endereço. Pretendia manter o contato.

Não sei como Firmino me viu, não sei se acreditou em mim, mas, fui muito bem tratada por ele e por sua família numerosa. Deram-me toda a atenção, foram sempre amigáveis e brincalhões, homens e mulheres. Às vezes um pouco desconfiados, mas sabe-se que essa é uma característica da cultura caiçara. Enfim, senti-me bem à vontade e foi prazeroso conhecer um pouco mais deste povo pescador.

Deixei o Pontal satisfeita pelo trabalho realizado e torcendo para que as coisas melhorassem para eles no futuro. Não sei como posso apoiá-los, não fiz promessas, e nem sei bem se é este o meu papel...

* * *

TERÇA, 2 DE FEVEREIRO

CHEGANDO À ENSEADA DA BALEIA

O Pontal do Leste é a comunidade situada no extremo sul da Ilha, ao final da estreita faixa de restinga. De lá se pode caminhar ao longo da mesma cerca de 18 quilômetros, pela praia, até chegar no costão de pedras do Marujá. O trajeto rumo ao norte, do Pontal do Leste até a Enseada da Baleia, leva menos de uma hora. Cheguei na Enseada por volta das 10 horas.

Joel nasceu na Enseada, toda sua família é daqui. O pai, Seu Manoel, é o “notável” do local.

Alojei-me num quarto da casa de Joel, que possui uma saída externa, garantindo certa privacidade. Muito charmoso, o quartinho dá para a varanda que contorna toda a casa. Paredes verde claro e janelinhas azuis, parece uma casa de bonecas. Desfiz a mochila e arrumei minhas coisas cuidadosamente nas prateleiras. Pela primeira vez, durante este período de trabalho de campo, senti ter um canto mais reservado. Desfrutei com grande prazer o aconchego daquele quartinho.

Ainda pela manhã, atravessamos de avoadeira o canal para “o lado do Paraná” acompanhando amigos paulistanos – que encontrara na Enseada, por acaso – até o posto telefônico, no Parque Estadual de Superagüi. Quem fazia nosso transporte era Augusto, cunhado de Joel e membro suplente do Comitê de Gestão do Parque.

* * *

Conversei rapidamente com Joel.

Interessante, todos estes personagens que Joel critica vivem no Marujá, a comunidade que recebe mais turistas na Ilha. Seu Eliseu, sem dúvida, é um dos principais alvos dos caíçaros. Por quê?

Pedi a Joel que me indicasse algumas pessoas para entrevistar. Sugeriu-me Ruben, seu cunhado e membro suplente no Comitê de Gestão. Indicou-me também seu pai, Manoel, segundo ele, o mais idoso da comunidade.

* * *

QUARTA-FEIRA, 3 DE FEVEREIRO

SEGUNDO DIA NA ENSEADA DA BALEIA

Procurei Ruben. Este já me conhecia das reuniões do Comitê. Disse-me que, naquele momento, estava ocupado e que me procuraria depois.¹⁶⁸ Tomei coragem e decidi ir logo entrevistar o polêmico Seu Manoel da Enseada.¹⁶⁹

Ao contrário de Ruben, Seu Manoel interrompeu suas atividades – deveria estar fazendo algum tipo de controle financeiro pois anotava em um caderno várias contas. Colocou-se totalmente à minha disposição.

Imaginava encontrar um homem forte e hostil. Para minha surpresa, sua figura era totalmente diferente da que eu imaginara. Baixo e franzino, tinha as pernas defeituosas que lhe dificultavam a locomoção. De fala mansa e pausada, concordou de imediato com meu pedido de “contar um pouco a sua história”. A conversa deu-se em seu bar/restaurante, à beira do canal.

O polêmico bar e restaurante do Manoel atrai inúmeros turistas e “pescadores de fim de semana”, que costumam trafegar pelo local. Vistoso, colorido e bem construído, o barracão foi embargado recentemente pela fiscalização ambiental. Trata-

¹⁶⁸ Durante os três dias que permaneci na comunidade, Ruben não me procurou. Nos encontramos várias vezes, ele sempre reticente. Achei melhor não insistir.

¹⁶⁹ Seu Manoel foi assunto de várias discussões no Comitê de Gestão por ter construído um barracão/restaurante numa área de risco ambiental, na beira do canal de Arapira.

se de uma enseada de onde se tem uma das vistas mais bonitas da Ilha, mas a área é ambientalmente frágil e está em avançado processo de erosão.¹⁷⁰

Firmino, da comunidade vizinha, também tem um “bar” à beira do canal conforme já se mencionou. Em seu rancho de madeira, o pescador guarda o pescado no gelo em isopores grandes e, eventualmente, vende cerveja. Tal rancho, situado a mais ou menos quatro quilômetros ao sul do restaurante de Seu Manoel, é uma construção bastante precária: chão de areia, paredes de tábuas velhas, sem janelas nem mesas.

De mentalidades completamente diferentes, os “clãs” de Firmino” e de Manoel representariam os dois extremos em termos de modo de vida caíçara hoje coexistentes na Ilha: os primeiros, vivem exclusivamente da pesca (até quando?); os segundos, obtêm do turismo sua principal fonte de renda.¹⁷¹

* * *

¹⁷⁰ Tinha em mente as inúmeras discussões que ocorreram nas reuniões do Comitê de Gestão sobre a construção ilegal do barracão de Seu Manoel. Em resposta à deliberação do Comitê que solicitou a retirada da edificação, Seu Manoel lançou um desafio: que destruiria sua construção caso fosse também destruída a casa do veranista Padilha, embargada havia bastante tempo. De certa forma, Manoel colocou o poder do Comitê em jogo. Por sua vez, o diretor do parque e coordenador do Comitê passou a adiar uma deliberação definitiva para o caso. Há meses não se comenta mais sobre o assunto...

¹⁷¹ História de vida 4

Seu Manoel das Neves

“Meu pai sempre dizia, o que o mar faz, desfaz” – começa dizendo.

Filho adotivo de Antônio Valeriano Martins, que comprou de Seu Trindade um lote de 800 m² neste local há 40 anos. Depois que o pai morreu, a terra foi dividida entre os filhos e ficou com 70m². Todos deixaram o local, com exceção de Seu Manoel e sua esposa e irmã de criação, Dona Darci.

Os principais problemas que enfrentam é falta de infra-estrutura básica: água, posto de saúde e telefone. Contou-me que seus filhos são caseiros dos “veranistas” e recebem salário. Explica que com a aposentadoria de 130 reais não dá para viver. Por essa razão abriu o comércio onde vende bebida, refeição, “um pouquinho de tudo”: “Não dá pra enriquecer, mas consigo um dinheirinho prá comprar café e açúcar”.

O turismo é para os moradores da Enseada uma importante fonte de renda. Seu Manoel diz que não pescam mais. “Não há mais peixe, tanto no canal como no mar”.

Quanto aos problemas que enfrenta no local, segundo ele, o mais grave é a erosão da beira do canal que está avançando cada vez mais. Diz que em poucos anos o canal vai destruir tudo o que possui: seu bar e restaurante – já a poucos metros da água –, sua casa, as casas de seus filhos. “O Parque e essa gente do Meio Ambiente são contra qualquer tipo de obra para evitar a erosão.” A Prefeitura também parece ser omissa. Manoel é fatalista. Talvez se explique o que disse no começo de nossa conversa: “o que o mar faz, desfaz”.

À tarde caminhei pela praia até a “casa do Melão”, que possui uma das construções mais chamativas que se vê quando se navega pelo canal. Trata-se de uma edificação imensa que se divide em três ou quatro casas grandes, amplas, nos moldes das habitações urbanas em bairros nobres. Ocupa um trecho bonito da restinga com uma saída para o mar e outra para o canal. Contaram-me que o Melão é um rico comerciante de Registro, parente próximo do conhecido político do mesmo nome. O que chama tanto atenção são as fileiras de “casuarinas” – um tipo de pinheiro dos países temperados – que separa o que considera sua propriedade do restante. Na entrada da área, encontra-se um placa : “proibida entrada, propriedade particular”. Um enorme quiosque foi construído na entrada do lado da praia. O local é gramado, bem cuidado. Fiquei curiosa para entrar, mas não arrisquei. Joel depois me contou que o Melão aluga a casa para um pessoal de São Paulo.

* * *

Entrevistei alguns moradores da Vila Rápida, parte um pouco afastada da comunidade Enseada da Baleia, em direção ao norte. Ouvi vários caiçaras reclamarem que na Vila Rápida os pescadores que venderam casas para os turistas “não conseguiram ser caseiros” como foi o caso dos moradores da Enseada.

Seu Tenório:

Seu Tenório vive só da pesca. Tem muitos filhos. Diz ter dificuldade para vender o que pesca e que “a pesca tá pouca”. Tem uma pequena casa perto da sua que aluga para turistas. Vê-se que o que tem, mal dá para sustentar a família.¹⁷²

José Mendonça:

José é casado com Neusa, do Paraná. Pesca de canoa a remo em mar aberto. Quando perguntei do Comitê, disse: “ah, esse negócio de freezer?” Contou-me que “o cabo Bini e um Paulo vieram escolher o local para a casa do freezer. Destruíram uma casa no local para aproveitar o alicerce, mas o material não chegou até hoje”. Diz que o freezer seria bom para eles, que dependem da pesca.

¹⁷² Uma de suas filhas costuma ajudar Rosa, mulher de Joel, quando recebe turistas. O filho adolescente é contratado para limpar os terreiros dos veranistas.

Nesta parte da comunidade Enseada da Baleia há água, luz solar, só o comércio do peixe que é difícil (provavelmente por não possuírem barco a motor, necessário para vender o pescado em Cananéia).

* * *

4 DE FEVEREIRO DE 1999

ENSEADA DA BALEIA,

UM DOS RECANTOS MAIS BONITOS DA ILHA

Re-encanto

Este lugar é realmente um paraíso! O manguezal logo à frente é emoldurado pelas montanhas do Paraná – o Parque Nacional de Superagüi. As águas do canal são de um azul intenso. Lugar bem cuidado, sem lixo, coberto por plantas ornamentais e muitas árvores. (Minha amiga paulistana garante que veranistas ensinaram o povo daqui a cuidar do local).

Somente um terço das casas são ocupadas por moradores tradicionais, todos da família do Seu Manoel. As demais casas foram ocupadas por veranistas que “compraram” as casas há vários anos.

Um “forró pé duro” tocando alto na casa de Ruben transporta-me até o sertão nordestino. A maioria das casas foi recentemente pintada de azul marinho e branco. Casas de madeira construídas para os veranistas, habilidosamente, pelos caiçaras – a maioria, verdadeiros mestres carpinteiros/marceneiros. Certamente, as mesas que se encontram à sombra de árvores frondosas – chapéus de sol e jambolões – também foram arquitetadas pelos “de fora”.

Neste lugar sinto-me à vontade. Aqui, ser “de fora” não é um problema. São todos amigos dos “veranistas” (aliás, dizem “nossos amigos”). O atual diretor do Parque já havia me alertado de que a relação dos moradores com os turistas era muito boa na Enseada. O mesmo não ocorre na Vila Rápida onde estive ontem.

À tarde fui até um local que fica cerca de um quilômetro depois das “casuarinas” do Melão. É um recanto agradável com inúmeras árvores de frutas. Lá encontrei algumas casas de madeira, recentemente pintadas, muito bem cuidadas. Logo veio uma senhora - que se via ser “de fora”. Encontrava-me naquele momento distraída, sem o menor desejo de convencer quem quer que fosse a me escutar, responder às minhas perguntas...

A senhora foi bastante agressiva. Decerto achava que eu era da fiscalização. Naquele momento, confesso, não estava disposta a “ser pesquisadora”. Queria deixar-me simplesmente envolver pela beleza daquele lugar, sem ter que assumir um distanciamento crítico e alerta – postura que, em geral, se considera necessária a um “pesquisador”.

A senhora vive com o marido aposentado em Curitiba. Disse-me que comprou aquela casa havia cerca de oito anos. Avista-se várias casas na área que parece ser um sítio. Neste local também ocorre erosão na beira do canal, mas parece que a situação está sob controle após ter sido construído um enorme dique de sacos de areia.

Insistiu em fazer inúmeras denúncias sobre moradores locais da comunidade vizinha. Repeti que não estava interessada em fiscalizar nada. Soube mais tarde que seu marido é um dos maiores grileiros da região (!).

* * *

Naquela manhã Joel e a esposa Rosa resolveram pescar de rede no canal. Tiveram sorte, capturaram cerca de quarenta “paratis”, uma corvina grande e uma tainha. Finalmente o cardápio mudou um pouco: peixe cozido!¹⁷³

¹⁷³ História de vida 5 :

Joel

Joel tem 37 anos. Nasceu na Enseada da Baleia. Quando criança, lembra-se bem, viviam da pesca e plantavam mandioca para farinha. No local, havia uma fábrica de secar peixe. A mercadoria era vendida em Registro.

Conta que antes de seu pai, o principal “líder” local era seu tio. Quando o tio vendeu a terra para uma pessoa de São Paulo (Pedro Camilo), seu pai, Manoel, não concordou em vender sua parte. O Padre de Cananéia o apoiou.

Casou-se com Rosa Mendonça que morava “mais em baixo” na própria Ilha.

Diz Joel que os filhos trabalhavam para o pai até hoje.

Segundo Joel, o turismo começou há 15 anos. Começaram alugando quartos. Há 13 anos os moradores tradicionais passaram a vender casas para veranistas. Tornaram-se caseiros, mas afirma: “Nunca se deixou encher, nem acampar. Fora (das casas) não fica”. Pararam então de pescar.

Em 1988, passou a ser funcionário do Parque na função de guarda-parque (fiscalização). Mudou-se há três anos para Cananéia para que seus filhos pudessem continuar a estudar.

Passou a participar da pastoral há muitos anos estimulado pelo padre de Cananéia. Conta que também faziam parte do movimento pastoral: Seu Eliseu e Rubens do Marujá, Rosália e Ivo de Itacuruçá, ele próprio e a esposa Rosa da Enseada... No Pontal e no Cambriú as pessoas foram sempre menos envolvidas com a Igreja. Somente Mirtes, irmã do Firmino, chegou a fazer parte do grupo da Igreja.

Também participava das reuniões da Sudelpa. Diz que “foi assim que surgiu a contratação no Parque”. Na época foram contratados alguns moradores locais: Rubens do Marujá (filho mais velho de Seu Eliseu), ele da Enseada, uma pessoa de Itacuruçá e três de Cananéia. No total eram três guarda-parque.

Na opinião de Joel, é muito difícil que os caiçaras das comunidades isoladas como Cambriú e Foles participem ativamente do comitê de gestão. “Eles nunca foram atendidos!”. Cita o Cambriú. Diz que é um local desconhecido (para quem?). Acredita que o fornecimento de água para a comunidade poderia ser uma boa porta de entrada para a Secretaria do Meio Ambiente “chegar no Cambriú”. Mas, “ficam jogando (o problema) para a prefeitura...”. Para Joel, “para fazer as pessoas participarem mais têm que conseguir algo para as comunidades” (como a água para o Cambriú).

Segundo ele, a comunidade do Marujá é sempre a mais beneficiada. “Lá tem o turismo, é onde está se arranjando mais”. “Começaram pela comunidade mais populosa, mas, na verdade, onde tem mais turista. Não pensam no povo, nas pessoas que realmente precisam”.

Quanto ao turismo diz: “É difícil segurar o turismo. A pesca tá difícil. Até o Firmino está abrindo para o turismo. Mas tem gente que não quer. O turismo vai ser o futuro. Ainda mais agora que se tem a

Na Enseada, fica claro que todos se tornaram pequenos comerciantes ou prestadores de serviço aos turistas e veranistas durante esta parte do ano. Caseiros, barqueiros, dono de pousada ou do restaurante, os membros da família de Manoel diferenciam-se de seus vizinhos pescadores. Suas casas também são mais espaçosas e bem acabadas, os quintais muito asseados, bastante arborizados.

* * *

SÁBADO, 6 DE FEVEREIRO DE 1999

DE CANANÉIA ATÉ O CAMBRIÚ

O desfecho do rito de passagem : conseguir penetrar no “Camburiú”

Navegar através da barra que separa a Ilha Comprida da Ilha do Cardoso nas canoas dos pescadores é um verdadeiro desafio. Notei que eles próprios têm medo. Este trecho de mar aberto conhecido como “boca da barra” é traiçoeiro. Muitos pescadores experientes já morreram nessa travessia. No entanto, para mim, a travessia até o seio da comunidade do Cambriú - ou Camburiú, como dizem os daqui – seria, sem dúvida, o maior desafio do trabalho de campo. Há uma espécie de mito em torno desta comunidade: o de que seus moradores são muito ariscos e, raramente aceitam alguma intervenção do Estado. Dizem também os caiçaras de outras comunidades que “o povo é meio índio”.

A trajetória começou logo de manhã. Deveria conseguir uma carona na canoa dos pescadores que costumam vender o peixe pela manhã em Cananéia. Partem logo em seguida para a comunidade de Cambriú, situada na parte nordeste da Ilha do Cardoso. Estava preparada para o pior: que recusassem a me transportar até lá. Havia falado rapidamente com Roberto e Ditão – este último, o representante oficial da comunidade no Comitê de Gestão – sobre minha intenção de ficar uns dias por lá. Esperava que já tivessem espalhado a notícia da minha chegada. Contudo, sabia, se

possibilidade de abrir três ou quatro quartos para os turistas nas casas de moradores tradicionais na Enseada e no Marujá”.

Explicou-me ainda que a Colônia dos Pescadores é um tipo de sindicato, luta pelo direito dos pescadores.

O principal problema na Enseada, segundo Joel, é a erosão. Já foi encaminhado um estudo para o Comitê sobre o problema, “mas acham muito caro”. Há também o problema de água.

Na época de pico (reveillon e carnaval) hospedam-se no máximo 60 pessoas de fora na comunidade.

não quisessem que eu visitasse a comunidade por alguma razão, de nada valeria o contato prévio com aqueles caiçaras do local.

Cheguei no trecho do porto onde sabia que os moradores do Cambriú descarregam o pescado. Conheci uma de suas canoas típicas – feitas em um tronco só, muito coloridas e imponentes – e procurei saber de quem era. O pescador disse que só iria mais tarde, mas indicou-me o “Isaías” que estava aportando justo naquele momento. Ao contrário dos outros moradores do Cambriú que conheci, todos com traços bem indígenas, o Isaías tem a pele muito branca. Seu rosto parecia ferido pelo sol forte e constante. Foi amigável e combinamos o local e horário de saída. A primeira prova, havia passado!

Esperei durante umas duas horas na sede do Parque. Como era sábado, lá só estava o vigia, Augusto. Simpático, contou-me muitas histórias...

Augusto deve ter cerca de 40 anos. Cresceu em um sítio na Ilha do Cardoso. Seus pais e avós tinham roça de mandioca para fazer farinha. Além disso, plantavam arroz, feijão, cará, batata doce, banana e cana-de-açúcar – da qual faziam melado e um tipo de rapadura. Vendiam banana e lenha em Cananéia. Contou-me que naquele tempo quase não se usava gás, “tudo era à lenha”. O transporte costumava ser feito por barco a remo. Não havia barco a motor na região.

Sua família deixou o sítio porque “lá tinha muita assombração”. Os objetos mexiam-se à noite, escutavam correntes no telhado, gemidos. Certa vez, um enorme tacho de cobre, usado no forno de fazer farinha, voou da cozinha até a sala caindo sobre a cama onde se sentavam. Se não tivessem sido rápidos, morreriam todos. Depois desse incidente foram morar definitivamente na Ilha da Casca, lugar ermo, sem água potável, uma ilhota pequena no canal de Trapanaé, que liga as comunidades da restinga da Ilha a Cananéia. Pararam então de plantar (“por causa das assombrações e porque ficou proibido”). Passaram a pescar. Para Augusto, as assombrações eram os escravos que lá viveram no passado.

O vigia trabalha no parque há 25 anos. Falou muitas outras coisas sobre sua família, sua vida. É um bom exemplo de como a atuação do Estado, nesta região do Vale do Ribeira até hoje, seguiu a seguinte política: impondo severas restrições ao uso dos recursos naturais e, ao mesmo tempo, deixando a população desassistida em suas

necessidades mais básicas. Relatou como seu irmão morreu por negligência ou incompetência da saúde pública em Cananéia. Revelou-me muitos detalhes de um passado recente.

Por volta das 14h30, Isaías fez sinal de que partiríamos. Augusto ajudou-me a levar minhas compras até a canoa. Como naquela altura já sabia que não existia nenhum tipo de comércio na Ilha, desta vez levava mantimentos para passar uns dias na casa de Dona Julieta: arroz, feijão, café, biscoitos, verduras e frutas – claro que na quantidade que também suprisse o consumo dos demais moradores na casa.

A travessia da “boca da barra” foi tranqüila. O mar estava manso, não ventava. Dia claro e sem nuvens. Fiquei na proa observando a paisagem por um ângulo completamente novo para mim. O Morro dos Três Irmãos, símbolo do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, encontra-se logo atrás do núcleo de pesquisa Perequê. A visão que eu tinha do morro modificava-se na medida em que a canoa avançava mar adentro. Transformava-se em “Dois Irmãos”, até um ponto onde se enxergava somente um único pico muito imponente. Estava curiosa para ver como aquela montanha – um dos pontos mais altos da Ilha – terminava na praia de Cambriú, conforme havia observado quando estive na comunidade algumas semanas atrás. Nos mais diferentes pontos da Ilha, avista-se tal morro.

Isaías navegava a maior parte do tempo em pé na canoa. As tradicionais canoas a motor dos pescadores da Ilha assemelham-se às gôndolas venezianas, com a proa e a popa inclinadas para cima. Muito coloridas, deslizam sem dificuldades através do trajeto perigoso em mar aberto até atingir uma área protegida pela Ilha do Bom Abrigo. O trajeto dura cerca de uma hora naquele tipo de canoa.¹⁷⁴

Cruzando a Ponta de Itacuruçá, avista-se uma pequena praia (Ipanema) e depois o costão rochoso que se estende até o rio Cambriú, já na praia do mesmo nome. Deste lado da Ilha na costa atlântica, o relevo é montanhoso e a vegetação densa. Avista-se ao longo de toda viagem o citado Morro que se debruça, abrupto, sobre a praia do Cambriú feito um guardião severo.

¹⁷⁴ Quando parti de Foles para Cananéia havia três semanas, fizemos o mesmo trecho em cerca de meia hora, na lancha grande e possante do hóspede de Antônio.

Aportamos por volta das 15 horas. Muito sol. Meninos brincavam na praia e ajudaram-me com os sacos de compra. Parecia que todos estavam à minha espera. Chegando à casa de Dona Julieta, encontrei vários homens que trocavam as tábuas das paredes. A senhora recebeu-me com certa reserva.

Desejava descansar um pouco. O sol estava ainda muito forte para uma primeira caminhada. As redes embaixo dos sombreiros no terreiro costumava ser o local de descanso para os dois homens da casa, depois do almoço. Segui o exemplo deles. Mais tarde, resolvi caminhar até o rio. O rio Cambriú nasce nas matas da encosta do “Morro do Bico Grande” – como chamam localmente o Morro dos Três Irmãos – e deságua na praia. Recanto tranqüilo onde sempre se encontram diversos pássaros: garças, gaivotões, maçaricos. É o rio mais volumoso e bonito que vi até agora em toda Ilha.

Tomei banho de mar durante mais de uma hora. Anoiteceu e usei a bomba d’água de Marieta, filha de Dona Julieta, para tirar o sal do corpo. Na comunidade não há água encanada. Muito menos energia elétrica. Poucos moradores têm poço. Água trata-se de uma das principais dificuldades para os moradores locais. Onde estive hospedada, a senhora é obrigada diariamente a coletar água para beber na pequena cachoeira que fica a cerca de 1 km de sua casa, do outro lado do rio. Na maré cheia não é possível atravessá-lo. Nesta época, Dona Julieta utiliza a bomba manual da filha, mas, reclama: “a água não é tão gostosa”.

No total há cinco bombas d’água na comunidade. Para os moradores que moram mais distantes das bombas – caso de Dona Julieta, Lia e Dona Maria José – buscar água todos os dias costuma ser um trabalho árduo. Nas poucas reuniões do Comitê que participaram os representantes do Cambriú, água foi a principal demanda. Pretendem instalar canos de coleta na cachoeira no alto do morro até as casas. A lentidão dessa obra prometida pelos técnicos do Estado, acabou sendo o principal ponto de descrédito por parte dos moradores locais.

À noite tive a oportunidade de aproximar-me da vida cotidiana da família que me hospedava. O casal (Dona Julieta e Seu Jerônimo) são os sogros de Seu Eliseu. Vive ainda na casa o filho Zeca de 48 anos. Contaram-me muitas histórias. Os três falavam ao mesmo tempo comigo. Era um pouco difícil de entendê-los. Eufóricos,

penso que minha presença os alegrava. Num determinado ponto da conversa, Dona Julieta fala num tom solene: “Nós somos de família de índio!”. ¹⁷⁵

Seu Jerônimo é filho de João Máximo, o lendário caiçara que foi picado de cobra nove vezes. Meu anfitrião é irmão de dona Madalena, mãe de Antônio da comunidade de Foles. Relatei o que havia me contado Seu Tenório sobre a descoberta da índia no milharal. As histórias confirmavam: tal índia era a mãe de João Máximo, portanto, avó de Seu Jerônimo. Já a Dona Julieta é filha de Pacífico Generoso, também filho de índios.

Fiz questão de ajudar Dona Julieta no preparo da janta. Como não há energia de nenhum tipo na comunidade, jantamos à luz de velas: arroz, feijão e peixe frito com farinha, como sempre. “*No tempo de dantes se fazia farinha, beijú, tirava aipim, o peixe era mais farto. Mas, agora, não pode mais plantar*”. Repetem sempre o mesmo lamento contra a ação “daquela gente da Secretaria”.

Todos dormem cedo, por volta das 9. Arrumaram minha cama com lençóis novos no único quarto da casa. Na sala dormiram os três adultos em colchões no chão.

* * *

DOMINGO, 7 DE FEVEREIRO

PRIMEIRO DIA NO CAMBRIÚ

Costumo ser especialmente cautelosa nos primeiros momentos em uma comunidade que não conheço. No Cambriú, redobrei meus cuidados. Decidi não fazer entrevistas no primeiro dia. Preferi caminhar para conhecer um pouco o lugar e, eventualmente, conversar com uma ou outra pessoa.

Haviam me alertado que deveria mostrar-me corajosa com as pessoas daqui. Cautelosa e ao mesmo tempo firme, procurava descobrir a melhor forma de aproximar-me dos moradores de Cambriú. No fundo, tinha um pouco de medo da

¹⁷⁵ De fato, na primeira vez que avistei a senhora no Marujá há alguns meses, chamou minha atenção sua cor e traços indígenas. Perguntei para alguém quem era aquela mulher que parecia tanto uma índia. Alegrei-me de saber que se tratava da sogra de Seu Eliseu, dono da casa onde costumava hospedar-me no Marujá.

reação das pessoas caso me rejeitassem por alguma razão. São famosas as histórias de agressões dos moradores daqui às pessoas de fora, sobretudo técnicos do Estado. Não tinha a menor idéia de como seria comigo. Procurava estar atenta a cada gesto, a cada olhar, a cada sinal.

Pela manhã, fiz um passeio até Foles, a comunidade vizinha onde estivera hospedada durante uma semana. Sabia que lá seria bem recebida por Marilda e Antônio. À tarde, andei pela praia até a casa de Ditão, representante da comunidade no Comitê. Conversar com ele significava, de certa forma, receber um tipo de autorização para “entrar na comunidade”. Também decidi não tirar nenhuma fotografia do lugar antes desse contato. Seria uma medida cautelosa, mesmo que um pouco exagerada, mas preferia evitar qualquer problema. Cumprimentei todos pelo caminho, não desviei meu olhar de ninguém. Sabia não ser costume deles cumprimentar pessoas desconhecidas. Procurava ser amigável e, ao mesmo tempo, queria mostrar-lhes que não estava acuada.

Chegando à casa de Ditão, disseram-me que não estava. Limitei-me a escrever, ler e conversar com meus anfitriões, neste primeiro dia.

* * *

SEGUNDA-FEIRA, 8 DE FEVEREIRO

TERCEIRO DIA NO CAMBRIÚ

Terceiro dia na comunidade e começo a deparar-me com os principais problemas dos moradores: não há abastecimento de água e de energia e nem serviço de saúde no local. Também já senti o quanto são arredios.

Ditão, membro oficial do Comitê, literalmente fugiu de mim ontem à tarde. Ao mesmo tempo que me dirigia até o extremo da praia onde o pescador mora, ele teria fugido pela mata adentro, que margeia as casas até o extremo oposto (Dona Julieta contou-me o fato, achando muita graça). Por que me evitava daquela forma quase desesperada? Como convencê-lo a conceder-me uma entrevista? Há mais de três semanas na Ilha do Cardoso, os dois únicos membros efetivos do Comitê de Gestão

do Parque que ainda não conseguira entrevistar foram: Antônio, da comunidade vizinha de Foles onde hospedei-me por uma semana, e seu cunhado, Ditão daqui do Cambriú. Curiosamente, as duas comunidades vizinhas também são as mais ausentes nas reuniões mensais do Comitê de Gestão, ao lado do Pontal do Leste. Meu próximo desafio seria, portanto, conseguir entrevistar Ditão. Ainda não sabia bem como.

Dona Julieta é incisiva nas críticas ao Estado: “não adianta ir em reunião, só ficam falando, falando, nunca resolve nada. Faz uns dois anos que um vereador falou de colocar água pra cá. Nada! Mesmo essa energia solar, era pra vir pra cá e foi parar no Ariri.”

Isolados pelo mar bravo e, de certa forma, abandonados pelo Poder Público, esse povo vive à sua própria sorte.

Choveu forte o dia todo. As atividades dos moradores na casa onde eu estava restringiram-se a dormir e comer. Aliás, a comida de dona Julieta é saborosíssima! Criativa, todo dia inventa um prato diferente com o peixe fresco que consegue junto aos pescadores locais.

Fiquei em dúvida, no final da tarde, se deveria novamente procurar Ditão. Pedi para sua filha avisá-lo que passaria em sua casa pela manhã. Começou a chover, desisti. Poderia muito bem sair debaixo da chuva fina, mas achei que não deveria demonstrar tanto interesse em contatá-lo.

Se o povo de Cambriú é arredio e arisco no primeiro contato, o mesmo não ocorre quando se consegue chegar ao interior de uma família local – não saberia dizer como é essa relação com as demais famílias daqui. Sinto-me bem à vontade junto à dona Julieta e Seu Jerônimo. Contam suas histórias, eu as minhas. Fazem poucas perguntas sobre minha vida pessoal. (São sempre discretos os caiçaras!) Ajudo Dona Julieta a preparar as refeições, Seu Jerônimo faz comentários brincalhões. Zeca, o filho solteiro que mora com o casal é também amigável, mas distante. Soube pela mãe que bebia muito, mas “agora só toma uma caipirinha de vez em quando”. Trata-se de um homem forte e bem alto para os padrões locais. Cara de índio, tem cerca de 50 anos. Está sempre limpando o terreiro, reformando a casa. Dizem que pesca, mas, ainda não vi os dois homens pescando. Quem trabalha duro mesmo na casa é Dona Julieta. E a falta de água potável dificulta a vida da senhora.

Quanto ao contato com os turistas, tive a impressão de que os poucos que chegam até aqui são bem recebidos por esta família em particular. Dona Julieta lembra-se com carinho “dos meninos de Curitiba”, que costumam acampar em seu terreiro nas férias de verão. Passam dias surfando. A senhora cozinha para eles.

Trazem os mantimentos da cidade. Segundo Dona Julieta, sempre trazem presentes e ajudam muito a família.¹⁷⁶

* * *

Finalmente consegui encontrar-me com Ditão. Estava tecendo uma rede de pesca no rancho quando cheguei de surpresa.¹⁷⁷

¹⁷⁶ Dona Julieta contou-me que lhe pagaram um tratamento médico em Santos. Foram vinte dias de hospedagem em um “hotel muito confortável”, além do tratamento médico da coluna. É muito grata “aos meninos”.

¹⁷⁷ História de vida 6
Ditão

Ditão nasceu no Cambriú. Seus avós eram da praia da Lajes – ou “Laje”, como dizem aqui – situada a uns quatro quilômetros ao sul. Estudou até a terceira série.

Lembra-se que durante sua infância não havia embarcação na comunidade. “Viviam da roça, só da roça”, mas “pegavam picaré” na beira da praia”. Para ir para Cananéia, atravessavam o costão a pé até a praia do Pereirinha, onde passam muitos barcos rumo à Cananéia. Há uns quarenta anos apareceram as primeiras canoas.

Na roça plantavam mandioca e batata “para o uso”. Quando começaram a pescar, vendiam o “peixe escalado”(seco ao sol) em Cananéia. “Dona Vevé ainda faz roça aqui no Cambriú, faz farinha” ...conta o caçara, “mas roça dá muito trabalho...” “Demora ano para tirar a mandioca...”. Diz que Seu Tenório faz farinha até hoje, toda semana.

Para Ditão, nada mudou depois que a Ilha virou parque. “O pior que mudou foi o Florestal que não deixa fazer roça”. Mas, garante: “Aqui eles não vêm, é difícil pra eles vir. Quando o mar tá liso a gente não caça. O Florestal pode aparecer”.

Diz que pescam perto da costa e vendem em Cananéia. “Qualquer marca de peixe”. Todo mundo pesca aqui. Estou pescando, mas tá fraco. Dá para tirar mais ou menos 40 quilos de peixe por dia nesta época”. O preço varia entre 1 e 2 reais e 50 o quilo. Mas, para ele : “vida de pescador é ingrata porque tem semana que dá, tem semana que não dá. No inverno, tem semana inteira que não dá nada”. Mas na época da tainha pescam bastante: “Aqui dá tainha pra caramba! Maio começa, bom mesmo é junho”.

Quanto ao turismo diz: “Turista é difícil de vir pela barra, tem medo de mar. Pelo Marujá (a pé) é mais difícil”. Garante que não é contra o turismo, mas: “Turista pra morar aqui, é ruim, mas pra ficar uns 5 dias, em barraca ou nos quartos, tudo bem” (como costumam fazer no Antônio, cunhado de Ditão). “A turma pode vender um peixe para eles, dá um dinheirinho pra gente.”

Sobre as principais dificuldades no Cambriú, respondeu: “O principal problema aqui é água. Na seca, seca tudo. Tem que ir pelas pedras pegar água na cachoeira. Tem três bombas manuais na comunidade. Já furaram muito poço e a água é salobra.”

Sobre o Projeto de puxar água da cachoeira para abastecer a comunidade, comentou: “A picada já tá aberta pra tirar água. Depende só do material do Marquinhos (Marcos Campolim, o diretor do Parque).

Tem que fazer uma espécie de tanque. Mas, nós não entendemos nada. Tem que vir alguém que entende. Podemos ajudar a levar os canos, colocar...”

Quanto à energia solar diz que “seria bom. Só veio para a escola. Foi aqui e no Foles – ou “Soles”, como dizem alguns do local – que não saiu. Aqui vem muita gente, mas só vem, fala e não adianta nada!”.

Indaguei porque não participa mais das reuniões:

Pela fala de Ditão e nas conversas com Dona Julieta e Seu Jerônimo percebe-se um total descrédito na administração do Parque. Cansados de tantas promessas, ano após ano, continuam dependendo de si próprios para sobreviver.

A maioria dos homens pesca, as mulheres invariavelmente cuidam dos filhos e da casa. Sem energia e água à disposição, o trabalho é dobrado. Higiene também é precária. Nenhuma casa tem banheiro. Outro exemplo da precariedade do lugar: Dona Julieta lava a louça num correguinho escuro que passa por detrás da casa. Roupas, lava numa pequena fonte que sai da cachoeira. Hoje, teve que cavar um buraco na areia para juntar água para beber. Quando choveu, coletaram um pouco d'água que caiu do telhado para cozinhar.¹⁷⁸

Ontem à tarde choveu muito. Marilda, esposa de Antônio, acompanhou-me de Foles ao Cambriú depois do almoço que me ofereceu em sua casa. Presas na casa devido à forte chuva, passamos a tarde toda tomando café na cozinha da família que me hospedava. Os moradores alegravam-se com nossa visita. Os homens faziam piadas, brincadeiras. Dona Julieta, no entanto, é sempre mais reservada. Mas, à medida em que a noite foi chegando, percebi que o filho Zeca estava um tanto quanto “estranho”. Falava muito, sem parar. Não conseguia entendê-lo. A mãe estava cada vez mais brava. Só então foi que me dei conta de que, tanto o filho como o marido, estavam completamente bêbados!

Confesso que fiquei um pouco apreensiva, sem saber o que fazer. Os dois homens bêbados queriam minha atenção, contavam histórias que não entendia mais. Tive medo. Dona Julieta parecia cada vez mais enfezada e, para o meu alívio, em um determinado momento despachou-os para a sala. Foi um dos momentos mais delicados durante o trabalho de campo.

“Nas reuniões a gente ficou animado, com a história do freezer também, mas, se vão fazer...” “Muita demora, eu e o Roberto começamos a desanimar. Marquinhos falou que ia sair rápido a água. Era só fazer o picadão e o material já vinha. Faz dois meses. A turma foi tudo pro mato, se animaram...” (reclama que logo a vegetação crescerá e terão que fazer a picada novamente).

“Firmino diz que não ia mais. Perdia um dia de trabalho e não faziam nada. Só promessa”. O diretor do Parque incentivou Ditão a representar a comunidade no Comitê. “Não vou, não tenho estudo. A gente que vai tem mais estudo”. (Ditão e Roberto chegaram a ir em algumas reuniões. Há pelo menos seis meses não comparecem aos encontros do Comitê).

¹⁷⁸ Presenciei a mesma situação nos anos em que vivi na caatinga, no Ceará, mas no Estado de SP, em plena Mata Atlântica, esta situação é inimaginável.

Ariscos, dizem que por aqui as famílias costumam brigar entre si. A grande maioria dos homens bebe demais – como pude constatar com grande constrangimento. Contaram-me que vez ou outra “sai briga de faca”. Escutei muitas histórias sobre a valentia deste povo. Algumas professoras da rede pública negam-se a trabalhar aqui. Também não há igreja na comunidade. Contaram-me que o padre de Cananéia teria vindo uma só vez por aqui. Dizem que nunca mais voltou.

* * *

QUARTA-FEIRA, 10 DE FEVEREIRO

ÚLTIMO DIA NO CAMBRIÚ

O dia amanheceu muito chuvoso. Demorei o máximo para levantar-me da cama. Os acontecimentos de ontem à noite deixaram-me abatida. O que fazer hoje caso chova o dia inteiro? me perguntava. Meu desejo era partir o mais rápido possível para o Marujá e encerrar, por ora, o trabalho de campo. Ansiava por deixar um pouco de lado aquele “papel de pesquisadora”.

* * *

No dia seguinte, consegui uma “carona” de canoa até Cananéia com um pescador. Iria passar o carnaval na maior comunidade da Ilha, Marujá, para observar a relação dos caiçaras com os turistas. Este representa o período de maior fluxo turístico para a Ilha.

Cheguei em Cananéia justo na hora em que o barco grande que transporta turistas, chamado Lagamar, deixava o porto rumo ao Marujá. Mal deu tempo de pular da canoa para a embarcação. A bordo encontrei Seu Eliseu e Dona Jurema, que transportavam as compras para seu restaurante e pousada. Muitos moradores locais, como eles, preparavam-se para enfrentar o período movimentado do carnaval.

Aportamos no Marujá, na hora do almoço. O dia estava radiante. Havia ainda poucos turistas. A maioria chegaria no sábado de carnaval.

Elaborei um roteiro de perguntas para entrevistar os turistas. Contudo, antes de mais nada, desejava descansar. Na casa de Seu Eliseu e Dona Jurema, sentia-me cada

vez mais em casa. O aconchego daquele lar me faria muito bem depois da temporada no Cambriú...

* * *

I N V E R N O

7 DE JUNHO DE 1999

VILA DO MARUJÁ

época de pesca da tainha.

há 4 dias chove sem parar e faz frio...

Ao contrário do que ocorre no verão, nesta época a maioria dos moradores vive em função da pesca. A costa atlântica da Vila do Marujá é dividida em três partes, ou áreas imaginárias, onde três grupos diferentes de pescadores revezam-se para “lancear” (ou, “caloar”) à noite.¹⁷⁹ As três áreas são revezadas, pois algumas delas são mais piscosas. A parte próxima ao costão de pedras, ao norte da comunidade, é mais farta de peixes.

Parece-me que a lógica da divisão dos grupos segue a do parentesco e também das relações de compadrio: famílias que vivem mais próximas, vizinhas, formam um grupo. Haveria algum outro tipo de ligação ou afinidade entre aquelas pessoas que determinaria o agrupamento? Quais os tipos de laços que os unem?

Nesta época se faz três tipos de pesca no Marujá:

- 1] nos cercos de inverno (pesca da tainha)
- 2] na costa, lanceando (pesca de “calôa”)

¹⁷⁹ “Caloar”, “la

ncear na costa” ou “pegar picaré” é um tipo de pesca que fazem na beira da praia, arrastando uma rede estreita e muito longa. Algumas pessoas seguram a rede na parte rasa, perto da areia e outras levam a rede um pouco mais para o fundo. Quando a rede está toda esticada no fundo, arrastam-na para a areia. Como este tipo de rede tem peso só de um lado, o outro fica mais alto e consegue-se cercar todos os peixes que estão dentro da área da rede. Esse tipo de pesca é feito na maior parte das vezes de madrugada, hora em que os peixes aproximam-se da praia.

3] “batendo nas pedras”¹⁸⁰

A tainha, pescado principal desta época, é vendida a uma peixaria em Cananéia.

* * *

14 DE JUNHO DE 1999

ENSEADA DA BALEIA

época de rebojo...¹⁸¹

Há quase duas semanas cheguei à Ilha do Cardoso. Chove sem parar.

No Marujá, permaneci cerca de uma semana. Além da chuva, fez muito frio. A pescaria na costa (“lanceando”) não estava rendendo nada. Só quem tem cerco conseguiu despescar algumas tainhas.

No Pontal do Leste a situação dos pescadores era ainda pior. Havia duas semanas que os homens não saíam para pescar. No Pontal só se pesca em mar aberto e como o tempo estava ruim (“chuva e muito frio”, explicam) não conseguiram pescar nada, nem para o consumo das famílias.

Aqui na Enseada da Baleia a situação é bem melhor. A despesca de tainha nos sete cercos está excelente este ano¹⁸². No dia que os acompanhei, foram despescadas cerca de 500 tainhas graúdas. O depósito de Seu Manoel está abarrotado de “tainhas escaladas”.¹⁸³ Mas, nem todos têm a mesma sorte...

Seu Tenório, que vive com sua família a uns quinhentos metros de Seu Manoel, teve seu cerco roubado. Levaram grande parte dos peixes que estavam encurralados nos labirintos do cerco. Disseram que o cerco terá que ser vigiado à noite, para evitar futuros problemas. Além disso, o lugar do cerco de Seu Tenório não é “tão bom de peixe”. Há pontos bons, outros mais fracos. Seu Manoel tem os melhores pontos!

¹⁸⁰ Pescar “batendo nas pedras”: pescar de vara, no morro de pedras que divide o Marujá da praia da Lages.

¹⁸¹ “Rebojo”: época de chuva fina e constante, que costuma durar vários dias, quando sopra o vento sul antecedendo a entrada de uma frente fria.

¹⁸² “Despesca do cerco”: com uma rede apropriada, no mínimo três homens, “trepados” no alto das treliças do cerco, retiram os peixes aprisionados na armadilha. À medida em que vão sendo retirados da rede, os peixes são jogados numa canoa, ou avoadeira, para serem transportados.

¹⁸³ Tainha escalada: tainha cortada longitudinalmente pelas costas (não pela barriga), descamada, limpa, salgada e seca ao sol.

* * *

Fiquei hospedada na Enseada da Baleia até o dia do aniversário de Seu Manoel. Ele havia dito, durante minha estadia no verão: “aqui também tem a festa da tainha” e, convidou-me para participar. Bem diferente do caráter mais turístico que tem a festa do Marujá, foi uma festa de família para a comemoração do aniversário deste “notável”. Este ano, coincidiu também com o noivado de seu filho adotivo com uma moça que também trabalha para o Seu Manoel. Mas, interessante, na festa da tainha, a maioria dos convidados estava mesmo interessada no churrasco de carne bovina...

* * *

FESTA DA TAINHA NO MARUJÁ – DE 9 A 11 DE JULHO

A Festa da Tainha atrai turistas da região de Iguape e Cananéia. Há uma grande divulgação local, muitos cartazes são fixados pela cidade de Cananéia, barcos especiais transportam os visitantes para a Vila do Marujá.

As barracas da festa são individuais. Não há nada coletivo. Quem se interessa, monta sua barraca para vender comidas e bebidas. Há um torneio de futebol durante o dia e forró à noite no centro comunitário.

No local, misturavam-se, curiosamente, políticos e pessoas da alta-sociedade de Cananéia (inclusive o prefeito e sua família) e os pescadores. O forró estava bem animado, com música ao vivo. O tempo não ajudou muito. Como sempre, choveu durante a festa.

* * *

TERÇA-FEIRA, 5 DE OUTUBRO DE 1999

MARUJÁ

Chuva fina e frio...

Hoje é o quarto dia consecutivo de chuva. Os dias arrastam-se lentos. Todos se ocupam com alguma atividade dentro de casa. Aqui, na família de Seu Eliseu, fazem pequenos reparos na casa: colocam forro onde não havia, fazem portas para os

banheiros da pousada... (Os caiçaras são famosos por serem exímios carpinteiros e marceneiros).

Despesca-se do cerco as últimas tainhas – mais “para o gasto” da família. Dona Jurema e as outras mulheres cuidam dos trabalhos domésticos de sempre: lavar roupa, fazer pão, cozinhar, limpar...

Difícil terem tempo para minhas “bobagens” de mapas, calendários, entrevistas... Devo exercitar minha paciência. Em tempo de chuva, o que é muito freqüente aqui na Ilha, tenho que aguardar a boa vontade das pessoas para responderem às minhas perguntas. Tenho bastante cuidado para não incomodá-las. Os livros costumam ser bons companheiros nessas horas. Caminhar debaixo de chuva é meio desagradável, mas procuro fazer algum movimento ao ar livre todos os dias.

O trabalho de campo é antes de mais nada um exercício interno. Exige cautela, uma boa dose de perspicácia. Parece ser um aprendizado contínuo e sem fim...

* * *

CAPÍTULO 5

DESAFIOS DE UMA GESTÃO AMBIENTAL PARTICIPATIVA

O PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA E A
EXPERIÊNCIA DO COMITÊ DE GESTÃO DO PARQUE
ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO

A diretriz participativa destaca-se na grande maioria dos atuais projetos socioambientais no Brasil. Este tipo de abordagem passa a imigrar do universo das ONGs para o setor público, há cerca de dez anos. Experiências multiplicam-se desde então em todo território nacional refletindo uma tendência mundial, conforme já se discutiu antes.

Algumas iniciativas-piloto apontam mudanças no ordenamento territorial por procurar envolver diversos grupos da sociedade civil e várias instâncias e setores do governo. Projetos pioneiros para elaboração participativa de planos de gestão em unidades de conservação (UCs) propõem-se a contrabalançar medidas de proteção ambiental e necessidades de desenvolvimento local. Contudo, para suplantar o antigo modelo administrativo brasileiro nas áreas protegidas vários desafios devem ainda ser enfrentados...

Projeto de Preservação da Mata Atlântica: litoral paulista e Vale do Ribeira

O principal pano de fundo que utilizo para a análise dos desafios envolvidos em uma gestão ambiental participativa é o *Projeto de Preservação da Mata Atlântica* e, em particular, a experiência do Comitê de Apoio à Gestão Ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, considerada por muitos, exemplar. Ao longo deste capítulo, também se fará menção a outras experiências mais conhecidas, visando apresentar um panorama geral da participação da sociedade civil na gestão ambiental no Brasil.

O PROJETO DE PRESERVAÇÃO DA MATA ATLÂNTICA

A Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA) estabeleceu, em 1996, uma parceria com o governo alemão para implantação do *Projeto de Preservação da Mata Atlântica* (PPMA). A área de abrangência do PPMA inclui os maiores trechos remanescentes contínuos de Mata Atlântica no Estado de São Paulo. Estende-se pelo litoral paulista, Vale do Ribeira e parte do Vale do Paraíba numa área superior a 17 mil e 300 quilômetros quadrados (1.713.723,04 ha) e sobrepõe áreas de 39 municípios.¹⁸⁴

Segundo dados oficiais do PPMA, os principais objetivos do Projeto são: a melhoria do controle ambiental florestal na região do Vale do Ribeira e Litoral Paulista, e o planejamento e consolidação de nove unidades de conservação (UCs) paulistas. Os planos de manejo – ou planos de gestão ambiental – dessas áreas foram coordenados pelo Instituto Florestal e pela Fundação Florestal, órgãos da Secretaria do Meio Ambiente.

O PPMA foi estruturado em 4 componentes principais: fiscalização, consolidação das UCs, apoio e coordenação. Transcrevo, a título de análise, o que se inclui em cada componente:

“Componente A: Fiscalização

¹⁸⁴ Informações do site do PPMA na internet (www.ambiente.sp.gov.br/ppma), consultado em novembro de 2000.

Este componente **vai receber mais de 50% dos recursos previstos** em todo o projeto, visando à otimização da fiscalização dos recursos naturais, através do aprimoramento tecnológico dos métodos de detecção, mapeamento dos danos ambientais e da sistematização das informações e o aparelhamento das equipes técnicas do Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN), da **Polícia Florestal e de Mananciais, através do 3º Batalhão**, de modo a subsidiar uma ação mais efetiva dos agentes de fiscalização.

Componente B: Consolidação das Unidades de Conservação

Neste componente, que vai receber 27% dos recursos do projeto, a principal meta é a consolidação das ações visando a implantação das Unidades de Conservação (UCs), administradas pelo Instituto Florestal, que integram o PPMA: Núcleos Cubatão, Caraguatatuba/São Sebastião, Santa Virgínia e Picinguaba, do Parque Estadual da Serra do Mar, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque Estadual de Pariquera-Abaixo, Parque Estadual de Ilhabela e as Estações Ecológicas dos Chauás e Bananal.

Componente C: Apoio aos Componentes

Planejar as ações para a implantação das UCs através dos Planos de Gestão é a principal meta deste Componente (...)

Componente D: Coordenação Geral e Consultoria

(...) É neste componente que estão o gerenciamento e a articulação geral do Projeto, de modo a viabilizar e acompanhar as ações, bem como aferir os resultados técnicos e financeiros. Liderada pelo secretário do Meio Ambiente, a organização do projeto é formada por um grupo executivo de coordenação, onde fica a Coordenação Geral, por equipes executoras e por estruturas de apoio técnico-administrativas. Todo o trabalho tem o acompanhamento e assessoria técnica de uma Consultoria Independente, contratada através de concorrência internacional.”¹⁸⁵

Nota-se que grande ênfase é dada à fiscalização das áreas da Mata Atlântica contempladas no Projeto. 50% dos recursos são destinados a subsidiar um sistema sofisticado de controle e monitoramento ambiental e para equipar os “agentes de fiscalização”, no qual inclui-se a Polícia Florestal:

“Num prazo de 4 anos (julho de 1995 até o presente), US\$ 29,971,522 milhões de dólares estão sendo investidos para ampliar a capacidade de fiscalização e

¹⁸⁵ Idem ibid. p.117

monitoramento nestas regiões. O governo de São Paulo entra com 44% dos recursos e o Banco KfW, órgão financiador do Governo da Alemanha, responde por 56% dos investimentos, metade dos quais na forma de doação.”¹⁸⁶

Além da fiscalização, 27% dos recursos são destinados ao *componente B (Consolidação das Unidades de Conservação)* em que se prevê “aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes, realização de obras e reformas de instalações”.¹⁸⁷ Os 20% restantes dos recursos destinam-se ao planejamento e implantação dos planos de gestão nos nove parques estaduais paulistas, além de ter que cobrir os gastos da coordenação e consultoria.

Tendo em vista o montante dos recursos destinados a cada um dos componentes do Projeto, pode-se concluir que o PPMA tem como principal objetivo a *preservação* dos recursos naturais¹⁸⁸ – o que está claro no próprio nome do Projeto. Para isso, o Projeto nem mesmo esquivar-se-ia de lançar mão de estratégias repressivas de controle ambiental à medida que estabelece parceria com a Polícia Florestal (que faz parte da Polícia Militar).

Contraditoriamente à ênfase principal do projeto, no mesmo documento consultado, afirma-se que:

“Planejar as ações para a implantação das UCs através dos Planos de Gestão é a principal meta deste Componente [componente C]. Elaborados com a participação da comunidade local, de representantes dos municípios, de cientistas, de ONGs ambientalistas e de instituições diversas, os Planos de Gestão Ambiental são o resultado de **processos dinâmicos, interativos e participativos** para a definição dos objetivos, metas e atividades de uma Unidade de Conservação, dentro dos limites de atuação da Secretaria do Meio Ambiente e diretrizes legais.

O zoneamento, os programas de educação ambiental e ecoturismo, a pesquisa, a interação sócio-ambiental e a conservação dos ecossistemas, vão orientar **estratégias**

¹⁸⁶ Idem ibid. p.117

¹⁸⁷ “Os investimentos previstos no PPMA são destinados à aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes, realização de obras e reformas de instalações. A contrapartida do Tesouro do Estado é composta por recursos humanos, compra de material de consumo e serviços de terceiros, capacitação e treinamento”. Ibid.

¹⁸⁸ Segundo atual versão do SNUC:

“Art. 2º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: PRESERVAÇÃO: conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais;

de ação que buscam solucionar ou minimizar conflitos e assegurar sustentabilidade ecológica, econômica e social de cada Unidade de Conservação”.

189

Assim, pode-se notar neste discurso que, a abordagem “participativa” estaria incluída entre as principais diretrizes do PPMA. Mas, como seria possível integrar a *participação* de grupos locais na gestão ambiental à política essencialmente preservacionista que caracteriza o PPMA? Até que ponto o “*processo dinâmico, interativo e participativo*” seria uma mera estratégia de legitimação social do Projeto junto à sociedade civil organizada?

Quando se leva em conta os documentos oficiais sobre o PPMA, veiculados para o grande público via internet ou através de folders e cartazes aqui apresentados, pode-se aferir que a *participação* cumpriria um papel cosmético no Projeto. Mas, este não é bem o caso... A construção de uma metodologia própria para o PPMA envolveu determinados técnicos da Secretaria do Meio Ambiente realmente preocupados em enfrentar um dos maiores desafios do gerenciamento das áreas protegidas no Brasil:

“(...) incorporação da dimensão ambiental no processo de desenvolvimento, inclusive em sua integração regional, e possibilitar a participação dos diversos atores sociais interessados nas ações de conservação ambiental (...)”¹⁹⁰

No trabalho citado, Maretti e coautores apresentam as bases conceituais e as principais diretrizes dos planos de manejo do PPMA, além de relatar como se deu o processo de construção de uma metodologia que visava, antes de mais nada, criar um novo modelo de gerenciamento para as unidades de conservação paulistas pautado na “conjugação de interesses locais e regionais”.

A metodologia da PPMA contou com algumas contribuições da metodologia dos planos de manejo das unidades de conservação de uso indireto do IBAMA e

¹⁸⁹ SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO, “Planos de Manejo das Unidades de Conservação”, 1998 e consulta à página do PPMA na internet em novembro de 2000. (negritos de minha autoria).

¹⁹⁰ Documento na forma de mimeo baseado no artigo de Maretti, Cláudio C.; Raimundo, Sidnei; Sanches, Rosely, Martuscelli, Paulo; Mendonça, Ana L.cia et alii (1997) “A Construção da Metodologia dos Planos de Gestão Ambiental para Unidades de Conservação em São Paulo”. In: Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, coletânea de trabalhos do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação (Curitiba, nov 1997), SMA, 1997.

espelhou-se na tendência internacional de incorporar a dimensão participativa no manejo das áreas protegidas, divulgada especialmente pela UICN (União Mundial para a Natureza)¹⁹¹.

As principais diretrizes da metodologia do PPMA estão explicitadas nos itens abaixo:

- ♦ **“A participação efetiva, tanto no âmbito interno da instituição, como em relação à população local e da sociedade em geral,** permitindo envolver os atores sociais interessados, incorporando suas aspirações e necessidades nas diretrizes do Planejamento, buscando a sustentabilidade social, política, ecológica e econômica das unidades de conservação;
- ♦ a elaboração [dos planos de manejo] em fases (...);
- ♦ o equilíbrio nas funções de cada UC, principalmente conservação, pesquisa e educação ambiental e ecoturismo, **inclusive procurando compatibilizar a presença da comunidades locais e “tradicionais”;**
- ♦ a aproximação entre planejamento e administração e administração da unidade, **evitando o excessivo cientificismo**, a carência de propostas práticas e a separação nítida de equipes de planejamento e execução; e
- ♦ o cumprimento de suas funções na conservação dos processos ecológicos fundamentais e da biodiversidade e no desenvolvimento sustentado regional.”¹⁹²

A participação é ressaltada em diversas partes desse documento:

“Uma das bases deste trabalho, a forma participativa, apesar de economicamente custosa, permite a busca de um maior consenso e a associação do planejamento à sua aplicação, admitindo que se planeje e se implemente – aplique as decisões – num processo integrado e sistemático, e não de forma estanque. A participação, não podendo ser somente interna, envolve todos os atores sociais interessados na unidade de conservação. Procura-se a obtenção de melhores resultados – com melhor processo de reflexão – a maior compreensão das unidades de conservação e suas atividades pela sociedade e, conseqüentemente, o aumento do apoio social e político, trazendo

¹⁹¹ A UICN (União Mundial para a Natureza) fundada em 1948 reúne Estados, agências governamentais e Ongs reunidos em uma aliança de mais de 800 membros distribuídos em 132 países e reúne 6000 especialistas voluntários e equipes técnicas centradas na conservação das espécies e da biodiversidade e no manejo de habitats e recursos naturais: Borrini-Feyerabend, G. (1997) Manejo Participativo de Áreas Protegidas: Adaptando o Método ao Contexto, Temas de Política Social, IUCN – Sur Quito (Equador).

¹⁹² Maretti et alii, 1997:6 (com grifos meus).

maior efetividade na conservação, no cumprimento das demais funções das UCs, e o estabelecimento de parcerias.”

Neste mesmo texto, refere-se às populações tradicionais de forma diferente da habitualmente encontrada no discurso da maior parte dos técnicos da Secretaria do Meio Ambiente:

“(...) Entende-se, neste trabalho, que, embora não devendo estar entre as suas diretrizes principais, a permanência da população ‘tradicional’ não é incompatível com a existência dos parques estaduais – equivalentes regionais/regionais dos parques nacionais –, mormente quando eles foram decretados sobre a existência de atividades de comunidades locais e se estas atividades não forem muito impactantes ao funcionamento dos ecossistemas protegidos. Com isso se preserva, também, a possibilidade de que a própria existência dessa comunidade, através da sua ocupação do espaço, colabore com a proteção dos recursos naturais, além de respeitar seus direitos tradicionais (...)”¹⁹³

Quando se contrapõe o discurso dos documentos oficiais do Projeto aos documentos mais internos sobre a metodologia do PPMA – como no exemplo de Maretti et alii citado – observa-se uma certa contradição. Ocorre que existem diferentes posições entre grupos internos da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) quanto à defesa do direito de permanência de populações tradicionais no interior das UCs. Esta temática polêmica deve ser aqui resgatada por ser fundamental na investigação dos obstáculos à participação no projeto estudado.

Na análise que se segue, são enfatizadas algumas atividades que fizeram parte do processo de construção da matriz de planejamento, e posterior adequação à realidade local pelo comitê gestor do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Os principais limitadores para se atingir o ideal de participação, propalado pelo Projeto, podem ser agrupados em dois grandes eixos: o primeiro, parte do ponto de vista político e metodológico; o segundo, do ponto de vista simbólico.

¹⁹³ Idem Ibidem, p. 121 (trecho em rodapé no texto citado)

PRINCIPAIS OBSTÁCULOS À PARTICIPAÇÃO NAS UCs

Inúmeros aspectos envolvidos numa gestão participativa estariam sujeitos a uma reflexão teórica criteriosa. Contudo, selecionei aqueles que considero os pontos de conflito e de fragilidade mais relevantes nos processos participativos em que estive envolvida, direta ou indiretamente. As experiências que serviram de base para esta análise não se restringem às chamadas áreas protegidas, ou UCs.¹⁹⁴ Assim, para discutir a temática da gestão ambiental participativa no contexto específico dos parques estaduais paulistas, é feita uma breve apresentação do histórico da criação de unidades de conservação no Brasil, bem como uma caracterização do modelo em que se inspiraram as primeiras reservas naturais no país: o parque nacional de Yellowstone, criado nos Estados Unidos, em 1872. Ainda dentro do primeiro eixo de análise, teço comentários a respeito de alguns aspectos mais operacionais do Projeto de Preservação da Mata Atlântica enfatizando a análise do “método participativo” de origem alemã utilizado, o *Zopp*, muito difundido hoje em todo o país.

No segundo eixo de análise enfoco certas características ligadas à identidade sociocultural que dificultariam o consenso entre diferentes indivíduos envolvidos em um processo participativo. Nesta última sessão, se faz menção aos aspectos mais simbólicos da cultura e de sua relação com o espaço. Resgata-se, para esta discussão, autores clássicos da Geografia Cultural e da Geografia Humanista.

¹⁹⁴ Integrei as equipes técnicas em dois *projetos participativos* conduzidos por ONGs: O *Projeto Tecnologias Alternativas* da ONG ESPLAR no Ceará; e o *Projeto de Educ-Ação Ambiental PROCAV*, coordenado pela ONG Instituto ECOAR de Cidadania com sede em São Paulo. Como pesquisadora, estudei dois projetos governamentais que possuíam uma forte conotação participativa: “*Wastelands Development Programme*” na Índia, tema de minha dissertação de mestrado, e O *Projeto de Preservação da Mata Atlântica* da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, principal pano de fundo da presente pesquisa de doutorado. Aqui, também se fará referência a uma outra experiência na qual estive envolvida brevemente na região metropolitana de João Pessoa, PB: O *Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro* (GERCO) do Ministério do Meio Ambiente.

A) **OBSTÁCULOS DO PONTO DE VISTA POLÍTICO E METODOLÓGICO**

A problemática das “áreas protegidas” no Brasil

O principal dilema das Unidades de Conservação (UCs) no Brasil refere-se ao tipo de modelo operacional até agora vigente. Inspirado no modelo americano no qual não se admite a presença humana no interior das áreas destinadas à proteção ambiental, a atual concepção de UC, sobretudo as de uso indireto (parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, etc.), traz uma série de problemas para os povos tradicionais que vivem no local (Diegues, 1998).¹⁹⁵

Como se sabe, a ocupação humana das áreas decretadas unidades de conservação no Brasil é muito anterior à própria implantação jurídica daquelas reservas. A imposição de uma série de restrições de uso dos recursos naturais por moradores locais, nessas áreas públicas, criou um sério impasse: como preservar a rica biodiversidade e criar condições de subsistência e sustentabilidade, tanto material como simbólica, para a população local? Até o momento poucas são as alternativas para a maioria dos povos tradicionais que vive no interior ou no entorno das UCs, sobretudo no Estado de S.P.¹⁹⁶

Embora já existam inúmeros estudos e trabalhos publicados que discutem a problemática jurídica das unidades de conservação no Brasil¹⁹⁷, a reflexão sobre experiências de manejo participativo envolvendo comunidades tradicionais, que vivem nestas áreas, é ainda incipiente. Uma das razões talvez seja o fato dos projetos encontrarem-se no geral em fase experimental.¹⁹⁸

¹⁹⁵ Diegues, A.C. (1998) O Mito Moderno da Natureza Intocada. Hucitec, São Paulo.

A respeito da legislação específica que regulamenta as UCs, ver os comentários sobre o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação) e o Código Florestal no capítulo 3.

¹⁹⁶ Excessão são algumas propostas discutidas no Seminário “Alternativas de Manejo Sustentável dos Recursos Naturais no Vale do Ribeira – Mata Atlântica”, organizado pela Fundação Florestal (SMA), Nupaub/USP e Lastrop/Esalq/USP em junho de 1999, na Ilha Comprida, recentemente publicadas em: Diegues & Viana (orgs.) (2000) Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica. NUPAUB/ESALQ, São Paulo.

¹⁹⁷ WIEDMANN, Sonia Maria Pereira (1992) “Estatutos Jurídicos dos Habitantes de Parques Nacionais brasileiros”. In: Amend, S & Amend, T. (coord.). Espacios sin Habitantes? Parques Nacionales del Sur. Barcelona, Ed. Nueva Sociedad/UICN, entre outros.

¹⁹⁸ Exceção é a experiência do Manejo Participativo de Mamirauá, AM.

Do meu ponto de vista, um dos principais obstáculos à ampliação dos espaços de participação comunitária nas UCs está ligado a uma tendência preservacionista radical, ainda que minoritária, existente no movimento ambientalista no Brasil. Segundo esse grupo, as comunidades humanas residentes no interior de UCs devem “ser deslocadas de modo que seja garantida a preservação do patrimônio natural” (Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 1997)¹⁹⁹. Tal proposição confronta-se com o direito de uso da terra e dos recursos naturais de forma sustentada pelos moradores tradicionais, posição defendida por boa parte dos grupos que compõem hoje o movimento ambientalista brasileiro. A respeito desta questão, diferentes visões da realidade e os diferentes interesses em jogo entram em conflito...

***Questionamentos às iniciativas participativas em curso,
no Estado de São Paulo***

Além do obstáculo de ordem jurídica para que seja efetiva uma gestão territorial participativa em áreas protegidas, algumas características metodológicas e institucionais do *Projeto de Preservação da Mata Atlântica* apresentam-se como sérios limitantes para a concretização do ideal de participação. As especificidades da experiência de gestão ambiental participativa na Ilha do Cardoso serão analisadas em detalhes à frente, mas vale enfatizar, desde já, que a grande maioria dos planos de gestão ambiental, elaborada ou sendo implantada atualmente no Brasil, tem em comum várias características observadas no PPMA, a saber:

- 1] Tomam como ponto de partida, no processo de planejamento, diagnósticos socioambientais realizados, exclusivamente, do ponto de vista técnico e instrumental;
- 2] Envolvem “metodologias participativas” que visam, principalmente, neutralizar os conflitos existentes nas áreas, muitas vezes de forma superficial e artificial;²⁰⁰

¹⁹⁹ REDE NACIONAL PRÓ-UNIDADES DE CONSERVAÇÃO – folder contendo carta de princípios, funções e estrutura da rede e critérios para adesão, distribuído no Encontro Nacional de Unidades de Conservação, em setembro de 1997, em Curitiba.

²⁰⁰ Caso do Zopp, analisado adiante.

- 3] Ignoram formas tradicionais de conhecimento sobre a dinâmica da natureza e o manejo dos recursos naturais;
- 4] Desconsideram, durante o processo participativo, a diversidade cultural e a existência de formas particulares de linguagem e de expressão dos povos tradicionais;
- 5] Os comitês de gestão ambiental, ou grupos gestores, no geral, detêm um poder limitado para concretizar as medidas reivindicadas coletivamente durante as oficinas de planejamento.

Os diagnósticos sócio-culturais e sócio-econômicos, nos projetos ambientais, quase que invariavelmente, são muito insuficientes face aos diagnósticos naturais. Além disso, o fato de os moradores tradicionais não serem envolvidos no diagnóstico das áreas indica que não é levado em conta, no início do processo de planejamento ambiental, o conhecimento e as práticas de uso do espaço utilizados por estes povos, há muito tempo. Alguns estudiosos do campo da etnociência consideram tais práticas responsáveis pelo alto grau de preservação das atuais áreas protegidas em todo mundo:

“(...) as populações ‘tradicionais’, seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas, mas principalmente as sociedades indígenas, desenvolveram através da observação e experimentação um extenso e minucioso, conhecimento dos processos naturais e, até hoje, as únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais (MEGGERS, 1977; DESCOLA, 1990; ANDERSON & POSEY, 1990). Embora estas populações corporifiquem um modo de vida tradicionalmente mais harmonioso com o ambiente, vêm sendo persistentemente desprezadas e afastadas de qualquer contribuição que possam oferecer à elaboração das políticas públicas regionais, sendo as primeiras a serem atingidas pela destruição do ambiente e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação ambiental”.²⁰¹

Há, no entanto, controvérsias à visão daqueles que acreditam que os povos tradicionais vivem em completa harmonia com a natureza – idéia que prevalece entre ambientalistas internacionais, segundo Kay Milton.²⁰² Por outro lado, para o mesmo

²⁰¹ Arruda, Rinaldo (1999) *“Populações tradicionais” e a proteção dos recursos Naturais em Unidades de Conservação*, Ambiente e Sociedade, ano II, no. 5. (O tema será analisado à frente).

²⁰² Alguns estudiosos teriam pesquisado as principais causas do alto nível de preservação dos ambientes onde vivem povos tradicionais (ou “primitivos”, segundo alguns autores). Os estudos de R. F. Ellen, citados por Milton (1996:112), e a coletânea de Seeland, Klaus (1997) *Nature is Culture*

autor, a idéia de que não existam fora do mundo industrializado e cientificamente orientado, culturas que contribuam de forma significativa com a preservação da biodiversidade também seria uma generalização precipitada (Milton, p.114).

Uma das razões de tantos equívocos, apontada pelo mesmo autor, seria o fato de muitos ambientalistas agirem, na maior parte dos casos, ignorando o que os inúmeros trabalhos de profissionais das ciências humanas teriam a oferecer para o aprofundamento da temática ambiental:

“Em particular, o entendimento da relação ser humano e ambiente não incorpora a cultura como mediação principal e, a falta deste conhecimento tem seriamente comprometido os argumentos apresentados no discurso ambiental em nível global”.²⁰³

Quanto aos comitês de apoio à gestão, sabe-se que a maioria não possui caráter deliberativo. Logo, delega-se a esferas do Poder Público a competência da implantação e do acompanhamento dos programas propostos coletivamente. Além disso, não se tem notícia de projetos ambientais, em curso no estado de São Paulo, em que membros da comunidade local foram envolvidos na definição dos objetivos gerais do projeto; e se desconhece estratégias de avaliação e reorientação das intervenções propostas pelo chamado “público-alvo”.²⁰⁴

No PPMA, por exemplo, houve mudança posterior, feita pela coordenação técnica da Secretaria do Meio Ambiente, em programas propostos na oficina de planejamento, na qual estavam presentes vários membros de grupos locais da sociedade civil, para que se adequassem ao cronograma e à capacidade operacional dos parques estaduais. Os ex-participantes não teriam sido, ao menos, comunicados...

De modo geral, um dos maiores desafios dos projetos considerados “participativos” seria como dar sustentabilidade ao projeto, ou, em outros termos, qual é a hora de sair da comunidade e deixar que eles “andem com suas próprias pernas”,

(Intermediate Technology Publications Ltda., London) contribuem para se pensar nesta questão específica.

²⁰³ Milton, 1996:222

²⁰⁴ O centralismo que marca a administração das áreas protegidas no Brasil é também apontado por Brito (1998) Unidades de conservação: Intenções e Resultados (dissertação de mestrado) Procam/Usf, São Paulo.

como dizem os técnicos. Além disso, muitos se perguntam se é possível compassar tempo e ritmo da comunidade ao tempo previsto para o cumprimento do projeto. Via de regra, as agências multilaterais de cooperação, bem como instituições nacionais públicas ou privadas, só financiam projetos que apresentam um cronograma minucioso, que deve ser cumprido à risca. Uma série de resultados é também esperada em um prazo definido a priori, ou seja, no momento da apresentação da proposta do projeto. Contudo, raramente essa urgência e relevância das atividades propostas são compartilhadas por aqueles que representam o principal “público-alvo” desses projetos: os moradores locais.

Limites inerentes aos “métodos participativos” mais utilizados

Os chamados *métodos participativos* são, hoje, mais conhecidos por siglas e abreviações (ZOPP, METAPLAN, MAPP, PES, CEFE, PESA...). Foram inventariados em uma publicação do SACTES/ABONG, em 1995. Logo na introdução desta coletânea, define-se método como “caminho para se chegar a um fim” e metodologia, “estudo dos métodos”, mas se admite que ambos os conceitos são usados no mesmo sentido.²⁰⁵

Discutiu-se, no início deste trabalho, que os princípios emancipatórios, que alguns autores dizem fundamentar o uso desses métodos, representam, no melhor dos casos, somente uma intenção, e no pior, mera retórica. Não se quer dizer com isso que não existam ou não existiram experiências exitosas nesse sentido, mas se formos analisar com cuidado o que se publica e o que se ensina sobre métodos participativos – e a publicação da ABONG/SACTES não foge à regra – veremos que se tratam invariavelmente de um conjunto de conselhos práticos e indicações de instrumentos de planejamento, aliás todos muito parecidos. O *Planejamento Estratégico* incluído na coletânea mencionada, por exemplo, é de origem militar e pode ser utilizado por “empresas, órgãos públicos, ONGs, associações, sindicatos, movimentos, etc.”²⁰⁶, segundo o autor do artigo. Essa mesma neutralidade, que é conferida a este método, também é aconselhada para a escolha do mediador.

²⁰⁵ ABONG/SACTES (1995) Introdução a Metodologias Participativas – um guia prático, org. Klausmeyer e Ramalho, Recife.

²⁰⁶ ABONG/SACTES (1995), p. 44.

O papel do mediador, ou facilitador, é destacado em vários dos artigos como um agente necessariamente neutro. Na grande maioria destas “metodologias participativas” utilizadas nos projetos de proteção ambiental, não se faz nenhum tipo de referência aos pressupostos ideológicos e/ou filosóficos que lhe servem de base, como se aquele instrumento se justificasse por si só. Portanto, o que chamam de método, na verdade, é mais uma técnica, mero instrumento de planejamento.

Os métodos participativos vêm sendo aplicados pelo Estado e ONGs – muitas vezes em parceria – para orientar intervenções em projetos de desenvolvimento ou de proteção ambiental. Nas áreas das *unidades de conservação* (UCs), são freqüentemente utilizados por entidades que atuam junto às comunidades tradicionais. Além disso, os mesmos instrumentos também são aplicados nas mesmas instituições proponentes em momentos de avaliação interna, ou no planejamento de suas atividades. Um fenômeno crescente é a proliferação de práticas participativas no mundo empresarial.

No caso específico do Projeto de Preservação da Mata Atlântica, um aspecto limitador da participação dos moradores locais durante as oficinas de planejamento, no meu ponto de vista, diz respeito ao “método participativo” utilizado: o Zopp.²⁰⁷ Este foi desenvolvido na Alemanha e tem sido amplamente difundido em países da África, Ásia e América Latina, há mais de vinte anos, pela GTZ, agência governamental alemã, responsável pelos serviços de cooperação internacional.

Segundo a publicação mencionada acima, são enfatizadas as seguintes qualidades do Zopp :

“O método ZOPP permite que se dê o passo inicial, qual seja transformar um agrupamento de idéias e opiniões, às vezes divergentes, em uma estratégia consensuada para a ação conjunta (...) Estas informações são integradas em uma matriz, que permite a rápida visualização dos mesmos, a Matriz de Planejamento do Projeto (MPP), conhecida também como Logical Framework ou Marco Lógico. A MPP resume os principais dados sobre o projeto, suas intenções, seus meios, seus recursos e indicadores de sucesso. Ela sintetiza o consenso e constitui o instrumento

²⁰⁷ O ZOPP: *Zielorientierungsprojektplanung* (tradução do alemão: Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos).

básico a partir do qual se dá a comunicação entre todos os envolvidos. Ela permite a fala coordenada e comum dos participantes. " ²⁰⁸

O Zopp é um instrumento de planejamento bastante complexo, que utiliza uma série de técnicas de visualização para expor e organizar as opiniões dos participantes da oficina de planejamento. Sua função principal é elaborar, de forma coletiva, um desenho dos programas de intervenção – a natureza dessas intervenções varia de acordo com o objetivo principal do projeto –, explicitando as várias fases do processo de planejamento de forma precisa e ordenada. No início do trabalho, todas as opiniões, os problemas a serem solucionados pelo projeto – segundo opinião dos participantes – devem ser dispostas em cartelas coloridas. Essas tarjetas são posteriormente organizadas em uma matriz de planejamento composta por objetivos, resultados esperados, ações programadas, cronograma, etc... A matriz é dividida em diversos painéis, segundo as etapas do planejamento.

No Zopp, parte-se do princípio que o consenso é obtido através da *objetivação* por parte das pessoas do grupo, ou seja, através de uma visão essencialmente racionalista que se espera de todos os participantes.²⁰⁹ Nos fóruns de construção da matriz, o papel do mediador é fundamental para organizar o material produzido (cartelas, cartazes, painéis...) e orientar os procedimentos que se sucedem de acordo com uma ordem particular e, diga-se de passagem, bastante rigorosa. O moderador também cumpre uma importante função de amenizar as eventuais discordâncias entre os participantes.

Tenho notado que a maioria das pessoas que participa das reuniões do Zopp tem dificuldades de entender o processo da construção da matriz de planejamento – independente do nível de escolaridade, do tipo de profissão ou da identidade

²⁰⁸ (Markus Brose in *Introdução às Metodologias Participativas – um guia prático* publicado pelo SACTES e ABONG em 1995. P. 22)

²⁰⁹ Parte-se do pressuposto de que o grupo dos participantes do fórum de construção da matriz de planejamento sejam atores que possuem um mesmo tipo de racionalidade. Esta idéia lembra muito a teoria de mobilização de recursos (recursos aqui entendidos como habilidades e valores) analisada por Finger: "A sociedade é, portanto, um agregado de atores racionais individuais e não necessariamente, como dizem os marxistas, uma massa estruturada (potencialmente) responsável e cidadãos autônomos que sempre se relacionam com o Estado-Nação. Além disso, a sociedade, de acordo com os teóricos da mobilização de recursos, é feita de múltiplas estruturas organizacionais.(...) A teoria da mobilização de recursos continua a refletir uma aproximação típica americana da participação pública..." FINGER, Matthias (1996) "Ngos and transformation theory ". In: PRINCEN & FINGER (1996) *Environmental NGOs in world politics*. Routledge. London (p. 53). Este tipo de racionalidade será questionado à frente.

sociocultural. Além de muita concentração, durante os longos períodos de trabalho, exige-se uma alta abstração intelectual dos participantes durante todo o processo de planejamento.²¹⁰

O maior agravante nas oficinas do Zopp, no caso do Projeto de Preservação da Mata Atlântica, teria sido o fato de não se levar em conta a linguagem, a lógica, o ritmo e os saberes dos povos tradicionais, tais como caiçaras e índios.²¹¹ (Os dois caciques da etnia Guarani-Mybia presentes sequer falavam português!) Além disso, no Zopp, parte-se do pressuposto de que os participantes expõem abertamente e de forma “lógica” – utiliza-se o termo repetidamente no artigo sobre o método – tudo o que realmente pensam. Mas que tipo de lógica seria essa?

Bourdieu faz considerações pertinentes a esse respeito quando analisa as pesquisas de opinião realizadas na França, na década de 70:

“(...) exclui de fato, aqueles que não detêm os meios de utilização dessa espécie de linguagem (...) Além disso, o logocentrismo – forma que o etnocentrismo de classe assume logicamente entre seus intelectuais – leva a apreender e a enumerar como opiniões políticas produzidas segundo um modo de produção propriamente “político” os produtos simbólicos de um outro modo de produção [de discursos]”.²¹²

Do meu ponto de vista, o Zopp é um instrumento de planejamento que serve, principalmente, para escamotear conflitos existentes entre sujeitos que atuam numa determinada área do Projeto. Durante as reuniões ou oficinas em que o método é utilizado, a mediação procura evitar, de qualquer maneira, que os debates

²¹⁰ Os períodos de trabalho das oficinas do PPMA duraram um semana, com uma média de 10 horas de trabalho por dia.

²¹¹ Devo deixar claro que acredito que esses povos também possuam alta capacidade de abstração da realidade, mas que esse processo se dê de outra forma. Existem outros tipos de racionalidade “com semelhante grau de pensamento abstrato, raciocínio científico e também mítico, equivalentes, com todas as suas diferenças, ao da racionalidade de nossa sociedade”. Arruda (1999), *ibid*, p. 88.

²¹² BOURDIEU, Pierre. (1987) “Os Doxósofos”. In: THIOLENT, Michel. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. [1972]. Bourdieu faz uma análise minuciosa sobre sondagens de opinião na França no início da década de 70, neste artigo. O autor discute sobre os perigos de se entender os outros, de classes sociais distintas, segundo lógica particular de uma classe social ou de uma categoria profissional específica. Este não é um tema novo nas ciências humanas. Bourdieu também aborda em alguns de seus livros, questão semelhante (A Economia das Trocas Simbólicas, Ed. Perspectiva, São Paulo e O Poder Simbólico): “Para Bourdieu, a organização do mundo e a fixação lógica de um consenso a seu respeito constitui uma função lógica necessária que permite à cultura dominante numa dada formação social cumprir sua função político-ideológica de legitimar e sancionar um determinado regime de doutrinação”. Sérgio Miceli na Introdução de *A Economia das Trocas Simbólicas*.

prolonguem-se demais, sobretudo quando acalorados.²¹³ Ao final de todo o processo de planejamento, aquelas opiniões divergentes que haviam sido registradas anteriormente entram como apêndice no documento final, ou são literalmente descartadas. Portanto, ao meu ver, força-se uma situação de consenso.²¹⁴

Para um dos coordenadores dos planos de manejo no PPMA, no entanto, o método Zopp teria uma grande vantagem, pois “todas as idéias são colocadas no papel”. Esse fato foi considerado um avanço, levando-se em conta as políticas ambientais predecessoras nas quais “nunca se deu muita importância para as idéias e problemas dos moradores locais”. Mas, na minha opinião, um processo participativo deveria ir muito além...

Como já foi alertado no início deste trabalho, o ideal de emancipação social que alicerçava propostas de *pesquisa-ação* latino-americanas, nas décadas de 60 e 70 do século XX, não estaria mais presente na maioria das atuais iniciativas participativas de gestão do espaço público. Cumprir as exigências das agências financiadoras talvez seja a principal razão de se incluir o “participativo” nos projetos que se conhece. Entretanto, um processo participativo envolvendo grupos locais da sociedade civil pode tomar rumos que, paradoxalmente, deflagrem um processo de organização social desses grupos, mesmo que o objetivo inicial do projeto não tenha sido esse. Dessa maneira, a análise do processo coletivo ao longo do tempo é o mais relevante nessas experiências, não os resultados (produtos) em si. É desse ponto de vista, que analiso, à frente, a *participação* no caso da gestão ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

O papel do mediador e dos assessores técnicos nos processos participativos

²¹³ Em situações de conflito, nas reuniões, observei que a tática da mediação é a seguinte: opiniões divergentes à maioria do grupo são escritas nas fichas e incluídas no painel – dando a impressão de que serão discutidas em outro momento –, porém, se evita, ao máximo, o debate e, principalmente, votações. No entanto, a estratégia nem sempre surte resultados positivos. No caso da oficina do Parque Estadual de Picingüaba, os caíparas ficaram bastante contrariados e, aos poucos, abandonaram a reunião.

²¹⁴ Um dos coordenadores dos planos de gestão do PPMA assumiu que houve certa contradição na medida em que se decidiu utilizar tal método nas oficinas. O ZOPP, a princípio, visa “amenizar os conflitos”, enquanto que o Projeto de Preservação da Mata Atlântica pretendia levantar os conflitos existentes nas áreas dos parques, para poder solucioná-los.

“(...) O nascimento de um projeto contém fortes traços subjetivos, Os problemas não existem para todos. Uma situação objetivamente existente só se transforma em problema no ponto de vista de determinado observador. No jogo social/econômico/político, o que para um é problema, para outro é potencial (...) [No Zopp] É feito um mapeamento que reproduza os problemas e suas interrelações de causa/efeito, permitindo ao grupo integrar opiniões individuais – frequentemente conflituosas – em um diagnóstico grupal consensuado da situação atual.”²¹⁵

No discurso acima, se atribui ao Zopp um papel de regulador de conflitos e supressão da subjetividade e dos interesses individuais em prol da coletividade. Essa função lembra muito a do Estado na sociedade contemporânea: zelar pelo interesse comum. Tal função estaria, nesse caso, personificada na figura do mediador, ou facilitador, do processo participativo. Substituem-se, assim, as funções do Estado em uma escala infinitamente pequena?

Tal semelhança parece não ser casual. As atuais políticas de cooperação internacionais para o Brasil têm priorizado financiamento de projetos não governamentais ou, onde existe comprovada parceria entre governo e entidades da sociedade civil (Ongs e entidades de base popular), de maneira a driblar a burocracia e corrupção de boa parte dos órgãos públicos brasileiros. Essa seria uma boa hipótese para justificar o fato de as agências multilaterais de cooperação exigirem, de forma explícita, a inclusão da diretriz “participativa” nos projetos aprovados, como se mostra aqui no boletim do Banco Mundial:

“No que diz respeito ao GEF – Global Environmental Facility (Fundo para o Meio Ambiente Mundial), a política do Banco [Mundial] é incluir inteiramente Ongs no desenvolvimento e na implementação deste Fundo. Em 1992, foi formado um comitê deliberativo composto por Ongs e agências financiadoras”.²¹⁶

²¹⁵ Brose (1995), já citado (p. 132)

²¹⁶ *Environmental Bulletin*, 4 (4) 1992:5 (periódico do Banco Mundial) citado por PRINCEN & FINGER (1996:19). Sobre o GEF (Fundo para o Meio Ambiente Mundial) ver artigo de Viola, Eduardo (1997) O GEF e o Brasil: institucionalidade e oportunidades de financiamento. In: Ambiente & Sociedade ano I, no. 1, NEPAM-Unicamp.

Em sua missão de *zelar pelo interesse comum*, o mediador desempenharia um papel fundamental nos processos participativos. Qual seria, portanto, o perfil exigido para uma pessoa que ocuparia tal função?²¹⁷

Nas oficinas de planejamento ambiental em que estive presente, também se observou, com bastante frequência, um “descompasso” na comunicação entre os participantes, em função de suas diferentes formações profissionais. No início do trabalho, há invariavelmente a necessidade de afinação dos conceitos mais utilizados e esclarecimentos sobre aspectos operacionais ligados à proteção ambiental e à metodologia do trabalho de planejamento.²¹⁸ Observa-se, no entanto, que a dificuldade de comunicação é ainda maior quando o encontro envolve indivíduos de códigos culturais muito diferenciados. Por mais habilidosa que seja a mediação, o consenso almejado entre profissionais de áreas de conhecimento distantes e entre membros de culturas muito distintas é arduamente atingido. O que estaria no cerne dessa questão é a contradição entre os diferentes interesses advindos de diferentes leituras da realidade, dificilmente conciliáveis...

²¹⁷ Em um mini-curso sobre métodos participativos, proferido durante o Illo Simpósio Brasileiro de Etnoecologia em junho de 2000 em Piracicaba (SP), organizado pela Sociedade Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia, foram levantadas junto aos participantes – alguns com experiência na aplicação de instrumentos participativos – as seguintes qualidades exigidas ao moderador: sensatez, objetividade, clareza, ser democrático, observador, criativo, sensível, humilde, perceptivo, flexível, ético, compromissado, interativo, respeitoso, auto-crítico, ter capacidade de síntese, intuição, bom senso, dinamismo, otimismo, reconhecer o seu limite e de cada um, entre outras.

²¹⁸ Foi o caso da Oficina de Planejamento da Região Metropolitana, em João Pessoa, no âmbito do Programa Gerco do Ministério do Meio Ambiente. A afinação dos conceitos e elucidação dos procedimentos da oficina levou quase um dia inteiro.

O conflito sobre a questão indígena, na oficina de planejamento da Ilha do Cardoso relatado anteriormente também reflete esta dificuldade de comunicação entre as diferentes áreas de conhecimentos dos envolvidos. Neste caso específico, deve-se ressaltar que a maior parte dos diretores de parques, bem como de boa parte de suas equipes, além dos assessores contratados para elaborar as “cartas de zoneamento”, que serviriam de base para o planejamento participativo são profissionais das áreas das ciências naturais. Há uma clara ausência de profissionais das áreas das ciências humanas e/ou sociais. Na prática, esse fato revelou-se um grande problema quando se pretendeu avaliar as práticas agrícolas e extrativistas tradicionais durante as reuniões de planejamento.

B) OBSTÁCULOS DO PONTO DE VISTA DA REPRESENTAÇÃO

O uso do espaço sob diversas óticas

Questões que giram em torno da diversidade sociocultural e de sua relação com o ambiente são discutidas pela antropologia desde seus autores clássicos. A percepção espacial singular de cada cultura influencia, de forma direta, o tipo de uso que se faz dos recursos naturais. No campo disciplinar da Geografia, essa temática remete às principais questões epistemológicas da Geografia Cultural, que floresceu no início do século XX, na América do Norte.

A relação cultura/espço foi estudada, especialmente, a partir da década de 20 por Carl Sauer da Escola de Berkeley. Também na França, um dos discípulos de Vidal de La Blache, Jean Brunhes, teria feito as primeiras investigações a respeito de atributos mais abstratos da cultura relacionados à espacialidade humana, e ressaltaria o valor simbólico da paisagem.²¹⁹ Diversas questões, que giram em torno de temas tais como o sentido dos lugares e da relação entre identidade cultural e espaço vivido, ecoariam com maior intensidade na pesquisa geográfica, no decorrer das décadas de 60 e 70, na América do Norte. Yi-Fu Tuan e seus alunos, Edward Relph e Leonard Guelke seriam os principais representantes desta linha de pesquisa fenomenológica na Geografia denominada por alguns autores *Geografia Cultural Humanista*.

Segundo Roberto Lobato Corrêa (1995), a importância desta área de conhecimento vem sendo retomada pela Geografia cultural contemporânea:

“A natureza e o espaço socialmente produzido, do qual o homem é parte integrante, constituem o ambiente geográfico. Este, contudo, não é vivenciado nem percebido do mesmo modo pelos diversos grupos sociais diferenciados entre si segundo um amplo leque de atributos que combinam entre si de modo complexo: renda, sexo, idade, as práticas espaciais associadas ao trabalho, crenças, mitos, valores e utopias. A percepção do espaço tem uma base eminentemente cultural”²²⁰

²¹⁹ Claval, Paul (1999) *A Geografia Cultural*. Editora da UFSC, Florianópolis.

²²⁰ Corrêa (1995:7) *A Dimensão Cultural do Espaço: alguns temas*. In: Espaço e Cultura, ano 1, no 1, NEPEC, Rio de Janeiro.

Seguindo esta mesma linha de pensamento, inúmeros autores consideram o ambiente uma construção social, onde a cultura e a história seriam dimensões determinantes.²²¹ Tuan destaca-se, entre os geógrafos, nos estudos sobre a experiência humana e sua relação com a espacialidade. O autor traria algumas contribuições relevantes para as ciências humanas ao realizar um estudo ontológico sobre “espaço” e “lugar”.²²²

No capítulo 3, discutiu-se a respeito da relação entre território e identidade caiçara. Como se pôde observar em campo, à medida que esse território é construído através de representações locais – como aquelas que se referem às diversas modalidades da pesca artesanal, por exemplo – a identidade caiçara é rearticulada e vivenciada transformando aquele território em *lugar* (na mesma concepção de Tuan). A mesma área geográfica, a Ilha do Cardoso, quando observada por ambientalistas, técnicos da secretaria do Meio Ambiente ou outros visitantes não caiçaras adquire outros significados. Como fruto de visões diferentes de mundo e de maneiras diversas de se relacionar com a natureza, o imaginário de cada um desses grupos em relação ao mesmo espaço físico é divergente.

Assim, sentidos diferentes atribuídos à Ilha pelos grupos que de alguma forma relacionam-se com essa área representariam a principal causa dos conflitos de interesse quanto ao uso do espaço. Haveria, no entanto, possíveis interesses comuns quanto ao uso da área que se materializariam na forma de um plano coletivo de gestão ambiental? Como conectar possíveis elos comuns entre caiçaras, biólogos que pesquisam a fauna e flora locais, representantes do governo municipal, militantes das pastorais e o padre do município, ambientalistas membros de ONGs, o administrador do parque e representantes de órgãos governamentais de fiscalização?²²³ Além disso, uma outra questão que aqui parece relevante seria: pode-se articular, de

²²¹ CHRISTOFOLETTI, Antonio. Perspectivas da Geografia. Difel, São Paulo, 1982; FERRARA, Lucrécia Dállessio. As Cidades Ilegíveis – Percepção Ambiental e Cidadania. In Percepção Ambiental, A Experiência Brasileira. Studio Nobel e Editora da UFSCAR, São Paulo, 1996; LOWENTHAL, David. Geografia, Experiência e Imaginação: Em Direção a uma Epistemologia Geográfica. In: Perspectivas da Geografia, Difel, São Paulo, 1982; OLIVEIRA, Livia. Percepção e Representação do Espaço Geográfico. In: Percepção Ambiental, A Experiência Brasileira. Studio Nobel e Editora da UFSCAR, São Paulo, 1996; TUAN, Yi-Fu. Topofilia – Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. Ed. Difel, São Paulo, 1980, entre outros autores.

²²² Yi-Fu Tuan aborda neste livro temas tais como o espaço mítico, os valores espaciais, a relação tempo e espaço experiencial e resalta a importância das relações subjetivas na constituição dos *lugares*. TUAN, Yi-Fu. (1983) Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência. Difel, São Paulo

²²³ Atributos dos membros que compõem o Comitê de Gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

alguma forma, saberes e fazeres tradicionais aos aspectos mais técnicos e gerenciais de um plano de gestão ambiental? Como?

Nas oficinas de elaboração dos planos de gestão, o primeiro obstáculo à participação mais efetiva dos moradores locais teria sido o método participativo adotado nas reuniões, o Zopp, como já se discutiu. É pouco provável que os imaginários caiçara e indígena pudessem ser revelados através da lógica instrumental predominante naqueles fóruns coletivos do Projeto. O mundo simbólico do indígena – e mesmo do caiçara – certamente foge de uma “ordem simbólica totalizadora” urbana e materialista que marca as políticas das áreas protegidas no Brasil.²²⁴

A legislação que rege as unidades de conservação no país até o momento, o SNUC, praticamente proíbe a presença de moradores nessas áreas. Tal modelo operacional preservacionista resultaria de um arcabouço ideológico de seus defensores que prega: *primeiro*, haver uma clara separação entre homem e natureza; *segundo*, que o ser humano é, invariavelmente, destruidor dessa natureza considerada selvagem e, portanto, deve manter-se à distância; *terceiro*, que conhecimentos e metodologias mais adequadas de preservação da biodiversidade são frutos exclusivos da ciência moderna, sobretudo, das ciências naturais (biologia, ecologia, geologia...).²²⁵

Essa ótica positivista da realidade permeia as políticas ambientais restritivas que regem as UCs até o presente. Tal visão de mundo dos propositores de medidas preservacionistas das UCs resulta de um “mito moderno” existente na sociedade contemporânea, segundo o qual a natureza, em alguns locais especiais, se encontra em estado selvagem, e deve ser preservada a qualquer custo.²²⁶ Este ideal de um parque desabitado tomado pela mata virgem e exuberante representaria um tipo de santuário,

²²⁴ Essa “ordem simbólica totalizante” racional e materialista presente no modelo teórico clássico da sociologia é contestada por estudiosos dos *novos movimentos sociais* tais como Lúcia da Costa Ferreira. A autora considera o movimento ambientalista brasileiro uma expressão desses novos movimentos e de sua atual ação coletiva “*orientando-a à defesa das identidades pessoais e coletivas, da manutenção e reprodução subjetiva ou de grupos, e da vida de um modo geral*” FERREIRA, Lúcia (1999). *Conflitos Sociais Contemporâneos: considerações sobre o Ambientalismo Brasileiro*. In: Ambiente & Sociedade, ano II- no. 5, NEPAM, Ed. Unicamp.

²²⁵ Diegues, A.C. (2000: 9-20) “Saberes Tradicionais e Etnoconservação”. In: Diegues & Viana (orgs.) Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica. NUPAUB/ESALQ-USP.

²²⁶ Antonio Carlos Diegues discute em seu livro, *O Mito Moderno da Natureza Intocada*, que grupos sociais urbanos também possuem seus próprios mitos e símbolos a respeito da natureza, os quais, evidentemente, diferenciam-se dos mitos dos povos nativos das florestas brasileiras.

principalmente, para muitas pessoas da cidade. A concepção vigente de áreas protegidas atrela-se, portanto, a um simbolismo contemporâneo, um *neomito*. Nas palavras de Diegues :

“Por mais que a sociedade urbano-industrial e o avanço das ciências tenham dessacralizado o mundo e enfraquecido os mitos, a imagem de parque nacional e outras áreas protegidas como um paraíso em que a natureza virgem se expressa em toda a sua beleza, transformando-se num objeto de reverência do homem urbano, ressalta a idéia de que as mitologias têm vida longa e podem renascer à sombra da racionalidade”.²²⁷

A leitura que as diferentes culturas e grupos sociais fazem do espaço seria, portanto, permeada por suas respectivas ideologias²²⁸ ou, universo simbólico. Para Luckmann e Berger (1996), é nesse universo do simbólico, através da interação social, que ocorre a construção da realidade:

“O universo simbólico é concebido como a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivados reais. A sociedade histórica inteira e toda a biografia do indivíduo são vistas como acontecimentos que passam dentro deste universo. No interior do universo simbólico estes domínios separados da realidade integram-se em uma totalidade dotada de sentido que os “explica” e talvez também os justifique (...). O universo simbólico é evidentemente construído por meio de objetivacões sociais. No entanto sua capacidade de atribuição de significações excede de muito o domínio da vida social, de modo que o indivíduo pode “localizar-se” nele, mesmo em suas mais solitárias experiências”.²²⁹

Até o presente, é o imaginário contemporâneo de um grupo específico de profissionais – a maioria formada nas ciências naturais – que se expressa e, ao mesmo tempo, orienta a grande maioria dos programas de conservação ambiental no território brasileiro. São estes “especialistas do meio ambiente” os principais responsáveis em diagnosticar e recomendar intervenções técnicas, bem como propor políticas públicas

²²⁷ Ibid.p.157

²²⁸ Ideologia, aqui, entendida do seguinte ponto de vista: “(...) é um fenômeno inultrapassável da existência social, na medida que a realidade social tem, desde sempre, uma constituição simbólica e comporta uma interpretação, em imagens e representações, do próprio elo social” (p. 310) em RICOEUR, Paul (1989) *Do Texto à Ação*. Rés Editora, Porto, Portugal.

²²⁹ BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas. (1996:132) *Construção social da Realidade* Vozes, Petrópolis, RJ.

para as UCs, impondo sua *ordem simbólica totalizadora*.²³⁰ Mas, será que não haveria outro caminho possível?

Uma das questões centrais, neste trabalho, seria como estabelecer pontes de comunicação intercultural para se chegar a soluções viáveis em busca da sustentabilidade da vida na Mata Atlântica?²³¹ Desvelar aspectos culturais, que influenciariam a relação dos povos que aí vivem com o lugar, seria o primeiro passo nesta empreitada. Compreendendo melhor as relações dos moradores tradicionais com o meio onde vivem, poder-se-ia apontar necessidades de investigação sobre pressupostos da gestão ambiental participativa em áreas protegidas, não somente do ponto de vista instrumental, mas também levando-se em consideração o conhecimento tradicional e possíveis relações entre territorialidade e identidade, ou seja, aspectos socioculturais que fazem parte de uma dimensão mais subjetiva do ser humano.

Não se trata, contudo, de reificar a cultura – uma das críticas mais severas à Geografia Cultural clássica. No momento, pouco se sabe a respeito do mundo simbólico de culturas tradicionais não indígenas **que mantêm**, até hoje, relações estreitas com a Mata Atlântica, mas que, ao mesmo tempo, **articulam-se**, periodicamente, ao modo de vida e às formas de pensamento que prevalecem na sociedade urbana contemporânea – caso dos caiçaras que vivem no interior ou no entorno das florestas, há muitas gerações. Poucas são as informações divulgadas a respeito de saberes e ideais de uso do espaço de moradores tradicionais das UCs.

Esta é uma das principais razões que me leva a questionar o sentido do “participativo” atribuído aos planos de manejo e de gestão ambiental conduzidos pelo Poder Público, no Estado de São Paulo.

²³⁰ Milton (1996:154) coloca a separação do conhecimento tradicional, intimamente imbricado ao contexto onde este se origina, do tipo de conhecimento baseado na “racionalidade científica” de experts como típica do processo de globalização. Pierre Bourdieu também discute esta questão em *O Poder Simbólico* (1989).

²³¹ Milton (1996) teria discutido as limitações da comunicação intercultural. No entanto, admite que para contribuir com a construção do discurso público ambientalista – discurso entendido nesta obra como processo e produto – a comunicação e a negociação entre diferentes atores é uma realidade cada vez mais frequente em que se deve procurar ultrapassar as barreiras culturais (p.114).

AS SINGULARIDADES DO PROCESSO PARTICIPATIVO NA ILHA DO CARDOSO

Há cerca de quatro anos, venho acompanhando o processo de elaboração do plano de gestão ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.²³² Os contatos mensais com moradores da Ilha, durante as reuniões do Comitê de Gestão, bem como os períodos mais longos em que mergulhei na vida cotidiana daquelas comunidades caiçaras, contribuíram para a reflexão sobre limites e possibilidades da gestão ambiental participativa.

A análise do processo de formação do Comitê e de seu funcionamento, durante os quase quatro anos de existência, aponta para uma nova forma de gestão das UCs. A singularidade do trabalho do Comitê de Gestão da Ilha do Cardoso reside no fato de terem sido criados mecanismos de co-gestão da área. Um processo de diálogo direto e continuado entre membros das comunidades caiçaras e de representantes de instituições ligadas ao meio ambiente (governamentais ou não) resultou numa série de avanços na resolução de conflitos locais ligados à proteção ambiental da Ilha.

O COMITÊ DE APOIO À GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO

O Comitê de Apoio à Gestão Ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) foi regulamentado em 23/9/98, ocasião na qual foi publicado seu estatuto no Diário Oficial.

Compõem o Comitê os seguintes membros:

- 1 responsável pelo expediente do Parque (o diretor do parque)
- 1 representante da prefeitura de Cananéia
- 1 representante do IBAMA/APA de Cananéia/Iguape/Peruíbe
- 1 representante do Instituto de Pesca (Secretaria da Agricultura do Estado)
- 1 representante da Colônia de Pescadores de Cananéia
- 1 representante da Pastoral dos Pescadores de Cananéia

²³² Particpei também das primeiras reuniões e oficinas do PPMA no Parque Estadual da Serra do Mar no Núcleo Picingüaba, no município de Ubatuba. Finalmente resolvi priorizar a Ilha do Cardoso como principal foco de meu estudo empírico.

2 representantes de Ongs (SOS Mata Atlântica e Gaia Ambiental)
 6 representantes das comunidades tradicionais da Ilha
 (Itacuruçá, Foles, Cambriú, Marujá, Enseada da Baleia, Pontal do Leste)

É interessante notar que o Comitê Gestor da Ilha do Cardoso conta com 4 representantes do Poder Público e 10 representantes da sociedade civil organizada (1 membro da Colônia de Pesca, 1 membro da Pastoral dos Pescadores, 2 membros de Ongs, 6 membros de comunidades).

As primeiras reuniões do Comitê ocorreram no início de 1998. Desde então, todas as medidas relacionadas à gestão ambiental do PEIC, tomadas pelo diretor do Parque, levaram em conta as discussões e decisões coletivas que houve no Comitê. Assim, se oficialmente os comitês do PPMA deveriam atuar de forma consultiva, segundo orientações da Secretaria do Meio Ambiente, vale ressaltar que, no caso específico da Ilha do Cardoso, este adquiriu, na prática, um caráter deliberativo.²³³ Essa é uma peculiaridade interessante do parque em questão. Nas outras oito UCs estaduais que fazem parte do PPMA, os membros dos conselhos não se reúnem com frequência e, no geral, pode-se dizer que o diretor da unidade continua seguindo o antigo modelo centralizador de administração dos parques. Contudo, tais procedimentos de tomada de decisão coletiva que caracteriza a ação do comitê da Ilha, vez ou outra, deve enfrentar uma série de limites impostos pelas esferas superiores da própria Secretaria do Meio Ambiente.²³⁴

É preciso ressaltar que o envolvimento dos moradores das comunidades caiçaras também aumentou significativamente a partir do momento em que as reuniões do Comitê deixaram de acontecer na sede do PEIC, em Cananéia, e foram transferidas para as comunidades. Cada comunidade, na forma de rodízio, passou a

²³³ Isso se deve principalmente à postura do atual diretor do parque. Desde que assumiu a coordenação do comitê, passou de certa forma a delegar ao grupo o poder de decidir coletivamente os encaminhamentos que ele, como administrador do parque deveria tomar. Assim, não abdicou ao seu poder de deliberar as medidas necessárias à gestão ambiental do Parque, mas estendeu-o, indiretamente, a todos os membros do comitê.

²³⁴ O então diretor do Instituto Florestal, Oswaldo Poffo, enviou ofício datado de 05/04/99 aos diretores das UCs informando a respeito de uma portaria que baixou proibindo reformas e construções na área. Esta medida inviabilizou grande parte do trabalho que vinha desempenhando o Comitê de Gestão da Ilha do Cardoso, na época. Grande parte das deliberações do Comitê referiam-se à regulamentação de construções e reformas nas comunidades caiçaras. A portaria causou indignação nos membros do Comitê e paralisou os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos (cópia deste documento está em anexo neste trabalho).

sediar a reunião responsabilizando-se não somente pelo apoio logístico – organizar um local adequado para a reunião, preparar lanche para os participantes, etc. – mas também por apresentar os problemas específicos vivenciados pela população local. Assim, os membros do Comitê puderam tomar contato mais direto com a realidade de todas as comunidades, e, paralelamente, os moradores tiveram a oportunidade de conhecer mais de perto o trabalho do Comitê. Mesmo as comunidades mais isoladas da Ilha que não participavam das reuniões, havia um longo período, chegaram a sediar reuniões e não deixaram de expor suas queixas, solicitações e questionamentos para o diretor do Parque e demais membros do Comitê.

As deliberações realizadas pelo Comitê Gestor da Ilha baseiam-se, em grande parte, nos dois documentos que foram apresentados antes (os chamados *anexo 01 e anexo 03*) e na *Matriz Geral de Planejamento*, espécie de lei orgânica do Parque. No meu entender, estes documentos representam proposições políticas, que fazem com que se reafirme a identidade “tradicional” dos caiçaras. Por exemplo, autorizações para reformar casas ou para construir vêm sendo concedidas pelo Comitê com base em tais documentos. Por outro lado, os mesmos vetam, à maioria dos “não tradicionais” e “veranistas”, estes mesmos direitos. Segundo o diretor do Parque e coordenador do Comitê Gestor, a legitimidade das deliberações feitas pelo Comitê para a área do Parque apóiam-se nas orientações da Promotoria do Meio Ambiente do Vale do Ribeira.

Nesse caso, parece ter havido um certo avanço na garantia dos direitos de permanência e de uso da terra pelos caiçaras ao longo do processo de elaboração do Plano de Gestão Ambiental do Parque Estadual da Ilha do Cardoso. Tais direitos são resultantes de sucessivos acordos políticos travados entre técnicos do Estado, moradores da Ilha e representantes da sociedade civil organizada (Ongs e entidades de base), durante o processo participativo que se iniciou com uma série de reuniões no local para a preparação da Oficina de Planejamento, há mais de quatro anos, e teve continuidade durante as reuniões mensais do Comitê de Gestão.

Há que se ressaltar, no entanto, que durante este processo dois grupos contestaram as medidas que vinham sendo tomadas. Primeiro, indivíduos ou setores

da própria Secretaria do Meio Ambiente²³⁵ e, mais recentemente, um grupo de moradores não tradicionais ligados com “veranistas” que possuem casa no bairro do Marujá, organizaram-se através de uma Ong denominada *Associação de Defesa Ecológica da Ilha do Cardoso (ADEIC)* para reivindicar seus direitos.²³⁶

A partir do início de 1999, alguns dos membros da Ong começaram a participar assiduamente das reuniões do comitê como convidados e consta que pleiteiam uma vaga oficial naquele colegiado. Ao defender seus próprios interesses – os quais, certamente, diferem dos interesses gerais dos moradores caiçaras –, ameaçam, de certa forma, o caráter consensual que caracterizou as reuniões do Comitê da Ilha do Cardoso nos primeiros meses de sua existência.

²³⁵ Como já se comentou, determinados setores e técnicos do Instituto Florestal teriam questionado tais direitos que, de certa forma, beneficiam os caiçaras. Segundo grupo mais conservador na Secretaria do Meio Ambiente, as atividades tradicionais caiçaras comprometeriam a conservação da biodiversidade característica da Mata Atlântica, abundante na Ilha. No entanto, através da intervenção da Procuradoria Pública do Vale do Ribeira no processo, os direitos dos moradores tradicionais foram consolidados.

²³⁶ Na verdade, o objetivo deste grupo é defender os interesses desta categoria de pessoas que têm vínculos eventuais com a Ilha. De acordo com o plano de gestão ambiental, a maioria deles deverá “sair da Ilha”, ou seja, perderia o direito de ter uma casa no local. Somente alguns destes, que construíram suas casas antes da regulamentação do parque (1962), detêm direitos mais favoráveis, como se pode observar no documento apresentado (*anexo 01*).

CAPÍTULO 6

LIMITES DO CONSENSO:

O ideal do consenso surge com o próprio nascimento da democracia na sociedade ocidental moderna e constitui-se, até hoje, em um dos princípios básicos da *democracia representativa*. Para Alain Touraine, é na interdependência de três dimensões – respeito pelos direitos fundamentais, cidadania e representatividade dos dirigentes – que se constitui a democracia.²³⁷ Contudo, pergunta-se: estes mesmos princípios de consenso e da “representatividade dos governantes” – que, segundo Touraine: “implica na existência de atores sociais cujos agentes políticos sejam os instrumentos, os representantes” – seriam, indiscriminadamente, válidos para outros grupos sociais que possuem códigos culturais distintos dos nossos? Se a resposta for afirmativa, mesmo assim é preciso pensar, no caso deste estudo, como estabelecer critérios e condições para que a

²³⁷ Touraine (1996:43) O que é a Democracia? Vozes, Petrópolis, RJ.

comunicação entre representantes de culturas, categorias profissionais e grupos ideológicos distintos considere a diversidade discursiva de cada um dos participantes sem privilegiar uns em detrimento dos outros. Como encontrar um caminho que concilie pontos de vista e interesses divergentes na conservação ambiental? E mais: como a participação de povos tradicionais em projetos conduzidos por agentes externos às comunidades se relaciona com o poder local?

Neste capítulo, se discutirá a respeito dos limites da negociação coletiva, observados durante o processo de gestão ambiental em áreas protegidas da Mata Atlântica. Para esta análise, as contribuições teóricas de alguns autores tais como Alain Touraine (1996), Kay Milton (1996), Matthias Finger (1996), Lúcia da Costa Ferreira (1999), Clifford Geertz (2001) e Homi Bhabha (1998), entre outros menos citados, estão alinhavadas aos dados empíricos levantados durante a pesquisa de campo. Nesta colcha de retalhos pretende-se apontar questionamentos sobre as atuais *abordagens participativas*, cada vez mais popularizadas no setor ambiental.

No caso mais específico deste trabalho, a pergunta balizadora é: nos planos de gestão, ora sendo implantados nas nove áreas do PPMA, foram levadas em conta as particularidades do modo de vida tradicional dos povos que ali vivem, sobretudo caiçaras, tais como suas formas próprias de comunicação e de representatividade?

Esta discussão tem como ponto de partida, portanto, a análise das *diferenças* – especialmente as culturais – que poderiam criar obstáculos para se levar a cabo a negociação entre os participantes envolvidos na gestão ambiental, no caso da Ilha do Cardoso. As diferenças sociais e políticas entre os diversos grupos envolvidos no processo “participativo” de planejamento e de gestão ambiental do *Projeto de Preservação da Mata Atlântica* são aqui brevemente apontadas. Elas compõem o cenário onde a diversidade cultural é especialmente focalizada.

Se as diferenças do ponto de vista sócio-político, entre as várias categorias de participantes são, mais ou menos, evidentes, bem mais sutis são suas diferenças culturais. Valores culturais que vieram à tona para a pesquisadora, somente durante o período do trabalho de campo, parecem constituir, ao mesmo tempo, causas e consequências do contexto social e político no qual o processo participativo se deu.

Todavia, adentrar pelos interstícios desta amálgama, que é a cultura caiçara, foi um desafio que enfrentei correndo o risco de incorrer em simplificações grosseiras ou conclusões equivocadas. Mesmo assim, arrisquei.

AS DIFERENÇAS

O relativismo cultural, grosso modo, afirma que todas as culturas têm formas igualmente válidas de interpretar a realidade. Este tipo de argumento é utilizado por inúmeros pensadores como uma verdadeira arma contra o etnocentrismo e a discriminação.

Para Geertz (2001), o principal alvo do relativismo é o que chama de *provincianismo*: “o perigo de que nossa percepção seja embotada, nosso intelecto seja encolhido e nossas simpatias sejam restringidas pelas escolhas excessivamente internalizadas e valorizadas de nossa própria sociedade”. Contudo, ciente dos abismos que podem resultar de um relativismo levado até as últimas consequências (o “vale tudo” ou, “as pessoas de culturas diferentes vivem em mundos diferentes”), ele se declara, cautelosamente, *anti anti relativista*, não se colocando integralmente a favor do relativismo, ainda que seja contra os anti-relativistas (que critica por “desconstruírem a alteridade”, por procurarem “extrair das investigações biológicas, psicológicas, lingüísticas ou simplesmente culturais conceitos como Natureza Humana e da Mente Humana que independam do contexto”). Assim, o autor pondera que a grande contribuição dos antropólogos como ele é terem sido “os primeiros a insistir em vermos a vida dos outros através das lentes que nós próprios polimos e que os outros nos vêem através das deles”²³⁸.

O papel desempenhado pela diferença cultural, principalmente nas negociações coletivas, é analisado pelo indo-britânico Homi Bhabha. Antes de mais nada, nega qualquer tipo de cultura pura, imutável no tempo e no espaço²³⁹. O local da cultura, segundo Bhabha, é um “entre-lugar”, um espaço intersticial “entre

²³⁸ O Geertz op. Cit. Pp 47-67

³ O autor cita como um dos exemplos contemporâneos mais impactantes o “odioso nacionalismo sérvio” e sua tentativa de limpeza étnica.

identificações fixas [que] abre a possibilidade de um *hibridismo cultural* que acolhe a diferença sem uma hierarquia suposta ou imposta” (Bhabha, 1998; p.22). O autor analisa a constituição de sujeitos culturais híbridos, frutos da história colonial – como é o seu próprio caso – caracterizados por identidades, ao mesmo tempo, plurais e parciais. E, neste espaço de *hibridismo cultural*, o autor vê a possibilidade de “evitar a política da polaridade e [de] emergir como os outros de nós mesmos.” (p.69).

Nem tanto ao mar, nem tanto à terra. Se, por um lado, o relativismo radical que enfatiza amplas diferenças entre as culturas impossibilita o diálogo, por outro, a idéia de existir uma *natureza humana universal* traz inúmeros riscos para a autonomia cultural de diferentes sociedades – como a própria história mundial já comprovou. O que quer que se pense de tudo isso, as idéias de Bhabha a respeito da atual necessidade de transpor as polaridades apontam para um novo caminho. De certa forma, suas idéias, aqui rapidamente anunciadas, aproximam-se de considerações feitas recentemente por Michel Serres, Edgar Morin, Kay Milton e mesmo Boaventura de Sousa Santos a respeito da diferença cultural como sendo a principal fonte de novas estratégias de convivência e de desenvolvimento, rumo a um futuro melhor para toda a humanidade. Mesmo assim, penso que é preciso conhecer primeiro as diferenças²⁴⁰ para então tentar encontrar a melhor forma de articulá-las – se é que isso seja possível.

Voltando, então, para o caso do Projeto aqui estudado, quais seriam as diferenças entre os diversos grupos sociais participantes que poderiam colocar em risco a viabilidade do consenso?

²⁴⁰ Claro que as diferenças não se dão naturalmente, mas são constituídas por meio de quadros classificatórios de um determinado grupo social ao analisar o(s) outros(s).

A) ORGANIZAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE LOCAIS EM FOCO

“[Numa democracia] É preciso também que a maioria reconheça os direitos das minorias e, em particular, não imponha a uma minoria a defesa de seus interesses e a expressão de seu ponto de vista unicamente pelos métodos que convêm à maioria ou grupos mais poderosos”.²⁴¹

O *Projeto de Preservação da Mata Atlântica* foi, originalmente, idealizado de modo a possibilitar, aos vários setores e instâncias do poder público e da sociedade civil, o diálogo em busca de medidas de conservação e de preservação das áreas remanescentes da Mata Atlântica, no estado de São Paulo. Para isso, foram escolhidas as seguintes áreas de atuação do Projeto: pesquisa, fiscalização, educação ambiental, ecoturismo e ocupação humana.

²⁴¹ Tourraine, op. Cit, p.38.

Primeiro, há que se ressaltar o caráter tutelar no início do processo. A participação não foi reivindicada pelos moradores locais, muito menos conquistada, mas sim, outorgada pelo Estado. Após a aprovação do Projeto pela Kfw, o processo teve início, na Ilha, com a convocação de todos os moradores para as “reuniões preparatórias” no Núcleo Perequê, na Ilha do Cardoso. Naquela ocasião, foram levantados os principais problemas enfrentados pelos moradores locais – inclusive pelos índios Guarani – arrolados numa espécie de “pré-matriz” de planejamento²⁴².

Em cada uma das nove áreas (unidades de conservação) contempladas no PPMA, o primeiro passo foi selecionar o grupo de pessoas que, de alguma forma, mantinha relações estreitas com o local e, ao mesmo tempo, se relacionava com uma ou mais áreas de atuação do Projeto para elaborar, de forma coletiva, um “desenho” detalhado do Plano de Gestão para a área, durante a *Oficina de Planejamento* (analisada antes).

Após a elaboração “participativa” da chamada *matriz de planejamento*, ou seja, o esboço geral dos programas que compunham o Plano de Gestão para cada área, membros da coordenação do PPMA informaram que foram necessários certos “ajustes” dos Planos para que fossem exeqüíveis.²⁴³ Depois dessa etapa, foram escolhidos os membros que comporiam os Comitês de Apoio à Gestão Ambiental, em cada uma das nove unidades. O papel do Comitê, como um colegiado meramente consultivo, seria auxiliar o diretor do parque na implantação do Plano de Gestão proposto.

O comitê do Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEIC) conta com representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil. Conforme apontado antes, os representantes dos órgãos governamentais e Ongs foram indicados pelas próprias instituições. Quase sem exceção, são pessoas que têm uma inserção antiga na luta pela proteção ambiental do Vale do Ribeira, sendo, também, sensíveis à problemática das populações tradicionais que ali vivem. Mas, como teriam sido escolhidos os representantes das comunidades caiçaras? Qual a representatividade

²⁴² Nesse fórum também se utilizou o método Zopp.

²⁴³ Como o documento final das oficinas ficou registrado em diversos painéis, que seriam posteriormente sistematizados pela mediadora do evento e seu assistente, o produto “original” das oficinas não foram disponibilizados para um estudo. Assim, infelizmente, não foi possível realizar uma comparação dos planos “antes” e “depois” dos ajustes feitos para avaliar se a interferência foi expressiva.

destas pessoas em suas respectivas comunidades?

Lúcia da Costa Ferreira analisa a representatividade quando discute a relação entre ator social e agente político no movimento ambientalista brasileiro, também levando em consideração a proposição de Alain Tourraine:

“O que está em jogo nessa oposição é a questão da representatividade dos agentes políticos perante interesses, aspirações e projetos que os diversos atores têm sobre a vida social (Tourraine, 1996). Para que exista representatividade é preciso que existam algumas condições. Em primeiro lugar, deve haver forte agregação das demandas provenientes de indivíduos e grupos bastante diferenciados na vida social. O máximo da representatividade só seria possível se houvesse total correspondência entre as camadas sociais e a oferta política. A segunda condição pressupõe a capacidade de organização autônoma das diversas categorias que compõem a vida social. A vida social e a constituição de atores é portanto anterior à própria constituição da vida política e dos agentes que lhe conferem sentido. Os elos entre a vida social e política não são por sua vez diretos, mas passam por mediadores que orientam as escolhas políticas e contribuem para formar a oferta política em inúmeros setores da vida social”²⁴⁴

As “condições da representatividade”, ressaltadas pela autora acima, foram investigadas no caso da Ilha do Cardoso. Tive a oportunidade de conhecer e de conviver pessoalmente com os indivíduos que “representam” suas comunidades no Comitê. Três fizeram parte do movimento das CEBs ou, de alguma forma, estiveram ligados aos setores progressistas da Igreja católica no passado recente – alguns caixas cultivam esse tipo de vínculo com a Igreja até hoje. São as pessoas mais presentes e atuantes nas reuniões. As outras três participavam esporadicamente dos encontros do Comitê e, no último ano, raramente estiveram presentes²⁴⁵. Qual seria a razão?

Tourraine (1996:44) teria questionado o que significa a livre escolha dos representantes, “se os governados não se interessam pelo governo, se não sentem que fazem parte de uma sociedade política, mas somente de uma família, aldeia, categoria profissional, etnia ou confissão religiosa”. Para o caso da representatividade no comitê de gestão da Ilha do Cardoso, percebe-se que, algumas vezes, o fórum é visto

²⁴⁴ Ferreira, op. cit. p.42

²⁴⁵ A presença dos representantes das comunidades pode ser verificada nas atas das reuniões do comitê, sistematizadas em anexo.

como algo estranho ou completamente à parte do mundo cotidiano dos caiçaras – sobretudo, nas comunidades onde se vive essencialmente da pesca. A situação só muda quando o Comitê passa a interferir diretamente na vida daquelas pessoas.²⁴⁶

Os representantes das comunidades Cambriú, Foles e Pontal do Leste são os membros mais ausentes nas reuniões. Como já apontei antes, estes são os povoados mais isolados da Ilha e onde a grande maioria das pessoas pratica a pesca em mar aberto. Recortei alguns trechos do *Álbum de Retratos* para ilustrar a relação destas pessoas com o Comitê de Gestão:

No Cambriú:

Indaguei porque não participam mais das reuniões do Comitê:

“Perdia um dia de trabalho e não faziam nada. Só promessa”.

“Eu também não vou, não tenho estudo. A gente que vai tem mais estudo”, diz Ditão.

[Ditão e Roberto são os representantes do Cambriú no Comitê e chegaram a ir em algumas reuniões. Há pelo menos seis meses não comparecem nos encontros do Comitê].

Dona Julieta [moradora do Cambriú] é incisiva: “não adianta ir em reunião, só ficam falando, falando, nunca resolve nada. Faz uns dois anos que um vereador falou de colocar água pra cá. Nada! Mesmo essa energia solar, era pra vir pra cá e foi parar no Ariri!”

No Pontal do Leste:

Firmino: “a gente não sabe falar direito, são sempre os mesmos que falam, os que se dão bem...”

Antes de mais nada, nota-se, pelos argumentos acima, que “os representantes” dessas três comunidades, em particular, não estabelecem uma distinção entre o Comitê e a própria Secretaria do Meio Ambiente. Parecem confundir tipos de atuação e competências de ambas instituições. Vendo o Comitê de gestão mais como uma extensão da própria Secretaria do Meio Ambiente, é bem provável que se neguem a fazer parte de uma organização que sempre teve uma conotação extremamente negativa no local. Segundo tais moradores, a Secretaria do Meio Ambiente e órgãos coligados (Ibama e Polícia Florestal) limitaram-se, até o presente, a lhes impor uma série de restrições quanto ao uso dos recursos naturais, chegando em alguns casos, a multá-los. Além disso, desconfiam que, de alguma forma, podem ser

²⁴⁶ Ver depoimento de Firmino no *Álbum de retratos*.

beneficiados pelo *Projeto de Preservação da Mata Atlântica* sendo que, mesmo suas necessidades mais básicas raramente são atendidas pelo Estado.²⁴⁷

A Ong Guapuruvu, que participou do processo de construção do Plano de Gestão do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar, outra área contemplada pelo PPMA, levantou as seguintes questões sobre o envolvimento das comunidades no Projeto:

“O primeiro ponto que dificulta a participação das comunidades é a própria representação social que estas fazem do Estado, isto é, elas percebem e vivenciam o Estado como alguém, uma pessoa que desde que ‘chegou’ somente os reprimiu, os puniu. Em outras palavras, a visão de um Estado autoritário, repressor e punitivo impede que os moradores tradicionais se sintam interessados e motivados a participar.”²⁴⁸

Para ilustrar os argumentos colocados neste mesmo documento, a Guapuruvu cita a fala de um de seus interlocutores caiçaras:

“Se até hoje eles nunca vieram aqui ouvi a gente (...). Tem quase vinte ano que o ‘meio ambiente’ chegou e nunca se interessô em nos ajudá, se interessô em multá...porque agora eles querem sabê nossos problema? Não vô não, moça. Não adianta de nada, eles finge que ouve a gente mas dispois esqueci.”²⁴⁹

A personificação do Estado na figura de um indivíduo repressor e autoritário foi igualmente percebida na Ilha do Cardoso. Alguns caiçaras referem-se à ação da Secretaria do Meio Ambiente, bem como do IBAMA – que desempenham funções diferenciadas, ainda que em parceria – da seguinte forma:

“O pior que mudou [depois que a Ilha virou parque] foi o Florestal que não deixa fazer roça”. Mas, o pescador garante: “Aqui eles não vêm, é difícil prá eles vir. Quando o mar tá liso, a gente não caça. O Florestal pode aparecer”.²⁵⁰

Além do mais, a noção de *liderança* no universo caiçara deve ser questionada. Antes de conhecer a Ilha, amigos da universidade e da Secretaria do Meio Ambiente

²⁴⁷ No Cambriú e no Pontal, por exemplo, reivindicam o abastecimento de água potável, há anos.

²⁴⁸ Koch, Rita Cristina “A Perspectiva da ONG Ambientalista”. In: Maretti, C.C. & Raimundo, S. e outros colaboradores (1998) A Participação em Planos de Gestão Ambiental (mimeo), SMA/PPMA/FF/IF, São Paulo

²⁴⁹ Idem ibid.

²⁵⁰ Depoimento de um pescador que vive no Cambriú.

havam indicado uma certa pessoa para ser entrevistada, que diziam ser uma das principais lideranças locais. Mas, quando passei um período mais longo naquela comunidade, percebi que, do ponto de vista dos outros moradores, por mais que tal pessoa tivesse papel importante como porta-voz das comunidades caiçaras em inúmeros fóruns de discussão a respeito das políticas ambientais para o Vale do Ribeira, no local, sua distinção e prestígio igualava-se, por exemplo, a um outro caiçara sênior que tinha um conhecimento excepcional sobre a arte da pescaria.

Assim sendo, o exímio pescador e aquele que haviam me indicado como a mais expressiva liderança local seriam, ambos, igualmente representativos como porta-vozes caiçara, sob a ótica dos moradores daquela comunidade. A princípio, a nenhum dos dois – e talvez, a ninguém –, caberia o papel de “representar” a comunidade, já que vários dos moradores caiçaras teriam um papel diferenciado e igualmente importante dentro da comunidade. De qualquer forma, os primeiros “representantes” das comunidades, no Comitê, pertenciam ao grupo de indivíduos que possuíam maior prestígio na comunidade. Chamei-os de “notáveis”.

Soube também que, na maior parte dos casos, não houve nenhum tipo de acordo coletivo, eleição ou similar para a escolha. Os próprios “notáveis” ofereceram-se para participar. Acontece que várias dessas pessoas, apesar de grande prestígio no seio da comunidade, não estão familiarizadas com os ritos de “nossas” reuniões coletivas, que envolvem uma linguagem e uma lógica próprias – nas quais nos formamos durante muito tempo –, além do tempo extremamente longo das reuniões. Conforme argumentaram meus interlocutores, sentem-se muitas vezes intimidados por “não saberem falar”, “não terem estudo”. Salvo aquelas três pessoas que pertenceram ao movimento das CEBs, os “representantes” das outras quatro comunidades da Ilha afastaram-se do fórum.²⁵¹

Quanto à organização local, a antiga associação dos moradores da Ilha do Cardoso (AMICARD), que havia sido criada anos atrás, segundo informaram os próprios caiçaras, não conseguiu agregar pessoas de todas as comunidades. No momento, a única associação que há na Ilha é a AMOMAR (Associação dos

²⁵¹ Tive a grande surpresa quando, meses depois, dois dos “notáveis” foram substituídos por mulheres da comunidade, que, certamente, também se apresentaram voluntariamente para participar das reuniões.

Moradores do Marujá), que tem feito claros avanços para defender os interesses mais gerais dos moradores locais.

Um fato curioso foi tomar conhecimento, na Vila Rápida, um bairro que faz parte da comunidade Enseada da Baleia, de que pesquisadores ligados à Universidade, teriam exigido a criação de uma associação local como condição principal para a instalação de um freezer a gás para a conservação do pescado no local.²⁵² Ou seja, a necessidade de organização local muitas vezes é imposta por pessoas de fora das comunidades.

Certamente há formas de organização local entre os caiçaras, mas estas parecem diferir das “nossas”. É claro que nessas comunidades existe uma heterogeneidade sócio-econômica e diversos tipos de hierarquias. A propriedade dos equipamentos de pesca, por exemplo, é um dos fatores de concentração de poder, contudo, há outras formas de poder que ultrapassam os parâmetros econômicos.

Levando-se em conta as condições de representividade levantadas antes por Lúcia Ferreira, um possível caminho que faria com que esses vários atores sociais se transformassem em agentes políticos, ao meu ver, passa necessariamente pela intermediação da cultura. De acordo com valores culturais particulares do universo caiçara, é conferido a algumas pessoas específicas um tipo de poder simbólico maior (BOURDIEU, 1989), colocando-as em posição de destaque – como no exemplo dado, pelo domínio da arte da pescaria. Além disso, certos sujeitos são diferenciados do grupo devido à proximidade com indivíduos influentes da sociedade local (o padre ou o prefeito do município, por exemplo) ou por manterem alianças com grupos que vivem nos grandes centros urbanos e disponibilizam informações de interesse dos moradores tradicionais (ambientalistas, por exemplo). Esses aliados representariam os “mediadores”, que Tourraine menciona como responsáveis por orientar escolhas políticas estreitando, assim, os elos entre a vida social e a vida política²⁵³. Portanto, atributos pessoais ou alianças que alguns estabelecem com “os de fora” diferenciam certos caiçaras, conferindo-lhes grande respeito perante os demais membros da

²⁵² A distribuição de freezers a gás faz parte do Projeto PED, coordenado pela prefeitura de Cananéia, em parceria com a USP.

²⁵³ TOURRAINE (1996) *Ibidem*, p.78.

comunidade. Mas, de qualquer forma, inferir que tais atores sociais representam os agentes políticos das comunidades seria uma afirmação pouco fundamentada.

Juntamente com alguns outros autores, penso que os atores sociais contemporâneos não devam ser analisados somente pela dimensão política. Para Matthias Finger, um dos limites de teorias sociológicas clássicas é a de que partem da definição de “povo” do ponto de vista essencialmente político, não levando em conta as raízes culturais dos indivíduos. Vistos como “cidadãos do mundo”, suas atividades, valores e comportamentos são ignorados, igualando necessidades e interesses de todos os povos oprimidos como similares, comparáveis e de igual valor, ou seja, considerando-os agregáveis. Nesses casos, são enfatizados, de maneira excessiva, os modelos clássicos de política na luta pelo poder. O autor questiona tanto o interesse como a capacidade de indivíduos e de grupos de interferirem no sistema político, tendo em vista a erosão do projeto da modernidade e a fragmentação dos grupos sociais, seus pontos de vista e interesses na pós-modernidade (FINGER, 1996:59-60).²⁵⁴

Assim, no caso deste estudo, a heterogeneidade de indivíduos e de grupos dentro da mesma comunidade parece criar diversos empecilhos para que seja escolhido um único representante local. Essa é uma realidade a se levar em conta quando se pretende incluir “representantes” das comunidades tradicionais nos projetos socioambientais²⁵⁵.

B) DISCURSOS E SILÊNCIOS

“Se eu for definir “ambiente” como a parte não humana do mundo natural, efetivamente excluiria deste meu discurso, a ser analisado, as visões daqueles que desejam discutir a diversidade cultural humana como uma possível solução ambiental, e aqueles que encaram algumas forças ambientais para além de naturais, supranaturais.”²⁵⁶

²⁵⁴ Rouanet faz uma análise profunda da pós-modernidade no texto *A Verdade e a Ilusão do Pós-modernismo* (Rouanet, 1989). Voltarei a ele no próximo capítulo.

²⁵⁵ É preciso ainda salientar que o “retorno” dado pelos representantes, no Comitê, aos seus representados é praticamente inexistente, com excessão do Marujá, onde há um repasse de informações durante as reuniões da AMOMAR (Associação dos Moradores do Marujá).

²⁵⁶ Milton, Kay (1996:169).

Como se discutiu anteriormente, quando se optou pelo Zopp, como instrumento participativo no *Projeto de Preservação da Mata Atlântica*, se estabeleceram, de antemão, regras metodológicas rígidas – características do Zopp – e se utilizou um discurso excessivamente instrumental. A homogeneização do discurso nas oficinas excluiu todas as outras leituras possíveis de meio ambiente, bem como desqualificou medidas de proteção ambiental alternativas às convencionais. Para se criar novas medidas de conservação, conforme aponta Milton acima, deve-se levar em conta outras formas de compreensão e de ligação com a natureza, ou seja, as diferentes formas de visão da natureza.²⁵⁷

Apesar da intenção legítima de alguns dos idealizadores do PPMA de apoiar as populações tradicionais que vivem nas áreas protegidas, ao se utilizar o Zopp nos fóruns participativos, foi imposta uma *ordem simbólica totalizadora* (Ferreira, 1999: 40), que envolve a crença na supremacia da ciência e da técnica como principal fonte para solucionar os atuais problemas ambientais. Tais preceitos fazem parte da ideologia de um grupo específico de pessoas, não sendo, necessariamente, compartilhados pelos povos tradicionais que vivem nas UCs. Haveria um outro caminho possível?

Na antropologia pós-estruturalista, uma das preocupações principais é como evitar a parcialidade das interpretações na comunicação intercultural. Segundo Kay Milton, que analisa esta questão do ponto de vista do discurso:

“A forma de evitar este tipo de parcialidade é estabelecer uma grande extensão de parâmetros para o discurso, possibilitando uma gama maior possível de definições do objeto em questão. Em outras palavras, é importante que os participantes em um discurso definam os seus limites, e não o analista”²⁵⁸.

Ora, sabe-se de longa data que, opiniões contrárias – ou resistências? – da parte de povos tradicionais expressam-se na forma de *silêncios* (Orlandi, 1994)²⁵⁹ ou *não-respostas* (Bourdieu, 1987)²⁶⁰.

²⁵⁷ Diegues (2001) também aponta vários aspectos importantes nesse sentido em seu livro recente intitulado *Etnoconservação*. Um outro exemplo digno de apreço é o programa de instalação da Reserva da Biosfera no arquipélago de Polana-Bigajós, na África, coordenado na época por Cláudio Maretti, que levou em conta a existência de sítios sagrados e a interlocução com os guias espirituais das tribos locais.

²⁵⁸ Milton, Kay (1996) op. cit. P.169.

²⁵⁹ Orlandi, Eni (1994) *As Formas do Silêncio*, Editora da Unicamp, São Paulo.p. 31

José de Souza Martins (1993), referindo-se aos conflitos de terra no Brasil, que envolvem povos tradicionais tais como índios e camponeses, considera que estes são compelidos a praticar uma vida de duplicidade ao se verem obrigados a “ocultar elementos de sua cultura e a revelar apenas o que é sancionado pelos que dominam” (Martins,p.31)²⁶¹. Seguindo esta linha de pensamento, observa-se que grande parte dos “métodos participativos”, utilizados nas oficinas de planejamento dos atuais projetos ambientais no país, é social e culturalmente excludente por intimidar aqueles que possuem outra lógica, outra linguagem e têm interesses distintos da maioria dos presentes. Assim, acabam sendo silenciados aqueles que possuem um outro universo simbólico. (O caso dos indígenas presentes na Oficina de Planejamento da Ilha do Cardoso é um exemplo bastante ilustrativo)²⁶²

Os instrumentos de planejamento participativo mais conhecidos – como é o caso do Zopp – adequam-se a grupos sociais que dominam a linguagem escrita e utilizam de um tipo de razão técnico-científica e positivista ao encarar a realidade²⁶³. Esse não é o caso dos membros da cultura caiçara, muito mais fluentes na oralidade como forma de interpretação de seu mundo cotidiano e no ingresso de seu universo reflexivo particular.²⁶⁴ Pode-se dizer, portanto, que, de início, houve uma desigualdade de condições entre os diferentes grupos de participantes frente aos principais parâmetros do Projeto de Preservação da Mata Atlântica. Os silêncios e as ausências de “representantes” caiçaras durante os diversos fóruns do PPMA, de certa forma, significa uma resistência a fazer parte de um processo que não compreendem ou pelo qual não se interessam ou, ainda, com o qual não concordam.²⁶⁵

²⁶⁰ Bourdieu, Pierre (1987) Os Doxósofos. In: Thiollent, Michel (1987) Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária, Editora Polis, São Paulo.

²⁶¹ Martins, José de Souza (1993) A Chegada do Estranho, Hucitec, São Paulo.

²⁶² A “participação” dos índios, na oficina de elaboração do plano de gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso ilustra os limites do Zopp. Os indígenas presentes representavam duas aldeias Guarani Mbya, situadas na Ilha do Cardoso. A oficina de planejamento foi realizada em um local estranho a eles (Fazenda Intervalos no Alto Vale do Ribeira) e teve duração de uma semana na qual se trabalhou mais de oito horas por dia, numa sala fechada. Os dois representantes das aldeias não falavam português e contaram com a assessoria de uma antropóloga do Ministério Público, somente em um único dia. O maior agravante, contudo, foi o fato de alguns pesquisadores, presentes na oficina se colocarem contrários à permanência dos índios na Ilha. Como já comentei anteriormente, o pequeno grupo de biólogos tentou incluir, no documento final da oficina que seria publicado em Diário Oficial uma monção de repúdio à continuidade da aldeia na Ilha. O tumulto criado gerou certo clima de hostilidade entre os participantes da oficina.

²⁶³ Refiro-me aqui ao tipo de “razão fechada” discutida por Edgar Morin (1996: 167): “A razão fechada rejeita como inassimiláveis fragmentos enormes de realidade. Que então se tornam a espuma das coisas, puras contingências. Assim, foram rejeitados: a questão da relação sujeito-objeto no conhecimento, a desordem, o acaso, o singular, o individual (que a generalidade abstrata esmaga); a existência e o ser, resíduos irracionalizáveis”. Morin, Edgar. *Ciência com Consciência*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.

²⁶⁴ Schmidt, Maria Luísa S. (1995: 89-100) O Passado, O mundo do Outro e o Outro Mundo: tradição oral e memória coletiva. *Imaginário*, Revista do Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e da Memória NIME/USP, número 2, jan/1995, São Paulo.

²⁶⁵ Sobre um os sentidos do silêncio, Eni Orlandi argumenta: “Pensar o silêncio é colocar questões a propósito dos limites da dialogia. Pensar o silêncio nos limites da dialogia é pensar a relação com o Outro como sendo uma relação contraditória”(ORLANDI, 1995:49).

TRADIÇÃO ORAL NA CULTURA CAIÇARA

A oralidade é uma forma de expressão fundamental da cultura caiçara e diz muito a respeito da memória coletiva destes grupos.

Como observa Maria Luísa Schmidt, que pesquisou as narrativas em uma comunidade situada no interior da Estação Ecológica de Juréia-Itatins, litoral sul de São Paulo:

“A tradição oral comporta...pelo menos três aspectos relevantes para a elaboração da experiência do grupo: a repetição dos relatos tradicionais; o empreendimento de comentários e reflexões, atualizando valores e cosmologias; e a acolhida dos “casos” como acréscimos ao acervo tradicional que vai sedimentando, ao mesmo tempo em que se expande. Nesse processo, parece não haver rupturas, mas constante interpretação e reconstrução das realidades figuradas nas histórias. Os indícios de uma apropriação do mundo, através das narrativas que, pelo mesmo movimento, adequam-se à experiência do grupo, aparecem não só nos comentários e reflexões, mas também no texto mesmo das histórias”.(Schmidt, 1995:98-99)

Segundo a autora, a tradição presente nas narrativas e a observação da natureza compõem visões ou imagens do mundo de forma inseparável. Ao ouvir e contar histórias essas pessoas não só lembram, mas também observam e refletem sobre a realidade presente, revendo suas opiniões e valores a respeito dos fenômenos naturais e também humanos.

O fato relevante é que o pensamento abstrato e reflexivo é bem mais familiar e fluente aos povos tradicionais do que alguns possam imaginar, ainda que as reflexões possam estar, muitas vezes, entrelaçadas a formas de narrativas de difícil decodificação para a maioria das pessoas de “fora”.

Logo, tendo em vista a particularidade de cada cultura, de seus respectivos discursos e universos simbólicos, o que se pretendeu até aqui foi examinar a legitimidade do *caráter participativo* que se atribui às decisões tomadas, principalmente, nas oficinas de planejamento ambiental do PPMA. A questão que

ainda fica em aberto é: na construção consensual de um plano de gestão ambiental de uma determinada área geográfica, quais seriam os possíveis elos de comunicação entre pessoas que pertençam a contextos culturais e sociais distintos ou que sejam de categorias profissionais diferentes?

Mas há também, e creio que não menos importante, o fato das Ongs assumirem, com certa frequência, o papel de intérpretes (ou de intermediários) entre grupos tradicionais e o Poder Público, na elaboração ou na implantação de projetos sócioambientais. No caso da Ilha, a Ong CTI (Centro de Trabalho Indigenista) foi um importante elo entre os índios Guarani e a Secretaria do Meio Ambiente, defendendo interesses específicos da etnia no local. Também a Ong Gaia Ambiental atuou constantemente ao lado dos caiçaras, desde o início do processo do PPMA.²⁶⁶ Contudo, o papel de assessoria, prestado por um bom número de Ongs às comunidades tradicionais e outros grupos sociais ligados aos movimentos populares, deve ser questionado. Essa temática nos remete às posições provocadoras de Majid Rahnema apresentadas no início deste trabalho²⁶⁷. Entrarei nesta discussão, no próximo capítulo.

²⁶⁶ É importante ressaltar que o atual diretor do Parque era representante da Gaia Ambiental durante as primeiras reuniões preparatórias de planejamento do PPMA, antes de substituir o ex-diretor, alguns meses mais tarde.

²⁶⁷ Para lembrar suas colocações: "...a mudança da qual esse atores (principalmente membros de Ongs) se dizem agentes, freqüentemente é só uma projeção de um ideal de mudança predefinida, geralmente influenciada pelas suas próprias percepções do mundo e inclinações ideológicas" (RAHNEMA, 1992:127).

CAPÍTULO 7

OFIGINAS DE CORPO E ALMA: PARTICIPAÇÃO COMO *APRENDIZADO SOCIAL*

O discurso participativo caracteriza boa parte dos projetos de proteção ambiental, hoje, no Brasil e também em muitos outros países. Mas, até que ponto o caráter participativo limita-se a mera retórica?

Com base em uma abordagem efetivamente participativa, a criação de medidas conservacionistas inovadoras, bem como a formulação de novas políticas ambientais e conseqüente mudança das práticas que provocam a degradação do ambiente, resultariam do esforço pactuado entre diferentes atores sociais. Contudo, diante das diferenças individuais e coletivas²⁶⁸ observadas, de forma geral, nos mais variados fóruns participativos de que se tem notícia, resta saber quais seriam os possíveis elos de comunicação entre pessoas de códigos culturais distintos ou mesmo entre grupos e indivíduos dentro da mesma cultura, mas, que pertençam a diferentes contextos sociais, sejam de categorias profissionais diferentes, ou ainda, filiem-se a ideologias distintas.

²⁶⁸ É bom que fique claro, que aqui se diferenciam as populações tradicionais do conjunto da sociedade nacional – também diversificada, mas, seguindo praticamente uma mesma lógica societária.

No caso do projeto estudado, se, num primeiro momento, o instrumento participativo utilizado nas oficinas de planejamento do PPMA (o Zopp) mostrou ser completamente inadequado para se levar a cabo uma negociação coletiva, num segundo momento, o contato dos membros dos comitês de gestão durante encontros periódicos – sobretudo no caso exemplar do Comitê da Ilha do Cardoso – revelou uma outra dimensão da participação, até então desconsiderada. Vários fatores, que serão aqui discutidos, resultaram em um diálogo contínuo e frutífero entre os diferentes sujeitos envolvidos naquele Comitê. Esse processo dialógico, iniciado há mais de quatro anos, tem contribuído sensivelmente na busca de soluções ambientalmente sustentáveis para a área protegida e para as pessoas que lá vivem, desde muito tempo. Nesse sentido, a importância do fórum é indiscutível.

O tema central deste capítulo final é *parceria*.

Qual a importância de se estabelecer pontes de comunicação e de negociação coletivas entre o local e global e, entre o particular e o universal, no ordenamento territorial? E, como? Qual o atual papel do Estado, das Ongs e do movimento ambientalista nacional e internacional na busca de soluções viáveis de sustentabilidade da vida no planeta? Até que ponto as *diferenças*, antes apontadas, podem contribuir, de alguma forma, para a criação de novas medidas de proteção do meio ambiente? Onde se insere a intersubjetividade neste processo?

Antes de abordar as questões colocadas, há que se explicitar, ainda que muito brevemente, o que se entende por *modernidade*, já que esta parece ter sido a causa das atuais cisões entre saber(es) e sujeito(s), que ora se busca reconciliar de diferentes maneiras. Para iniciar esta discussão epistemológica melindrosa, recorro a Bruno Latour (*Jamais Fomos Modernos*, 1994), e, às suas idéias instigantes, contraponho as de Sérgio Paulo Rouanet (*As Razões do Iluminismo*, 1989). Além destes autores, para abordar alguns dos temas relevantes deste capítulo, busco as contribuições de Bader Sawaia (2000), Michel Maffesoli (1998) e Peter Berger & Thomas Luckmann (1996); além de reportar-me novamente a Princen & Finger (1996), Kay Milton (1996), Lúcia da Costa Ferreira (1999) e Diegues(2000).

I. DISSENSOS E CONTRA-SENSOS: OS DOGMAS DA MODERNIDADE

A ruptura típica da sociedade moderna entre cultura e natureza é apontada, por determinados autores, como a principal causa da inadequação da maioria das propostas para solucionar os atuais problemas ambientais²⁶⁹. Bruno Latour (1994) indaga de que tipo de repertório moderno deve-se lançar mão ao analisar, por exemplo, os problemas causados pelo buraco na camada de ozônio; as chuvas ácidas na Europa; os desmatamentos nos países tropicais? Aquele que usa a lente das ciências naturais e da técnica? Ou o que analisa preferencialmente o poder, enfocando assim o contexto social? Ou, ainda, o que enfatiza “os efeitos de sentido e dos jogos de linguagem”, ou seja, o discurso? Segundo o autor, todas as divisões metodológicas de análise da realidade são heranças dos séculos XVII e XVIII, época em que, na Europa, se iniciou a separação da ciência e da política (ou, ciência e filosofia). A partir dessa divisão primordial entre sujeito (no pólo sociedade/cultura), e objeto (no pólo oposto, natureza) sucessivas divisões e diferentes mediações (a linguagem, por exemplo) foram sendo criadas, distanciando cada vez mais cultura de natureza.

“A síntese é impossível enquanto permaneceremos realmente modernos, já que a natureza, o discurso, a sociedade, o Ser nos ultrapassam infinitamente, e que estes quatro conjuntos só podem ser definidos através de sua separação, a qual mantém nossas garantias constitucionais [da modernidade]”.²⁷⁰

Uma das conseqüências imediatas da modernidade foi a laicização do pensamento. Mas, a questão principal, segundo Latour – que, diga-se de passagem, não se insere entre os pós-modernos – seria: “os modernos não pararam de criar *objetos híbridos*, que pertencem à natureza e à cultura ao mesmo tempo”. Por esta razão, levanta a hipótese radical: jamais fomos modernos!

Para Rouanet, “a modernização cultural foi um processo de racionalização das visões de mundo e especialmente da religião” a partir do qual separam-se em “três esferas axiológicas autônomas, até então embutidas na religião: a ciência, a moral e a arte”. A *razão* teria sido o principal instrumento do Iluminismo para “combater as trevas da superstição e do obscurantismo”, e a moral, então desvinculada da religião, adquire um caráter universalista, “distinguindo-se nisso das morais tradicionalistas”

²⁶⁹ Como exemplo, lembro os seguintes autores antes citados, além do próprio Latour: Diegues (1998), Kay Milton (1996), Finger (1996).

²⁷⁰ Latour, Bruno (1994:88).

(Rouanet, 1989, p. 231-232). Ainda que o autor defenda a mesma tese que Latour (jamais fomos modernos), ele advoga a favor de uma reconstrução da modernidade. Opondo-se veemente à noção de *pós-modernidade*, Rouanet afirma que o projeto da modernidade é incompleto. Assim, forja o termo *neomoderno* ao referir-se ao momento histórico em que estamos vivendo. A modernidade real teria se distanciado da modernidade utópica, ou seja, dos ideais dos iluministas no século XVIII, na Europa. Recolhendo as heranças do século anterior (XVII), a razão, ao contrário de libertar o povo do domínio das trevas – como idealizavam Diderot, Voltaire e Montesquieu –, tornou-se um tipo de “razão instrumental” perversa (p. 206), uma verdadeira “máscara do poder” (p.207)²⁷¹. Rouanet reafirma, no entanto, a supremacia do racionalismo – segundo ele, concretizado principalmente por Marx e Freud – na busca da autonomia e opõe-se a “qualquer programa irracionalista”.²⁷²

Para enfrentar as várias divisões inauguradas pela modernidade, Latour propõe que se leve em conta, ao mesmo tempo, na análise teórica, o tecido inteiriço das naturezas-culturas”, em que estão presentes as dimensões dos fatos, do social e do discurso conjuntamente. A esse conjunto indissociável chama de *híbridos*.²⁷³

Quer se concorde ou não com a visão de Latour, seu grande trunfo, ao meu ver, é problematizar as análises que partem de conceitos puros – as obras da natureza de um lado, as obras dos homens de outro. O autor procura desenvolver um método no qual trabalha as várias dimensões da realidade, sobretudo, quando volta a atenção

²⁷¹ Este é o ponto de vista de Foucault, muito citado por Rouanet ao longo de seu estudo.

²⁷² Rouanet parte do pressuposto de que há, no presente, sociedades pré-industriais – ou, nas suas palavras, “paleomodernas”, “um mundo dominado por tiranias feudais” e portanto, o desafio não seria ultrapassar a política tradicional, mas torná-la possível (p.271). Sua proposta de *ética neomoderna* pretende restaurar “a unidade pulverizada da razão cujos três fragmentos – a ciência, a moral e a arte – [autonomizados] assinala o advento da modernidade”(p. 273).

Há, no entanto, ao meu ver, uma grande contradição, neste estudo de Rouanet. Se, de um lado, considera a existência de inúmeras sociedades pré-industriais – e insinua que no Brasil, ou em certas áreas de nosso país, isto ainda ocorra – de outro, propõe algumas medidas que livrariam a razão e a universalidade de seu lado perverso: na esfera da ciência, defende que as prioridades de pesquisa científica devam ser discutidas na sociedade (p. 271), não partilhando assim da hostilidade de certas correntes pós-modernas à ciência; na esfera da moral, para recuperar a universalidade que tinha no início da modernidade do ponto de vista processual “somente serão aceitas como obrigatórias as normas que tenham sido discutidas num processo argumentativo, com a participação de *todos* os interessados” (p. 272, com grifo do autor). Ora, mas estas propostas partem do pressuposto de que os preceitos da democracia estejam amplamente garantidos. Se isso ainda não ocorre em muitos lugares, o perigo da perversão da ciência e da universalidade (“uniformitarianismo”, como chamava Isaiah Berlin, 1991) ainda permanece ameaçando a humanidade.

²⁷³ Esta visão levada ao extremo pode ser causa de um neo-naturalismo. Mas, Latour está consciente de que é preciso evitar quatro tipos de reducionismos: o da “naturalização”, o da “sociologização”, o da “colocação [de tudo] em discurso”, o do “esquecimento do Ser” (p. 66).

Antonio Carlos Robet Moraes também discute os limites de uma visão holista, hoje muito em voga na pesquisa ambiental, em *Meio Ambiente e Ciência Humana* (1994).

para a temática ambiental contemporânea. Essa *hibridação* aponta para uma necessidade muito atual de se estabelecer um diálogo, ou estabelecer *pontes* (Heidegger), ou de tecer *redes* (Latour, 1994,p.120) – o que implica na constituição de parcerias múltiplas entre indivíduos e instituições, que transcendem às relações local-global, particular-universal.

Para discutir o tema parceria, no contexto ambiental, há que se fazer algumas considerações a respeito da globalidade da atual crise ambiental. As contribuições de Princen & Finger (1996), nesse sentido, são bastante relevantes, sobretudo, porque enfatizam o papel da sociedade civil na tarefa de engendrar diversos tipos de cooperação entre sujeitos, e de estreitar os laços entre os níveis local e global visando promover a sustentabilidade da vida no planeta.

II. DIÁLOGOS PERTINENTES:

ESTABELECENDO PONTES ENTRE O LOCAL E O GLOBAL, ENTRE O UNIVERSAL E O PARTICULAR

“Sempre, e sempre de modo diferente, a ponte acompanha os caminhos morosos ou apressados dos homens para lá e para cá, de modo que eles possam alcançar outras margens...A ponte *reúne* enquanto passagem que atravessa”.²⁷⁴

A existência de interesse e de necessidade de ações comuns relacionadas à sustentabilidade da vida no planeta seria um dos exemplos característicos de uma visão globalista do ambientalismo.

O antigo lema “pensar globalmente e agir localmente” modificou-se no período da *Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* do Rio (CNUMAD), há quase dez anos. O mote mais contemporâneo é “pensar e agir

²⁷⁴ Heidegger, citado por Bhabha (1998, p.24).

global e localmente”.²⁷⁵ Entretanto, Kay Milton (1996) aponta três visões divergentes dos ambientalistas a respeito da globalidade das ações ambientais: duas que partem do ponto de vista de meio ambiente como recurso, e uma outra que recusa este ponto de vista utilitarista. No primeiro grupo, inserem-se aqueles que acreditam que as soluções devam se dar em nível global (através de nações e grupos da sociedade civil em diálogo transnacional) e que o processo de *globalização*²⁷⁶ contribuiu neste sentido. Em oposição a esta perspectiva, haveria uma outra, *anti-globalista*, que procura reverter o processo de globalização por acreditar que as comunidades devam optar em participar ou não na economia globalizada e que cabe a elas tomar em suas próprias mãos a responsabilidade do manejo dos recursos²⁷⁷. A terceira visão seria daqueles que não consideram o meio ambiente um recurso disponível ao uso humano, mas que coloca todos os seres vivos e mesmo as substâncias inanimadas como igualmente importantes e com direitos iguais à preservação. Esta leitura da natureza é representada, principalmente, pelos defensores da ecologia profunda (Milton, 1996, p.187).

Neste debate, parece haver um movimento duplo e complementar quando se busca solucionar os problemas ambientais contemporâneos: a descentralização da tomada de decisões, na qual a sociedade civil é fortalecida – o que se evidencia no fenômeno mundial das Ongs e no movimento ambientalista nacional e internacional –, e a busca de alianças transnacionais e multisetoriais.

Para Lúcia Ferreira (1999), inspirada na obra de Matthias Finger, a crescente articulação das Ongs locais com as nacionais e transnacionais indicariam a revitalização da sociedade civil “formando aquilo que genericamente denomina-se *sociedade civil global*”. Nesse contexto, o papel central do Estado-Nação é

²⁷⁵ *Thinking globally and acting locally is not enough. We must act globally as well.*” (IUCN et al.1991 citado por MILTON, 1996:186).

²⁷⁶ Para Milton (p. 143-144), globalização também pode ser vista sob vários pontos de vista. Ele aponta três modelos que considera predominantes no debate internacional e que, ao mesmo tempo, ressaltam o papel da cultura: o primeiro, parte da idéia de que a globalização emerge de um sistema político e econômico mundial – baseado no trabalho de Wallerstein –; o segundo, considera a globalização resultado de uma condição social particular sendo consequência direta da modernidade – como afirma Giddens –; o terceiro, vê a globalização como um processo dual no qual o mundo torna-se um único lugar – modelo defendido por Robertson.

²⁷⁷ Esta visão é problematizada por Thomas Princen, à frente. O tema foi recentemente centro de debates no *Fórum Social Mundial* em Porto Alegre.

questionado já que, muitas vezes, as ações das Ongs “passam ao largo da política tradicional do Estado-Nação” (Ferreira, 1999: 44).²⁷⁸

O potencial dessa “sociedade civil global” foi evidenciado no período de 25 a 30 de janeiro deste ano, em Porto Alegre, sede do primeiro *Fórum Social Mundial*, que agregou 4000 delegados de 120 nações e reuniu cerca de 1500 Ongs brasileiras e estrangeiras.²⁷⁹

Este fórum, também conhecido por “anti-Davos”, foi impulsionado pela idéia de que *Um Outro Mundo é Possível*. Foi criado com o propósito de possibilitar à sociedade civil mundial a apresentação e a discussão de suas propostas, tanto no plano técnico como político, para o delineamento de um projeto de desenvolvimento alternativo ao modelo de desenvolvimento hegemônico do qual a globalização, nos moldes atuais, é estratégia central.²⁸⁰

O Fórum Social Mundial, a meu ver, representou um amadurecimento de certos setores do movimento ambientalista mundial, que antes se colocavam radicalmente contrários à globalização – os anti-globalistas, como chamou Milton. Não se trata mais de ser contrário à “inserção subordinada na globalização”, mas sim, como defende Jean-Pierre Leroy em publicação vinculada em Porto Alegre²⁸¹, “apesar dela, construir outro projeto de desenvolvimento fruto de um conjunto de projetos [próprios] através do mundo”. É uma proposta de globalização alternativa orientada

²⁷⁸ O exemplo comentado antes neste trabalho, que viria comprovar esta argumentação, foi a inclusão da área geográfica da Mata Atlântica no PPG7, por pressão de Ongs transnacionais, coligadas a Ong brasileira SOS Mata Atlântica sobre os governos dos países centrais. Outro exemplo, citado por Finger & Princen (1996: p. 5), refere-se à forte influência de Ongs internacionais (IIED, Greenpeace, WWf e outras) sobre partidos políticos para implementar aspectos de conservação no Acordo Internacional de Madeira Tropical (International Tropical Timber Agreement).

²⁷⁹ Dados estimados pela Abong em artigo publicado por Graciela Selaimen em 01/04/2001 no site www.forumsocialmundial.org.br.

²⁸⁰ Esta “globalização neoliberal” (termo de Boaventura de Souza Santos) estaria sendo discutida por executivos, empresários e chefes de governo a portas fechadas, em Davos (Suíça), durante a 30a. reunião anual do Fórum Econômico Mundial, na mesma época da realização do fórum em Porto Alegre. Segundo o sociólogo Boaventura de Souza Santos, que esteve presente em Porto Alegre: “Para além da globalização neoliberal do capitalismo que só aceita as regras que ele próprio impõe (...) mostramos aqui que somos a favor da globalização, mas de uma globalização justa que não produza a destruição e a miséria para a maioria da população mundial”. (artigo publicado no site www.forumsocialmundial.org.br em 23/03/2001).

²⁸¹ Leroy, Jean-Pierre (2001) “Projeto Brasil Sustentável e Democrático”, versão preliminar (mimeo).

para solucionar a crise da equidade social, resgatar e garantir os direitos humanos e criar novas medidas de proteção ambiental, que está sendo esboçada por grupos civis – muitas vezes, é importante ressaltar, em parceria com setores governamentais e/ou governos mais progressistas, como o caso da prefeitura de Porto Alegre.²⁸²

Feitas estas breves considerações a respeito da globalidade da temática ambiental, surge uma pergunta: como se têm constituído as parcerias entre o nível local, nacional e internacional na elaboração de novas medidas de conservação ambiental, e qual a sua importância?

Considerando o contexto contemporâneo, Princen (1996: 29-47) problematiza tanto as intervenções no setor ambiental que partem “de cima para baixo” (*top-down approaches*) – em que as relações entre os Estados-Nações são enfatizadas –, como aquelas que, ao contrário, ocorrem de “baixo para cima” (*bottom-up approaches*) nas quais se enfatizam o povo, suas formas locais de organização e de auto-gestão. Nas abordagens de “cima para baixo” os obstáculos principais seriam a burocracia exagerada existente nos altos-escalões e o estilo clássico de diplomacia nos grandes fóruns internacionais, que tende a manter o *status-quo*, além de enfatizar, demasiadamente, aspectos ligados ao capital e à tecnologia na resolução dos problemas ambientais. O maior limitante desse tipo de aproximação, segundo o autor, seria a inabilidade dos Estados-Nações de lidar com os obstáculos ecológicos do crescimento econômico nacional. No extremo oposto, o autor situaria intervenções muito localizadas, que dificilmente contribuem para mudanças ecológicas em escalas maiores – regionais ou mundiais – e, menos ainda, para o questionamento de políticas econômicas e ambientais insustentáveis. Esse tipo de intervenção, segundo o autor, é defendido pelos idealizadores da *Teoria do Terceiro Setor*²⁸³. Por serem demasiadamente localizadas, são consideradas, por Princen, efêmeras e desconectadas da arena ambiental onde as tomadas de decisão se dão. Finalmente, o autor responsabiliza as Ongs como as principais responsáveis por criar elos entre os níveis

²⁸² Uma das experiências exitosas é o *orçamento participativo* da prefeitura petista de Porto Alegre, que renova a noção de democracia e tem servido de subsídio para a discussão de um novo modelo de globalização. Esta experiência de 12 anos, iniciada pelo governo de Olívio Dutra, tem sido aclamada nacional e internacionalmente e foi uma das razões de Porto Alegre sediar o Fórum Social Mundial.

²⁸³ Uma caracterização do chamado *Terceiro Setor* e de seu papel atual na sociedade brasileira e americana foi tema do estudo de Simone de Castro Tavares Coelho (2000) *Terceiro Setor – um estudo comparado entre o Brasil e Estados Unidos*, editora Senac, São Paulo. Uma coletânea também muito citada sobre o tema foi organizada por Evelyn Berg loschpe (1997): *Terceiro Setor: desenvolvimento social sustentado*, Editora Paz e Terra, São Paulo.

local e global. Sendo independentes dos sistemas políticos nacionais e, ao mesmo tempo, atuando em contato muito direto no nível das comunidades, as Ongs teriam a dupla função de exercer pressão sobre as políticas ambientais (desde as municipais, até as internacionais), bem como assessorar grupos locais em seus projetos e aspirações.

Lúcia Ferreira apresenta um panorama animador de diversos projetos socioambientais, conduzidos por Ongs brasileiras, que vêm obtendo claros avanços na resolução de problemas concretos:

“As Ongs ambientalistas com atuação no território nacional têm levado a cabo inúmeros tipos de projetos (...) O público alvo preferencial destes projetos é constituído por índios, seringueiros, ribeirinhos, sertanejos, pescadores, pequenos agricultores familiares, artesãos, ex-sem terra assentados, grupos de jovens moradores de Unidades de Conservação de uso indireto, sem alternativas de emprego e de renda, dentre outros.

Através dessas ações, as Ongs movimentam pessoas, recursos financeiros, conhecimentos e principalmente **códigos culturais** difíceis de serem avaliados em seu impacto. À medida que encontram soluções muitas vezes simples e baratas para problemas que pareciam insolúveis, seus recursos de poder e legitimidade aumentam numa intensidade antes inimagináveis” (Ferreira, 1999:46 com grifo meu)²⁸⁴.

É preciso lembrar, entretanto, que o movimento ambientalista brasileiro agrega Ongs muito diferenciadas – conforme alertado antes. Mas, de qualquer forma, como argumenta a autora, as Ongs desempenharam um importante papel na criação de um “campo político especificamente ambiental”, pressionando governos, desenvolvendo pesquisas, novos projetos e experiências, bem como apoiando inúmeras iniciativas voltadas à promoção da sustentabilidade estreitando assim as relações entre os níveis local e global (Ferreira, 1999:45).

²⁸⁴ Tive oportunidade de conhecer de perto alguns desses projetos mencionados por Lúcia Ferreira. O projeto Agrofloresta e os Diagnósticos Participativos Rápidos para áreas rurais, desenvolvidos por Ongs ligadas à Rede Projetos Tecnologias Alternativas (PTA), contribuíram, de forma significativa, para a elaboração de políticas públicas mais adequadas para a realidade dos agricultores familiares, em várias regiões do país (por exemplo: pelo *Centro Sabiá* em Pernambuco; pelo *CTA* em Minas Gerais, pela *AS-PTA* no Rio de Janeiro, entre outras Ongs).

Francisco de Oliveira (2000), analisando os desafios atuais das Ongs diante da conjuntura econômica e social brasileira, expressa as seguintes opiniões, aparentemente, no mesmo sentido das últimas colocações:

“A política, pois, das Ongs (...) é, sobretudo, fazer política, publicizar conflitos, armar os interlocutores sociais de argumentos, de diagnósticos das carências, de denúncia das graves lacunas e de estudar, com o maior rigor técnico possível, para inscrever-se no próprio terreno da racionalidade instrumental do governo, do empresariado e da mídia (...). Deve-se pedir-lhes a ativação de todas as suas capacidades de fazer política. Esta é e ainda será por muito tempo a área por excelência das Ongs, que foram uma vez criadas como parte do amplo processo de formação da esfera pública no Brasil.” (Oliveira, 2000:40).²⁸⁵

Divergindo do argumento de Francisco de Oliveira a respeito do papel das Ongs, Matthias Finger (1996) – que parte de um arcabouço teórico subjacente à tradição culturalista²⁸⁶ –, afirma que a questão principal para superar a crise global não se resume a participar ou influenciar as estruturas já existentes, e sim, criar e inventar novas formas de fazer política. Lúcia Ferreira parece compactuar com esta visão (da qual também sou adepta):

“Apenas uma mudança de perspectiva (...) representada por um longo processo de aprendizado individual e coletivo, horizontal, vertical e interdisciplinar, seria capaz de propiciar uma saída para esta crise” (Ferreira, 1999:45).

Esta tarefa de criar espaços de diálogo para fomentar a comunicação intercultural está sendo cumprida por certas Ongs ambientalistas inter e transnacionais na atualidade, além de ser internalizada, de forma crescente, por setores governamentais, em muitas áreas. Para além da retórica do *participativo*, estudos de inúmeras iniciativas brasileiras, nas mais variadas áreas de atuação, têm demonstrado que, de fato, onde há uma parceria estreita e continuada entre atores locais e membros de Ongs, aproxima-se mais facilmente de resultados satisfatórios na resolução dos

²⁸⁵ In: Abong (2000) *Ongs, identidade e desafios atuais*, Editora Autores Associados (cadernos da Abong), São Paulo.

²⁸⁶ Como esclarece Ferreira, esta tradição compreende os movimentos sociais “como resultado de alterações culturais e mudanças de valores”. De um outro lado, estaria “a linha estruturalista que compreende o desenvolvimento de ações coletivas ou movimentos sociais como resultado de mudanças sociais e econômicas nas formações sociais contemporâneas” (Ferreira, 1999:35).

problemas locais²⁸⁷. Além disso, boa parte das Ongs ambientalistas também costuma dialogar com seus pares em níveis nacional e internacional, sendo que as agências multilaterais de cooperação representariam um dos cruzamentos desta vasta rede.

Esse tipo de contato estreito e prolongado de muitas Ongs com a comunidade²⁸⁸, raramente, ocorre entre profissionais de órgãos governamentais do setor ambiental. Os “quadros” públicos estão sujeitos a grande mobilidade, permanecendo, no geral, pouco tempo numa mesma área. A burocracia interna e os setores compartimentalizados das instituições públicas dificultam o acompanhamento de todas as etapas dos projetos pelos mesmos profissionais. Via de regra, os projetos são elaborados por uma equipe e implantados por outra (Brito, 1998: 225)²⁸⁹.

Há que se reconhecer, entretanto, que, no caso do *Projeto de Preservação da Mata Atlântica*, a iniciativa governamental teve aspectos inovadores e até resultados positivos em algumas áreas²⁹⁰. Quais fatores contribuíram para que resultados tenham sido alcançados, especialmente no Parque Estadual da Ilha do Cardoso?

²⁸⁷ O estudo de Silvio Caccia Bava (*O Terceiro Setor e os Desafios do Estado de São Paulo para o século XXI*), elaborado por solicitação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, comenta inúmeras iniciativas paulistas. In: Abong (2000) *Ongs, identidade e desafios atuais*, Editora Autores Associados (cadernos da Abong) São Paulo.

²⁸⁸ Refiro-me, neste trabalho, à *comunidade* no sentido genérico, estando ciente das incongruências a que se sujeitam aqueles que tratam de um determinado grupo social como se fosse homogêneo e imutável.

²⁸⁹ É o que observou Maria Cecília Wey de Brito em sua pesquisa de mestrado sobre *Unidades de Conservação*, publicada de forma resumida em: *Ciência Ambiental, primeiros mestrados*. Ed. Annablume, 1998.

²⁹⁰ Os órgãos públicos, também, tentam se adequar à realidade contemporânea ao promoverem reformas institucionais. Contudo, os resultados na maior parte das vezes é pouco satisfatório.

III. PARTICIPAÇÃO COMO PROCESSO DE APRENDIZADO SOCIAL

A experiência da Ilha do Cardoso é hoje considerada exemplar em todo Brasil. Os avanços alcançados pelo comitê de gestão ambiental da Ilha não se restringiram às medidas tomadas coletivamente visando à proteção da biodiversidade e à efetiva implantação do plano de manejo. O grande mérito dessa experiência foi enfrentar boa parte dos conflitos relacionados à ocupação humana na UC e regulamentar o uso dos recursos naturais pelos moradores tradicionais.

Inúmeros fatores contribuíram para que se chegasse a este resultado positivo. Antes de mais nada, indicaria uma legítima motivação dos primeiros coordenadores dos planos de gestão ambiental (PGAs), que elaboraram uma metodologia geral de planejamento das áreas protegidas visando uma mudança efetiva do modelo de gerenciamento até então vigente no Estado de São Paulo. Ao contrário da metodologia clássica caracterizada “por sua cientificidade, freqüentemente com estudos produzidos longe da realidade, tanto local como regional”, no PPMA se pretendia “possibilitar a participação dos diversos atores sociais interessados nas ações de conservação ambiental”, além de “incorporar a dimensão ambiental no processo de desenvolvimento regional” (Maretti et alli, 1997).

Neste sentido, a oficina de planejamento para a elaboração do plano de gestão ambiental das UCs, apesar de todos os limites do instrumento utilizado, representou o início de um longo processo de trocas entre diversos atores sociais na busca de uma política interna de conservação ambiental para as áreas contempladas pelo Projeto. Contudo, caso o grupo de trabalho, formado na ocasião da oficina de planejamento, tivesse sido desmobilizado ou se não houvesse continuidade do processo de diálogo a partir da formação do Comitê e da prática adquirida de se reunir mensalmente, é bem provável que os avanços que hoje se observam no caso da Ilha do Cardoso jamais tivessem sido alcançados.²⁹¹

²⁹¹ Este foi o caso de várias UCs que fazem parte do PPMA, como por exemplo, o Parque Estadual de Ilhabela.

Como já se admitiu antes, as diferentes visões de mundo, diferentes interesses, aspirações, sonhos, crenças e ideais dos membros que compunham o Comitê, num primeiro momento, pareceram um obstáculo intransponível para se traçar um plano comum de gestão para a área. Houve, certamente, dificuldades no início do trabalho do Comitê até que fosse organizado o estatuto e outras regras internas do colegiado. Alguns *representantes* de comunidades caiçaras acabaram se afastando do fórum por motivos tratados aqui. Também houve uma interrupção dos trabalhos quando a deliberação de reformas e construções por moradores tradicionais foi “proibida” pela diretoria do Instituto Florestal, o que causou uma certa desmotivação nos indivíduos do grupo. No entanto, ao longo destes três anos, a prática de negociação foi sendo solidificada durante as reuniões do Comitê.²⁹²

Destacaria três fatores que, na minha opinião, contribuíram de forma marcante para o êxito das ações do comitê da Ilha do Cardoso:

- 1] A postura do atual diretor do parque, o qual, desde que assumiu a coordenação do Comitê, passou a delegar a esse colegiado o poder de decidir, coletivamente, os encaminhamentos relacionados à gestão ambiental do parque. Assim, teria estendido, efetivamente, a todos os membros do Comitê a tarefa de administrar a área e de deliberar medidas de proteção ambiental considerando, especialmente, os interesses dos moradores locais.
- 2] O envolvimento dos moradores das comunidades caiçaras também aumentou significativamente a partir do momento em que as reuniões mensais do Comitê deixaram de acontecer na sede do PEIC, em Cananéia, tendo sido transferidas para o local das comunidades na Ilha. Assim, seus membros passaram a tomar contato mais direto com a realidade de todas as comunidades e, paralelamente, os moradores tiveram a oportunidade de conhecer de perto o trabalho do grupo – mesmo que o interesse seja desigual quando se comparam as diferentes comunidades, ou mesmo, grupos e indivíduos dentro de uma mesma comunidade – conforme se destacou antes.

²⁹² Em recente visita ao local (fevereiro de 2001), durante a 38ª. reunião do Comitê de Gestão da Ilha do Cardoso, pude perceber que o fórum continua atuante e tem avançado na implantação do Plano de Gestão.

3] O diretor do PEIC, assim como os demais indivíduos que representam as organizações governamentais neste fórum (IBAMA, o Instituto de Pesca, o DEPRN e a prefeitura de Cananéia), bem como os representantes das Ongs SOS Mata Atlântica e Gaia Ambiental, acompanharam o processo de planejamento ambiental da Ilha do Cardoso, de perto, desde o início. Todos possuem uma larga inserção profissional na região Iguape/Cananéia há bastante tempo e sempre foram sensíveis à problemática dos povos tradicionais que vivem em áreas protegidas.

Ou seja, o que se observou foi um esforço pactuado, especialmente entre os vários indivíduos que compõem o Comitê, para delinear um plano de gestão ambiental que, além da conservação, procurou melhorar efetivamente a qualidade de vida das comunidades locais. Ao longo desse processo, houve transmissão mútua de conhecimentos, de valores, de leituras da realidade, ou seja, de discursos e práticas entre os vários participantes. Tudo me leva a crer que a intersubjetividade tenha sido um fator primordial para que fosse transposta a barreira inicial das *diferenças*.

A idéia de enfatizar, nestas considerações finais da pesquisa, a subjetividade no diálogo coletivo pode parecer estranha ao leitor. Contudo, através da leitura de Bader Sawaia (2000) – *Participação Social e Subjetividade* – aprendi que a dimensão subjetiva ocupa, hoje, o lugar central para se compreender as questões sociais e aprimorar a práxis emancipadora. Mais do que isto. Como enfatiza Sawaia, a subjetividade tornou-se uma das idéias-força do espírito de nossa época (*Zeitgeist*). Nas palavras da socióloga:

“Nos anos 80, participação adquire um sentido mais subjetivo e menos estrutural e a objetividade e o coletivo cedem lugar à preocupação com a individualidade e a afetividade. Autonomia, emancipação e diversidade tornam-se os valores éticos mais aplaudidos em substituição à liberdade e à igualdade. O espaço da participação social perde as fronteiras rígidas e a sua temporalidade deixa de ser delimitada pelas ações políticas pontuais, tornando-se o tempo do cotidiano.

Estas mudanças são positivas, na medida que superam a dicotomia entre razão e emoção, entre o público e o privado e o reducionismo estrutural que vê a participação como algo fora do sujeito” (Sawaia, 2000:2)²⁹³

Ocorre que, como também alerta a autora, quando se aborda a participação social do ponto de vista da subjetividade há o perigo de incorrer em um grande equívoco: o do “solipsismo individualista que reduz a participação a uma ação de foro íntimo, contrapondo-se ao coletivo, como se o interior de cada um fosse o reduto exclusivo de exercício da liberdade, justiça e felicidade”. Levando ao extremo a vulgarização das emoções, é possível cair num tipo de “dogmatismo subjetivista”, que tem sido muito estimulado hoje em dia pelo mercado através de grupos e terapias superficiais de auto-ajuda e de toda uma literatura acerca de temas tais como a *inteligência emocional* – “estratégias psis”, como chama Sawaia –, que instrumentaliza a categoria subjetividade, tornando-a um lucrativo objeto de consumo. Neste sentido, a subjetividade perde toda sua potência libertadora e passa a ser domesticada através de estratégias de “gerenciamento instrumental das emoções” (Sawaia, p.1-3).

Creio ser oportuno resgatar, no vasto campo das humanidades, opções metodológicas que, na contra-corrente do positivismo, questionam a centralidade da objetividade, sustentando que todo conhecimento tem uma boa parcela de subjetividade. Neste sentido, diz Maffesoli:

“É preciso insistir nesse ponto: o não racional não é o irracional, ele não se posiciona com relação ao racional, ele aciona uma lógica diferente da lógica que tem prevalecido desde o Iluminismo. Agora se admite cada vez mais que a racionalidade do século XVIII e do século XIX é apenas um dos modelos possíveis da razão que age na vida social, que parâmetros como o afetual ou o simbólico podem ter a sua própria racionalidade. E assim como o não-lógico não é o ilógico, podemos reconhecer que a busca da experiência partilhada (...), a comunicação não-verbal e o gestual corporal se apóiam numa racionalidade que não deixa de ser eficaz, e que, sob vários aspectos, é mais ampla e, no sentido simples do termo, mais generosa.(...) A racionalidade que se anuncia agora é principalmente proxêmica, intensiva (in-tensão), se organiza em torno de um eixo (...) que ao mesmo tempo liga as pessoas e as deixa livres”. (Maffesoli, 1998, p.201-202).²⁹⁴

²⁹³ Sawaia, Bader (2000) *Participação social e subjetividade* – artigo (mimeo) elaborado para o ciclo de seminários “Ambientalismo e Participação”, do Projeto “Avaliação de Processos Participativos em Programas de Educação Ambiental”, financiado pela Fapesp e organizado coletivamente pelos palestrantes no primeiro semestre de 2000, na Faculdade de Saúde Pública da USP. Em breve este e o artigo de Pedro Demo, aqui mencionado, farão parte de uma coletânea, ainda sem título definido.

²⁹⁴ Maffesoli, Michel (1998) *O Tempo das Tribos – o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Forense Universitária, Rio de Janeiro.

Quando Sawaia estuda o “ser da participação”, afirma que a participação não está fora do indivíduo, independente de sua subjetividade. Assim, para a autora, subjetividade e objetividade se interconstituem. “O que equivale afirmar que não há participação sem subjetividade, nem subjetividade sem participação. Ambas são fenômenos da mesma substância, de forma que, para mudar a qualidade da participação, é preciso mudar a ontologia da subjetividade”. E nesse sentido, é claro, há uma valorização do sujeito, não de um sujeito mônada, mas sim um sujeito que “afetado por outros é o sujeito do afeto e da paixão que sente e interpreta o mundo nas diferentes formas de participação” (Sawaia, p.5-9)²⁹⁵.

Críticas às análises puramente estruturais dos fenômenos sociais foram também desenvolvidas por Peter Berger e Thomas Luckmann (1996)²⁹⁶, em um tratado que chamaram de uma “sociologia do conhecimento”. Dizem que a concepção da dialética entre a realidade social e a existência individual não é, de modo algum, nova (p.244):

“O homem é biologicamente predestinado a construir e habitar um mundo com os outros. Este mundo torna-se para ele a realidade dominante e definitiva. Seus limites são estabelecidos pela natureza, mas, uma vez construído, este mundo atua de retorno sobre a natureza. Na dialética entre a natureza e o mundo socialmente construído, o organismo humano se transforma. Nesta mesma dialética o homem produz a realidade e com isso se produz a si mesmo” (p.241).

Dessa forma, a vida social é uma constante *externalização* (re-socialização, ou seja, construção contínua da realidade na vida cotidiana) e, ao mesmo tempo, *internalização*, onde a intersubjetividade adquire sentido vital.²⁹⁷

Ao remeter as reflexões acima ao estudo empírico realizado, chego à seguinte conclusão: foi através de um diálogo intercultural e, principalmente, num diálogo intersubjetivo entre os membros que compõem o Comitê da Ilha do Cardoso que se deu o passo inicial e determinante na superação do modelo clássico de conservação ambiental, sobretudo, por aproximar os agentes externos à realidade cotidiana dos

²⁹⁵ A autora analisa a subjetividade, nesse trabalho, com base nas idéias de “potência de ação” de Espinosa e da psicologia de Vygotsky.

²⁹⁶ *A Construção Social da Realidade* (1996), Editora Vozes, RJ.

²⁹⁷ Por enfatizar os aspectos positivos da sociabilidade inerente ao sujeito, autores como Maffesoli propõem uma “sacralização das relações sociais” ao estudar nas diferentes “tribos” contemporâneas, o desejo do estar junto como um mito fundador.

moradores locais – a maioria, caiçara. Na verdade, não se está preocupado, somente, com a conservação ambiental, mas com a conservação dos laços entre os diferentes agentes envolvidos na conservação ambiental de uma determinada área. Creio que são estes laços, em última instância, que irão assegurar a conservação.

Concordo com Matthias Finger quando o autor argumenta que a estratégia de emancipação se dá, hoje, através da negociação entre sujeitos. Essa visão implica no diálogo entre vários setores e diversas esferas da vida social (Finger, pgs. 60-65). A participação, nesse sentido, pode ser vista como um processo contínuo de aprendizado coletivo entre vários sujeitos, dos quais se requer uma mudança de mentalidade que se dá no processo de negociação/comunicação, ou seja, no desenrolar do próprio processo de aprendizado social.

Paralelamente àqueles que consideram a preservação da biodiversidade condição primordial para a manutenção da vida no planeta, a diversidade cultural é tão importante quanto a primeira para criar-se soluções viáveis rumo a um futuro sustentável. Porém, uma dúvida que surge com frequência é se o processo de globalização não estaria ameaçando a diversidade cultural. Para Kay Milton (1996) – e também para Michel Serres e Edgar Morin, conforme o que têm declarado através da grande mídia, citando apenas alguns dos pensadores consagrados que compartilham desta visão – o que se está globalizando não é a cultura, mas sim o discurso, que convertido em retórica, contribui para uma aparente homogeneização. As diferenças culturais e suas fronteiras, não necessariamente físicas, estão constantemente se renovando e, como argumentava Bhabha, aspectos culturais tendem a se combinar cada vez mais criando sujeitos e grupos culturalmente híbridos.

Assim, a principal lição da experiência do comitê de gestão da Ilha do Cardoso na minha leitura, foi indicar uma real possibilidade de se formar um grupo de aprendizado coletivo, interdisciplinar e multicultural muito afinado e comprometido com a tarefa de buscar uma melhor forma de conservar a área em questão. A relação dialógica, estabelecida para a discussão de problemas concretos enfrentados pela população local, envolveu uma linguagem pactuada, bem como a troca de conhecimentos e de visões de mundo. E neste processo, os representantes dos órgãos

governamentais tiveram papel igualmente importante comparados aos demais atores sociais.²⁹⁸

Isso posto, parece ser agora menos aflitivo discutir as críticas severas de Majid Rahnema, citadas no início deste trabalho, a respeito da ideologia participativa e de seus idealizadores – principalmente agentes de Ongs – que a difundiriam segundo suas visões de mundo particulares. Conforme o autor, grosso modo, a *participação* não teria como trazer a um grupo oprimido a autonomia que nunca possuíram.

De fato, se continuarmos a ver os atores sociais somente como agentes de negociação empenhados em defender seus próprios interesses e, a militância como sendo alvo principal da participação, ou seja, se continuarmos a enfatizar o ponto de vista político sem “eleger a potência de ação como alvo da práxis participativa (...) pelo desejo do sujeito de ser feliz e livre” (Sawaia, p.7-8), damos razão de sobra àqueles que interpretam os projetos participativos como parte de uma estratégia muito bem articulada de convalidação social pelo poder hegemônico.

Além disso, há sempre uma imprevisibilidade de resultados quando se criam espaços de encontro entre vários sujeitos reais, complexos, que possuem sua história, seus sonhos e ideais coletivos e individuais. Sujeitos estes que são afetados pelo contato com os outros, que sentem e interpretam o mundo segundo códigos compartilhados por sua cultura, mas também são influenciados por sua vida pessoal impregnada de emotividade.

Assim, se de um lado não se nega a importância da conquista de uma série de direitos humanos, desde a época das Luzes, sobretudo, através da consolidação da democracia ocidental – mesmo que insuficiente, excludente e ultimamente muito erodida –, por outro, não acredito que a política e as ciências da natureza, nos moldes que prevalecem na atualidade, possam dar respostas às principais questões que suscitam a crise ambiental contemporânea. Mais especificamente, ao encarar a

²⁹⁸ A Secretaria do Estado do Meio Ambiente de S.P. em parceria com o banco alemão Kfw foram responsáveis por dar início ao processo – fornecendo os recursos, criando a metodologia de trabalho, aglutinando pessoas –, no entanto, assim que o Comitê de Gestão organizou-se e foi selada uma relação de confiança e de cooperação entre seus membros, após quase três anos de trabalho coletivo, pode-se dizer que o papel controlador do Estado tornou-se secundário.

aparente contradição entre desenvolvimento local e proteção ambiental não me parece que a ciência e a técnica sejam as únicas saídas. Creio sim que o estudo dos modos de viver de povos tradicionais – como o exemplo dos caiçaras, quilombolas e índios que vivem na Mata Atlântica – possa apontar, senão caminhos prontos, ao menos, aspectos importantes sobre a relação cultura e natureza a serem considerados em novas e mais inovadoras pesquisas sobre a conservação ambiental.²⁹⁹ Problemas e soluções ambientais são tão culturais quanto físicos e biológicos e a pesquisa cultural poderia fornecer contribuições importantes para ampliar a compreensão dos aspectos culturais da problemática ambiental.

Por mais que minhas opiniões tenham sido, até aqui, abertamente “pró-comunidade tradicional”, sinto-me inclinada, por motivos bem pessoais a, propositalmente, *deixar em aberto* este trabalho com uma última questão – delicada, mas, instigante – insinuada na seguinte argumentação do amigo e mestre Carlos Rodrigues Brandão:

“Não estamos mais no tempo de decidirmos como repartiremos entre nós [humanos] os recursos naturais – incluídas todas as outras ‘formas de vida’ –, mas estamos, sim, na aurora do momento de pensarmos sobre como devemos nos repartir e nos relacionar com a vida no planeta. Assim, o direito arbitrário de manipulação dos recursos reverte em obrigação imposta de preservação de toda a vida...”³⁰⁰

²⁹⁹ Diegues (2000), em seu último livro a respeito da etnoconservação, discute temas fundamentais sobre a contribuição de comunidades humanas tradicionais para a conservação do mundo natural.

³⁰⁰ Brandão, Carlos Rodrigues (1994, p. 85) *Somos as Águas Puras*. Papirus, São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABONG (1996) O que esperamos dos governos municipais. Edição especial do Jornal da ABONG (Associação Brasileira de ONGs), São Paulo, agosto/1996.
- ABONG/SACTES (1995) Introdução a Metodologias Participativas – um guia prático, Klausmeyer & Ramalho (orgs), Recife.
- ABONG (2000) ONGs, identidade e desafios atuais. Editora Autores Associados (cadernos Abong, no. 27 - maio/2000).
- AGRA FILHO, S. S. (1995) Planos de gestão e programas de monitoramento costeiro: diretrizes de elaboração. Programa Nacional do Meio Ambiente, Ministério do Meio Ambiente, Brasília.
- ALCÂNTARA, M.L.B. & SADER, R.(1999) *Paisagem e Cultura*. In: Revista Imaginário, NIME/LABI, Instituto de Psicologia, Usp, No. 5, São Paulo.
- ARRUDA, R. (1999) “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: Ambiente e Sociedade, ano II, no. 5, Campinas, SP.
- BARBOSA, C.G.A. (1994) Trazidos por Tupã: a luta pelo território guarani em São Paulo Dissertação de mestrado no Depto. Geografia, FFLCH/USP.
- BARROS, L.F.(1996) *A Ilha do Monte de Trigo: impressões de viagens* In : Ilhas e Sociedades Insulares, coordenado por Diegues NUPAUB/USP, São Paulo.
- BENJAMIN, W.(1994) Obras Escolhidas v.1 – Magia e Técnica, Arte e Política, Ed. Brasiliense, São Paulo.
- BENTON, T. (1994) *Biology and Social Theory*. In the Environmental Debate. In: Social Theory and the Global Environment. Redclift, M. ; Benton, T. (orgs.), Routledge, Londres.
- BERGER, P. & LUCKMANN, T. (1996) Construção social da Realidade, Ed. Vozes, Petrópolis. RJ.
- BERLIN, I.(1991) Limites da Utopia. Companhia das Letras, São Paulo. [1990]
- BHABHA, H.K. (1998) O Local da Cultura, Editora UFMG, MG.
- BORN, R. H.(1997) *O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento*. In: Debates Sócio- Ambientais, ano II, nº 6, São Paulo.
- BORRINI-FEYERABEND, G. (1997) Manejo Participativo de Áreas Protegidas: Adaptando o Método ao Contexto, Temas de Política Social, IUCN – Sur Quito (Equador).
- BOURDIEU, P (1987) “Os Doxósofos”. In: THIOLENT, Michel. Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária. [1972].
- BOURDIEU. P. (1989) O Poder Simbólico, Difel/Bertrand, Rio de Janeiro.
- BRANDÃO, C. R.(1981) Pesquisa Participante, Editora Brasiliense, São Paulo.
- (1982) Repensando a Pesquisa Participante, Ed. Brasiliense, São Paulo.
- (1994) Somos as Águas Puras. Ed. Papirus, São Paulo
- BRANDÃO, C.R. , TSUKIOKA, C.G. & CARVALHO, M.C.P. (s/d) Olhares Cruzados - visões e versões sobre a vida, o trabalho e o meio ambiente no Vale do Ribeira. Relatório de pesquisa para o Instituto Socioambiental (mimeo).

- BRITO, M.C. (1998) Unidades de Conservação: Intenções e Resultados (dissertação de mestrado) Procam/Usf, São Paulo.
- BURSZTYN, Ml. (1993) *Estado e Meio Ambiente no Brasil: desafios institucionais*. In Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável, Ed. Brasiliense, São Paulo.
- CANDIDO, A. (1988) Os Parceiros do Rio Bonito. Livraria Duas Cidades, São Paulo. [1964]
- CALVENTE, M. C. M.H. (1993) No território do azul-marinho: a busca do espaço caiçara. Dissertação de Mestrado no Depto. de Geografia, FFLCH/USP.
- CARRIL, L. F. B. (1995) Terras de negros no Vale do Ribeira: Territorialidade e Resistência. Dissertação de Mestrado no Depto. de História. São Paulo. FFLCH/USP.
- CASSIRER, E. (1995) Ensaio sobre o Homem, Guimarães Editores, Lisboa.
- CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA (CTI) (1997) Práticas de Subsistência e Condições de Sustentabilidade das Comunidades Guarani na Mata Atlântica (mimeo) São Paulo.
- CEPAM (Fundação Faria Lima) (1992) Política Municipal de Meio Ambiente - orientações para os municípios. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, São Paulo.
- CHAMBERS, R. (1995) *Paradigm shifts and the practice of participatory research and development*. In: Power and Participatory Development, In: Nici Nelson & Susan Wright, Intermediate Technology Publications, Londres.
- CHAUÍ, M. (1997) Cultura e Democracia, Ed. Cortez, São Paulo.
- CHRISTOFOLETTI, A. (1982). Perspectivas da Geografia. Ed. Difel, São Paulo.
- CLAVAL, P. (1999) A Geografia Cultural. Editora da UFSC, Florianópolis [1995].
- CORREA, R.L. (1995) A dimensão Cultural do Espaço: Alguns Temas. In Espaço e Cultura, ano 1,nº 1, NEPEC, Rio De Janeiro.
- CRESPO, S. (1997) *Rio 92 - Cinco Anos Depois* In: Avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável cinco anos após a Rio-92). Cordani,U.G.; Marcovitch, J. Salati, E. (orgs.). Alphagraphics, São Paulo.
- DEMO, P. (2000) Participação e Avaliação – Projetos de intervenção e ação (mimeo).
- DIEGUES, A. C. e NOGARA, E. (1994) O Nosso Lugar Virou Parque, Nupaub/USP, São Paulo.
- DIEGUES, A. C. (1995) O Mundo Insular: simbolismo e imaginário. Tese de livre docência, ESALQ/USP, São Paulo.
- (1995) Povos e mares: leituras em sócio-anthropologia marítima. Nupaub/USP, São Paulo.
- (1998) O Mito Moderno da Natureza Intocada. Hucitec, São Paulo.
- (1998) Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário. Hucitec, São Paulo.
- & VIANA (orgs.) (2000) Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica. NUPAUB/USP e ESALQ/USP, São Paulo.

- (org.) (2000) *Etnoconservação – novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. Hucitec, São Paulo.
- (org.) (2000) *A Imagem das Águas*. Hucitec, São Paulo.
- FALS BORDA, O. (1980) *Aspectos Teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular*. In: *Pesquisa Participante*, Brandão, C. R. (1981).
- FERRARA, L. D. (1996) *As Cidades Ilegíveis - Percepção Ambiental e Cidadania*. In: *Percepção Ambiental, A Experiência Brasileira*. Studio Nobel e Editora da UFSCAR, São Paulo.
- FERREIRA, L.C. & FERREIRA, L.C. (1992) *Limites Ecológicos: novos dilemas e desafios para o Estado e para a sociedade*. In *Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável*, Editora da Unicamp, Campinas.
- FERREIRA, L.C. (1999) *Conflitos Sociais Contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro*. In: *Ambiente e Sociedade*, ano II – no. 5, Campinas, SP.
- FIGUEIREDO, E. (1997) *CADES- Uma visão crítica*. In: *Debates Sócio- Ambientais*, ano II, nº 6, São Paulo.
- FINGER, M. (1996) *Ngos and transformation theory*. In: PRINCEN, Thomas & FINGER, Mathias (1996) *Environmental NGOs in world politics*. Routledge. Londres.
- FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs (1992) *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, ICAE, São Paulo.
- FOUCAULT, M. (1979) *Microfísica do Poder*. Graal, São Paulo.
- FREIRE, P. (1981) *Criando Métodos de Pesquisa Alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação*. In: *Pesquisa Participante*. Brandão (org.). (1981), São Paulo.
- GEERTZ, C. (1988) *Works and Lives. The Anthropologist as Author*. Stanford University Press, Stanford.
- (1989) *A Interpretação das Culturas*. Livros Técnicos e Científicos S.A., Rio de Janeiro, RJ.
- (1997) *O Saber Local*. Editora Vozes, Petrópolis, RJ.
- (2001) *Nova Luz sobre a Antropologia*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.
- GOLÇALVES, C.W.P. (1993) *Geografia Política e Desenvolvimento Sustentável*. In: *Geografia, Política e Cidadania*, Terra Livre-AGB, nº 11-12, São Paulo, 1992/1993.
- FURLAN, S.A.(2000) *Lugar e cidadania: implicações socioambientais das políticas de conservação ambiental (situação do Parque Estadual de São Sebastião - SP)*. Tese de doutorado no Depto. de Geografia, FFLCH/USP.
- HOLZER, W. (1996) *A geografia Humanista: uma revisão espaço e cultura*, n.3 dez 96, NEPEC, Rio de Janeiro.
- IANNI, O.(1992) *A Sociedade Global*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- JACOBI, P. (1997) *Participação Popular e a Construção de uma Nova Institucionalidade*. In: *Debates Sócio- Ambientais*, ano II, nº 6, 1997, São Paulo.

- JOLLIVET, M. & PAVÉ, A. (1997) *O Meio Ambiente: questões e perspectivas para a pesquisa*. In: Novos desafios para a pesquisa ambiental. Vieira & Weber (orgs.) Cortez, São Paulo.
- KANT DE LIMA, R.(1997) Pescadores de Itaipu: meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro, EDUFF, Rio de Janeiro.
- KOCH, R.C. (1998) *A Perspectiva da ONG Ambientalista*. In: Maretti, C.C. & Raimundo, S. e outros colaboradores (1998) *A Participação em Planos de Gestão Ambiental* (mimeo), SMA/PPMA/FF/IF, São Paulo.
- LATOUR, B. (1994) *Jamais Fomos Modernos*, Editora 34, São Paulo.
- (1998) *Ciência em Ação – como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*, Editora da UNESP, SP.
- LOWENTHAL, D.(1982) *Geografia, Experiência e Imaginação: Em Direção a uma Epistemologia Geográfica*. In: *Perspectivas da Geografia*, Difel, São Paulo.
- MALDONADO, S.C.(1993) *Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marinha*. Ed. Annablume, São Paulo.
- MARCÍLIO, M.L. (1986) *Caiçara: terra e população. Estudo de demografia e da história social de Ubatuba*. Ed. Paulinas/Cedhal, São Paulo.
- MARETTI, C. C. et alli (1997) *A Participação em Planos de Gestão Ambiental* (mimeo), SMA/PPMA/FF/IF, São Paulo (mimeo).
- MARTINS, J. S. (1993) *A chegada do Estranho*. Hucitec, São Paulo.
- MAUSS, Marcel. (1974) *Sociologia e Antropologia*. EDUSP/EPU, São Paulo.
- MILTON, K.(1996) *Environmentalism and Cultural Theory – exploring the role of anthropology in environmental discourse*. Routledge. Londres.
- MORAES, A.C.R. (1981) *Geografia – Pequena História Crítica*. Hucitec, São Paulo.
- & COSTA, W. M. (1984) *A Valorização do Espaço*. Hucitec, São Paulo.
- (1988) *Ideologias Geográficas*. Hucitec, São Paulo.
- (1991) *Bases da formação territorial do Brasil*. Tese de doutorado no Departamento de Geografia, FFLCH/USP.
- (1994) *Meio Ambiente e Ciências Humanas*. Hucitec, São Paulo.
- (2000) *Capitalismo, geografia e meio ambiente*. Tese de livre docência, Departamento de Geografia, FFLCH/USP.
- MORIN, E.(1996) *Ciência com Consciência*. Ed. Bertrand, Rio de Janeiro.
- MOURÃO, F. A. A. (1971) *Os Pescadores do Litoral Sul de São Paulo- um estudo de sociologia diferencial*. Tese de doutorado. São Paulo. FFLCH-USP.
- MUSSOLINI, G. (1980) *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. Paz e Terra, São Paulo.
- NELSON, N. & WRIGHT, S. (1995) *Participation and Power*. In: *Power and Participatory Development*, Org.: Nici Nelson & Susan Wright, Intermediate Technology Publications, Londres.

- NOFFS, P.S. (1988) *Caiçaras do Toque-Toque pequeno: um estudo de mudança espacial*. Dissertação de mestrado, Depto. Geografia, FFLCH/USP.
- NOVAES, S. C. (1998) *O uso da imagem na antropologia*. In: O Fotográfico, Etienne Samain (org.). Hucitec, São Paulo.
- OLIVEIRA, E. & RODRIGUES, C.L. (2000). *A Cultura Caiçara e Turismo no Bairro do Marujá, Ilha do Cardoso* IN: DIEGUES & VIANA (orgs.) *Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica*. NUPAUB/USP e ESALQ/USP, São Paulo.
- OLIVEIRA, L. (1996) *Percepção e Representação do Espaço Geográfico*. In: *Percepção Ambiental, A Experiência Brasileira*. Studio Nobel e Editora da UFSCAR, São Paulo.
- ORLANDI, E. (1994) *As Formas do Silêncio*. Editora da Unicamp, São Paulo.
- ORTIZ, R. (1994) *Mundialização e Cultura*. Ed. Brasiliense, São Paulo.
- PAOLIELO, R.M. (1992) *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: a Posse como Direito e Estratégia de Apropriação*, PPGAS/UNICAMP, Campinas (dissertação de mestrado).
- PAULINO DE ALMEIDA, A. (1955) *Memória Histórica de Xirica*, vol. 14. Depto. do Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo.
- PETRONE, P. (1966) *A Baixada do Ribeira, estudo de geografia humana*. Boletim FFLCH/USP no. 283(1-429) (Geografia no. 14), São Paulo.
- PIVOTEAU, J-L. (1995). *Le Territoire est-il un lieu de mémoire?* In: *L'Espace géographique*, 1995, no. 2 (mimeo) França.
- PRINCEN, T. & FINGER, M. (1996) *Environmental NGOs in World Politics*. Routledge, Londres.
- QUEIROZ, R. S. (1980) *Caipiras negros do Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica*. FFLCH-USP, São Paulo.
- RAFFESTIN, C. (1993) *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo. Ática. [1980].
- RAHNEMA, M. (1992) *Participation*. In.: *The Development Dictionary*, Org. Wolfgang Sachs, Zed books Ltd. Londres.
- RATTS, A. J.P. (1996) *Fronteiras Invisíveis: territórios negros e indígenas no Ceará*. Dissertação de Mestrado no Depto. Geografia, FFLCH/USP.
- RATZEL, F. (1974) *Politische Räume*, geogr. Zeitschr., I, p.163ss.: cf. *Antropogeogr.*, I, 217ss.: *Pol. Geogr.*, pp.263-267; cf. *An Sociol.*, III, 565 In: *Sociologia e Antropologia*, Mauss, M., EPU/EDUSP, São Paulo.
- RICOEUR, P. (1989). *Do Texto à Ação*. Éditions du Seul, Porto, Portugal. [1986]
- RODRIGUES, C. L. (1997) *ONGs ambientalistas em busca de uma sociedade sustentável no Brasil - limites e possibilidades*. In: *Geosp*, no. 2, do Depto. Geografia, FFLCH-USP, São Paulo.
- ROSA, M.C. (2001) *Conservação da Natureza, políticas públicas e reordenamento territorial: contribuição ao estudo das políticas ambientais no Paraná*. Tese de doutorado no Departamento de Geografia, FFLCH/USP.
- ROUANET, S. P. (1992) *As Razões do iluminismo*. Companhia das Letras, São Paulo.
- SACHS, I. (s/d) *The Aftermath of the Earth Summit- Unfolding the Process*. (mimeo).

- SANTOS, B. S. (1995) *Pela Mão de Alice - O social e o político na pós-modernidade*. Cortez, São Paulo.
- SANTOS, M. (1987) *O Espaço do Cidadão*. Nobel, São Paulo.
- (1996) *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e meio técnico-científico informacional*. Hucitec, São Paulo.
- SCHADEN, E. (1974) *Aspectos Fundamentais da Cultura Guarani [1954]* EPU/EDUSP, São Paulo.
- SCHMIDT, M.L.S. (1995) *O Passado, O mundo do Outro e o Outro Mundo: tradição oral e memória coletiva*. In: *Imaginário, Revista do Núcleo Interdisciplinar do Imaginário e da Memória NIME/USP*, número 2, jan/1995, São Paulo.
- SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (1997) *A Construção da Metodologia dos Planos de Gestão Ambiental para Unidades de Conservação em São Paulo*. In: *Coletânea de trabalhos do I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação* (Curitiba, nov 1997), mimeo.
- (1998) *Planos de Manejo das Unidades de Conservação (série: Projeto de Preservação da Mata Atlântica)* publicado em *Diário Oficial do Estado* em 27 de março de 1998 (mimeo).
- (1998) *Proposta para a discussão do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC)*. Documentos ambientais Série PROBIO/SP, São Paulo.(mimeo)
- SEELAND, K. (1997) *Nature is Culture*. Intermediate Technology Publications Ltda., Londres.
- SIMIELLI, M. E. R. (1986) *O mapa como meio de comunicação*. Tese de doutorado, Departamento de Geografia da FFLCH/USP, São Paulo, S.P.
- SOUZA, H.J. (1996) *No Fio da Navalha*. Ed. Revam, Rio de Janeiro.
- TANDON, R. (1996) *The historical roots and contemporary tendencies* In *participatory research: implicatios for health care*. In: *Participatory Research in Health- Issues and Experiences*, Zed Books Ltda., Londres.
- TOURRAINE, A. (1996) *O que é a Democracia?* Vozes, Petrópolis, RJ.
- TUAN, Y.F. (1980) *Topofilia- Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. Ed.Difel, São Paulo [1974].
- (1983) *Espaço e Lugar : a perspectiva da experiência*. Ed,Difel, São Paulo.
- VIEIRA, P.F. (1992) *Planejamento, Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Florianópolis (mimeo)
- & WEBER, J.(1997) *Gestão de Recursos naturais Renováveis e Desenvolvimento - novos desafios para a pesquisa ambiental*. Cortez, São Paulo.
- VIOLA, E. & LEIS, H.R.. (1992) *A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável*. In: *Dilemas Socioambientais e desenvolvimento Sustentável*. Hogan, D. & Vieira, P.F. (orgs.) , Editora da Unicamp, Campinas.
- (1997) *A Agenda 21 diante dos Desafios da Governabilidade, das Políticas Públicas e do Papel das Organizações não Governamentais* . In: *Cinco Anos Depois*

(avaliação das ações brasileiras em direção ao desenvolvimento sustentável cinco anos após a Rio-92). Cordani, U.G.; Marcovitch, J. Salati, E. (orgs.). Alphagraphics, São Paulo, 1997.

VIOLA, E. & FERREIRA, L. C. (1996) Incertezas de Sustentabilidade na Globalização. Editora da Unicamp, Campinas.

ZAN, J.r. (1986) Conflito de terra no Vale do Ribeira. Estudo sobre pequenos posseiros em luta pela terra no município de Sete Barras. Dissertação de mestrado no Depto. Geografia, FFLCH/USP, São Paulo

ANEXOS

DOCUMENTO SÍNTESE

Moradores tradicionais que **NÃO** desenvolvem atividades relacionadas ao turismo

I. Perfil do morador:

Há quanto tempo vive no Marujá ?

- ❖ Menos de 5 anos: 1
- ❖ De 5 a 15 anos: -
- ❖ De 15 a 35 anos: 4
- ❖ Desde antes de 1964: 7

Onde nasceram seus pais?

- ❖ Na Ilha do Cardoso: 9 (a maioria: Lajes (Lage-, depois Camburiú)
- ❖ Outro local: 3

Locais de procedência: Varadouro, PR, Barra do Ararapira

II. Questões relacionadas ao Turismo

Camping Comunitário

- ❖ É favorável: 7
- ❖ É contra: 1

Razões

- ❖ *Porque não ficando na casa de morador não há briga.*
- ❖ *Porque as pessoas que já tem banheiro saem perdendo.*

Pretende participar da construção?

- ❖ Sim: 7
- ❖ Não: 2 (devido à idade)

Sugestões de local

Controle do número de visitantes:

- ❖ Favorável: 8
- ❖ Contrário: 2

Comentários:

- ❖ *Fundamental porque não tem infraestrutura para suportar mais gente e acaba virando bagunça.*
- ❖ *Muita gente prá mim atrapalha*
- ❖ *Esse ano (2000) foi bom.*
- ❖ *É bom.*
- ❖ *Muita gente dá problema. Camping comunitário tanto faz.*
- ❖ *Não serve pra mim, não mora lá (no centro do Marujá)*
- ❖ *Tem gente que vem visitar a Ilha e tem que voltar..*
- ❖ *Quanto mais turista, melhor*
- ❖ *Devia cada vez mais turista*

Impacto do turismo no Marujá

- ❖ **Aspectos Positivos**

- ❖ *Renda (venda de camarão)*
- ❖ *Dinheiro*
- ❖ *Vendo camarão e o turismo ajuda as pousadas*
- ❖ *É bom, divertido, eles conversam com a gente.*

❖ **Aspectos negativos:**

- ❖ *Lixo e influência que o turista traz. Lado cultural que na época do turismo pára tudo.*
- ❖ *Muita gente contamina o lençol freático. Tem pouca estrutura na Ilha. Com o projeto de esgoto vai ficar bom.*
- ❖ *Droga.*
- ❖ *Bagunça, lixo, alguns se exaltam.*
- ❖ *Os turistas trazem tudo pronto. Era bom que eles gastassem aqui.*
- ❖ *Sujeira*
- ❖ *Às vezes vem gente ruim, mas a maioria é boa.*

Comentários:

- ❖ *Tanto faz (turistas). A gente que vem prá cá é gente boa como a gente.*
- ❖ *Não tenho interesse (no camping) mas acho que vai prejudicar quem recebe turista*
- ❖ *Naõ incomada pois ficam no Marujá. Só incomada a droga e o lixo.*

III. Questões relacionadas à pesca

Ainda pesca?

- ❖ Sim: 8
- ❖ Não: 2

Que época?

- ❖ Inverno: 4
- ❖ Ano todo: 5

Tipo de pesca que faz:

- ❖ Cerco: 5
- ❖ Puxa rede na praia ("caloar", "pegar picaré"): 8
- ❖ Pesca no canal de rede: 2
- ❖ Pesca no mar aberto: 1
- ❖ Outro tipo:

Vara (nas pedras, no canal) : 2

Tipo de peixe que se pesca mais:

Carapeva no verão
Parati o ano todo
Tainha de julho a setembro
Camarão (época?)

A pesca diminuiu nos últimos anos?

- ❖ Sim: 9
- ❖ Não: -

Razões:

- ❖ *Hoje tem muita rede, muito barco.*
- ❖ *No canal devido a pesca predatória da manjuba.*
- ❖ *Muito pescador, barco grande mata muito peixe e quando chega aqui chega pouco.*
- ❖ *Não cuidam certo da piracema em SC (Lagoa dos Patos).*
- ❖ *Diminuiu porque aumentou pescador-turista.*

- ❖ *O turismo afugentou o peixe porque tem muita avoadeira.*
- ❖ *Tem muito barco grande e tem pessoal pescando na desova.*
- ❖ *A pesca de robalo diminuiu porque o pescador-turista mata os filhotes de avoadeira. Tainha diminuiu mas tem ano que é bom.*
- ❖ *Bastante porque aumentou o número de barco de empresas.*

IV. Comitê de Gestão

Muitos do Sossego nunca ouviram falar do Comitê.

Já ouviu falar do Comitê de Gestão?

- ❖ Sim: 8
- ❖ Não: 4

Já foi em alguma reunião?

- ❖ Sim: 5
- ❖ Não: 3

Comentários sobre o Comitê:

- ❖ *É muito importante, fundamental para defender a Ilha. Tem representação de outros órgãos, assim ficando transparente as coisas. Para decidir o que é melhor para a Ilha é bom que os moradores decidam.*
- ❖ *É mais pra decidir esse negócio de construção. Passa por lá para ser decidido.*
- ❖ *É bom, porque você pede e eles liberam. Sem pedir, eles embargam.*
- ❖ *Acho injusto ter que pedir autorização para o comitê. Tenho medo de ser expulso do parque.*
- ❖ *Algumas coisas importantes: não pode ser esse negócio de não poder reformar porta, janela... Casa de turista não pode. Tem que deixar a casa se acabar, mas e a nossa? Vai deixar a casa se acabar também*
- ❖ *Não posso falar nada, não conheço muito, não tô por dentro.*
- ❖ *Acho certo. O que pedi eu consegui (reforma da casa).*

V. Outros comentários relevantes

- ❖ *Turismo pra mim por enquanto não tem interesse*
- ❖ *Quando vem só homem, não é bom. Mas quando vem homem com mulher, tudo bem.*
- ❖ *Roça: Foi dada a autorização para fazer roça, mas ninguém quis fazer. Porque? Moçada nova não vai querer fazer roça, né? Roça é trabalho de um ano, é mais fácil comprar farinha no mercado. Tô certo que é 2 reais, mas a avoadeira traz, é mais fácil.*
- ❖ *O lixo que recolhe o lixo, não pega o lixo aqui.*
- ❖ *Queria poder alojar turista. Recebemos turista e fomos denunciados.*
- ❖ *Era bom que repartisse um pouco de gente com a gente (do Sul). Foi o turismo que fez o Marujá.*

DOCUMENTO SÍNTESE

Moradores tradicionais que desenvolvem alguma atividade relacionada ao turismo

I. Perfil do morador:

Há quanto tempo vive no Marujá ?

- ❖ Menos de 5 anos: 1
- ❖ De 5 a 15 anos: 7
- ❖ De 15 a 35 anos: 6
- ❖ Desde antes de 1964: 7

Onde nasceram seus pais?

- ❖ Na Ilha do Cardoso (muitos na praia da Lage): 13
- ❖ Outro local: 8

Cananéia, Iguape

Locais de procedência: SP, SC, PR, RS ? (Santa Maria)

Itapanhapina (Ezequiel), Curitiba, São Bernardo,

II. Questões relacionadas ao Turismo

Tipo de atividade que desenvolve:

- ❖ Tem pousada ou hospeda visitantes em sua casa: 13
- ❖ Hospeda campistas em seu quintal: 4
- ❖ Tem restaurante ou serve refeições em sua casa: 8
- ❖ Tem bar: 5
- ❖ Tem barco: 9 (faz passeios e transporte)
- ❖ Outra atividade ligada ao turismo: 5

passeio de barco, pescaria com turistas, viagem de barco, monitor ambiental (2 pessoas), trabalha em restaurante do pai, aluga casa para temporada, trabalha com a pousada do pai, pesca com os turistas, faz passeio de barco, aluga bicicletas, vende latinhas, trabalha de empregado no bar (3), caseiro de veranista, administra hotel do sogro

Época de visitas

- ❖ Verão: 13
- ❖ Outras épocas: 12

Quais: feriados prolongados, no inverno trabalha com escolas, **o ano todo**

Desde quando começou a trabalhar com esta atividade?

- ❖ Menos de 5 anos: 7
- ❖ De 5 a 15 anos: 7
- ❖ Mais de 15 anos: 6

Antes vivia de quê?

- ❖ Pesca: 10
- ❖ Outros: 13

Lavoura (plantava arroz para vender, Seu Zé Roberto de 68 anos), circense, motorista em São Paulo, serraria na Cachoeira Grande (na região de Cananéia), roça de mandioca para subsistência, cuidava do filho, manutenção das pousadas, pedreiro, desde 81 trabalha com

agente de saúde comunitária, trabalhava na NESTLE (eventos), ajudava no restaurante da Valdete, distribuía jornal

OBS.: Levam em média de dois meses para se prepararem para a temporada do verão: pintura e manutenção do local... um ou dois dias antes da chegada dos turistas fazem as compras de verdura em Cananéia (se fizer antes estraga). As reservas são geralmente feitas mediante adiantamento de 50% - depositados na conta do morador. O contato ocorre via telefone comunitário.

Como melhorar esse trabalho?

- ❖ *Divulgação e autorização para reformas. Agora tá tudo parado.*
- ❖ *Precisa de polícia (muita briga) para manter o respeito*
- ❖ *Aumentar o número de quartos... Concorde com a restrição do número de quartos, pra dividir melhor o número de turistas entre os moradores. Tem que dividir o ganho. (Uma parte do povo quer só pra eles)*
- ❖ *Ampliar os quartos, colocar aquecedor no chuveiro. Gostaria de dar mais conforto para o turista.*

Camping Comunitário

- ❖ *É favorável: 16*
- ❖ *É contra: 3*

Razões:

- ❖ *Porque o pessoal fica apenas em dois campings*
- ❖ *Assim o povo não fica colocando barraca no caminho. É necessário para a organização dos campistas*
- ❖ *As casas ficam livres dos campistas*
- ❖ *Em uma parte é bom, vai ser mais organizado, mas vai tirar o emprego de muita gente*
- ❖ *É bom, os turistas ficariam só num local e não poluiriam tanto a Ilha*
- ❖ *É um atraso, eu deixaria de receber meus campistas, deveria ser regulamentado os locais que já existem*
- ❖ *Sou contra porque tira o trabalho de muita gente*
- ❖ *Contra porque vai prejudicar algumas pessoas que recebem campistas no quintal*
- ❖ *É bom porque aonde os campistas estão, não tem infraestrutura, mas quem banheiro, devia continuar (vão fazer o que com os banheiros)*
- ❖ *Antes eu era contra porque algumas pessoas deixavam de ganhar.*
- ❖ *Acho que é bom, mas não aqui perto do hotel. Barraqueiro não tem respeito, tem muito ladrão, bagunceiro. O lugar pra camping é pra lá da escola. Tem que ficar bem retirado.*
- ❖ *É uma boa (camping). Ao menos aqueles pingüço fica tudo no mesmo canto. Mas têm que deixar aquelas pessoas que não tem ganho, deixar barraqueiro nas casas deles pra ter um ganho, ou, dividir o ganho do camping comunitário.*
- ❖ *Esse ano não saiu porque teve problema com a Dona Hêlia. Acho errado fazer na beira da casa dela. É uma moradora antiga. Camping vem um monte de tranqueira no meio, vem os bons e os ruins. Trouxeram as madeiras e levaram embora...*
- ❖ *No meu quintal não deixo acampar. No hotel deixo umas 5 barracas.*
- ❖ *Não gosto (que acampem no quintal). Meu banheiro só dou pra quem eu conheço. A limpeza é muito importante.*
- ❖ *Não deixo acampar de jeito nenhum no meu quintal. A esposa considera: Queria deixar duas ou três barracas para os amigos, só para os amigos*
- ❖ *Só pego amigos (campistas no quintal), no máximo duas barracas. Mas dá muito problema. Não vou mais pegar no carnaval.*

Pretende participar da construção?

- ❖ *Sim: 20*

❖ Não: -

Sugestões de local: um no norte e um no sul
Prá lá da escola

Obs.: *Só não ajudo se for aí (perto do Hotel).*

Controle do número de visitantes:

❖ Favorável: 15

❖ Contrário: -

Impacto do turismo no Marujá

❖ Aspectos Positivos

Mais turista mais trabalho, mais trabalho mais dinheiro

Dinheiro

Traz bastante serviço

Traz trabalho para todos

Melhora a renda da comunidade

Melhorou com o controle

Todo mundo ganha

Aumenta a renda

❖ Aspectos negativos

Barulho, zoeira, lixo

Desmobiliza totalmente a comunidade caiçara (as pessoas deixam as atividades tradicionais, tais como pesca...)

O pessoal vinha, sujava e ia embora sem pagar

Os moradores perdem a privacidade

Tem muita bagunça

Os problemas aumentam

Barulho nos bares não tem horário pra fechar. Os moradores tem que secansar à noite pois trabalham durante o dia.

Drogas, barulho e sujeira, foge do controle

Tem pessoa, os farofeiros, que roubam barracas

Tem alguns desordeiros, mas tem alguns bons

Baderna, droga e bebida sem controle

Perde-se o espaço e a liberdade. As pessoas tomam o nosso espaço. Não tem lugar, não tem cerveja gelada. Há um abuso, excesso de liberdade, drogas... O turismo é muito bom, mas tem que ser organizado. Ainda não está organizado.

Muito barulho (moro perto do Expedito), muita gritaria.

Muito barulho nos bares atrapalha os hóspedes. Deveria ter um horário de silêncio.

O mais negativo são os barraqueiros. Não dá lucro, só complicação. Muita droga. Muito barulho. Sou contra barraqueiro. 95% dá problema. %% são bons. Atrapalham os hóspedes...

Sossego se perde, o caiçara não é acostumado ao ritmo do turismo.

III. Questões relacionadas à pesca

Ainda pesca?

❖ Sim: 14

❖ Não: 2

Muitas vezes só para consumo...

Que época?

❖ Inverno: 5

❖ Ano todo: 9

Tipo de pesca que faz:

- ❖ Cerco: 10
 - ❖ Puxa rede na praia ("caloar"): 8
 - ❖ Pesca no canal de rede: 3
 - ❖ Pesca no mar aberto: 1
 - ❖ Outro tipo: 8
- De rede no canal
Vara (por esporte ou para consumo) no canal ou nas pedras

Tipos de peixe que se pesca mais:

Carapeva, parati (verão); outros dizem: parati o ano todo
Tainha (inverno: maio, junho, julho)
Robalo (menos, no verão)
Parati dá o ano todo, não acaba !

A pesca diminuiu nos últimos anos?

- ❖ Sim: 11
- ❖ Não

Razões:

- ❖ *Barragem em SC onde (a tainha se reproduz)*
- ❖ *Excesso de pescador (vem gente de Cananéia fazer cerco aqui)*
- ❖ *Barra do Ararapira tá muito baixa*
- ❖ *Diminuiu conforme aumentou o número de pescadores e não há fiscalização da pesca predatória*
- ❖ *Muito barco de parelha - usavam sonda para saber a profundidade para o barco não encalhar*
- ❖ *Barcos grandes que pescam na entrada do canal*
- ❖ *A parelha da costa, usam uma rede de mais ou menos 1000 m entre os dois barcos, não sobra nem concha. A fiscalização é mais no canal do que na costa. Eles tem muitos barcos, quando pegam um tem muitos outros.*
- ❖ *Sim, se a gente vivia só dá pesca não dava de jeito nenhum*
- ❖ *Antigamente só se pescava com rede, hoje tem muito barco grande*
- ❖ *Os grandes barcos, a gente só pega os retolhos*
- ❖ *Há uns anos atrás teve muito bagre morto no canal*
- ❖ *O pessoal pega peixe pequeno, for a de medida*
- ❖ *Sistema de parelha*
- ❖ *No inverno todo mundo vai prá praia passar picaré. Param até de jogar baralho. Ai se marca outra saída na parte da manhã. E tem as despescas dos cercos.*
- ❖ *Tem muita rede, barcos que fazem muito barulho (no canal) e atrapalha.*
- ❖ *Desde que abriu o canal do varadouro, aumentou o parati e acabou a sardinha e o camarão. Aumentou demais o parati. A tainha diminuiu muito. Na boca da saída fica muita traineira. Igual o arrastão do camarão. Tem época que não dá prá andá na praia de filharada de peixe. Não tem fiscalização.*
- ❖ *Tá destruindo a criação de peixe. Em mar aberto, tem barco de arrasto de camarão e parelha. Mata os filhotes. É um rastelo no fundo do mar. A praia fica forrada de filho de peixe. Falta fiscalização nas empresas (pesqueiras). Não se respeita a milha de pesca...*
- ❖

IV. Comitê de Gestão

Já ouviu falar do Comitê de Gestão?

- ❖ Sim: 21
- ❖ Não: -

Já foi em alguma reunião?

- ❖ Sim: 17
- ❖ Não: 3

Comentários sobre o Comitê:

- ❖ *Quando se pede alguma coisa, tem respaldo do comitê*
- ❖ *Tem coisas que eles falam, passa um tempo e não é mais aquilo*
- ❖ *É um meio de tá ajudando o próprio pessoal do Parque*
- ❖ *Ele tem apresentar o serviço dele (com relação ao Marcos)*
- ❖ *É eficiente, tem dado grandes avanços pra liberação de construções e reformas*
- ❖ *Como se fosse um advogado de defesa das comunidades*
- ❖ *Comunicação melhorou (do Parque com a comunidade)*
- ❖ *Explicar eu não sei mas é uma boa*
- ❖ *Decide tudo sobre aonde a gente mora*
- ❖ *É bom, tem mostrado resultado, tem controlado a construção de casas*
- ❖ *Por não ter nascido aqui, e sempre ter vivido aqui, devia ter mais direito do que os outros moradores*
- ❖ *Bom, tá funcionando, nunca se sentiu prejudicado.*
- ❖ *Ruin não é. Tem que ter, mas a atitude das pessoas que participam, eu não concordo (sente-se deixado de lado). O diretor por idéias políticas, defende certas pessoas. O parque não devia se preocupar com a vila dos oradores e sim com os recursos naturais (palmito, desmatamento). Tá tendo uma separação do pessoal da vila, tinha que ter mais união. (Diz que o pessoal não respeitou a palavra dele, não pagou e ele recebeu multa).*
- ❖ *Foi conseguido muita coisa. Antes não podia construir de jeito nenhum. Agora foram feitas algumas deliberações (Mas não sabe porque algumas pessoas foram contempladas. O Marcos explica udo direitinho prá gente).*
- ❖ *O Marcos é bem próximo. Com o Rinaldo não tinha conversa.*
- ❖ *(deu entender que tem pessoas que são privilegiadas)*
- ❖ *De vez em quando tá indo prá frente, outras, tá indo prá traz*
- ❖ *Gente que nunca vem no Marujá, dá opinião sobre o Marujá (a Igreja, a Colônia dos Pescadores Gaia ambiental). Só deviam ter direito os moradores e o Governo (Ibama, IF, Polícia Florestal).*
- ❖ *Tinha que dar condição ali da baixo (sul- o sossego). Esses sim são os caiçaras.*
- ❖ *Quem vai nas reuniões é o Ezequiel, o Celestino... A AMOMAR, agora tá boa. (confundem o Comitê e a Associação dos moradores do Marujá – AMOMAR).*
- ❖ *Eu não compreendo nada. Eu não sei nada. A gente que não sabe lê, não tem voz ativa. Sou à favor do Marcos, senão, não tinha isso... Sou à favor do turista que vem aqui e vai embora. Mas não turista que tem casa aqui. Temo que ser à favor da lei.*
- ❖ *Tem vários pontos de vista. Fui prejudicado. Não consegui autorização ara construção de quartos. Não entendo porque um cara que não é daqui (Amilton) conseguiu autorização antes. Marcos falou que é prá ter paciência. Eu queria fazer os quartos ro carnaval...*
- ❖ *Tem as reuniões fechadas e não posso participar*

Obs: Alguns parecem confundir a AMOMAR e o Comitê...

V. Outros comentários relevantes

- ❖ *A preocupação não é só sobreviver e sim manter o lugar (monitor ambiental) Um exemplo é o futuro das crianças.*
- ❖ *Essas pessoas que pensam que paque é parque de diversões devem entender o que é o lugar.*
- ❖ *Hoje em dia você trabalha bastante e ganha pouco (pesca)*
- ❖ *Um Expedito, um Beto não precisam prá ganhar dinheiro, às vezes eles nem cobram*
- ❖ *Turista é assim, onde pode entrar com o carro, acaba com tudo (a respeito de não haver carro na Ilha)*
- ❖ *Camping atrapalha na estética do local. É melhor aumentar o número de quartos nas casas.*

- ❖ *O camping é uma solução de renda para projetos comunitários*
- ❖ *(sobre o camping) Isso é só os homens é que sabem (diz moradora tradicional)*
- ❖ *Hoje no Marujá ninguém vive só de pesca. Só meia dúzia que pescam mesmo.*
- ❖ *Se o cara depende da pesca, morre de fome. Pesco porque gosto. Tem que investir. O gelo tá caro. P'ra ter margem de lucro tem que ter dinheiro. Tem que ter estrutura. E o peixe tá diminuindo cada vez mais...*
- ❖ *O pescador não tem incentivo. O atravessador ganha em cima. Tem peixe e não tem prá quem vender.*
- ❖ *Esse ano pesquei 3 noites (picaré): 100, 60 e 500 tainhas. Depois disso acabou.*
- ❖ *Eu fazia roça do outro lado, no continente. Depois planei na restinga: arroz, batata, abóbora, cana. Arroz prá vendê.*
- ❖ *Eu era pescador de mar manso (pescava no canal). Vida de pescador é vida sofrida.*
- ❖ *Pescaria no inverno (caloar) é difícil arrumar camarada. Faz frio. Acho que o pessoal tá arranjando outro jeito prá ganhar.*
- ❖ *A verba alemã que vem pro Meio Ambiente investe em um monte de porcaria Não fiscaliza esses barco grande, por exemplo. Não é um pescador, é um epresa. Tem 100 barcos grandes!!! A lei não funciona, porque o dinheiro compra a lei.*
- ❖ *Eu falo, se você quer conforto, minha filha, não vem prá cá. Fica em casa. Aqui não tem energia, TV, frigobar no quarto...É assim em toda parte, não só aqui em casa.*
- ❖ *As pessoas que vem (veranistas) é melhor do que família. Gosto de fazer amizade. Quando vou prá casa deles em São paulo, é minha casa.*

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL

INSTITUTO FLORESTAL

C.P. 24 - 01059-970 - São Paulo, Brasil - Fone: (011) 962-5533 - Fax: (011) 264-8967

PARTE CIRCULAR DG Nº 02 /99

São Paulo, 05 de abril de 1999.

Para: Diretora da DRFE
 Cx: Chefes de Seção e
 Responsáveis pelas Unidades de Conservação

Prezados Senhores,

Considerando o que dispõe o Decreto Estadual nº 25.341/86 (Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas), os responsáveis pelas Unidades de Conservação sob administração do Instituto Florestal, não deverão autorizar quaisquer obras de reparos, reformas e construções nas Unidades de Conservação.

Atenciosamente,

Oswaldo Poiffo Ferreira
OSWALDO POIFFO FERREIRA
 Diretor Geral
 RG. 3.414.639

partecircularDG_Construções.doc

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE - INSTITUTO FLORESTAL
PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO – PEIC
Av. Prof. Wladimir Besnard s/nº - Cananéia - SP - CEP 11990 -CP 43
Tel. (013) 851-1163- Fax 851-1108 – e-mail: peic@rgt.matrix.com.br

Processo SMA 42.365/99

Interessado: Parque Estadual da Ilha do Cardoso

Assunto: Normatização de atividades no interior da Unidade de Conservação

Ciente.

2. Tratando-se do mesmo assunto, existe o Processo SMA n. 42876 / 1999 (autorização para construções, reformas e reparos, manifestação sobre procedimentos para roças e manejo florestal no PEIC);

3. Informamos que até a presente data, os procedimentos administrativos adotados por esta Unidade são os dispostos na Ata de Reunião realizada com a Promotoria de Justiça de Cananéia e a Promotoria de Meio Ambiente do Vale do Ribeira, acordado pela Diretoria Geral do Instituto Florestal, através da Carta DG n. 0119/99, autorizando esta Unidade a adotar tais procedimentos;

4. O processo SMA n. 42876/99, em suas páginas 12 e 13 (anexo páginas 12 a 19) recomenda a paralização dos procedimentos adotados para reformas e construções novas e dá novas orientações quanto aos procedimentos para autorizações de roças e manejo florestal;

5. Informamos que os procedimentos até então adotados, foram embasados nas orientações legais existentes, seja através do Decreto de Parques Estaduais Paulistas e especificamente através do Decreto de Criação de Parque Estadual da Ilha do Cardoso, da Portaria Ministerial 139/94 (cessão da Ilha da União para o Estado), da implantação do Plano de Manejo (Resolução SMA 28/98) e norteado pelo posicionamento do CONSEMA (DOE/95);

6. Adotaremos a partir desta data os procedimentos do processo SMA n. 42876/99 (páginas 12 e 13);

7. 'A Seção de Reservas de Carlos Botelho para consideração e encaminhamento 'a Diretoria Geral.

Parque Estadual da Ilha do Cardoso, 17/01/2000.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL

INSTITUTO FLORESTAL

C.P. 1322 - 01059-970 - São Paulo, Brasil - Fone: (011) 952.8555 - Fax (011) 204.8067

AUTOS Carta PEIC nº 88/99

INTERESSADO Parque Estadual da Ilha do Cardoso

ASSUNTO Solicita autorização para construções, reformas e reparos e manifestação sobre procedimentos para roças e manejo florestal no Parque Estadual da Ilha do Cardoso

Visto.

2. O presente expediente, permaneceu retido junto à Divisão de Reservas e Parques Estaduais-DRPE, até a presente data, em virtude do disposto na Carta Circular DG nº 08/99, cópia em anexo, que determinou a paralisação da emissão de quaisquer autorizações para a realização de reformas, reparos e construções no interior de Unidades de Conservação;
3. Em 26 de novembro p.p., a Assessora Técnica da CINP/Diretoria Geral, Dra. Vera Bononi, solicitou à Assessoria Técnica da DRPE, informações sobre os casos pendentes em relação às referidas solicitações de autorização, visando à sua instrução;
4. Em atendimento ao solicitado, foi elaborada a Carta AT-DRPE, 023/99, cuja cópia também anexamos ao presente expediente, que apresenta um breve histórico sobre a situação relativa à emissão de autorizações para reforma e construções em Parques e Estações Ecológicas, identificando e caracterizando o problema, bem como propondo a realização de uma consulta à Consultoria Jurídica da Pasta, no sentido de subsidiar uma política da SMA para tratamento da questão, indicando os procedimentos que devem ser adotados pela Instituto Florestal, buscando uma solução para os conflitos que vêm sendo enfrentados em campo;
5. Junto a esta Carta, foram anexadas cópias de todos os expedientes pendentes, referentes à solicitação de autorização para reformas, reparos e construções, buscando oferecer subsídios para análise da CJ;
6. A documentação acima foi autuada (Processo SMA nº 42.748/99) e encaminhada, através do GSMA, para a Consultoria Jurídica;
7. Diante do exposto, concluímos que independentemente da manifestação da Promotoria de Justiça Regional do Meio Ambiente em Ata de Reunião constante no presente expediente, as autorizações emitidas pela administração do PEIC, no que se refere às reformas e construções novas, deverão ser paralisadas até que a Consultoria Jurídica da SMA se manifeste, visando à uniformização dos procedimentos adotados pelo Instituto Florestal nas diversas Unidades de Conservação que apresentam estas demandas, respeitadas as características e peculiaridades locais;

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL

INSTITUTO FLORESTAL

C.P.1322 - 01059-970 - São Paulo, Brasil - Fone: (011) 952.8555 - Fax (011) 204.8067

8. Com relação aos procedimentos para roças e manejo florestal, as solicitações deverão caracterizar expedientes específicos, contendo a localização da área, a caracterização da cobertura vegetal que se pretende suprimir ou alterar e o cadastro dos moradores do Parque, identificando o interessado como morador tradicional, conforme critérios definidos na Fase 1 do Plano de Manejo. Este expediente, devidamente instruído, será submetido à análise técnica preliminar no âmbito do Instituto Florestal e, posteriormente, enviado para o DEPRN, que é o órgão competente para emissão destes tipos de autorizações;
9. Diante do exposto, autue-se o presente expediente, retornado em seguida ao Parque Estadual da Ilha do Cardoso, através da Chefia de Seção de Reservas de Carlos Botelho, para ciência.

DG, 13 de dezembro de 1999.

LUIZ MAURO BARBOSA
Diretor Geral
RG. 4.772.918

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL

INSTITUTO FLORESTAL

C.P.1322 - 01059-970 - São Paulo, Brasil - Fone: (011) 6231 8555 - Fax (011) 204.8067

Carta AT/DRPE nº 23/99

São Paulo, 29 de novembro de 1999.

Ilmo Sr.
Dr. Luiz Mauro Barbosa
DD. Diretor Geral
INSTITUTO FLORESTAL

Prezado Senhor,

Em atendimento à solicitação de Dra. Vera Lúcia Bononi, através de fax encaminhado em 26/11/99, para instruir os casos pendentes (cópias dos expedientes abaixo relacionados) de solicitação de reformas em imóveis nas Unidades de Conservação (Parques e Estações Ecológicas), temos a informar o que segue:

Cópia dos Expedientes em anexo: Requerimento 06/99/EEJI, Carta 11/02/99 do Sr. Cristiano Ribeiro da Luz, Carta PEIC nº 35/99, Ofício-NP 62/99, RRR 10/98 EEJI 124/99, RRR EEJI 010/99, RRR EEJI 08/99, Carta PEIC 18/99, Carta PEIC 19/99, Carta EEJI 221/99, RRR02/99.

1. Entre os principais conflitos vivenciados diariamente pela administração de Parques e Estações Ecológicas, destacam-se aqueles resultantes da ocupação humana de áreas abrangidas por essas Unidades de Conservação, seja em áreas de domínio público, devolutas ou em processo de regularização fundiária.
2. Ocupantes isolados ou comunidades, sejam tradicionais ou não, enquanto permanecem no interior dos Parques e Estações Ecológicas, se encontram diante das mesmas necessidades que em áreas fora dessas Unidades de Conservação. Produzir alimentos, habitar, ser atendido por serviços públicos de abastecimento d'água, saneamento básico, postos de saúde, escola entre outros e ainda comercializar produtos e serviços e outras atividades correlatas à sobrevivência, resultam em alterações ambientais incompatíveis com a legislação ambiental que dá suporte à criação e regulamentação do manejo dessas Unidades.
3. O fato de apenas 3% do território do Estado ser abrangido por legislação de Parques e Estações Ecológicas, por si só, justificaria a retirada dessas comunidades do território, em cumprimento ao que dispõe o Regulamento de Parques e a Lei sobre criação de Estações Ecológicas.
4. No entanto, o longo período de tempo que normalmente transcorre entre a criação e a efetiva implantação da maior porção do território abrangido pelos Parques e Estações Ecológicas, contribui decisivamente para o aprofundamento dos conflitos entre as comunidades que já se encontravam na unidade/invasores e a administração das mesmas.
5. Um dos principais motivos geradores de conflito caracteriza-se pela necessidade de manutenção e ampliação das edificações que dão abrigo às referidas comunidades,

BCN/AO-HIST-CONST

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL
INSTITUTO FLORESTAL

C.P. 1322 - 01059-970 - São Paulo, Brasil - Fone: (011) 6231 8555 - Fax (011) 204.8067

resultante do desgaste das construções decorrentes das intempéries e do uso contínuo das mesmas, assim como do crescimento da população.

6. As demandas são geradas pelos três principais tipos de ocupantes de áreas internas aos Parques e Estações Ecológicas:
 - Tradicionais, onde persiste a dificuldade de uma definição oficial da caracterização dessa comunidade, bem como as dificuldades referentes às ampliações familiares, resultantes de casamentos e nascimentos;
 - Segunda residência, caracterizadas por casas de veraneio, sítios, ranchos e outros, onde muitas vezes existem residências permanentes de caseiros, inclusive moradores tradicionais contratados, que venderam ou não suas posses para invasores ou veranistas;
 - Invasores, que entram em áreas antes ou após a transformação em Parques ou Estações Ecológicas, ocupando áreas com diferentes situações fundiárias, desenvolvendo atividades produtivas como agricultura, comércio, extração ilegal de produtos florestais entre outras;
7. Historicamente, o Instituto Florestal, diante da necessidade de apresentar respostas às frequentes solicitações de ocupantes para realização de reformas, reparos e construção (ampliações), administrou caso a caso, geralmente no âmbito da administração das Unidades.
8. Com o aumento dessas demandas, em 1994, surgiu a necessidade de regradar os procedimentos, fato esse que gerou a elaboração pela Assessoria de Estudos Patrimoniais - AEP/IF do PARECER - Necessidade do Estado de São Paulo regulamentar suas Unidades de Conservação (Parques e Estações Ecológicas) nos aspectos de ocupação e construção, enquanto pendentes as ações expropriatórias dentro dos seus limites (anexo 1). Esse parecer subsidiou decisões da administração das Unidades, sob orientação da Assessoria de Estudos Patrimoniais - AEP.
9. As dificuldades de análise técnica e acompanhamento das solicitações caso a caso, bem como, a ausência de uma política da SMA para tratamento da ocupação humana no interior de Parques e Estações Ecológicas, demonstraram a necessidade de uma regulamentação especial da questão, definindo diretrizes, procedimentos e respaldasse a ação da administração da Unidade.
10. Nesse sentido a Divisão de Reservas e Parques Estaduais - DRPE, reunindo propostas dos técnicos das UCs e Assessoria Técnica, iniciou a elaboração de minuta de Resolução SMA, propondo regulamentação e mecanismos de controle para reparos, reformas e construções no interior de Parques e Estações Ecológicas, (conforme anexo 2). A referida minuta não chegou a ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica da SMA, uma vez que não houve consenso sobre a eficácia e respaldo legal que a mesma representaria.
11. Cabe ressaltar que a eficácia de aplicação do disposto na minuta de resolução, estaria a princípio, comprometida em virtude da ausência de corpo técnico para o necessário acompanhamento das eventuais autorizações emitidas, o que

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
 COORDENADORIA DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS, DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA AMBIENTAL
 INSTITUTO FLORESTAL
 C.P. 1322 - 01059-970 - São Paulo, Brasil - Fone: (011) 6231 8555 - Fax (011) 204.8087

poderia resultar na perda de controle sobre as ocupações resultando na consolidação e ampliação ilegal das mesmas, alterações de uso, inaugurando, ampliando ou consolidando atividades comerciais irregulares e ocasionando impactos ambientais, além de riscos de geração de expectativas de indenização futura pelo Governo do Estado.

12. Na ocasião da elaboração da Minuta de Resolução, haviam diversos procedimentos gerados em função das demandas de solicitações das autorizações em questão, junto à Promotorias de Justiça. Dessa forma, os responsáveis pelas UCs, a Diretoria da DRPE e a Diretoria Geral do IF, realizaram consultas informais a alguns promotores de justiça, que se manifestaram desfavoráveis a quaisquer decisões administrativas que regulamentassem tais autorizações, considerando que as mesmas não apresentavam amparo legal.
13. Diante desse fato, e também das dificuldades de acompanhamento de autorizações que foram concedidas anteriormente, os procedimentos para formalização da regulamentação foram paralisados e foi expedida a Carta Circular DG nº 08/99 (anexo 3) cujas orientações estão vigorando até a presente data o que vem gerando o acúmulo de solicitações sem atendimento.
14. Como consequência em muitas situações o não atendimento das solicitações vem gerando inclusive riscos à integridade física dos moradores, sendo que, em alguns casos os referidos riscos, vem sendo registrados em laudos elaborados pelo poder público municipal.
15. Considerando os conflitos legais, sociais e ambientais resultantes do contexto acima apresentado, há necessidade de se estabelecer uma consulta à Consultoria Jurídica da Pasta, no sentido de subsidiar uma política da SMA para o tratamento da questão, bem como indicar procedimentos que devam ser adotados pelo Instituto Florestal.

Atenciosamente,

Joaquim de Brito Costa Neto
 Joaquim de Brito Costa Neto
 AT DRPE
 RG 8518820

Adriana Oliva
 Adriana Oliva
 AT DRPE
 RG 20138913-7

ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE APOIO À GESTÃO DO PARQUE ESTADUAL DA ILHA DO CARDOSO

Às quatorze horas do dia dezenove do mês de fevereiro de 1999, na Capela da comunidade Itacuruçá, contígua ao Núcleo Perequê do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, reuniram-se os membros do Comitê de Apoio à Gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso, em reunião ordinária, para discutirem os assuntos da pauta do dia.

Compareceram à reunião os seguintes membros do Comitê: Sr. Marcos Bühner Campolim (diretor do PEIC e Coordenador do Comitê); Ezequiel de Oliveira (representante da comunidade Marujá); Selma Xavier Pontes (representante da ONG Gaia Ambiental); Lázara Maria Gome Gazzetta (representante da ONG SOS Mata Atlântica); Elisabeth Gomes Cordeiro (representante da comunidade Itacuruçá); Ingrid Cabral Machado (representante do Instituto de Pesca); Antônio Bini (representante da Prefeitura de Cananéia); Cristiane (representante da comunidade do Pontal); Antônio Mário (representante da comunidade Enseada da Baleia). Participaram, ainda, desta reunião os seguintes convidados: Carmem Lúcia Rodrigues (Calú) NUPAUB/USP, Lourdes Fernandes Neves, Antonio Carlos Cardoso, Rogério de Almeida Santos - vereador, e demais moradores da comunidade sendo: Antonio Cordeiro Neto, Marlene Neves Fernandes, Luciana Neves Fernandes, Ana Cláudia Cordeiro Neves, Jorge dos Santos Fernandes, Cátia M. S. Fernandes e Amilton Xavier.

Assumiu a coordenação da reunião o Sr. Marcos Bühner Campolim, o qual falou aos presentes do início de uma nova fase do Comitê, com a realização das reuniões nas comunidades do Parque. A seguir, o Coordenador solicitou ao representante do Itacuruçá, que apresentasse os membros de sua comunidade presente à reunião e também foi feita uma breve descrição do bairro.

Procedeu-se a leitura da Pauta do Dia, sendo a representante do Instituto de Pesca, Ingrid Cabral Machado, designada para secretariar a reunião:

- Leitura da Ata da reunião anterior;
- Deliberações sobre construções e reformas;
- Informes.

A ata foi aprovada por todos os presentes, após a realização das correções.

A . DELIBERAÇÕES DO COMITÊ:

1. Foi sugerido que os membros do Comitê, em conjunto com os próprios moradores façam a revisão do Cadastro de Ocupantes, sendo que as cópias deste Cadastro deverão circular entre os membros das comunidades, com as correções sendo anotadas em folha anexa. A sugestão foi acatada por votação, sendo as cópias do cadastro distribuídas entre os representantes das comunidades.
2. Em virtude do grande número de solicitações e assuntos a serem discutidos, foi decidido priorizar demandas de moradores tradicionais para discussão nesta reunião.

3. MANOEL NEVES - Marujá

Solicitação de mudança da casa onde reside (casa de madeira, em frente à escola) para outro local (ao lado de uma ruína). Motivo: infestação acentuada por mosquitos, confirmada pelos moradores do Marujá presentes, os quais opinaram, ainda, que a área pretendida para a realocação da casa pode ser de interesse da comunidade.

Decidiu-se solicitar maiores informações para subsidiar melhor a questão, ficando a cargo dos representantes do Marujá, e que se redija novamente a solicitação, em função da descrição do local solicitado. A representante da ONG Gaia levantou, ainda, a possibilidade do solicitante querer reformar a casa como alternativa para a mudança.

4. ANTONIO RODRIGUES - Santa Cruz, Sítio Artur

Solicitação de reforma da casa. O Coordenador do Comitê esclareceu tratar-se de uma reforma já realizada, em função da queda de uma árvore sobre a casa, sendo a solicitação feita para regularização da reforma. Os membros presentes, tendo conhecimento do caso, esclareceram que o Senhor Antonio, apesar de nascido na Ilha, residiu cerca de 40 anos em Cananéia, tendo construído a casa objeto da solicitação há cerca de 4 anos. A Secretária da reunião, Ingrid Cabral machado, sugeriu, então que se procedesse de conformidade com o caso do Senhor João Alves (Retiro), em que se autorizou o usufruto da área, mas suprimiu-se o repasse de direitos aos descendentes. A representante da ONG Gaia, questionou se tal medida não seria conflituosa com a matriz do Plano de Gestão do PEIC. O representante da Prefeitura, Antonio Bini, sugeriu que se chamasse o solicitante em reunião para esclarecer a situação, o que foi acatado por votação.

5. O Coordenador do Comitê falou da necessidade em se elaborar um Regimento Interno para registro das decisões do Comitê, sendo decidido que a Secretária da reunião redigirá uma minuta sobre os pontos levantados de imediato, para ser apresentada na próxima reunião do Comitê.

6. ATALINO CUBAS - Foles

1.º caso: Solicitação de reforma, incluindo a passagem de uma parte de madeira para alvenaria e a construção de uma varanda de um dos lados da casa, com extração de areia do Rio Cambriú. Questionou-se a retirada de areia do leito do rio. Apresentou-se o risco que representa o transporte de areia de Cananéia até o Cambriú em virtude da Barra de Cananéia e da necessidade de pequena quantidade de areia para a obra. Considerando-se que, pelos motivos listados, o caso não abriria precedentes para as outras comunidades, o Comitê concedeu a autorização, após votação,

recomendando ao solicitante que discriminasse no pedido a quantidade de areia necessária.

2º caso - O Coordenador do Comitê apresentou uma foto de uma placa de alumínio colocada pelo Sr. Atalino na área do Parque, sem autorização, como propaganda da atividade de locação de barcos, alertando ser proibida esta divulgação.

A convidada Calú denunciou, então a existência de uma placa do morador "Melão", com os dizeres "Proibido a entrada, propriedade particular", sendo deliberada por votação a ordem de retirada da placa. A representante da ONG SOS reforçou a necessidade de uma cartilha para os moradores constando as normas do PEIC, ao que o Coordenador do Comitê solicitou a parceria da ONG SOS. A representante da ONG SOS comprometeu-se a encaminhar a questão.

7. ANTÔNIO CARLOS CARDOSO - Enseada da Baleia *(cas. de São Luiz)*

Solicitação verbal de reforma de uma casa para aluguel. A casa em questão pertencia ao Sr. Antônio tendo sido vendida a uma mulher (veranista), sem qualquer documento, a qual, segundo o Sr. Antônio teria reiterado a posse da casa a ele. O Coordenador da reunião sugeriu que a casa passasse a ser considerado como "ampliação destinado ao turismo" do solicitante, conforme dá direito o Plano de Gestão do PEIC, podendo ser reformada pelo solicitante, mediante as seguintes prerrogativas:

- . apresentação de um documento da compradora do imóvel, doando a casa ao Sr. Antônio;

- . apresentação de um documento do Sr. Antônio, declarando que o seu trabalho com o turismo limitar-se-á à casa em questão;

- . apenas se o Sr. Antônio repassar a casa a um dos filhos que se case e ocupe como residência, poderá voltar a ter direito à ampliação de sua moradia para trabalho com turismo, estando sujeito à decisão do Comitê.

Aprovou-se preliminarmente por votação, ficando o Comitê no aguardo dos documentos solicitados, para aprovação final.

O Coordenador do Comitê argumentou ainda que não está claro no PGA-PEIC, a autorização de ampliação destinada ao turismo para todos os moradores. Ezequiel mencionou que foi exaustivamente discutido nas oficinas para elaboração do PGA-PEIC. É necessário a regulamentação de normas para ampliação destinada ao turismo, talvez através do Regimento Interno.

8- AMILTON XAVIER - Marujá

Convocado para participar da reunião, para prestar esclarecimentos.

1.º caso - Embargo administrativo pela construção de uma casa (residência de 03 (três) quartos, raramente alugado (01) um quartos para turistas) em um local onde na ocasião havia outra casa, construída em regime de mutirão para dona Madalena, ^{Cunhada} ~~irmã~~ do Ezequiel, com dimensões de 9 x 4 metros de madeira. Esta casa foi doada ao Senhor

Amilton pelo Senhor Laurentino Timóteo das Neves. O Senhor Amilton construiu a casa sem autorização em junho de 1997 (B.O. n.º 236/97 de 16/6/97), alegando não ter resposta a sua solicitação (datado de dezembro 1995, já com 02 anos com o material se deteriorando).

2.º caso - construção de uma varanda de 3 x 9 metros (embargo administrativo datado de 16/11/98). Alega estar na planta quando da solicitação de construção da casa (dezembro/1995), porém os trâmites para reforma e construção já estavam em andamento neste Comitê.

Encaminhamento: recomendar ao promotor a junção dos dois casos em um único e elaboração de um termo de ajustamento levando-se em consideração o exposto. Este encaminhamento foi aceito por votação. Sugeriu-se como propostas para o termo de ajustamento o trabalho de manutenção de trilhas, pelo período de 01 (um) ano, sob a coordenação de equipe do PEIC;

9 - Maria José Cubas - Cambriú

Solicitação de realocação da casa (residência) para perto da casa do neto (próximo à escola) em virtude de tratar-se de moradora tradicional, idosa. O Sr. Antônio Bini informou que o local pretendido encontra-se densamente povoado e em más condições de higiene. Deliberou-se a necessidade do comparecimento de alguém ligado ao caso para prestar esclarecimentos ao Comitê.

10- ANTONIO NEVES - Praia da Laje

Solicitação de mudança de parte de sua casa na Praia da Laje para o Marujá, para próximo da casa do filho, por motivo de saúde. O Sr. Ezequiel esclareceu tratar-se, na verdade de um rancho de pesca. Deliberou-se a necessidade do comparecimento de alguém ligado ao caso para prestar esclarecimentos ao Comitê.

11 -PEDRO XAVIER MENDONÇA - Marujá

-Solicitação da manutenção de um trallier (ao invés da barraca de lona e madeira) nas proximidades de sua residência(desativado) e, durante a temporada, na praia. A autorização foi concedida, mediante votação, desde que o trallier seja usado dentro das normas estipuladas para a barraca que o Senhor Pedro trabalhou na temporada.

12 - HAROLDO DAS NEVES - Marujá

Solicitação para reforma da casa (residência). O Sr. Amilton Xavier informou, sendo confirmado pelo Sr. Ezequiel que a casa em questão foi vendida à pesquisadora Judith Cortesão. Decidiu-se, mediante votação, que é necessária a solicitação de maiores informações sobre o caso, tanto ao Sr. Haroldo, quanto à D. Judith Cortesão.

13 - MARIA RODRIGUES PIRES - Marujá

Solicitação de reforma de uma casa. Foi informado que a D. Maria reside em Cananéia e não mantém vínculos com o Parque, sendo a casa em questão utilizada pelo Sr. Arselino, como "caseiro". Deliberou-se, mediante votação, que é necessário convidar a D. Maria a prestar esclarecimentos junto ao Diretor do PEIC.

14 - EZEQUIEL DAS NEVES - Marujá

Solicitação de reforma no "rancho de pesca" que necessita de cobertura e fechamento, em função da ocorrência de roubos. O Sr. Antônio Bini esclareceu que existe uma norma da Marinha que proíbe que se feche os trapiches, estando esta decisão fora da competência do Comitê. Deliberou-se, mediante votação, que deve encaminhar uma solicitação de fechamento da garagem à Marinha. A autorização de cobertura foi deliberada pelo Comitê mediante solicitação por escrito.

15 - O Coordenador apresentou a importância da participação do Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais - DEPRN, como membro deste Comitê de forma a subsidiar o andamento dos trabalhos. Decidiu-se fazer o convite ao Responsável pela Equipe de Cananéia.**B - Assuntos não discutidos:**

1. Hélio Silva Lippe e Pedro Rodrigues Filho - Marujá
- solicitação de reforma.
2. Hélia Silva Lippe - Marujá
- solicitação de fornecimento de água
3. Décio Francisco Cambiucci - Marujá
-solicitação de reforma, cerca, água e ECOWATT
4. Luis Batista de Paula - Marujá
- solicitação de reforma
5. Jacques Debeauvais - Cananéia
- solicitação de empreendimento de ostras
6. Eliseu Domingues Cubas - Marujá
- reforma e locação de residências
7. João Batista Nepumoceno
- solicitação de água

C - Informes:**AUTORIZAÇÕES PARA ROÇAS, CERCOS E RETIRADA DE CIPÓ**

As autorizações para roças têm um trâmite padronizado. Houve solicitação de retirada de cipó para artesanato. A questão de mourões e taquaras para cerco é complicada, em virtude da alta demanda. O Diretor do PEIC pretende encaminhar a questão dos cercos através de experimentos-piloto, para que o impacto possa ser avaliado previamente e as autorizações

concedidas com embasamento técnico. Os técnicos que acompanharão os experimentos serão a equipe do PEIC, do DEPRN e da UNESP.

2 - DIAGNÓSTICO DO PROJETO ECOWATT

O instituto de Energia e Eletrotécnica enviou um diagnóstico que denuncia as más condições do empreendimento na área do PEIC, o qual será encaminhado à empresa ELEKTRO (atual responsável pelo projeto).

3. PROJETO ESGOTO

-Representantes da Comunidade do Marujá, do PEIC e da Gaia Ambiental, estão estudando sistemas de esgoto adaptáveis às condições do Parque. Foi feita uma visita técnica a um projeto implantado na Ilha Comprida. Em julho ocorrerá uma visita da equipe de uma ONG alemã que está buscando recursos para o projeto. O piloto será o Marujá, mas pretende-se estender o trabalho às demais comunidades.

4. POSTO TELEFÔNICO DO MARUJÁ

O Posto telefônico do Marujá se encontra implantado. Foi viabilizado através de abaixo-assinado da comunidade e encaminhado através do Instituto Florestal. Funcionará no atendimento normal e como agência local.

5. RETIRADA DO CAMARÃO FANTASMA/CORRUPTO

- O coordenador solicitou propostas para controle.

Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e agendada a próxima para 12 de março do corrente ano.

Eu, Ingrid Cabral Machado, membro do Comitê pelo Instituto de Pesca da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, lavrei a presente Ata, a qual assino juntamente com o Coordenador do Comitê de Apoio à Gestão do Parque Estadual da Ilha do Cardoso.

Cananéia, 26 de fevereiro de 1999